ORGANIZADORAS

Natália Bolfarini Tognoli

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

IDENTIFICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECONHECIMENTO

volume 1 ARQUIVO, CULTURA E JUSTIÇA SOCIAL

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

pimenta cultural

ORGANIZADORAS

Natália Bolfarini Tognoli

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

IDENTIFICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECONHECIMENTO

volume 1 ARQUIVO, CULTURA E JUSTIÇA SOCIAL

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

I São Paulo I 2026 I

pimenta cultural

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

I19

Identificação, representação e reconhecimento / Organização Natália Bolfarini Tognoli, Lucia Maria Velloso de Oliveira, Bianca Therezinha Carvalho Panisset. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2026.

Série Arquivo, Cultura e Justiça Social. Volume 1.

Livro em PDF

ISBN 978-85-7221-685-2
DOI 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2

1. Instituições de memória. 2. Cultura. 3. Justiça social. 4. Arquivos comunitários. 5. Arquivologia. I. Tognoli, Natália Bolfarini (Org.). II. Oliveira, Lucia Maria Velloso de (Org.). III. Panisset, Bianca Therezinha Carvalho (Org.). IV. Título.

CDD 020.63

Índice para catálogo sistemático:
I. Arquivologia
Júlia Marra Torres • Bibliotecária • CRB: SP-011583/O

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2026 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2026 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons:
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0).
Os termos desta licença estão disponíveis em:
<*https://creativecommons.org/licenses/*>.
Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural.
O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Gerente editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Assistente editorial	Ana Flávia Pivisan Kobata Júlia Marra Torres
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Editoração eletrônica	Stela Tiemi Hashimoto Kanada
Estágio em editoração	Emanuelle Vitória Miranda da Silva Rayssa Santos Arrais
Imagens da capa	freepik; vikasuh; LadadiArt - Freepik.com
Tipografias	Acumin, Acumin Variable Concept, Alternate Gothic Compressed ATF, Rockwell Nova
Revisão	Os autores e as organizadoras
Organizadoras	Natália Bolfarini Tognoli Lucia Maria Velloso de Oliveira Bianca Therezinha Carvalho Panisset

PIMENTA CULTURAL
São Paulo • SP
+55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

2026

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoras

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosangela Colares Lavand
Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

André Tanus Cesário de Souza
Faculdade Anhanguera, Brasil

Andressa Antunes
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade do Estado do Amapá, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadétte Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cassia Cordeiro Furtado
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cecilia Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deilson do Carmo Trindade
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edilson de Araújo dos Santos
Universidade de São Paulo, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Estevão Schultz Campos
Centro Universitário Adventista de São Paulo, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabrícia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fauston Negreiros
Universidade de Brasília, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Flávia Fernanda Santos Silva
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Gabriela Moysés Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geuciane Felipe Guerim Fernandes
Universidade Federal do Pará, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handherson Leyltton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Joao Adalberto Campato Junior
Universidade Brasil, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jónata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jonathan Machado Domingues
Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Juliano Milton Kruger
Instituto Federal do Amazonas, Brasil

Julianno Pizzano Ayoub
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Julierme Sebastião Morais Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lauro Sérgio Machado Pereira
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, Brasil

Leonardo Freire Marino
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Letícia Cristina Alcântara Rodrigues
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Luiz Eduardo Neves dos Santos
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Maikel Pons Giralt
Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil

Manoel Augusto Polastreli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Márcia Alves da Silva
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Marines Rute de Oliveira
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Mauricio José de Souza Neto
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neide Araujo Castilho Teno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Bieging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade Federal de Rondônia, Brasil

Rainei Rodrigues Jadejiski
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taíza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tatiana da Costa Jansen
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Vanessa de Sales Marruche
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual do Centro Oeste, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Vinicius da Silva Freitas
Centro Universitário Vale do Cricaré, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Wenis Vargas de Carvalho
Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alcidinei Dias Alves
Logos University International, Estados Unidos

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Artur Pires de Camargos Júnior
Universidade do Vale do Sapucaí, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo B. Alves
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Davi Fernandes Costa
Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Brasil

Denilson Marques dos Santos
Universidade do Estado do Pará, Brasil

Domingos Aparecido dos Reis
Must University, Estados Unidos

Edson Vieira da Silva de Camargos
Logos University International, Estados Unidos

Edwins de Moura Ramires
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jonas Lacchini
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Nívea Consuêlo Carvalho dos Santos
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Rayner do Nascimento Souza
Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Sidney Pereira Da Silva
Stockholm University, Suécia

Suélen Rodrigues de Freitas Costa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Walmir Fernandes Pereira
Miami University of Science and Technology, Estados Unidos

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Parecer e revisão por pares

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.



PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES DESTA OBRA

Dra. Aline Lopes Lacerda
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Dra. Bianca Therezinha de Carvalho Panisset
Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil

Dr. Carlos Manuel da Conceição Guardado da Silva
Universidade de Lisboa, Portugal

Dra. Clarissa Moreira dos Santos Schmidt
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dra. Georgete Medleg Rodrigues
Universidade de Brasília, Brasil

Dr. José Augusto Guimarães
Universidade Estadual Paulista, Brasil

Dra. Lúcia Maria Velloso de Oliveira
Universidade Federal Fluminense, Brasil
Fundação Casa de Rui Barbosa, Brasil

Dra. Maria Cristina Vieira de Freitas
Universidade de Coimbra, Portugal

Dra. Maria Meriane Vieira da Rocha
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Dra. Maria Teresa Matos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Dra. Monica Tenaglia
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Renato de Mattos
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Dr. Renato Venâncio
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Dra. Roberta Medeiros
Universidade Federal do Rio Grande, Brasil

Dra. Suellen Oliveira Milani
Universidade Federal Fluminense, Brasil

SUMÁRIO

Apresentação 14

CAPÍTULO **1**
Andrew Flinn
"Here Comes Everybody"?
Communities and their archives – UK & international perspectives 18

CAPÍTULO **2**
Andrew Flinn
"Lá Vem Todo Mundo"?
Comunidades e seus arquivos – perspectivas internacionais e do Reino Unido 37

CAPÍTULO **3**
Marta Lucia Giraldo Lopera
La imaginación archivística en acción:
arte y archivos activistas 60

CAPÍTULO **4**
Marta Lucia Giraldo Lopera
A imaginação arquivística em ação:
arte e arquivos ativistas 83

CAPÍTULO **5**
Natália Bolfarini Tognoli
A Ética do Cuidado aplicada aos arquivos comunitários:
uma proposta inicial
The Ethics of Care in Archives in Community archives: an initial proposal 106

CAPÍTULO **6**

Maíra Fernandes Alencar
Brígida Maria Nogueira Cervantes

Os arquivos comunitários são representações de um pensamento decolonial?

Are community archives representations of decolonial thinking? **122**

CAPÍTULO **7**

Thamires Ribeiro de Oliveira
Ana Luce Girão Soares de Lima

Arquivo Dona Orozina Vieira:
um arquivo comunitário no Conjunto de Favelas da Maré

Dona Orozina Vieira Archive: a community archive in the Maré Favela Complex **149**

CAPÍTULO **8**

Gabriel Andrade Magalhães do Vabo
Bianca Therezinha Carvalho Panisset
Kíssila da Silva Rangel

Arquivos comunitários no Brasil:
contornos e perspectivas para identificá-los

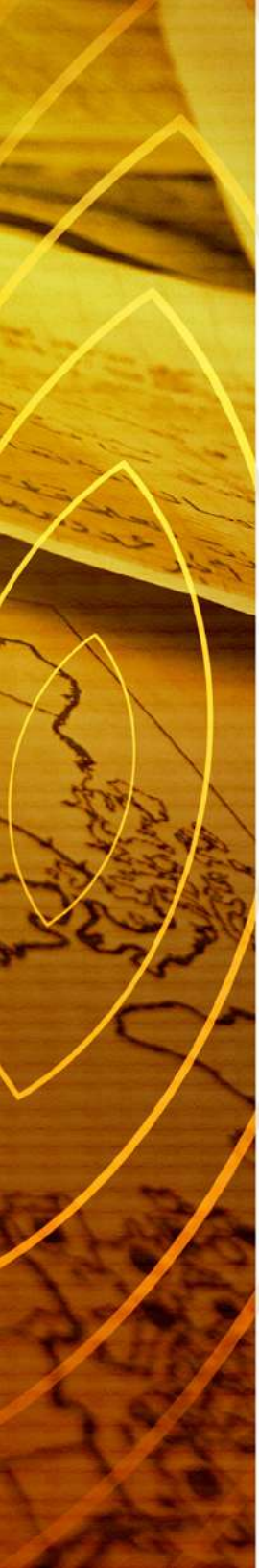
Community archives in Brazil: contours and perspectives for identifying them **170**

CAPÍTULO **9**

Jefferson Higino da Silva
Luciane Paula Vital

Aproximações à formação de arquivos em comunidades quilombolas no Brasil

Approaches to the formation of archives in quilombola communities in Brazil **186**



CAPÍTULO **10**

Ana Carolina dos Santos Garcia
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Margareth da Silva

A transparência pública como instrumento de manutenção da cidadania, acesso à informação e justiça social

Public transparency as an instrument for maintaining citizenship, access to information and social justice **205**

CAPÍTULO **11**

Carla Maria de Almeida
Ana Cláudia Cruz Córdula
Jefferson Higino da Silva

Observatório de arquivos comunitários: em busca de especificidades

Community archives observatory: in search of specificities **223**

CAPÍTULO **12**

Lucas Mizumoto
Raquel Luise Pret

O que se guarda após a folia: reflexões sobre a preservação dos documentos do Carnaval

What is kept after the revelry: reflections on the preservation of Carnival documents **242**

CAPÍTULO **13**

Victor Pavarin Tavares
Mariana Valente

Entre o acesso e o receio no âmbito das instituições de memória: as obstruções do direito autoral ao direito à cultura

Between access and fear within memory institutions: copyright barriers to the right to culture **261**

CAPÍTULO **14**

Roberta Pinto Medeiros

A Universidade Federal do Rio Grande – FURG capturada por imagens: as fotografias como recursos memoriais e culturais

The Federal University of Rio Grande – FURG captured by images: photographs as memorial and cultural resources **280**

CAPÍTULO **15**

Dilza Ramos Bastos
Beatriz Ferreira Rio
Gabriela Falcão Klein

Contextualização histórica, social e cultural da Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM), a partir de pesquisa no acervo documental do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)

Historical, social and cultural contextualization of the Maria Mazzetti children's library (BIMM), based on research in the documentary collection of the Historical and Institutional Archive Service (SAHI), of the Casa de Rui Barbosa Foundation (FCRB) **301**

CAPÍTULO **16**

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Isabel Cristina Borges de Oliveira

Decolonialidade e os arquivos de cultura: perspectivas

Decoloniality and cultural archives: perspectives **321**

Sobre as organizadoras **339**

Sobre os autores e as autoras **341**

Índice remissivo **351**

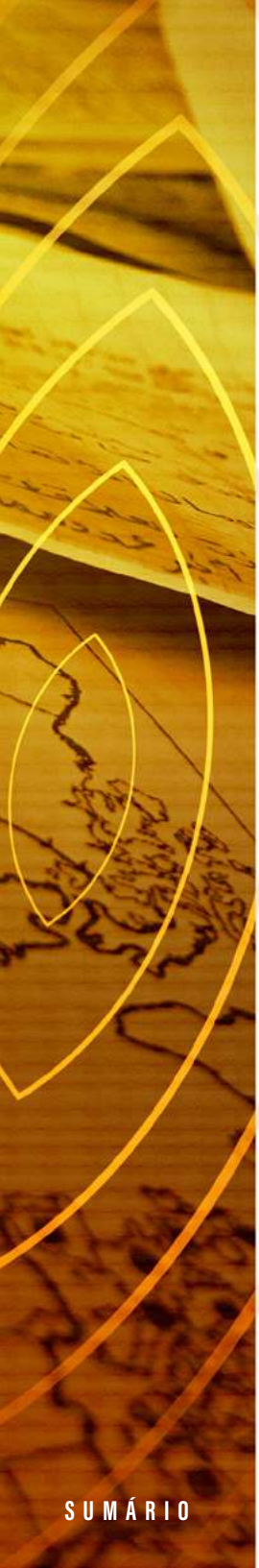
APRESENTAÇÃO

As organizadoras

O primeiro volume da série *Arquivo, Cultura e Justiça Social*, intitulado *Identificação, representação e reconhecimento*, reúne parte significativa das reflexões, experiências e debates desenvolvidos durante o I Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social, realizado entre os dias 6 e 8 de agosto de 2024, na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

A gênese do evento remonta a 2023 e está diretamente relacionada às inquietações teóricas e às agendas de pesquisa desenvolvidas nos grupos de pesquisa *Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento* e *Arquivos, Acesso e Informação*, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). À época, ambos os grupos identificavam a necessidade de criar um espaço de discussão capaz de inserir os arquivos, de forma mais profunda, nos debates sobre identificação, pertencimento, memória, cidadania e justiça social.

Nesse contexto, o encontro com o projeto de pesquisa desenvolvido pelo Serviço de Arquivo Histórico e Institucional na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB), voltado à reflexão sobre o papel das instituições públicas de custódia junto aos arquivos comunitários, revelou-se particularmente oportuno. A convergência entre interesses, inquietudes e agendas de pesquisa permitiu a construção de uma proposta comum, que resultaria não apenas na realização do I Encontro, mas também na consolidação de um espaço permanente de diálogo entre universidade, instituições de memória e comunidades.

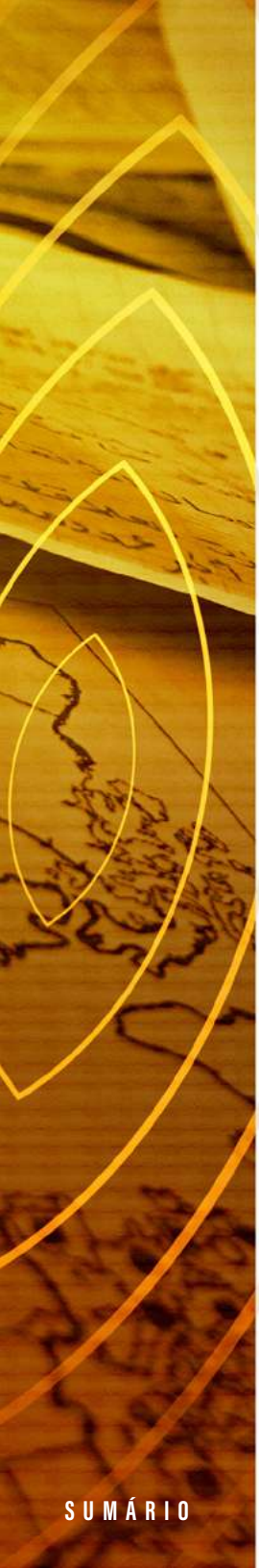


Desde sua concepção, o Encontro foi concebido para ir além dos limites de um evento acadêmico convencional. Seu propósito, em sua primeira edição, consistiu em promover a escuta, o intercâmbio e a construção coletiva de conhecimentos, reunindo pesquisadores nacionais e internacionais, profissionais de arquivos e representantes de iniciativas comunitárias que atuam diretamente na preservação de memórias coletivas. A proposta buscou aproximar teoria e prática, fomentando reflexões sobre os desafios da identificação, representação, preservação e acesso a acervos frequentemente invisibilizados pelas políticas institucionais de memória ou por questões relacionadas ao pleno exercício da cidadania.

Sob o tema *"Identificação, representação e reconhecimento"*, o Encontro de Arquivo, Cultura e Justiça Social inaugura um espaço de discussão de experiências, pesquisas e estudos voltados aos arquivos comunitários, aos arquivos de movimentos sociais, às memórias de grupos historicamente marginalizados e ao papel dos arquivos públicos diante dos desafios contemporâneos relacionados ao reconhecimento da diversidade social e cultural – pauta que esperamos encontrar em um cenário arquivístico de garantia de direitos, de identificação, pertencimento e justiça.

A pluralidade de perspectivas constituiu uma das marcas da primeira edição. Participaram do encontro pesquisadores nacionais e internacionais reconhecidos por suas contribuições aos debates sobre arquivos, memória e justiça social, somando-se a eles, instituições comunitárias e espaços de memória social, que compartilharam experiências concretas de organização, preservação e difusão de seus acervos, o que certamente contribuiu para ampliar a compreensão dos arquivos como espaços vivos, construídos a partir de demandas sociais, culturais e identitárias específicas.

Além das conferências e mesas-redondas, o encontro contou com a apresentação de onze trabalhos científicos, cujas reflexões compõem este primeiro volume da série *Arquivo, Cultura e Justiça Social*.



Os textos aqui reunidos exploram diferentes dimensões dos processos de identificação, representação e reconhecimento proporcionados pelos arquivos, evidenciando como tais dimensões se tornam particularmente relevantes em contextos de transformação social, política e cultural.

Ao abordar experiências relacionadas a arquivos comunitários, arquivos de movimentos sociais, arquivos de grupos minoritários e arquivos públicos, a obra problematiza os desafios enfrentados pelas instituições de memória diante de demandas cada vez mais complexas por reconhecimento, participação e justiça social. Mais do que repositórios documentais, os arquivos emergem nesses estudos como espaços de mediação cultural, construção identitária e afirmação de direitos.

Os capítulos que compõem este volume demonstram que as práticas arquivísticas não se limitam à preservação e ao acesso à informação. Elas participam ativamente da construção de narrativas sociais, influenciam processos de reconhecimento e pertencimento e podem contribuir para a ampliação da cidadania e da justiça social. Nesse sentido, os arquivos revelam-se como espaços atravessados por relações de poder, disputas simbólicas e processos de negociação de memórias, tornando-se elementos fundamentais para a construção de sociedades mais democráticas, plurais e inclusivas.

Esperamos que esta obra contribua para fortalecer e ampliar um campo de discussão que, desde então, vem ganhando crescente relevância na Arquivologia brasileira. Que as reflexões aqui apresentadas inspirem novas pesquisas, promovam diálogos entre diferentes atores sociais e reafirmem o papel dos arquivos, da cultura e da memória na construção de futuros mais justos, participativos e socialmente comprometidos.

Por fim, registramos nosso agradecimento aos autores e autoras dos capítulos, aos participantes do evento, aos membros

da Comissão Científica, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a todos aqueles que contribuíram para a realização do I Encontro Arquivo, Cultura e Justiça Social e para a concretização desta publicação.



1

Andrew Flinn

"HERE COMES EVERYBODY"?

COMMUNITIES AND THEIR ARCHIVES – UK & INTERNATIONAL PERSPECTIVES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.1

INTRODUCTION

Good morning. I want to begin by sincerely thanking all the organisers from the *Fundação Casa de Rui Barbosa* and the Postgraduate Programme in Information Science at the *Universidade Federal Fluminense* for inviting me to speak at and indeed open this prestigious conference and on a subject, community archives that is very close to my heart. This is only my second visit to Rio and Brazil – I was last here in 2013 and although I touched on community archives then, it was not the main focus of my talk so it is really exciting to be invited back ten years later to a conference where consideration of community archives and social justice is at the centre of the conference agenda.

A few words about myself (as you heard) I teach and research at University College London in the Department of Information Studies – one of the oldest and most prestigious postgraduate Archives programmes in the UK. I have been researching and writing on the topic of community archives for the last twenty years but more important than that, through the 1990s I was an archivist at a large social movement independent archive and museum (the National Museum of Labour History, now the People's History Museum in Manchester) which shared many attributes with community-based archives Since coming to London I have worked with many community archives, individually and via the body of which I am the current chair, the UK & Ireland Community Archives and Heritage Group, more of which later. Over the years, and in particular over the last five years I have also worked with international colleagues to better understand community archive initiatives outside the UK and it is this international work which, along with my UK frame of reference will inform my talk today.

First, I am going to try to explain what community archives and community archivists are, building from the UK and US definitions to critically ask whether the terms are used in different countries and whether they can be applicable in all countries and cultures.

I will then expand on this international work and some of the initial comparative work that is being done and how I hope that this talk and your discussions at this conference will contribute to moving forward and broadening our discussions.

I will then return to the United Kingdom to give three different examples of emerging community archives or of groups of working with the terminology and ideas of community archives to demonstrate the diversity of archives and motivations before moving on to consider how the motto / metaphor of 'Digging Where You Stand' describes the benefits and outcomes that come from active engagement with community archives, heritage and history making.

The final sections will then consider challenges faced by such community-based initiatives and what collaborative models of guidance and support mainstream and funded archives might offer to meet these challenges.

I have chosen to use the title of Clay Shirky's 2008 book 'Here Comes Everyone' on the potential of online participatory and self organising culture for my talk, because that book and the ideas of creative participation in culture heritage and knowledge creation chimed with much of the thinking that supported the D-I-Y approach of the flourishing of community archives online in the first decade of this century. While much of the optimism around the online world and tools for democratising knowledge and culture production more broadly may have diminished, community archives still offer, in my opinion, a powerful example of other, often less heard voices telling their own stories and contesting otherwise dominant and exclusionary historical narratives and the heritage collections that support them. So *here comes everybody!* – maybe? By placing a UK

and Anglophone understanding of the community archive movement in a broader international framework, I hope you will recognise the similarities and differences for Brazilian community archives and their place in your archival landscape.

BEGINNING WITH DEFINITIONS & SOME HISTORY

So what do we mean by community archives? Can we offer some definitions? I have frequently argued that it is difficult to precisely define or pin down such a rich and diverse activity such as community archive – but we can offer something that is broad and inclusive, and describes some generally commonly held characteristics. Generally, I would say that community archives are *'Archives of community, by community, for community'* – with the first and the last of these being quite fixed but the middle 'by community' being a little more varied.

The definitions displayed here offer inclusiveness and too much prescriptiveness: Both my definition from 2007 (p. 153):

> Community histories or community archives are the grassroots activities of documenting, recording and exploring community heritage in which community participation, control and ownership of the project is essential. This activity might or might not happen in association with formal heritag organisations but the impetus and direction should come from within the community itself.

And the Society of American Archivists Dictionary definition:

> documentation of a group of people that share common interests, and social, cultural and historical heritage, usually created by members of the group being documented and maintained outside of traditional archives.

Both definitions place significant emphasis on the role of the community documenting and archiving itself. The longstanding definition or description of community archives given by CAHG on their website focusses on the subject of the collection (the community) but allows but does not insist on the potential for the community to have been involved in the collecting and managing of the collection:

> The subject-matter of the collection is a community of people. The classic example is a group of people who live in the same location, but there are 'communities of interest' as well, such as people who worked in a certain profession...The process of creating the collection has involved the community. Typically, this means that volunteers have played a key role, sometimes alongside professional archivists.

It is worth noting at this stage two further important things – first that even in the UK and US many groups who share these characteristics do not use or recognise the term community archive (for instance they may use community museum, oral history workshop, social movement or liberatory archive, D-I-Y archive, etc). And second that different countries have only recently adopted the terminology (such as the Portuguese *Arquivo de Comunidade* and can have different characteristics or emphasis such as less stress on community creation as opposed to being related to the community) or like Poland have an entirely different terminology (*Archiwum Społeczne*, or Archives of Society or Social Archives) to differentiate themselves from other more formal, state or public archives.

In terms of what communities and how those communities are defined – there is a huge diversity of possibilities and much depends on the national and historical context of each country – as well as whether you deem community (a famously hard to define concept), to more connected to place and locality or to another form of social identity and organisation, or to both. In the UK it is common to find community and community archives being associated with both meanings and representing a myriad of different self-defining

communities such as local or regional places, shared identities often subject to marginalisation based on class, gender, ethnicity, faith, disability, sexuality & combinations of above, communities of occupation and craft, leisure and fan-based identities and sometimes a combination of different identities (local plus....).

If we accept that community archives (the practice of collecting material relating to a community and being held by that community outside the bounds of more formal and now professionalised public and state archiving) has been going for as long time, perhaps as long or longer than state recordkeeping, then part of the reason for the fact that these archives have long been ignored or given the status of being unimportant and ephemeral is that their collections are typically very diverse and do not at all adher to traditional notions of what an archive is (unique and authentic product of an organisation function) or follow the professional barriers between archives, museums and libraries. Community archive collections can and frequently do contain a diversity of digital and physical materials, originals and copies, including archival documents, photographs, books, newspapers and journals, paintings & other art works, objects, ephemera (posters, plyers, tickets, leaflets), clothes, film and video, oral histories, music & folk materials. In some cases, where the community archive takes a primarily digital form, the materials will be digitised and then returned to the community members that possess them.

The point here is that when a community's history is so depleted of more formal records, then those rare traces of activity and lived experience take on a value of greater significance which would not be found in more highly documented communities or sections of life.

A final point to make is that when we consider the difference between formal state and public archives and community archives, we should not think of this as a totally binary distinction. Both are part of the archival landscape or what has been described by Anne Gilliland

and others as the Archival Multiverse. Whilst community archives are often established in opposition or as a counter to the absences and erasures of the official record, there are many similarities in practice, materials and objectives, areas for potential collaboration across the sectors, and with information professionals often volunteering or advising the community archive as community members.

INTERNATIONAL APPROACHES

Over the last twenty years or so – as documented in recent literature reviews by Poole (2020) and Welland and Crossham (2019) the majority of the writing on community archives within the archive studies field or in information studies have come from the United Kingdom and United States. In the United Kingdom since 2007 researchers such as myself along with others such as Fife, Ishmael, Sexton, Shepherd, Stevens, Popple have written and been cited widely describing and seeking to define or at least characterise community archives as they were to be found in the UK. Overlapping with colleagues in museology and critical heritage studies (including Waterton, Crooke, Candlin), this work has helped to increase recognition of the importance and significance of already existing and emerging community archives across a range of disciplines, including the Archive profession itself, helping to define the vision and intellectual underpinning of the Community Archives movement in the UK as represented by the UK and Ireland Community Archives and Heritage Group (CAHG, founded in 2004/5 and incorporated into the Archives and Records Association in 2011).

In North America whilst there has not been so formal a movement such as CAHG to advocate for a community archive movement broadly constituted, the community practice informed research and writing of Michelle Caswell and her collaborators at SAADA and

at UCLA, as well as others such as Sheffield (the latter particularly significance in developing and documenting the understanding and development of LGBTQ+ archives in North America) continue to be very influential in developing a theoretical understanding of the importance and significance of the impact of community-led archives. Caswell and colleagues identification of community archives' role in providing representational belonging to those communities routinely suffering the impact of the 'symbolic annihilation' of their history and culture in the United States, and the potential role of these 'liberatory archives' (a conscious shift of language and emphasis away from community and local to something more focussed on those communities that are discriminated against and minoritised) in contemporary struggles cannot be overestimated in terms of its influence in the US and internationally.

Despite the significance and dominance in framing some of the debate and key terms by the Anglophone language literature, there have been long examples of community and social movement archives (for instance the existence of legal and illegal LGBT and queer archives in many countries has long been recognised), outside the Anglophone world. In some countries, Poland for instance, with its own long history of community archives, there has developed a major programme of support for community archives as well as its own substantial body of research and writing (I am thinking in particular of the work of the state supported Centre for Community Archives and the work of Dr Magdalena Wiśniewska-Drewniak) which while engaging with the Anglo literature also examines Polish archives in their own context and own terminology and definition.

Over the last twenty years – with the popularisation of the term community archives, practitioners and researchers from across the globe have begun to discuss their own archive environments in terms of community archives and considered the appropriateness of the Anglo terminology and theorisations. So in addition to Polish Community Archives, we have oral history and folk culture projects in

Portugal, social movement archives in Germany, sacred community--owned palm leaf manuscripts in Thailand, community cultural heritage initiatives on Pacific Islands, migrant workers museums and archives in China, grassroot activist and community led archives in the townships of South Africa, recent programmes to support community and social movement archives in Chile, and many more. The two books on community archives edited by Jeannette Bastian (in 2009 with Alexander and in 2020 with me) and the case studies in particular are very important for documenting the growth of people engaging with and developing the understanding of community archives on their own terms and in their context. The role of ICA congresses in 2008 (Malaysia), 2012 (Australia), 2016 (South Korea) and most recently the UAE (2023) should not be underestimated for providing a forum for the discussion and recognition of community archives in many diverse national contexts.

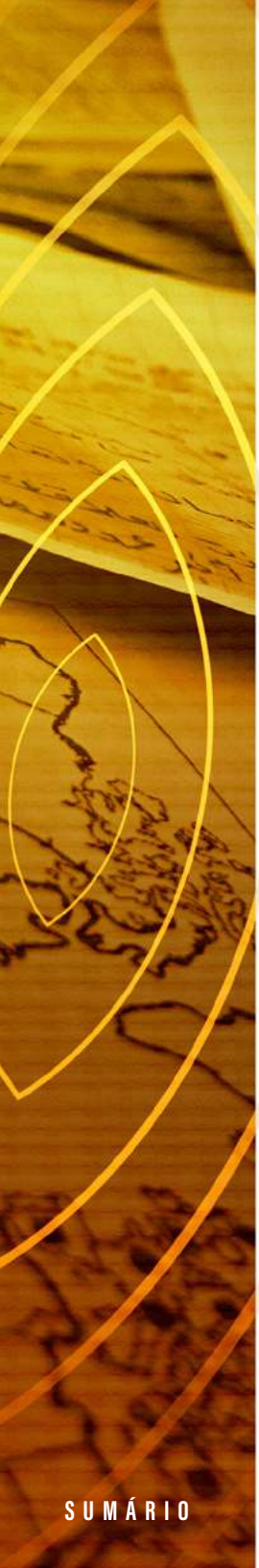
It is in this context, that a group of international researchers (including myself, Wiśniewska from Poland and Seixas from Portugal, and joined by Tenaglia from Brazil and Li from China) have over the last five years been working to develop a framework for the comparative international research and understanding of community archives in different countries. Building from discussions at the AERI research conference in Liverpool in 2019 and then an online panel the following year with representatives from UK, US, China, Poland and Portugal, the group has developed a draft model framework for understanding the different national and local contexts in which community archives develop and can be found. The use of this framework is being piloted at some length in an article comparing community archives in the UK, Poland and Portugal (to be submitted to Archival Science imminently) and a shorter and more limited presentation of interpreting the framework in the context of the UK, Portugal and Poland again but also China and Brazil which we first presented in a plenary at the ICA conference in Rome in 2022 and will be published by the ICA's Comma journal this autumn.

In essence in this work we have argued that in order to understand the character, appearance and practice of community archives in any particular region or country you have to consider the following six criteria:

1. Terminology and definitions;
2. Typologies and characteristics;
3. Recent political, social, economic and cultural history and social structure;
4. Relationships with external entities;
5. Funding and support;
6. Law and national archival and heritage systems.

This draft framework is very much up for discussion and development at the moment but the comparative study of Portugal, the UK and Poland (as well as the briefer study extended also to Brazil and China) has found significant similarities (the motivations for undertaking the archiving and the value of community-held archives to their communities) but significant differences in terminology, types of communities and archives (especially relating to different national historical or political factors), funding and legal status.

As for next steps in this area we are keen to develop and expand the comparative discussion on community archives with international meetings and networks, involving the global south as well as the more usual Western / Anglo voices (such as myself!) and crucially community archive practitioners as well as researchers to develop a research basis which better understands the community archives internationally as well works to support them.



WHY – MOTIVATIONS AND DIVERSITY

Next, I am going to give an idea of the diversity of motivations and objectives of community archives in the UK by briefly describing 3 very different emerging community archives I have been working with over the last few months.

The first a local rural community in the Highlands of Scotland – quite remote and with a long and interesting history, not least in its historic relationship with monarchs (there is a royal palace nearby). The village has five significant archive collections from different community actors and organisations, some from quite prominent and nationally significant bodies and others such as the local history society poorly resourced despite the rich materials. It is also the latter who are the driving force in seeking to unify their community's history via creating an online portal which will unify access to all the collections whilst allowing the existing individuals and bodies to retain ownership and control of their archives within a broader community archive framework. Here their immediate focus is on creating access for the community and also raising support and funding to do this.

The second – another local community – but in many ways could not be more different. This is an initiative to establish a 'social justice' community archive which will reflect a very socially, economically and ethnically diverse and deeply divided urban area in London. This area has one of the starkest distinctions between rich and poor within in the same geographical area in the city and there is a rich history of struggle and protest against the unequal power relations in the area, which is not reflected in mainstream archive histories of the area. The communities have a deep and justified hostility and suspicion of authorities, including the local state archive and library services and are seeking to create a counter-archive leading to new histories with different voices and different struggles, inclusive of all the communities. In this case the community-led discussions

about the archive focus on access and use (how the communities can access these histories) as well as preservation and collecting strategies (including the importance of oral history, etc). But underpinning all this are the very important and critical questions about the relationship with local government archives and the retaining of ownership, custody and control over community collections.

And finally, the third – a diasporic archive of exile. This involves individual activists, and labour and trade union movement groups involved in a long running struggle against an authoritarian regime which has seen many of their organisations banned and driven underground, and then forced into exile in London and other parts of the world. They are motivated to both preserve the archives of their struggles (including organisational records) both for current and future access by researchers and activists (to document their past) but also perhaps by being able to return the archives one day to the territory they describe. So in part their discussion is about how to preserve these materials against an uncertain present and future, and whether that is best achieved through an independent community archive they sustain or more likely through partnership with some sympathetic and trustworthy archive partner.

So, three very different groups in different contexts moving towards establishing their own community-led archives – with very different priorities and probably outcomes that reflect their needs and interests.

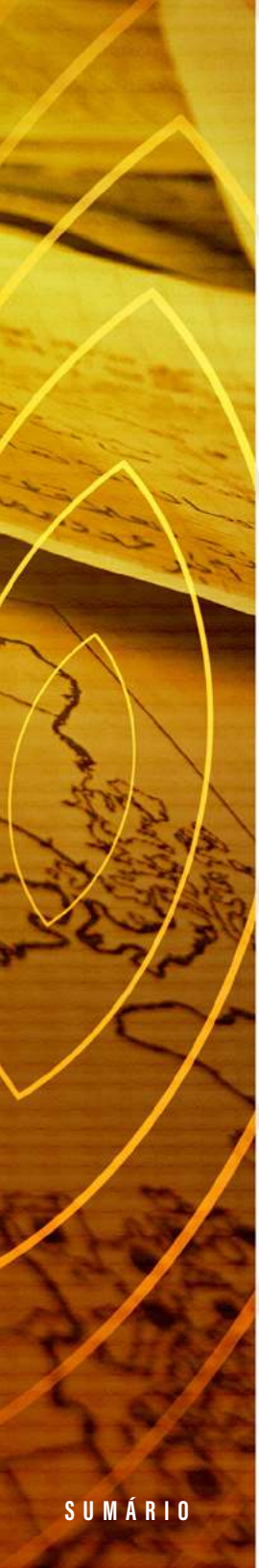
DIGGING WHERE YOU STAND – COUNTER ARCHIVES AND SOCIAL CHANGE

In the 1970s the Swedish author Sven Lindqvist wrote a book *Grav Dar du Star* or *Dig Where You Stand* (and recently published

in English in full for the first time (2023)) which helped to inspire a movement of 1000s of 'Dig' groups across Scandinavia and elsewhere in the world and inspired generations of Dig Where You Stand activities to this day. Focussed on industrial workers, but relevant to any community, Lindqvist argued that workers conducting their own historical research and collecting their own materials was the first step to creating the 'new picture' and understanding upon which to build for a new altered present and future. Community archives, especially those associated with political and social movements and with communities that are minoritised and discriminated against generally display a similar attitude towards the past, the present and future – a relationship which I have characterised as being **Rescue & save / Resistance & use / Aspiration and change**.

Almost all community archives are to some extent inspired by wishing to collect (rescue) histories and the materials that tell those histories before they disappear or in some cases are physically destroyed. However, it is rare to find that simple preservation is an end in itself – rather the materials are collected so they can be used to resist and educate. In social and labour movements they can be used to support what Aziz Choudry described as Learning Activists and to develop the solidarity and empathy that informs movement struggles. They are also widely employed to teach younger generations about their communities identity and history in situations where that history is absent or misrepresented and combat the lack of feeling of belonging. And in other cases (such as the Syrian Archive) the records might both memorialise those communities that have been destroyed and the individuals killed as well as provide evidence for potential future restorative justice. Thus these community archives also represent spaces and tools to find and aspire to alternative futures and to make change (like Lindqvist's Digging) happen in the present and the future.

At this point – and in this space of viewing community archives as positive spaces and endeavours for positive change



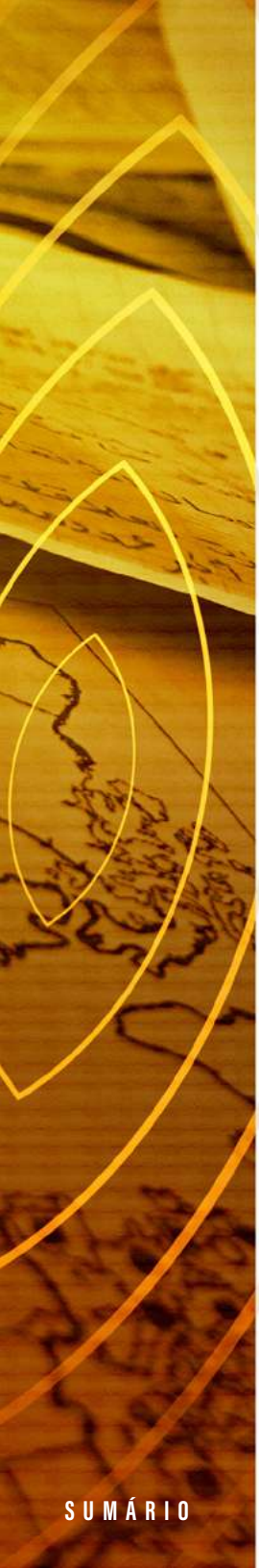
and inclusiveness, we must also recognise that like other heritage actors (including the national heritage) there are also dangers in community archives which create and promote divisive, essentialised and racialised narratives, sharing community heritage that excludes others and creates narratives that actively stokes division and potentially conflict.

CHALLENGE OF SUSTAINABILITY

Picking up from that negative note – one of the other common characteristics of community archives across the world is they face several similar challenges in sustaining their activity and hence the visibility and accessibility of their collections over time. The sustainability and accessibility challenges faced by community archives can be broken down into a few different categories:

First and most impactful is access to resources and funding. Finding affordable space to house and make collections accessible in most big cities in the world (especially for instance London) is becoming increasingly difficult. Many community archives are found in individual's homes or community owned spaces but if rented elsewhere or more appropriate accommodation is required that this can be very costly and long-term funding (as opposed to short term project linked funding) can be very difficult to find.

Parallel to the question of the physical preservation and storage of collections is the management and sustainability of digital collections, whether born digital or retro- digitised. The preservation and community custody of what Glasgow Professor Lorna Hughes has termed 'Community Generated Digital Content', including 'unintentional' archives and social media (facebook, youtube etc) and involves a potential loss of collections from take down, digital decay,



loss of access. Indeed the international digital advocacy and support group, the Digital Preservation Coalition has in recent years identified digital community archives as being 'critically endangered.' Even more than the care of physical collections, this is not just a case of having sufficient funding and resources but also the sustained expertise within a community to maintain often very diverse and potentially complex digital collections over the long term.

Community archives are also usually very reliant on volunteers, often a small number of very knowledgeable and dedicated active volunteers. This reliance on volunteers, usually drawn from the community, clearly has some advantages in terms of the active community use and control of collections but it also poses significant risks in terms of the long term sustainability of the archive in terms of life- cycles and 'difficult' transitions, including moving on from reliance on project funding, handing over to new generations (and ensuring some stability of care), and reflecting and representing changing communities).

Other threats to the management of community collections can be legal (issues data privacy & sensitivity, copyright) and ethical (consent & public use / misuse of oral histories for instance) leading to demands for materials to be taken down or removed from public access and resulting in public and potential community reputational damage.

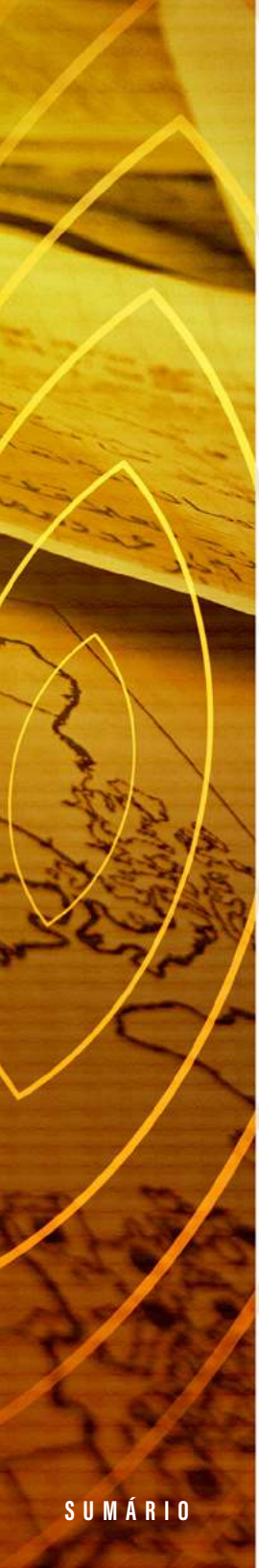
POSSIBILITY OF SUPPORT AND COLLABORATION

Consideration of the challenges faced by community archives, especially the sustainability of collections over time within limited funding and resources leads to the final consideration of

what is the potential relationship between community archives and external bodies including public and state archives. In the past, the reaction from many in the profession would have been if the collections are in danger and are valuable and significant, then they should be held in professionally staffed and funded public archives – and indeed for some collections that might be what a community archive still decides after thinking that there is no longer the same rationale or ability to retain the archive within the community. However this custodial impulse is or should no longer be the first assumption. Rather, there is in the UK, in parts of the US and other countries such as Poland, a more widely held recognition amongst heritage and archive professionals that there are good reasons for respecting the desire for communities to hold collections within the context that created them. In his article on the '4 shifting paradigms' of archival thinking and practice, the Canadian writer and archival theorist Terry Cook (2013, p. 114) advanced a community centred approach as the 4th paradigm of archival practice which suggested that

> professional archivists need to transform themselves from elite experts behind institutional walls to becoming mentors, facilitators, coaches, who work in the community to encourage archiving as a participatory process shared with many in society, rather than necessarily acquiring all the archival products in our established archives.

This seems to me to be an excellent starting point – one that supports and respects the notion of community archives being retained in the context of their creation and use (if desirable and possible) but seeks to find ways to offer support and guidance to community archivists to enable them to do so. Of course there are challenges here – challenges of funding for this outward looking work when most public archives are also understaffed and underfunded, as well as the challenges building relationships of trust and equity with community groups that might have had many years of poor and discriminatory treatment from state and public bodies, including archives. Nevertheless numerous surveys of community archives,



in the UK at least, have demonstrated that community archivists are very keen to receive appropriate support and guidance from archive professionals (on topics as diverse as cataloguing, storage, preservation, digitisation, funding, copyright, etc) as along as it is realistic, appropriately written and offered as a collaborative measure rather than a compulsory standard or regulation.

In countries like the UK and Poland there are bodies such as the Community Archives and Heritage Group and the Center for Community Archives which operate as networks which advocate for community archives, provide mentorship networks between community archives (for instance the Irish Community archive network principle of Meitheal or mutual support) as well as bringing together community archivists together with archive and heritage professionals to collaborate and produce relevant and desired guidance and support. The most recent conference of the Community Archives and Heritage Group (held in London three weeks ago) focused on examples and benefits of community groups looking for collaborative and equitable partnerships with a range of public archives without compromising their independence or autonomy.

CONCLUSION

Community Archives and State archives are not an either / or binary – support one or the other. Although their motivations and founding assumptions (to act as a counter to the public and the state) are frequently oppositional and their priorities sometimes different (access and use over preservation), they are also part of the same eco system. The archive should no longer focus so much on custodianship but instead also give strong priority to community context and ownership, and how professional archivists can help to support the whole archival eco-system.

Brazil has its own context and its own manifestations of community and social movement archives – Monica Tenaglia's comments in our joint article stressed the importance of social movements in being the first visible independent community- based archives in Brazil but also noted the rapid change and developing focus on community archives as a term and a sector over the last few years and this conference is clearly a manifestation of that. I hope that what I have said will resonate with what you know and have experienced, but some of that will also be very different and I look forward to learning much more about how community archives operate and for which communities in the next day or so.

REFERENCES

BASTIAN, J. A.; ALEXANDER, B. (eds). **Community archives:** the shaping memory. London: Facet Publishing, 2009.

BASTIAN, J. A.; FLINN, A. (eds). **Community Archives, Community Spaces:** Heritage, memory and identity. London: Facet Publishing, 2020.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **What is a community archive?** [*S.l.*], 15 jun. 2016. Available at: https://www.communityarchives.org.uk.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, p. 95-120, 2013.

FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, vol. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FLINN, A; WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, M; TENAGLIA, M; LI, M; SEIXAS, L. Bridging the Gaps Between Communities and their Memories: Comparing Community-Based Archives in Five Countries. **Comma**, n. 1, 2022. DOI 10.3828/coma.2022.10

LINDQVIST, S. **Dig where you stand**: how to research a job. Repeater books: 2023.

POOLE A. H. The information work of community archives: a systematic literature review. **Journal of Documentation**, v. 76, n. 3, p. 657–687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140.

SHIRKY, C. **Here comes everybody:** the power of organizing without organizations. London: Penguin Group, 2008.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Community archives. *In:* Society of American Archivists. **Dictionary of Archives Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, [201?]. Available at: https://dictionary.archivists.org/entry/community-archives.html.

WELLAND, S.; COSSHAM, A. Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. **Global Knowledge, Memory and Communication,** v. 68, nos. 8-9, p. 617-634, 2019. DOI: 10.1108/GKMC-04-2019-0049.



2

Andrew Flinn

"LÁ VEM TODO MUNDO"?

COMUNIDADES E SEUS ARQUIVOS – PERSPECTIVAS INTERNACIONAIS E DO REINO UNIDO[1]

1 Palestra de abertura ministrada no I Encontro de Arquivos, Cultura e Justiça Social, em 06 de agosto de 2024. Tradução: Natália Bolfarini Tognoli. Revisão: Lucia Maria Velloso de Oliveira.

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.2

INTRODUÇÃO

Bom dia. Gostaria de começar agradecendo sinceramente a todos os organizadores da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense pelo convite para participar e, de fato, abrir esta prestigiosa conferência, dedicada a um tema — os arquivos comunitários — que me é muito caro.

Esta é minha segunda visita ao Rio de Janeiro e ao Brasil. Estive aqui pela última vez em 2013 e, embora naquela ocasião eu tenha abordado brevemente os arquivos comunitários, eles não constituíam o foco principal da minha apresentação. Por isso, é realmente emocionante ser convidado de volta, mais de dez anos depois, para uma conferência em que a reflexão sobre arquivos comunitários e justiça social ocupa posição central na agenda do evento.

Permitam-me algumas palavras sobre minha trajetória. Como já foi mencionado, sou professor e pesquisador da *University College London* (UCL), no Departamento de Estudos da Informação, que abriga um dos mais antigos e prestigiados programas de pós-graduação em Arquivologia do Reino Unido. Venho pesquisando e publicando sobre arquivos comunitários há cerca de vinte anos. Mais importante, porém, é o fato de que, durante a década de 1990, trabalhei como arquivista em um grande arquivo e museu independente vinculado a movimentos sociais — o *National Museum of Labour History*, atualmente denominado *People's History Museum*, em Manchester — que compartilhava muitos atributos com os arquivos de base comunitária.

Desde minha mudança para Londres, tenho trabalhado com numerosos arquivos comunitários, tanto individualmente quanto por meio da organização da qual atualmente sou presidente, o *UK & Ireland Community Archives and Heritage Group* (CAHG), sobre a qual

falarei mais adiante. Ao longo dos anos, e particularmente nos últimos cinco anos, também tenho colaborado com colegas internacionais para compreender melhor as iniciativas de arquivos comunitários fora do Reino Unido. É esse trabalho internacional, aliado à minha experiência britânica, que fundamentará a apresentação de hoje.

Primeiramente, procurarei explicar o que são arquivos comunitários e arquivistas comunitários, com base nas definições desenvolvidas no Reino Unido e nos Estados Unidos, para questionar criticamente se esses termos são utilizados da mesma forma em diferentes países e se podem ser aplicados a todas as culturas e contextos nacionais.

Em seguida, ampliarei a discussão sobre esse trabalho internacional e sobre algumas das pesquisas comparativas iniciais que vêm sendo realizadas, destacando como espero que esta palestra e os debates promovidos por esta conferência contribuam para o avanço e o alargamento dessas discussões.

Posteriormente, retornarei ao contexto do Reino Unido para apresentar três exemplos distintos de arquivos comunitários emergentes, ou de grupos que vêm trabalhando com a terminologia e as ideias associadas a esses arquivos, de modo a demonstrar a diversidade de arquivos e de motivações existentes. Em seguida, discutirei como o lema ou metáfora "Escavando onde você está" (*Digging Where You Stand*) descreve os benefícios e os resultados decorrentes do engajamento ativo com arquivos comunitários, com o patrimônio cultural e com a produção da história.

As seções finais abordarão os desafios enfrentados por iniciativas dessa natureza e os modelos colaborativos de orientação e apoio que arquivos institucionais e financiados pelo poder público podem oferecer para enfrentá-los.

Escolhi utilizar como título desta palestra o livro *Here Comes Everybody* (2008), de Clay Shirky, que trata do potencial da cultura

participativa e auto-organizada no ambiente digital. Fiz essa escolha porque tanto a obra quanto suas ideias sobre participação criativa na cultura, no patrimônio e na produção do conhecimento dialogam profundamente com muitas das concepções que sustentaram a abordagem "faça você mesmo" (*Do-It-Yourself – DIY*) presente na expansão dos arquivos comunitários na internet durante a primeira década deste século.

Embora grande parte do otimismo em relação ao mundo digital e às ferramentas capazes de democratizar a produção do conhecimento e da cultura tenha diminuído ao longo do tempo, os arquivos comunitários continuam, em minha opinião, a representar um exemplo poderoso de como vozes alternativas — frequentemente pouco ouvidas — podem narrar suas próprias histórias e contestar narrativas históricas dominantes e excludentes, bem como os acervos patrimoniais que as sustentam.

Portanto, "**lá vem todo mundo**!" — talvez.

Ao situar a compreensão britânica e anglófona do movimento dos arquivos comunitários em um quadro internacional mais amplo, espero que vocês possam reconhecer tanto as semelhanças quanto as diferenças em relação aos arquivos comunitários brasileiros e ao lugar que ocupam no cenário arquivístico do país.

COMEÇANDO PELAS DEFINIÇÕES E POR UM POUCO DE HISTÓRIA

Então, o que queremos dizer quando falamos em arquivos comunitários? É possível oferecer uma definição? Tenho argumentado frequentemente que é difícil definir com precisão ou delimitar uma atividade tão rica e diversa quanto a dos arquivos comunitários.

Ainda assim, podemos propor uma definição ampla e inclusiva que descreva algumas características geralmente compartilhadas.

De maneira geral, eu diria que os arquivos comunitários são "arquivos da comunidade, pela comunidade e para a comunidade", sendo o primeiro e o último elementos relativamente estáveis, enquanto o componente intermediário — "pela comunidade" — admite maior variação.

As definições apresentadas aqui promovem inclusão e evitam um caráter excessivamente prescritivo.

Minha definição de 2007 (p. 153) afirma que:

> Histórias comunitárias ou arquivos comunitários são atividades de base voltadas à documentação, ao arquivamento e à exploração da herança de uma comunidade, nas quais a participação, o controle e a propriedade comunitária do projeto são essenciais. Essa atividade pode ou não ocorrer em associação com instituições formais de patrimônio, mas o impulso e a direção devem partir da própria comunidade.

Por sua vez, o Dicionário da Associação de Arquivistas Americanos ([201?]) descreve arquivos comunitários como

> Documentação de um grupo de pessoas que compartilha interesses comuns e uma herança social, cultural e histórico, geralmente criada pelos próprios membros do grupo, sendo documentada e mantida fora dos arquivos tradicionais.

Ambas as definições atribuem grande importância ao papel da comunidade na documentação e na preservação de sua própria história.

A definição tradicional ou a descrição de arquivo comunitário adotada pelo *Community Archives and Heritage Group* (CAHG) em seu sítio eletrônico concentra-se mais no tema da coleção



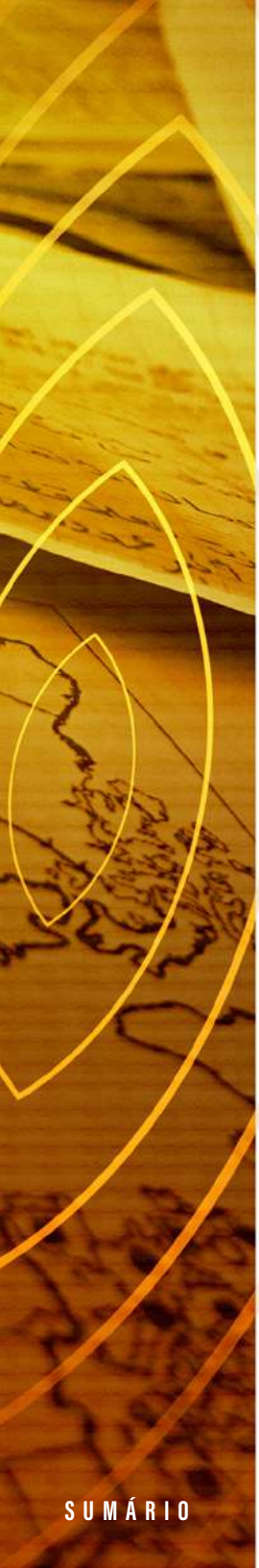
(a comunidade), e insiste no potencial da comunidade em se envolver nos processos de coleta e gestão do acervo.

> O tema da coleção é uma comunidade de pessoas. O exemplo clássico é um grupo de pessoas que vive na mesma localidade, mas também existem "comunidades de interesse", como as de pessoas que exerceram determinada profissão. [...] O processo de formação da coleção envolveu a comunidade. Normalmente isso significa que voluntários desempenharam um papel central, às vezes ao lado de arquivistas profissionais.

Vale destacar dois aspectos importantes neste ponto. Primeiro, mesmo no Reino Unido e nos Estados Unidos, muitos grupos que compartilham essas características não utilizam nem reconhecem o termo 'arquivo comunitário' (eles podem empregar denominações como museu comunitário, oficina de história oral, arquivo de movimento social, arquivo libertário (*liberatory archive)*, arquivo DIY (*Do-It-Yourself*).

Em segundo lugar, diferentes países vêm adotando essa terminologia apenas recentemente. Em alguns casos, como em Portugal, utiliza-se a expressão 'arquivo de comunidade', que pode apresentar características distintas ou menor ênfase na criação comunitária propriamente dita. Em outros contextos, como na Polônia, desenvolveu-se uma terminologia completamente diferente — *Archiwum Społeczne* (Arquivo Social ou Arquivo da Sociedade) — justamente para diferenciar essas iniciativas dos arquivos públicos ou estatais mais formais.

Quando se trata de identificar quais comunidades estão envolvidas e como elas são definidas, há uma enorme diversidade de possibilidades. Muito depende do contexto histórico e nacional de cada país, bem como da forma como se compreende o conceito de comunidade — notoriamente difícil de definir. A noção de comunidade pode estar mais relacionada ao território e à localidade, às formas de identidade social e de organização coletiva, ou a ambas



simultaneamente. No Reino Unido, é comum que os arquivos comunitários estejam associados a ambos os sentidos, representando uma multiplicidade de comunidades autodefinidas, entre elas: comunidades locais ou regionais; grupos identitários frequentemente sujeitos à marginalização em razão de classe social, gênero, etnia, religião, deficiência ou sexualidade; combinações dessas identidades; comunidades profissionais e ocupacionais; grupos vinculados a ofícios específicos; comunidades de lazer; grupos de fãs e outras formas de associação cultural.

Se aceitarmos que os arquivos comunitários — entendidos como a prática de reunir e preservar materiais relacionados a uma comunidade, fora dos limites dos arquivos públicos e estatais profissionalizados — existem há muito tempo, possivelmente tanto quanto os próprios sistemas estatais de registro, então podemos compreender por que frequentemente foram ignorados ou considerados pouco importantes e efêmeros. Uma das razões é que seus acervos costumam ser extremamente diversos e não se ajustam às concepções tradicionais de arquivo, entendidas como conjuntos documentais produzidos organicamente por uma organização no exercício de suas funções. Além disso, os arquivos comunitários frequentemente não respeitam as fronteiras convencionais entre arquivos, bibliotecas e museus. Seus acervos incluem uma diversidade de materiais físicos e digitais, originais e cópias, tais como documentos arquivísticos, fotografias, livros, jornais e periódicos, pinturas e outras obras de arte, objetos tridimensionais, efêmeras (cartazes, panfletos, ingressos, folhetos), vestimentas, filmes e vídeos, histórias orais, músicas e manifestações da cultura popular. Em alguns casos, especialmente quando o arquivo comunitário assume uma forma predominantemente digital, os materiais são digitalizados e, posteriormente, devolvidos aos membros da comunidade que os possuíam originalmente.

O ponto central é que, quando a história de uma comunidade está pouco representada nos registros formais, esses vestígios raros de atividades e experiências vividas passam a ter um valor

muito maior do que teriam em comunidades ou contextos amplamente documentados.

Por fim, ao considerarmos as diferenças entre os arquivos públicos e estatais, de um lado, e os arquivos comunitários, de outro, não devemos imaginar uma distinção absolutamente binária. Ambos fazem parte do mesmo cenário arquivístico, ou do que Anne Gilliland e outros autores denominaram de Multiverso Arquivístico (*Archival Multiverse*). Embora os arquivos comunitários frequentemente surjam em oposição às ausências, silenciamentos e apagamentos presentes nos registros oficiais, há numerosas semelhanças entre eles e os arquivos institucionais em termos de práticas, materiais e objetivos. Há também amplas possibilidades de colaboração entre os diferentes setores; inclusive, não é raro que profissionais da informação atuem como voluntários ou conselheiros em arquivos comunitários, justamente porque também são membros das comunidades envolvidas.

ABORDAGENS INTERNACIONAIS

Ao longo dos últimos vinte anos, conforme demonstrado pelas revisões de literatura realizadas por Poole (2020) e Welland e Crossham (2019), a maior parte da produção acadêmica sobre arquivos comunitários nos campos dos estudos arquivísticos e da Ciência da Informação tem sido desenvolvida no Reino Unido e nos Estados Unidos. No Reino Unido, desde 2007, pesquisadores como eu, juntamente com colegas como Fife, Ishmael, Sexton, Shepherd, Stevens e Popple, têm produzido estudos amplamente citados que descrevem e procuram definir — ou ao menos caracterizar — os arquivos comunitários tal como se apresentam no contexto britânico. Em diálogo com pesquisadores da Museologia e dos Estudos Críticos do Patrimônio, entre eles Waterton, Crooke e Candlin,

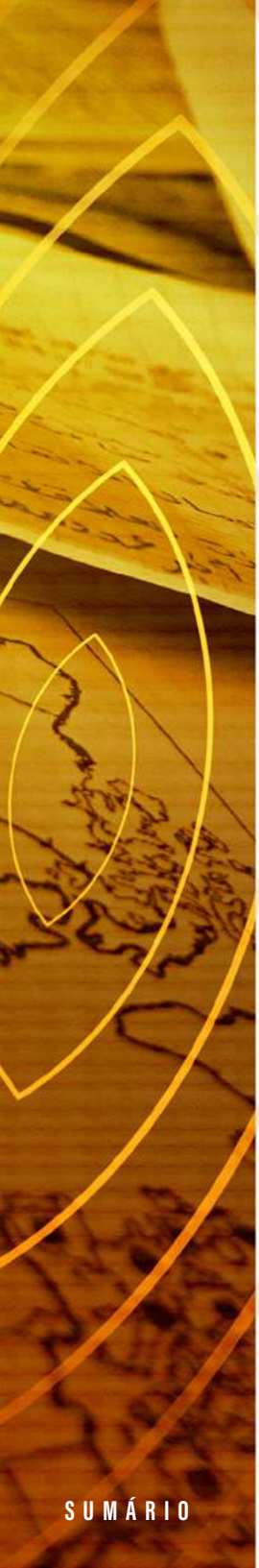
esse conjunto de trabalhos contribuiu para ampliar o reconhecimento da importância e da relevância dos arquivos comunitários já existentes e dos que vinham emergindo em diferentes contextos. Além disso, essa produção acadêmica ajudou a consolidar a visão e os fundamentos intelectuais do movimento dos arquivos comunitários no Reino Unido, representado pelo *UK & Ireland Community Archives and Heritage Group* (CAHG), fundado em 2004/2005 e incorporado à *Archives and Records Association* em 2011.

Na América do Norte, embora não tenha surgido um movimento tão formalmente estruturado quanto o CAHG para defender um amplo movimento de arquivos comunitários, a pesquisa e a produção teórica baseadas na prática comunitária desenvolvidas por Michelle Caswell e seus colaboradores, tanto no *South Asian American Digital Archive* (SAADA) quanto na Universidade da Califórnia, Los Angeles (UCLA), exerceram enorme influência. Também merece destaque o trabalho de pesquisadores como Sheffield, especialmente no desenvolvimento e na documentação da compreensão dos arquivos LGBTQ+ na América do Norte. Esses autores contribuíram significativamente para a construção de uma compreensão teórica sobre a importância e o impacto dos arquivos liderados pelas próprias comunidades. Particularmente influente foi a formulação de Caswell e seus colaboradores acerca do papel dos arquivos comunitários na promoção do que chamam de pertencimento representacional (*representational belonging*). Segundo essa perspectiva, os arquivos comunitários oferecem visibilidade a comunidades que historicamente sofrem os efeitos do que os autores denominam aniquilação simbólica (*symbolic annihilation*), isto é, a exclusão ou invisibilização de suas histórias e culturas nos registros e narrativas dominantes da sociedade norte-americana. Nesse contexto, os chamados arquivos libertários (*liberatory archives*) — expressão que desloca o foco do local e do comunitário para os grupos socialmente discriminados e minorizados — passam a desempenhar um papel central nas lutas contemporâneas por reconhecimento, memória e justiça tanto nos Estados Unidos quanto internacionalmente.

Apesar da predominância da literatura em língua inglesa na formulação de grande parte do debate e de seus principais conceitos, há muito tempo existem exemplos de arquivos comunitários e de movimentos sociais fora do mundo anglófono. Os arquivos LGBTQ+ — legais ou clandestinos — existentes em diversos países constituem apenas um exemplo dessa trajetória histórica. Na Polônia, por exemplo, onde há uma longa tradição de arquivos comunitários, foi desenvolvido um importante programa de apoio a essas iniciativas, acompanhado de uma produção acadêmica substancial sobre o tema. Destacam-se, nesse contexto, o trabalho do Centro para Arquivos Comunitários (*Center for Community Archives*) e as pesquisas da Dra. Magdalena Wiśniewska-Drewniak. Embora dialoguem com a literatura anglófona, esses estudos analisam os arquivos poloneses em seus próprios contextos históricos, conceituais e terminológicos.

Ao longo das últimas duas décadas, com a popularização da expressão 'arquivos comunitários', pesquisadores e profissionais de diversas partes do mundo passaram a interpretar seus próprios ambientes arquivísticos a partir dessa perspectiva e a refletir sobre a adequação das terminologias e teorizações oriundas do contexto anglófono. Assim, além dos arquivos comunitários poloneses, encontramos experiências bastante diversas, entre elas: projetos de história oral e cultura popular em Portugal, arquivos de movimentos sociais na Alemanha, manuscritos sagrados em folhas de palmeira pertencentes a comunidades na Tailândia, iniciativas comunitárias de patrimônio cultural em ilhas do Pacífico, museus e arquivos de trabalhadores migrantes na China, arquivos de base ativista e comunitários criados em bairros populares da África do Sul, programas recentes de apoio a arquivos comunitários e de movimentos sociais no Chile, além de outros exemplos que poderiam ser mencionados.

Nesse processo, os dois livros sobre arquivos comunitários, organizados por Jeannette Bastian — um em 2009, com Ben Alexander, e outro em 2020, comigo — desempenham um papel



fundamental ao documentar o crescimento do interesse por esses arquivos e o desenvolvimento de suas compreensões em diferentes contextos nacionais. Igualmente importante foi o papel desempenhado pelos congressos do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), realizados na Malásia (2008), na Austrália (2012), na Coreia do Sul (2016) e, mais recentemente, nos Emirados Árabes Unidos (2023), que proporcionaram espaços privilegiados para o debate e o reconhecimento dos arquivos comunitários em uma ampla variedade de contextos nacionais.

Foi nesse cenário que um grupo de pesquisadores internacionais — incluindo eu mesmo, Magdalena Wiśniewska (Polônia), Maria João Seixas (Portugal), Monica Tenaglia (Brasil) e Li (China) — passou os últimos cinco anos desenvolvendo um quadro analítico para a pesquisa comparativa internacional sobre arquivos comunitários. O projeto teve origem em discussões realizadas durante a conferência da *Archival Education and Research Initiative* (AERI), em Liverpool, em 2019, e foi aprofundado em um painel virtual realizado no ano seguinte, com representantes do Reino Unido, dos Estados Unidos, da China, da Polônia e de Portugal. A partir dessas discussões, o grupo elaborou um modelo preliminar para compreender os diferentes contextos nacionais e locais em que os arquivos comunitários se desenvolvem. Esse modelo está sendo testado em um artigo comparativo entre o Reino Unido, a Polônia e Portugal, destinado à revista *Archival Science*, bem como em um estudo mais sintético apresentado na sessão plenária do Congresso do ICA, em Roma, em 2022, que também inclui análises referentes ao Brasil e à China e será publicado pela revista *Comma*[2].

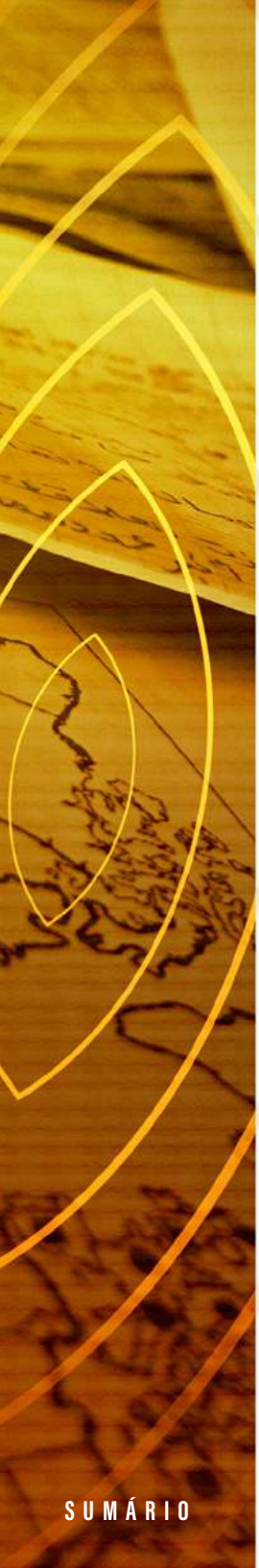
2 O artigo mencionado, intitulado Bridging the Gaps Between Communities and their Memories: Comparing Community-Based Archives in Five Countries, foi publicado no vol. 2002, n. 1 da Revista Comma (Disponível em: https://www.liverpooluniversitypress.co.uk/doi/abs/10.3828/coma.2022.10). Uma tradução do texto foi publicada na OFFICINA – Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, vol. 5, n. 1. (Nota da tradutora).

Segundo essa proposta, para compreender o caráter, a configuração e as práticas dos arquivos comunitários em qualquer país ou região, é necessário analisar seis critérios fundamentais:

1. Terminologia e definições;
2. Tipologias e características;
3. História política, social, econômica e cultural recente, bem como a estrutura social;
4. Relações com entidades externas;
5. Financiamento e apoio;
6. Legislação e sistemas nacionais de arquivos e patrimônio cultural.

Esse projeto de estrutura ainda está em desenvolvimento e aberto a discussões e aperfeiçoamentos. Entretanto, os estudos comparativos já realizados entre Portugal, Reino Unido e Polônia — posteriormente ampliados para incluir o Brasil e a China — identificaram, simultaneamente, importantes semelhanças (como as motivações para a criação dos arquivos e a importância atribuída aos acervos mantidos pelas próprias comunidades), mas diferenças significativas no que toca à terminologia, tipos de comunidades e arquivos (especialmente com relação a diferentes fatores históricos e políticos nacionais), financiamento e enquadramento legal.

Quanto aos próximos desdobramentos dessa agenda de pesquisa, estamos interessados em ampliar o debate comparativo internacional sobre arquivos comunitários por meio de encontros e redes de colaboração que incluam vozes do Sul Global, e não apenas as perspectivas ocidentais e anglófonas tradicionalmente predominantes (como a minha própria!). Mais importante ainda, buscamos construir um espaço que reúna não apenas pesquisadores, mas

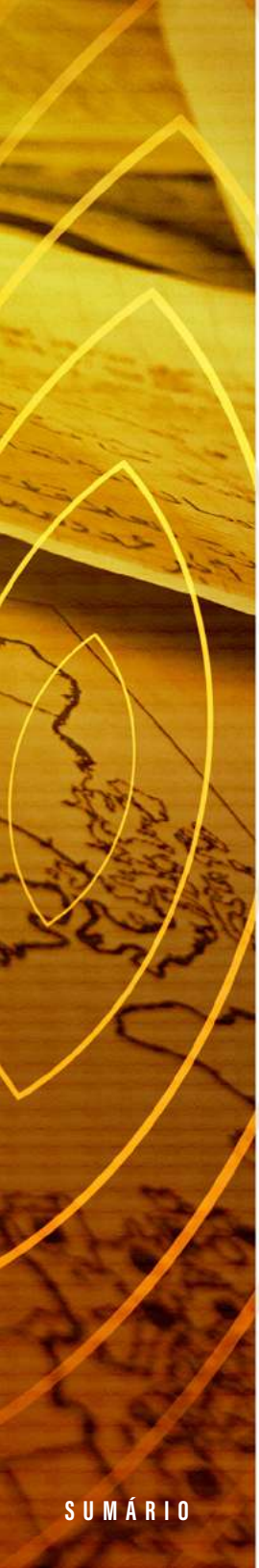


também os próprios praticantes dos arquivos comunitários, de modo a desenvolver uma base de conhecimento capaz de compreender melhor esses arquivos em escala internacional e, ao mesmo tempo, contribuir para fortalecê-los e apoiá-los.

POR QUÊ? MOTIVAÇÕES E DIVERSIDADE

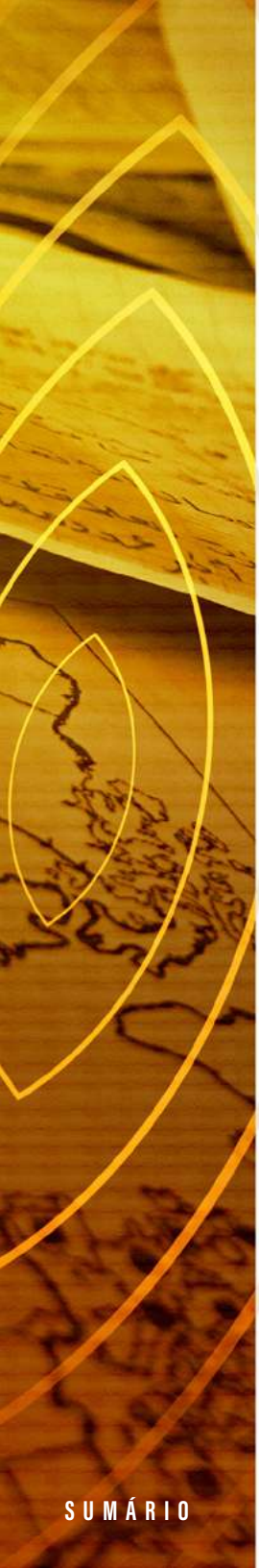
Em seguida, pretendo apresentar uma ideia da diversidade de motivações e objetivos dos arquivos comunitários no Reino Unido, descrevendo brevemente três arquivos comunitários bastante distintos com os quais tenho trabalhado nos últimos meses.

O primeiro caso refere-se a uma comunidade rural localizada nas *Highlands* escocesas, uma região relativamente remota e dotada de longa e rica história, inclusive por sua relação com a monarquia britânica, já que há um palácio real nas proximidades. A vila possui cinco coleções arquivísticas significativas, produzidas por diferentes atores e organizações comunitárias. Algumas dessas coleções pertencem a instituições de grande relevância regional e até nacional; outras, como a coleção da sociedade local de história, dispõem de poucos recursos, apesar da riqueza de seus materiais. É justamente essa sociedade de história local que vem liderando um esforço para integrar a história da comunidade por meio da criação de um portal digital que permita o acesso unificado a todas as coleções. O projeto busca preservar a propriedade e o controle dos acervos por parte das instituições e dos indivíduos responsáveis por eles, ao mesmo tempo em que os integra a uma estrutura mais ampla de arquivo comunitário. Nesse caso, o foco imediato está na ampliação do acesso à documentação pela comunidade e na captação de apoio e financiamento para viabilizar essa iniciativa.



O segundo caso também envolve uma comunidade local, mas dificilmente poderia ser mais diferente do anterior. Trata-se de uma iniciativa voltada à criação de um arquivo comunitário de justiça social, destinado a representar uma área urbana de Londres marcada por intensa diversidade social, econômica e étnica, bem como por profundas divisões internas. Essa região apresenta uma das maiores disparidades entre riqueza e pobreza da cidade. Além disso, possui uma longa história de mobilização social e de protestos contra relações desiguais de poder, história que raramente aparece nas narrativas produzidas pelos arquivos institucionais tradicionais sobre a região. As comunidades locais desenvolveram uma profunda — e, em muitos aspectos, justificada — desconfiança em relação às autoridades públicas, incluindo os serviços arquivísticos e de bibliotecas mantidos pelo governo local. Como resposta, procuram criar um **contra-arquivo** (*counter-archive*), capaz de produzir novas narrativas históricas, incorporar vozes diferentes e registrar formas de luta frequentemente ausentes dos registros oficiais. Nesse contexto, as discussões conduzidas pela comunidade concentram-se tanto em questões de acesso e uso dos documentos quanto em estratégias de preservação e de aquisição documental. A história oral, por exemplo, assume grande importância. Contudo, subjacentes a todas essas questões estão debates fundamentais acerca da relação com os arquivos governamentais locais e, sobretudo, da manutenção da propriedade, da custódia e do controle dos acervos pelas próprias comunidades.

O terceiro caso refere-se a um arquivo constituído a partir de uma diáspora política. Ele envolve ativistas individuais e organizações vinculadas ao movimento trabalhista e sindical que participam de uma longa luta contra um regime autoritário. Em consequência dessa repressão, muitas dessas organizações foram proibidas, obrigadas a atuar clandestinamente e, posteriormente, forçadas ao exílio em Londres e em outras partes do mundo. Esses grupos estão motivados a preservar os arquivos de suas lutas, incluindo documentos



organizacionais, tanto para garantir o acesso presente e futuro por pesquisadores e ativistas quanto para documentar historicamente sua trajetória política. Há também uma aspiração simbólica importante: a possibilidade de que, um dia, esses arquivos retornem ao território de onde foram removidos. Nesse caso, as discussões giram em torno de questões relacionadas à preservação dos materiais diante de um presente e de um futuro incertos. Debatem-se igualmente as alternativas de custódia: manter um arquivo comunitário independente ou estabelecer uma parceria com uma instituição arquivística considerada confiável e solidária à causa.

Assim, embora todos os exemplos envolvam a criação de arquivos comunitários, os objetivos, prioridades e resultados esperados são profundamente distintos, refletindo as necessidades específicas de cada comunidade.

ESCAVANDO ONDE VOCÊ ESTÁ:
CONTRA-ARQUIVOS E MUDANÇA SOCIAL

Na década de 1970, o escritor sueco Sven Lindqvist publicou o livro *Gräv där du står* (*Escavando onde você está*), que foi publicado integralmente em inglês pela primeira vez em 2023. A obra inspirou um movimento composto por milhares de grupos de pesquisa histórica comunitária na Escandinávia e em outras partes do mundo, influenciando gerações de iniciativas baseadas no princípio de "*Digging Where You Stand*", que continuam ativas até hoje. Embora o trabalho de Lindqvist tenha-se voltado principalmente aos trabalhadores industriais, suas ideias são relevantes para qualquer comunidade. O autor defendia que a realização, pelos próprios trabalhadores, de pesquisas históricas e da coleta de materiais relacionados às suas experiências constituía o primeiro passo para a construção

de uma "nova imagem" da sociedade e de uma nova compreensão da realidade, capazes de sustentar a construção de um presente e de um futuro diferentes. Os arquivos comunitários, especialmente aqueles associados a movimentos políticos e sociais ou a comunidades historicamente marginalizadas e discriminadas, costumam adotar uma postura semelhante em relação ao passado, ao presente e ao futuro. Essa relação foi caracterizada por mim como: **Resgatar e preservar (*Rescue & Save*) / Resistir e utilizar (*Resistance & Use*) / Aspirar e transformar (*Aspiration & Change*)**.

Praticamente todos os arquivos comunitários são motivados, em alguma medida, pelo desejo de reunir e preservar histórias e materiais documentais antes que desapareçam ou, em alguns casos, sejam destruídos fisicamente. Entretanto, raramente a simples preservação constitui um fim em si mesma - na maioria dos casos, os materiais são reunidos para que possam ser utilizados como instrumentos de resistência, educação e mobilização social. Nos movimentos sociais e trabalhistas, por exemplo, esses documentos podem ser utilizados para apoiar aquilo que Aziz Choudry denominou "ativistas que aprendem" (*learning activists*), fortalecendo processos de formação política e contribuindo para o desenvolvimento da solidariedade e da empatia que sustentam as lutas coletivas. Além disso, os arquivos comunitários são amplamente utilizados para ensinar às gerações mais jovens a história e a identidade de suas comunidades, especialmente em contextos em que essa história está ausente, foi distorcida ou é sistematicamente ignorada pelos sistemas educacionais e pelas narrativas oficiais. Nesse sentido, contribuem para combater os sentimentos de exclusão e de falta de pertencimento. Em outros casos, como ocorre com o *Syrian Archive*, os registros documentais podem desempenhar simultaneamente funções de memória e de justiça. Por um lado, servem para preservar a memória de comunidades destruídas e de indivíduos mortos em contextos de violência. Por outro lado, podem constituir evidências



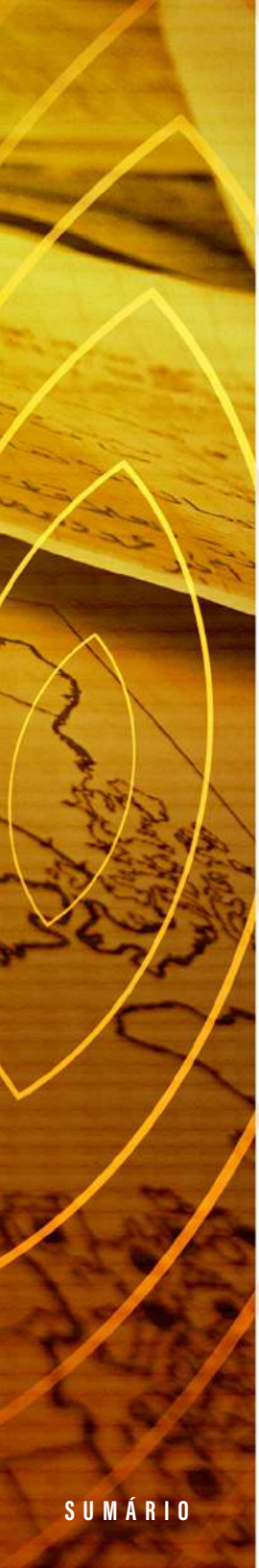
relevantes para futuros processos de justiça restaurativa e responsabilização. Dessa forma, os arquivos comunitários não se limitam a espaços de preservação do passado. Eles constituem também instrumentos para imaginar futuros alternativos, formular projetos de transformação social e promover mudanças concretas no presente e no futuro — exatamente como propunha Lindqvist em sua metáfora de "escavar onde você está".

Contudo, neste ponto, ao enfatizarmos os arquivos comunitários como espaços de inclusão, participação e transformação positiva, é igualmente importante reconhecer que não estão isentos de riscos. Assim como ocorre com outros atores do campo patrimonial — incluindo as próprias instituições nacionais de patrimônio —, também há arquivos comunitários que produzem e difundem narrativas divisivas, essencialistas ou racializadas, compartilhando patrimônio documental que exclui e cria narrativas que fomentam ativamente a divisão e conflitos em potencial.

O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE

Retomando a observação crítica feita anteriormente, uma das características mais comuns dos arquivos comunitários em diferentes partes do mundo é enfrentar desafios semelhantes para sustentar suas atividades ao longo do tempo e, consequentemente, garantir a visibilidade e a acessibilidade de seus acervos. Os desafios relacionados à sustentabilidade e ao acesso podem ser agrupados em algumas categorias principais:

O primeiro desafio — e talvez o mais impactante — diz respeito ao acesso a recursos e financiamento. Encontrar espaços para armazenar coleções e torná-las acessíveis ao público tornou-se cada vez mais difícil em muitas grandes cidades do mundo



(especialmente em cidades como Londres). Muitos arquivos comunitários funcionam em residências particulares ou em espaços pertencentes às próprias comunidades. Entretanto, quando é necessário alugar instalações externas ou buscar acomodações mais adequadas, os custos podem tornar-se extremamente elevados. Além disso, o acesso a financiamentos de longo prazo — em oposição aos financiamentos temporários vinculados a projetos específicos — costuma ser particularmente difícil.

Paralelamente à questão da preservação física e do armazenamento dos acervos, existe o desafio da gestão e da sustentabilidade das coleções digitais, sejam elas originalmente digitais (*born digital*) ou resultantes de processos de digitalização retrospectiva. A preservação e a manutenção sob custódia comunitária do que a professora Lorna Hughes, da Universidade de Glasgow, denominou **'**Conteúdo Digital Gerado pela Comunidade' (*Community Generated Digital Content*) apresentam dificuldades específicas. Esses materiais incluem não apenas arquivos digitais produzidos intencionalmente, mas também o que poderíamos chamar de arquivos "não intencionais", como conteúdos publicados em plataformas de redes sociais, como Facebook, YouTube e outros ambientes digitais e que estão sujeitos a riscos como remoção de conteúdos pelas plataformas, degradação digital, perda de acesso, obsolescência tecnológica. Nos últimos anos, a *Digital Preservation Coalition*, organização internacional dedicada à preservação digital, chegou a classificar os arquivos comunitários digitais como 'criticamente ameaçados' (*critically endangered*). Mais do que nas coleções físicas, a preservação de acervos digitais não depende apenas da disponibilidade de recursos financeiros. Ela exige também a existência contínua, dentro da própria comunidade, de conhecimentos técnicos e capacidades especializadas que assegurem a manutenção a longo prazo de coleções digitais frequentemente diversificadas e potencialmente complexas.

Os arquivos comunitários também costumam depender fortemente do trabalho voluntário. Frequentemente, suas atividades são sustentadas por um número reduzido de voluntários altamente comprometidos e detentores de conhecimentos especializados sobre a história da comunidade e sobre seus próprios acervos. Essa dependência apresenta vantagens importantes, pois favorece o uso comunitário ativo e o controle social sobre as coleções; entretanto, ela também cria riscos significativos para a sustentabilidade do arquivo a longo prazo, como a transição de financiamentos temporários para formas mais permanentes de sustentação, a transferência de responsabilidades para novas gerações de participantes (e a garantia da continuidade dos cuidados) e a capacidade de representar comunidades em constante transformação.

Outras ameaças à gestão dos acervos comunitários decorrem de questões jurídicas (proteção de dados pessoais, privacidade e sensibilidade, direitos autorais) e éticas (consentimento para uso e divulgação de conteúdos, mau uso de histórias orais, por exemplo), resultando em solicitações de retirada de materiais da internet ou restrições ao acesso público, bem como em danos reputacionais tanto para o arquivo quanto para a própria comunidade envolvida.

POSSIBILIDADES DE APOIO E COLABORAÇÃO

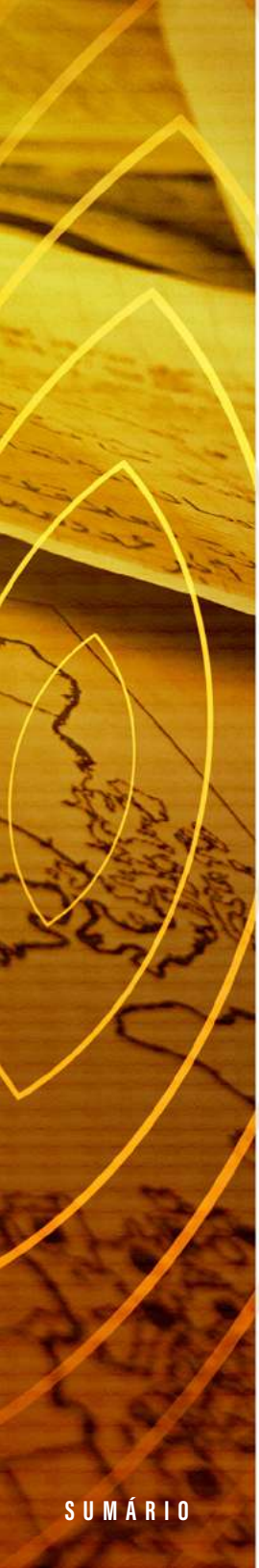
A reflexão sobre os desafios enfrentados pelos arquivos comunitários — especialmente os relacionados à sustentabilidade dos acervos diante de recursos limitados — conduz a uma questão fundamental: qual deve ser a relação entre os arquivos comunitários e as instituições externas, incluindo os arquivos públicos e estatais? No passado, a resposta predominante entre muitos profissionais

da área arquivística era relativamente simples: se as coleções estivessem ameaçadas e fossem consideradas valiosas e significativas, deveriam ser transferidas para arquivos públicos dotados de profissionais especializados e de financiamento institucional. E, de fato, ainda existem situações em que uma comunidade pode concluir que não possui mais condições ou razões para manter a custódia de seus arquivos e optar pela transferência para uma instituição arquivística formal. Entretanto, esse impulso custodial já não deve ser considerado a resposta automática ou preferencial. No Reino Unido, em algumas regiões dos Estados Unidos e em países como a Polônia, consolidou-se um entendimento cada vez mais amplo entre profissionais do patrimônio e dos arquivos de que há razões legítimas para respeitar o desejo das comunidades de manter seus acervos no contexto social que lhes deu origem.

Em seu conhecido artigo sobre os **"**quatro paradigmas em transformação**"** do pensamento e da prática arquivística, o arquivista e teórico canadense Terry Cook (2013) apresentou uma abordagem centrada na comunidade como o quarto paradigma da Arquivologia. Segundo Cook (2013, p. 114):

> Os arquivistas profissionais precisam transformar-se de especialistas de elite protegidos por muros institucionais em mentores, facilitadores e orientadores que atuem junto às comunidades, incentivando o arquivamento como um processo participativo compartilhado com amplos setores da sociedade, em vez de necessariamente adquirir todos os produtos arquivísticos para os arquivos estabelecidos.

Isso me parece, um excelente ponto de partida que apoia e respeita a ideia de que os arquivos comunitários devem permanecer, sempre que possível e desejável, nos contextos em que foram produzidos e utilizados. Ao mesmo tempo, procura identificar formas pelas quais os profissionais dos arquivos possam oferecer orientação e apoio às comunidades, permitindo que estas preservem e



gerenciem seus próprios acervos. Naturalmente, essa abordagem também apresenta desafios. Há dificuldades relacionadas ao financiamento dessas atividades voltadas para fora das instituições, especialmente em um contexto em que muitos arquivos públicos enfrentam escassez de pessoal e de recursos, além do desafio de construir relações de confiança e equidade com comunidades que frequentemente vivenciaram longos períodos de tratamento inadequado ou discriminatório por parte de órgãos públicos, incluindo instituições arquivísticas. Apesar disso, diversas pesquisas realizadas com arquivos comunitários — pelo menos no contexto britânico — demonstram que os arquivistas comunitários têm grande interesse em receber apoio e orientação de profissionais da área (sobre os mais diversos temas, como descrição, armazenamento, preservação, digitalização, financiamento, direitos autorais etc.) desde que esse apoio seja realista, redigido em linguagem acessível e oferecido como uma medida colaborativa, e não como uma norma obrigatória ou um mecanismo de regulação.

Em países como o Reino Unido e a Polônia existem organizações como o *Community Archives and Heritage Group* (CAHG) e o *Center for Community Archives*, que atuam como redes de apoio aos arquivos comunitários, promovendo redes de mentoria entre arquivos comunitários (um exemplo é o princípio irlandês do *Meitheal*, baseado na ideia de apoio mútuo e cooperação da rede de arquivos comunitários da Irlanda); estimulando a troca de experiências e aproximando arquivistas comunitários, profissionais de arquivos e especialistas em patrimônio cultural. A conferência mais recente do *Community Archives and Heritage Group*, realizada em Londres apenas três semanas antes desta palestra, concentrou-se justamente na apresentação de exemplos e benefícios decorrentes da construção de parcerias colaborativas e equitativas entre grupos comunitários e arquivos públicos, sem comprometer a independência e a autonomia das comunidades envolvidas.

CONCLUSÃO

Os arquivos comunitários e os arquivos estatais não constituem uma oposição binária em que seja necessário escolher entre apoiar um e outro. Embora suas motivações e pressupostos fundadores (atuar como prestador de contas para o público e o Estado) sejam frequentemente distintos (valorização do acesso e uso mais do que a preservação) — e muitas vezes até mesmo antagônicos —, especialmente porque os arquivos comunitários costumam surgir como resposta às ausências, silenciamentos e exclusões presentes nos arquivos públicos e estatais, ambos integram um mesmo ecossistema. OS arquivos não devem concentrar sua atenção exclusivamente na custódia documental, mas atribuir igual importância ao contexto comunitário, ao pertencimento dos acervos e às formas pelas quais os arquivistas profissionais podem contribuir para fortalecer todo o ecossistema arquivístico, e não apenas as instituições formais de custódia.

O Brasil possui seu próprio contexto histórico e suas próprias manifestações de arquivos comunitários e de movimentos sociais. Em nosso artigo conjunto, Monica Tenaglia enfatizou a importância dos movimentos sociais como os primeiros exemplos visíveis de arquivos comunitários independentes no Brasil. Ao mesmo tempo, observou a rapidez com que o interesse pelos arquivos comunitários, enquanto conceito e campo de atuação, vem crescendo nos últimos anos. Esta conferência constitui, claramente, uma manifestação desse processo de expansão e consolidação. Espero que muitas das questões discutidas nesta apresentação encontrem ressonância em suas próprias experiências e conhecimentos sobre os arquivos comunitários brasileiros. Ao mesmo tempo, reconheço que parte do que apresentei certamente será diferente das realidades vividas neste país. Por isso, aguardo com entusiasmo a oportunidade de aprender, ao longo dos próximos dias, mais sobre como os arquivos comunitários operam no Brasil e sobre as comunidades que representam.

REFERÊNCIAS

BASTIAN, J. A.; ALEXANDER, B. (eds). **Community archives:** the shaping memory. London: Facet Publishing, 2009.

BASTIAN, J. A.; FLINN, A. (eds). **Community Archives, Community Spaces:** Heritage, memory and identity. London: Facet Publishing, 2020.

COMMUNITY ARCHIVES AND HERITAGE GROUP. **What is a community archive?** [*S.l.*], 15 jun. 2016. Disponível em: https://www.communityarchives.org.uk. Acesso em: 11 jun. 2026.

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, p. 95-120, 2013.

FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, vol. 28, n. 2, p. 151-176, 2007.

FLINN, A.; WIŚNIEWSKA-DREWNIAK, M.; TENAGLIA, M.; LI, M.; SEIXAS, L. Bridging the Gaps Between Communities and their Memories: Comparing Community-Based Archives in Five Countries. **Comma**, n. 1, 2022. DOI 10.3828/coma.2022.10

LINDQVIST, S. **Dig where you stand**: how to research a job. Repeater books: 2023.

POOLE A. H. The information work of community archives: a systematic literature review. **Journal of Documentation**, v. 76, n. 3, p. 657–687, 2020. DOI: 10.1108/JD-07-2019-0140.

SHIRKY, C. **Here comes everybody:** the power of organizing without organizations. London: Penguin Group, 2008.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Community archives. *In:* Society of American Archivists. **Dictionary of Archives Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, [201?]. Disponível em: https://dictionary.archivists.org/entry/community-archives.html. Acesso em: 11 jun. 2026.

WELLAND, S.; COSSHAM, A. Defining the undefinable: an analysis of definitions of community archives. **Global Knowledge, Memory and Communication,** v. 68, nos. 8-9, p. 617-634, 2019. DOI: 10.1108/GKMC-04-2019-0049.



3

Marta Lucia Giraldo Lopera

LA IMAGINACIÓN ARCHIVÍSTICA EN ACCIÓN:

ARTE Y ARCHIVOS ACTIVISTAS[1]

1 Una versión posterior de este texto fue publicada como: GIRALDO, M.; TOBÓN, D. Archivos sin vergüenzas: imaginando memorias futuras. **Co-herencia**, v. 22, n. 43, p. 261-290, 2025. DOI: 10.17230/co-herencia.22.43.10

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.3

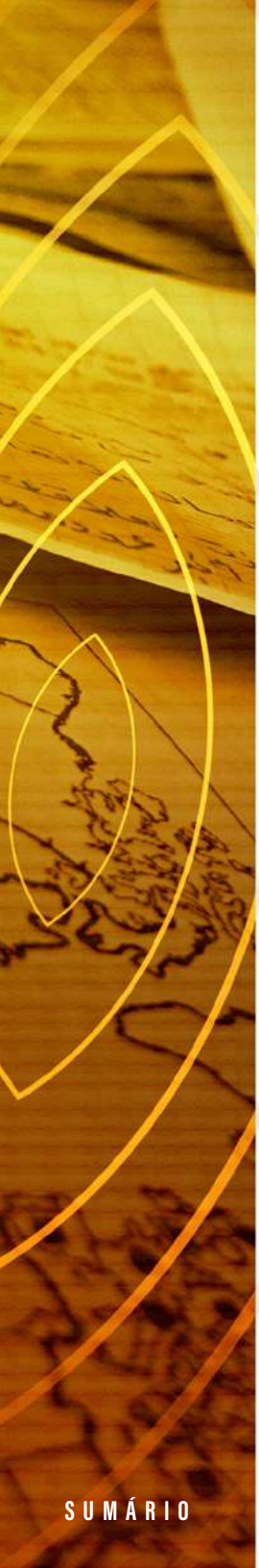
El trabajo de archivo es una apertura sin fin a lo que es «otro» y una incansable insistencia en una justicia por venir (Harris, 2017, p. 3).

PUNTO DE PARTIDA

"¿Dónde hallar el archivo de quienes no se quiere consignar nada?" se pregunta Didi-Huberman (2014, p. 30). Quizá en las manos de esas mismas personas invisibles y olvidadas. Quizá son ellas quienes han apelado a la imaginación archivística para conformar sus archivos y, con ellos, luchar por su reconocimiento y elaborar las memorias de sus luchas.

Esta ponencia analiza tres casos de archivos activistas que gravitan entre lo artístico y lo político-social, y que visibilizan las vidas que los han recogido, cuidado, guardado, encarnado: el *Archivo de la Memoria Trans*, una iniciativa con sede en Argentina pero con numerosas conexiones transnacionales; el *Registro Contracultural*, una plataforma que surge en Chile a partir del estallido social; y el proyecto *Archivo del Dolor Menstrual*, gestado en Colombia con el lema "¡Saquemos el dolor menstrual del silencio, juntxs!". Las tres iniciativas surgen en estrecha relación con el ecosistema artístico latinoamericano, constituyen ámbitos hospitalarios para la resistencia y encarnan una respuesta contundente a las formas dominantes de representación de las cuales han sido excluidas. Allí radica uno de sus mayores logros, en su capacidad de constituir formas de justicia que contrarresten la aniquilación simbólica de estos grupos marginados.

El reconocimiento de la existencia de estos archivos importa para la archivística porque la impulsa a ampliar sus horizontes teóricos y metodológicos, y en particular la obliga a repensar la noción de archivo que constituye su objeto de estudio. Asimismo,

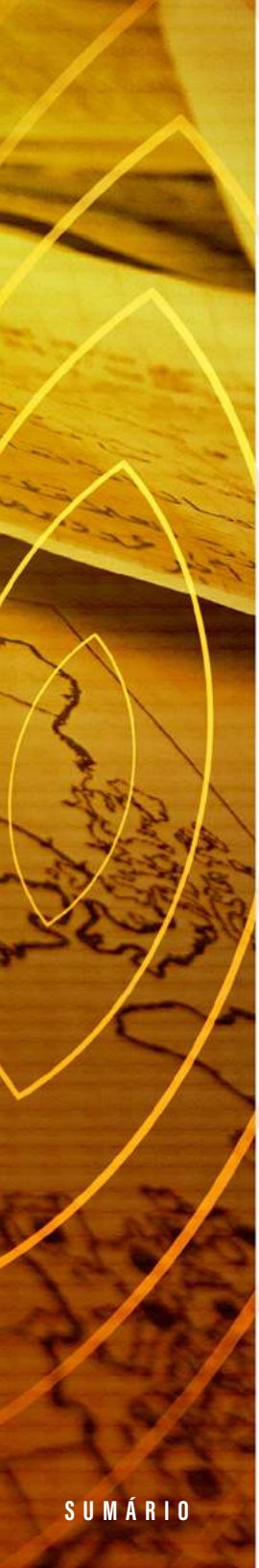


permite analizar rasgos del activismo archivístico desplegado en favor de la realización de la justicia social, la documentación de voces silenciadas y la elaboración y transmisión de la memoria cultural (Assmann, 2011).

LOS ARCHIVOS DE LA GENTE

En una conferencia pronunciada ante la Sociedad Americana de Archivistas (SAA) en 1970, el historiador estadounidense Howard Zinn hacía un llamado a los archivistas para "que se tomen la molestia de recopilar todo un mundo de material documental sobre la vida, los deseos, las necesidades de la gente común" (1977, p. 25). De este modo -continuaba diciendo- se logrará que "la condición, las quejas, la voluntad del pueblo se conviertan en una fuerza en la nación" (p. 25). Zinn invitaba a los archivistas a abandonar la pretendida neutralidad que había caracterizado su trabajo y a tomar partido a favor de la gente, de sus derechos y de su representación en la esfera pública.

Más de 50 años después de la conferencia de Zinn, su llamado sigue teniendo vigencia. Los déficits de nuestras democracias, las violaciones sistemáticas de los derechos humanos, la crisis climática global, entre otros problemas que aquejan a la humanidad, hacen necesario desafiar las banderas de la imparcialidad, la neutralidad y la objetividad, que en la práctica han permitido la instrumentalización de los archivos para diversos proyectos colonialistas, represivos y excluyentes. Vladan Vukliš y Anne Gilliland (2016) plantean que, en contextos de injusticia social en los que la vida y la dignidad de las personas están amenazadas, los archivistas deben asumir un "compromiso social activo en los procesos de creación, captura, descripción y difusión de documentos de archivo. El conjunto de prácticas que marcan este compromiso es lo que hoy en día se conoce cada vez más como «activismo archivístico»" (Vukliš; Gilliland, 2016, p. 3).



En ese sentido, Andrew Flinn y Ben Alexander (2015) han planteado que el activismo archivístico parte del reconocimiento del poder social de los archivos y, por ende, de los archivistas. Según Randall Jimerson (2009, p. 258), esto no implica "que los archiveros asuman una posición partidista, pero sí que reconozcan que su profesión está inherente e inevitablemente comprometida en las luchas de poder político para definir la naturaleza de la sociedad". Desde esta perspectiva, el activismo aspira a amplificar la voz de las personas y comunidades históricamente marginadas, a expandir el trabajo archivístico en aras de lograr la democratización del patrimonio documental, y a promover la justicia social como parte del ejercicio profesional.

Verne Harris (2002) ha instado a los archivistas a usar su poder para corregir las desigualdades perpetuadas por los archivos y ha hecho un llamado a la «hospitalidad» para acoger al «otro» en el archivo, lo que incluye a cualquier comunidad o individuo que no se vea representado en el relato histórico dominante. Harris (2002, p. 85-86) les exige a los archivistas que reconozcan su propio poder y lo usen de tal manera que

> respeten a todos los "otros", [que] inviten a todos los "otros" al archivo. De modo que, tanto si ponen a disposición documentos de archivo como si los describen o evalúan los sistemas de conservación, escuchen atentamente las voces de los marginados o excluidos por las relaciones de poder imperantes.

Michelle Caswell, Ricardo Punzalan y T-Kay Sangwand (2017) han planteado que la teoría crítica de los archivos se ha venido desarrollando para ayudarnos a comprender el poder que tienen los archivos, para entender "-cómo opera [ese poder], a través de quién y por qué- y para crear nuevas prácticas archivísticas que liberen el potencial humano en lugar de oprimirlo basándose en categorías como la raza, el género, la clase, la sexualidad y la capacidad" (2017, p. 3). Desde esta perspectiva, los archivos comunitarios y participativos

pueden ser vistos como lugares privilegiados para las prácticas archivísticas activistas que ayuden a socavar las estructuras de dominación que impiden la realización de la justicia social (Cifor *et al.*, 2018; Gilliland; McKemmish, 2014; Thorpe, 2017).

En América Latina encontramos iniciativas que se inscriben en un marco de convergencia entre archivos activistas y archivos de prácticas artísticas comunitarias. Nada mejor para explicar este punto de encuentro que la Red Conceptualismos del Sur, formada en 2007. La Red "busca actuar en el campo de disputas epistemológicas, artísticas y políticas del presente [...] trabaja por incidir en la dimensión crítica de prácticas artísticas, archivísticas, curatoriales y de movimientos sociales" (Red Conceptualismos del Sur, 2019). Uno de los cuatro nodos de "trabajo y afectos" de la RedCSur es el de "Archivos". Este nodo se guía por los principios éticos y políticos que han plasmado en su *Llamamiento por una política común de archivos.* La RedCSur difunde y activa un conjunto de acervos documentales de prácticas artísticas a través del sitio web *Archivos en Uso*. Uno de sus propósitos es mantener la integridad e indivisibilidad de estos acervos, generando condiciones para la preservación y difusión e impidiendo que se despoje a los colectivos o personas de sus documentos. La archivista Paulina Bravo (2019, p. 131) plantea que "no son papeles lo que conservamos [...], sino a la comunidad que los produjo, a ese colectivo que da prueba de su existencia y de su proyecto político mediante su producción documental". Esto es particularmente importante en el contexto latinoamericano, en el que la falta de recursos pone en riesgo la existencia de estos archivos y favorece su venta y apropiación por coleccionistas e instituciones foráneas. La transformación de estos archivos en simples objetos con valor de cambio en el mercado global del arte traiciona el sentido de las prácticas artísticas comunitarias que les han dado lugar, y que se contraponen a las lógicas de circulación del conocimiento y los bienes culturales en la economía neoliberal (Carvajal; Cristiá; Manzi, 2022a; Gentile, 2018; Richard, 2021).

¿Cómo abordar los problemas de creación, preservación y activación de estos archivos activistas en contextos de pobreza, injusticia y violencia? La imaginación archivística se erige como una estrategia creativa y valiente para superarlos. La noción de imaginación archivística hace parte del llamamiento a una *Política común de archivos* impulsada por la Red Conceptualismos del Sur (2019), y aparece también expresada en el pensamiento de mujeres como Paulina Varas, Moira Cristiá, Javiera Manzi o Fernanda Carvajal (Carvajal; Cristiá; Manzi, 2022b; Giglietti; Sedán, 2020; Varas, 2018). La entendemos como una invocación, como un principio de acción para corregir los desajustes que se dan entre la aplicación de principios archivísticos canónicos y la precariedad de recursos disponibles para ciertos grupos sociales, comunidades y personas a la hora de documentar su propia existencia, sus agencias. Según Paulina Varas (2018, p. 29), cuando se invoca la imaginación archivística

> no se trata de negar un tipo de saber y práctica archivística, sino de despojarse de los límites que muchas veces las formas de hacer-bien instalan en nuestra práctica, y otro modo de recoger aquello que el proceso de trabajo con los documentos nos inquieta y deja en suspenso.

En el caso de los archivos de las prácticas artísticas activistas que se abordan aquí es muy claro que los acervos se han gestado, reunido, sostenido y activado gracias a la invocación de la imaginación archivística.

En una investigación sobre arte y archivo en Iberoamérica, caracterizamos la función estratégica del archivo como una máquina, con tres acciones básicas: "Recoger: crear un archivo a partir de la selección y acumulación de objetos. Montar: crear ordenes que conectan los objetos del archivo entre sí. Movilizar: activar el archivo, darle nuevos significados a partir de usos que generan efectos en comunidades" (Tobón *et al.*, 2024, p. 20). Esta ponencia analiza las realizaciones de la imaginación archivística en términos de estas acciones, es decir, indaga de qué manera la imaginación archivística

propone formas de recoger, montar o movilizar que responden a la invocación de justicia social teniendo en cuenta los desafíos y potenciales de situaciones concretas. En la descripción de cada caso se intentará dar cuenta del contexto en el que ha sido creado, las motivaciones que han llevado a la conformación del archivo, y los rasgos que caracterizan la invocación a la imaginación archivística.

EL ARCHIVO DE LA MEMORIA TRANS

> Estar juntas fue la manera que encontramos de resistir a las múltiples formas de violencia ejercidas por la sociedad civil y el Estado. Mantenernos unidas es lo que hacemos para reforzar, mediante la construcción de este archivo, la potencia de nuestros vínculos" (Archivo de la Memoria Trans).

El Archivo de la Memoria Trans (AMT) es una iniciativa que busca la protección, la construcción y la reivindicación de la memoria trans, desarrollada por militantes de las luchas por los derechos de las personas trans y travestis en Argentina. A comienzos del siglo XXI Claudia Pía Baudracco, concibió la idea de un archivo trans y comenzó a crearlo. En 2012, Baudracco falleció, y el archivo fue heredado por María Belén Correa.

En el contexto de su creación fueron determinantes por lo menos tres procesos. Uno es el activismo por la verdad y la justicia que, a pesar de las tensiones internas entre distintas fuerzas sociales, comienza a cobrar fuerza en Argentina tras el fin de la dictadura militar en 1983 y desemboca, a inicios del siglo XXI, en una política pública de memoria que aglutina las demandas de los organismos defensores de derechos humanos, incluyendo a las activistas trans y travestis (Salerno, 2024). Otro es la sanción, en 2012, de la ley de identidad de género que permite, por lo menos en el papel, la restitución de los derechos de las personas trans y su posibilidad de hacer parte de la

democracia (Theumer, 2020). En un horizonte más amplio, el archivo de la memoria trans se conecta con las luchas transnacionales por la liberación y los derechos de transexuales, lesbianas, gays, bisexuales y queer, y la creación de archivos que las documentan y que transmiten las memorias de las injusticias sufridas y las memorias de sus propios activismos (Salerno, 2024; Sheffield, 2020).

El Archivo de la Memoria Trans recoge, entre otros: cartas, videos, testimonios, expedientes policiales, recortes de prensa y fotografías que muestran a personas trans en su vida cotidiana, en fiestas de carnaval, en viajes. El germen del archivo fue una caja de documentos que María Belén Correa heredó de Pía Baudracco. A partir de este germen el archivo ha crecido sumando los materiales que han recogido, especialmente a través una campaña en Facebook, red social que, además, ha posibilitado el registro de "encuentros y desencuentros, debates, noticias y emoticones, todo eso es parte del Archivo" (Comedi, 2016).

El archivo se fue creando intuitivamente. En 2018, recibió una beca por parte del Programa Ibermemoria Sonora, Fotográfica y Audiovisual, lo que les permitió obtener recursos económicos y formación especializada para ordenar los documentos bajo ciertos criterios archivísticos. Así, el archivo está organizado por:

- **Fondo:** categoría que aglutina el conjunto de documentos heredados, recogidos y gestados.
- **Secciones:** una clasificación que agrupa los tipos y soportes documentales: fotografía, video, cartas, telegramas, tickets aéreos, postales, entre otros.
- **Series:** descriptores que permiten clasificar los acontecimientos que marcan las vidas documentadas: cumpleaños, fiestas, exilio, el carnaval, el trabajo sexual, etc.

Cabe resaltar que esta clasificación no es rígida y dado que se trata de un archivo abierto es posible que nuevas categorías emerjan. Así, por ejemplo, recientemente se añadió el descriptor "Trabajos, profesiones y oficios". Según Daniele Salerno (2024, p. 346),

> Esta adición responde a la aprobación entre 2020 y 2021, de dos leyes destinadas a apoyar a las personas trans en su acceso al mercado laboral [...] Este cambio habla de la naturaleza constructiva y siempre evolutiva del archivo activista: está organizado no solamente con el propósito de documentar el pasado, sino para apoyar las luchas presentes y prever cambios para un futuro mejor.

Esta flexibilidad da cuenta también de la potencia política del sistema de ordenación y descripción, que se crea y tiene sentido en tanto que permite afirmar el marco de reconocimiento de las personas trans.

El archivo se ha movilizado a través de muestras artísticas, exposiciones, podcast, libros, manifestaciones públicas, radionovelas, entre otras. La primera muestra a partir del archivo se hizo en la sede de la Federación Argentina LGBT, titulada: *La construcción de una Líder* (2014), comprendió una retrospectiva de la vida de Claudia Pía Baudracco, incluyó fotos, cartas y objetos. En 2015, se montó *En Busca de la Libertad: Exilio y Carnaval*, contó con la curaduría de la artista visual Cecilia Estalles, quien ya se había acercado al Archivo para hacer un trabajo documental sobre Gina Vivancco, una mujer trans asesinada en 1991. Allí se exhibieron fotografías y objetos vinculados a las fiestas y documentos que retrataban las vidas en el exilio, entre ellos el pasaporte de María Belén Correa, en el cual constaba su condición de exiliada política en Estados Unidos como consecuencia de la creciente represión policial en 2001. En 2017, en el Centro Cultural de la Memoria "Haroldo Conti" se exhibió la muestra *Ésta se fue, a ésta la mataron, ésta murió* (2017). Sobre ella dice María Belén Correa

> expusimos 500 fotos en tamaños grandes, en forma de marquitos, de distintos tamaños, hicimos un árbol de la vida donde cada una podía anotar el nombre de su compañera muerta, hicimos un área que era "infancia", "festejos", "vida cotidiana" y "exilio" y toda una secuencia de camas [...]Ahí fue que nos hicimos muy conocidas, fue la ventana en la que nos encontraron porque prácticamente ahí supieron que nosotras existíamos, por más que veníamos desde hace un tiempo atrás trabajando (Proyecto Ballena, 2020).

La activación del archivo y su supervivencia, ha sido posible gracias a la construcción de alianzas, al despliegue de estrategias, a la solidaridad, a las vidas que le han dedicado tiempo y esfuerzo.

Dado que se trata de un archivo activista, el despliegue de su potencia se alcanza en los efectos que produce. La constitución del Archivo transforma el estatus de los documentos, de lo privado a lo social, de lo doméstico a la esfera pública, de lo reprimido al reconocimiento. Con ello se opera una transformación en las vidas de quienes lo han cuidado, especialmente en términos de su reconocimiento. En una entrevista realizada en 2020 María Belén Correa dice: "Dejaron de tratarnos como maricones y empezaron a tratarnos como curadoras, como coleccionistas, como conservadoras, como archivistas, como artistas; nos empezaron a tratar y respetar distintos colegas de esa forma" (Entrevista a María Belén Correa citada en Oneglia, 2021, p. 131).

Quienes han emprendido la creación del Archivo de la Memoria Trans han apelado a la imaginación archivística para hacerlo funcionar con toda su fuerza. En relación con la memoria cultural, el archivo cumple tres funciones centrales: la protección de las memorias trans, su construcción y su reivindicación. Protección, porque la memoria de las comunidades trans es tan frágil como sus vidas, que transcurren en los márgenes de la sociedad, en contravía de normas y leyes, lejos de las familias y otros marcos sociales de la memoria, y, por tanto, bajo el riesgo constante de desaparición.

Construcción, porque la memoria colectiva es un tejido vivo que requiere de un espacio donde experiencias, sueños y pesadillas puedan compartirse, el Archivo permite a la comunidad trans construir su propia historia. Reivindicación, porque poner estas imágenes en un espacio público que hasta entonces las ha invisibilizado es, por sí mismo, una exigencia de reconocimiento: reivindica la realidad material de su existencia y su dignidad (Tobón *et al*., 2024).

El Archivo de la Memoria Trans es una herramienta disponible para el activismo de las luchas trans en el presente y en el futuro. Igualmente es un instrumento de denuncia de la transfobia y, en sí mismo, constituye un aporte a la lucha transnacional por el reconocimiento y los derechos de las personas trans.

REGISTRO CONTRACULTURAL

> "La idea de generar un archivo partió por una necesidad personal de encontrar un **lugar seguro** donde guardar los materiales asociados a las **performance** y poder **difundir** el trabajo, ya que por aquellos años realizaba muchas prácticas post porno que tenían como consecuencia mucha **censura** en las redes sociales que usaba" (Benavente Esquivel, 2021, p. 105, énfasis propio).

Estas son palabras de Anastasia María Catalina Benavente (profesora y escritora), una de las personas creadoras del Registro Contracultural, un archivo audiovisual gestado partir del estallido social en Chile en 2019, por un equipo interdisciplinario que incluía también a Andrés Valenzuela (diseñador digital), Dinko Covacevich (ingeniero agrónomo) y Dimarco Carrasco (historiador y archivista).

La creación del Registro Contracultural se inscribe en el marco de la crisis social y política que desembocó en el estallido social chileno de 2019. El detonante fueron las manifestaciones

de los estudiantes en Santiago contra el aumento en los precios del transporte público (Urrejola, 2019). Este reclamo fue extendiéndose y cobrando fuerza a lo largo y ancho del país, en lo que Nelly Richards ha denominado el "itinerario vertiginoso" de la revuelta social (2020), un itinerario signado por profundas rupturas y mutaciones del ordenamiento neoliberal, incluyendo la apuesta por una nueva constitución que pusiera fin a la heredada de la dictadura de Augusto Pinochet. El estallido social fue también un estallido artístico, estuvo caracterizado por acciones creativas, por la apropiación del espacio público a través de expresiones como el esténcil, el grafiti, la proyección lumínica y *performances* por colectivos artísticos (Pinto; Bello, 2022).

En la génesis del Registro Contracultural se encuentra una necesidad de la comunidad artística que se reúne en torno al performance y diversas formas de activismos artísticos que se puso en evidencia con el estallido: la de registrar una serie de acciones y obras efímeras, cuya circulación en el mundo del arte y en plataformas públicas estaba restringida. En respuesta a esta necesidad, el Registro Contracultural comenzó a realizar marchas, muestras de video, conversatorios, convocatorias, construcción de una línea de tiempo sobre el estallido social, talleres, entre otros (Benavente Esquivel, 2021).

El Registro Contracultural se crea con la intención de documentar distintas performances cuyo contenido representara alguna forma de contracultura en torno a la matriz heterosexual, al sistema neoliberal, al colonialismo y a otras formas de violencia y opresión (Benavente Esquivel, 2021). Inició con un diagnóstico sobre los problemas relacionados con la acción, la preservación, la difusión y la memoria de obras y artistas ligados a la performance, en él participaron artistas de distintas regiones de Chile. A partir del diagnóstico, establecieron una serie de categorías fundamentales a la hora de preservar y estudiar el registro de las obras. En torno a estos temas se recogieron registros en video, fotografías, notas de prensa, artículos

críticos, entre otros. El propósito principal era crear "un espacio seguro donde habitar, para seguir produciendo estas manifestaciones políticas y artísticas, transformadoras de hoy" (Benavente Esquivel, 2021, p. 87). El Registro Contracultural ha sido concebido como «un archivo abierto, compuesto por relatos polifónicos, no hegemónicos, que a menudo han sido borrados de la historia oficial del arte» (Registro contracultural, [202-?]).

La imaginación archivística se ha desplegado desde la concepción y creación del archivo como espacio seguro para la preservación de huellas de obras que, por su propia naturaleza, tienen un carácter efímero. Este despliegue implicó pensar en nuevas formas de archivar haciendo uso de nuevas tecnologías, implicó imaginar otras formas de ordenar y preservar la información. Uno de los logros de esta iniciativa ha sido la de recoger documentos dispersos, conservados en condiciones precarias, sin acceso público.

Ante el desafío que implica el registro del arte de la performance se optó por la "multimodalidad discursiva como una forma de generar el archivo, a través de la explicitación de los diferentes códigos presentes en una obra y de esta manera ampliar las posibilidades de lectura y uso de un archivo"(Benavente Esquivel, 2021, p. 107). En consecuencia, cada pieza está descrita a partir de la reseña de los artistas, sus colaboradores, "una galería fotográfica, videos, música, notas de prensa, artículos críticos, entre otros elementos susceptibles de ser archivados" (Benavente Esquivel, 2021, p. 108). La elaboración de la ficha técnica, a su vez, implicó una ética del cuidado y permitió "afianzar los lazos cómplices y creativos de cada equipo de performance" (Benavente Esquivel, 2021, p. 141).

En este caso, la imaginación archivística también se ha desplegado para activar el archivo. Hoy en día el Registro Contracultural está disponible públicamente a través de un sitio web autogestionado con el objetivo de "difundir y poner a disposición prácticas artísticas que van más allá del arte institucional en Chile, tomando como punto

de partida sexualidades no heteronormativas y una perspectiva crítica, feminista e interseccional" (Registro contracultural, [202-?]). El acervo incluye obras de referencia para artistas, historiadores, productores, medios de comunicación, críticos de arte y público en general. A partir del reconocimiento de las dificultades que puede tener la comprensión de ciertas obras del performance, se diseñaron varias estrategias de mediación, como fichas técnicas, categorización y textos críticos sobre performance (Benavente Esquivel, 2021).

El Registro Contracultural es sobre todo una plataforma artística y política. El archivo permite el registro y estabilización de las obras que tienen un carácter efímero, posibilita su difusión y apropiación, mientras que sirve de soporte para las luchas y los reclamos que siguen teniendo vigencia. En un plano más amplio, la existencia del archivo ha gestado una comunidad que gira en torno al *performance* (Benavente Esquivel, 2021) y la proyecta hacia el futuro: usuarios "la existencia de este archivo no solo empodera a quienes archivamos sino a lxs diferentes sujetxs involucrados en su producción y a quienes navegarán por la página, siguiendo las diferentes rutas" (Benavente Esquivel, 2021, p. 87–88).

ARCHIVO DEL DOLOR MENSTRUAL

> Estamos haciendo [...] un archivo del dolor menstrual, por eso invitamos a mujeres, hombres trans y personas no binarias para que griten con nosotras esas dolencias que nos hemos callado...

Estas palabras hacen parte del llamado a conformar el Archivo del Dolor Menstrual. En la génesis de este proyecto está el llamado público que hicieron las colectivas @bixacolectivx, @somoshiedras y @bombonoficinadecosas a través de las redes sociales en 2023, convocando a los *Encuentros un grito de dolor, un grito de libertad*.

Estos encuentros reunieron a varias mujeres en torno a las preguntas por el dolor menstrual, la endometriosis, el aborto, la tubectomía, la histerectomía, la cesárea y otras intervenciones y dolencias que involucran el útero. A ello se sumó, la iniciativa de la artista Evelin Velásquez de fotografiar

> cuerpos atravesados por dolores uterinos, con huella de intervenciones quirúrgicas o sin ella [...][Hacer] un diario colectivo del dolor, con retratos, con las cicatrices que nos acompañan, con la emocionalidad de sabernos sangrantes, nombrémoslo con la cámara que es espejo de la herida y con la palabra, que es alivio (Velásquez, 2023).

El Archivo de Dolor Menstrual fue posible por la confluencia de varios factores en Colombia, entre ellos la despenalización del aborto hasta la semana 24 de gestación, el debate y aprobación de la Ley de la endometriosis y la puesta de las violencias basadas en género en la conversación pública.

El despliegue de la imaginación archivística en este caso empieza con los *Encuentros*, espacios para la construcción de confianza y escucha. Una vez establecidas estas condiciones, emerge el deseo de registrar y de reunir documentos que den cuenta del propio sufrimiento como un acto emancipador y político. Se hace una convocatoria a través de Instagram, esta incluía una clasificación preestablecida con los siguientes temas:

- **La sangre**: prendas que se manchan, los productos de gestión menstrual que usas, la textura en tu piel.
- **La cicatriz**: la huella en tu cuerpo de laparoscopias o cirugías que tengan que ver con tu útero.
- **El gesto del dolor**: cómo se transforman tu rostro y tu cuerpo cuando el dolor menstrual aparece (pueden ser selfies)
- **El gesto del cuidado**: las acciones que realizas para cuidarte, por ejemplo, bañarte con agüita caliente, hacer yoga.

También cabe cómo te cuidan quienes te aman, incluyendo tus mascotas...

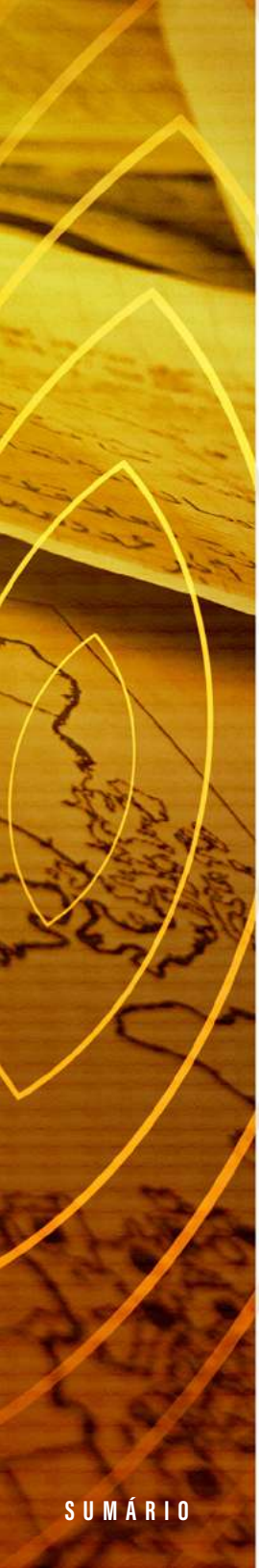
- **Los objetos del cuidado**: bolsitas de agua caliente, plantas, bebidas, alimentos, pastillas, todo lo que creas que te ayuda a mermar el dolor...
- **Los conjuros de sangre**: si ritualizas tu sangre menstrual, si fecundas con ella la tierra, si conectas tu ciclo con el de la luna...
- **Los paisajes menstruales**: ¿cómo ves los días mientras menstrúas? ¿cómo cambia tu perspectiva del mundo?

El llamado invitaba a enviar en formato digital fotografías, textos, dibujos, pinturas, bordados alusivos a los temas propuestos, además de documentos que registraran formas de agencia y resistencia de las mujeres, historias y conocimientos que se han transmitido de generación en generación. Esta iniciativa, aún en marcha, busca reunir rastros dispersos, escondidos, reprimidos en torno al dolor menstrual, encontrar lo que no se ha perdido, hacer existir aquello que en cierto sentido no existe.

En torno a la gestación del archivo se crea una comunidad afectiva. El llamado al archivo y su constitución misma es una forma de activismo archivístico y artístico. Este archivo insumiso, que reúne la potencia de todas, se convierte en obra de arte colectiva activada en la exposición pública *Roca de fuego* e incluyó

> imágenes, textos, tejidos y rituales [que] devienen del coraje extraordinario y de la fuerza vital que ha sostenido a tantísimas mujeres en los abismos del dolor menstrual, en las heridas y las cicatrices que se hincan con intensidad sobre sus cuerpos y que trazan geografías inhóspitas de soledad (BIXACOLECTIVX, 2023).

El archivo a través de su movilización en la exposición *Roca de fuego* constituye un aporte a la visibilización de ciertas luchas por la justicia social en el contexto de género. La creación del archivo



permite la emergencia de voces silenciadas, de dolores normalizados y reprimidos.

A través del archivo del dolor menstrual se lucha por alcanzar una forma de reconocimiento (Honneth, 2011). La imaginación archivística se despliega a través de esta iniciativa para denunciar, a través de evidencias y testimonios, que las mujeres que sufren de endometriosis y de dolores menstruales son víctimas de una relativa invisibilidad social. Se trata de un tipo de invisibilidad particular pues funciona en la medida en que es internalizada por las víctimas. La sociedad no sólo niega la importancia de esos dolores que les impiden disfrutar una vida plena, sino que obliga a quienes los sufren a ocultarlos. Hay una serie de convenciones culturales ampliamente extendidas que hacen de la menstruación y el dolor menstrual cuestiones tabú, de las que no se habla, y que a través de un largo proceso educativo hace que las mujeres se avergüencen de esos aspectos de sus propios cuerpos, como algo sucio e incluso culpable. Esta vergüenza es el motor de la negación de ese aspecto de la experiencia y la existencia femenina, y constituye un obstáculo a las exigencias de justicia social y de solidaridad por parte de las mujeres que padecen enfermedades como la endometriosis. Para ellas, esta ausencia de reconocimiento es una injusticia.

La invisibilidad de las mujeres que sufren endometriosis se da en la ausencia de ciertos gestos que sería de esperar de quienes los ven. Los gestos serían fundamentalmente los gestos de la compasión, como gesto normativamente exigible frente a ciertas formas de daños graves y no merecidos, que de hecho están codificados normativamente en términos jurídicos en muchos casos (por ejemplo, en el caso colombiano, se ha aprobado en 2023 la Ley para el Abordaje Integral de la Endometriosis).

El Archivo del dolor menstrual se erige en espacio cooperativo para el reconocimiento del dolor y del sufrimiento, en fuente de evidencias para nombrar aquello que no se podía decir y en

herramienta política al servicio de las luchas por la justicia de género. Ha servido de plataforma para una conversación urgente y su sobrevivencia dependerá de los cuidados que se le prodiguen, teniendo en cuenta su soporte digital, lo sensible de sus temas, el mantenimiento de la confianza. En este caso, como en los anteriores, el principio de reunión de los documentos es un trabajo siempre en proceso que responde a los recursos disponibles, a las insistencias, a las fuerzas de una voluntad colectiva.

APUNTES FINALES

En estas tres iniciativas podemos identificar los vínculos entre archivo, comunidad, arte y activismo. Tobón *et al*. (2024, p. 10) hemos planteado que este tipo de acervos "provienen de una comunidad, exigen de una comunidad para su gestión, o construyen una comunidad en torno suyo". Asimismo, son ejemplo de lo que podríamos denominar archivos de vidas subterráneas, que documentan formas de vida precarias, invisibilizadas de la historia oficial, pero que no cesan de buscar otras formas de expresión estética y política. Los tres casos muestran la agencia y el poder liberador que pueden representar los archivos cuando se crean en apoyo a las luchas por el reconocimiento y cuando logran socavar las relaciones de poder dominantes. En los tres casos, la creación de archivos activistas permite a los colectivos y comunidades que los han gestado y cuidado la posibilidad de apropiarse e identificarse con un pasado común y movilizarlo en favor de sus luchas presentes y futuras. Aquí, el activismo archivístico se transforma en activismo de la memoria.

En los tres casos analizados podemos advertir el reconocimiento del poder de los archivos y de las personas que los han gestado, a través del activismo archivístico y en respuesta a un compromiso social activo, con los derechos de las personas trans,

las memorias de las performances de contenido contracultural y el reconocimiento del dolor menstrual. En los tres casos vemos también que lo que importa no es la organización normalizada de los documentos: se apoyan en ella, pero también la exceden cuando es necesario para cumplir el criterio superior de aspirar a la justicia social. Lo fundamental es la disponibilidad del archivo al servicio de sus necesidades. Los llamados a contribuir con la conformación de los archivos, las posibilidades de acceso y de uso, la gentileza de los cuidados que se les prodigan, escapan muchas veces a las prácticas archivísticas más tradicionales.

Apelar a la imaginación archivística es también una invitación a permanecer flexibles y creativas para generar tácticas que permitan sostener los archivos que deben servir a las luchas que los han constituido. Implica también, una ética del cuidado y del afecto respecto de los documentos y de las vidas que representan.

Como lo han propuesto Michelle Caswell, Ricardo Punzalan y T-Kay Sangwand (2017), la existencia de archivos como los abordados permite soñar con sociedades más democráticas en las cuáles el poder se reparta de manera más justa y equitativa, en la que la transfobia, el patriarcado, la heteronormatividad y "otras formas de opresión sean nombradas y cuestionadas, en la que se reconozcan, imaginen y promulguen mundos diferentes y diferentes formas de estar en esos mundos" (Caswell; Punzalan. Sangwand, 2017, p. 7). Si la archivología quiere comprometerse con este ideal de realización de la justicia social, deberá cambiar la forma en la que conceptualizamos los archivos, deberá transformar radicalmente su campo de conocimiento e incentivar una práctica archivística comprometida.

Finalmente, esta ponencia rinde un homenaje especial a todas aquellas personas que se han comprometido con la creación de archivos, que han invertido tiempo y esfuerzo, que han batallado contra la falta de recursos, que con paciencia y cuidado han hecho una labor imprescindible para el reconocimiento social y la memoria cultural.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Traducción: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BENAVENTE ESQUIVEL, A. M. C. **Reflexiones críticas en torno a la construcción de un archivo virtual de performances producidas en Chile (www. registro contracultural. cl):** Experiencia basada en la multimodalidad del discurso y bajo el alero de la investigación-acción. 2021. Tesis (Magíster en Estudios de Género y Cultura) – Universidad de Chile, Santiago, 2021.

BIXACOLECTIVX. **Archivo del dolor menstrual.** [*S.l.*], 18 set. 2023. Instagram: @bixacolectivx. Disponible en: https://www.instagram.com/p/CxVjGjMOV9z/

BRAVO, P. Por una archivística para los archivos del común. *In:* CARVAJAL, F.; DÁVILA FREIRE, M.; TAPIA, M. (eds.). **Archivos del común II:** el archivo anómico. [Buenos Aires?]: Red de Conceptualismos del Sur, 2019, p. 128–131.

CARVAJAL, F.; CRISTIÁ, M.; MANZI, J. (eds.). **Archivos del común III:** ¿Archivos inapropiables? [Buenos Aires?]: Pasafronteras, 2022a.

CARVAJAL, F.; CRISTIÁ, M.; MANZI, J. Imaginación archivística y corresponsabilidad: Interrogantes y propuestas para una política común de archivos. *In*: CARVAJAL, F.; CRISTIÁ, M.; MANZI, J. (eds.). **Archivos del común III:** ¿Archivos inapropiables? [Buenos Aires?]: Pasafronteras, 2022b, p. 144–155.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. K. Critical archival studies: An introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento, v. 1, n. 2, p. 1–8, 2017. Disponible en: https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/50

CIFOR, M.; CASWELL, M.; MIGONI, A. A.; GERACI, N. "What We Do Crosses over to Activism": The Politics and Practice of Community Archives. **The Public Historian**, Oakland, v. 40, n. 2, p. 69–95, 2018. DOI: 10.1525/tph.2018.40.2.69

COMEDI, A. Archivo de la Memoria Trans: Ésta se fue, ésta murió, ésta ya no está. **Revista Anfibia,** [*s.l.*], 22 jun. 2016. Disponible en: https://www.revistaanfibia.com/esta-se-fue-esta-murio-esta-ya-no-esta/

DIDI-HUBERMAN, G. **Pueblos expuestos, pueblos figurantes**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2014.

FLINN, A.; ALEXANDER, B. Humanizing an inevitability political craft: Introduction to the special issue on archiving activism and activist archiving. **Archival Science**, [*s.l.*], v. 15, p. 329–335, 2015. DOI: 10.1007/s10502-015-9260-6

GENTILE, L. Políticas de archivo: Análisis comparativo de los programas del ICAA y Red Conceptualismos del Sur. **Cuadernos de Historia del Arte**, Mendoza, n. 31, p. 19-46, 2018. Disponible en: http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/122105

GIGLIETTI, N.; SEDÁN, E. Sur-sur. Estrategias para la imaginación archivística: Entrevista a Moira Cristiá. **Nimio**, La Plata, n. 7, p. 1–20, 2020. Disponible en: https://papelcosido.fba.unlp.edu.ar/ojs/index.php/nimio/article/view/1151

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S. The role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation and recovery. **Atlanti**, [*s.l.*], v. 14, n. 1, p. 79–88, 2014. Disponible en: https://www.iias-trieste-maribor.eu/wp-content/uploads/atti/2014/gilliland.pdf

HARRIS, V. Insistering Derrida: Cixous, deconstruction, and the work of archive. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento, v. 1, n. 2, 2017. Disponible en: http://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/28

HARRIS, V. The archival sliver: Power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, [*s.l.*], v. 2, nos. 1-2, p. 63–86, 2002. DOI: 10.1007/BF02435631

HONNETH, A. **La sociedad del desprecio**. Traducción: B. Herzog, F. J. Hernández. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

JIMERSON, R. C. **Archives power**: Memory, accountability, and social justice. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

ONEGLIA, M. "Ésta se fue, ésta se murió, ésta ya no está": El Archivo de la Memoria Trans: En búsqueda de la construcción de una memoria propia. *In:* CALDO, P.: DE PAZ TRUEBA, Y.; VASALLO, J. (eds.). **Historia, mujeres, archivos y patrimonio cultural. [**Buenos Aires]: Instituto de Investigaciones Socio Históricas Regionales, 2021. v. 1, p. 123-134.

PINTO, I.; BELLO, M. J. La revuelta performativa: Hacia una noción expandida de cuerpos e imágenes en el espacio público a partir del estallido social chileno. **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 192–219, 2022. DOI: 10.11144/javeriana.mavae17-1.rphn

PROYECTO BALLENA. Conferencia: Nelly Richard. De la revuelta social a la nueva Constitución en Chile. [*s.l.: s.n.*], 2020. 1 video (47 min). Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=pIl8SJEW9Hw

RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR. Por una política común de archivos. Llamamiento a un acuerdo de buenas prácticas. **Red Conceptualismos del Sur**. [Santiago], 22 dez. 2019. Disponible en: https://redcsur.net/2019/12/22/por-una-politica-comun-de-archivos-llamamiento-a-un-acuerdo-de-buenas-practicas/

REGISTRO CONTRACULTURAL. [*S.l.*], [202-?]. Disponible en: https://registrocontracultural.cl/

RICHARD, N. **Zona de tumultos:** Memoria, arte y feminismo. Textos reunidos de Nelly Richard: 1986-2020. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SALERNO, D. An Instituting Archive for Memory Activism: The Archivo de la Memoria Trans de Argentina. **Memory Studies**, [*s.l.*], v. 17, n. 2, p. 332–348, 2024. DOI: 10.1177/17506980221150900

SHEFFIELD, R. T. **Documenting Rebellions:** A Study of Four Lesbian and Gay Archives in Queer Times. Sacramento: Litwin Books, 2020.

THEUMER, E. The self-perceived gender identity. **Interventions**, [*s.l.*], v. 22, n. 4, p. 498–513, 2020. DOI: 10.1080/1369801X.2020.1749708

THORPE, K. Aboriginal Community Archives: A Case Study in Ethical Community Research. *In:* GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (eds.). **Research in the Archival Multiverse**. Clayton: Monash University Press, Melbourne, 2017, p. 900-934.

TOBÓN, D.; GIRALDO, M.; VILLEGAS, A.; COIMBRA, J. Archives are Machines: A Review of Artistic Discourses on Art and Archives in Iberoamerica, 2011-2022. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 47, n. 3, 2024.

URREJOLA, J. La cronología del estallido social de Chile. **Deutsche Welle (DW)**, [*s.l.*], 25 nov. 2019. Disponible en: https://www.dw.com/es/la-cronolog%C3%ADa-del-estallido-social-de-chile/a-51407726

VARAS, P. Archivum delicatum. *In:* DONOSO, L. (ed.). **El arte y la acción en el presente**. Santiago: Ocho Libros Editores, 2018, p. 19–45.

VELÁSQUEZ, E. **Estamos construyendo un archivo del dolor menstrual**. [*S.l.*], 18 set. 2023. Instagram: @bixacolectivx. Disponible en: https://www.instagram.com/p/CxVjGjMOV9z/?hl=es

VUKLIŠ, V., GILLILAND, A. J. Archival activism: Emerging forms, local applications. *In*: FILEJ, B. (ed.). **Archives in the Service of People**: People in the Service of Archives. Maribor: Alma Mater Europea. 2016, p. 14–25.

ZINN, H. Secrecy, Archives and the Public Interest. **The Midwestern Archivist**, [*s.l.*], v. 2, n. 2, p. 14–26, 1977. Disponible en: https://www.jstor.org/stable/41101382

4

Marta Lucia Giraldo Lopera

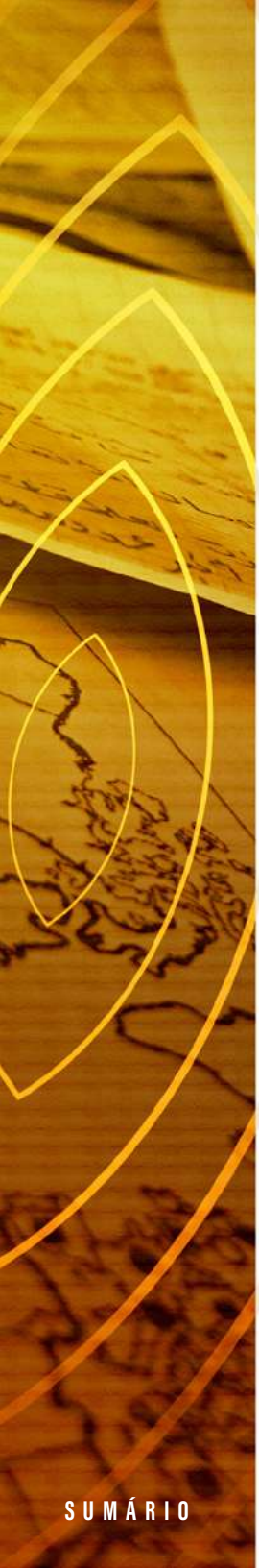
A IMAGINAÇÃO ARQUIVÍSTICA EM AÇÃO:

ARTE E ARQUIVOS ATIVISTAS[12]

1 Tradução de Anderson Berbesi. Revisão de Bianca Panisset.

2 Uma versão posterior deste texto foi publicada como: GIRALDO, M.; TOBÓN, D. Archivos sin vergüenzas: imaginando memorias futuras. Co-herencia, v. 22, n. 43, p. 261-290, 2025. DOI: 10.17230/co-herencia.22.43.10

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.4



O trabalho de arquivo é uma abertura sem fim para o que é 'outro' e uma incansável insistência em uma justiça por vir (Harris, 2017, p. 3).

PONTO DE PARTIDA

"Onde encontrar o arquivo daqueles de quem não se quer consignar nada?", pergunta-se Didi-Huberman (2014, p. 30). Talvez nas mãos dessas mesmas pessoas invisíveis e esquecidas. Talvez sejam elas que recorreram à imaginação arquivística para constituir seus arquivos e, com eles, lutar por seu reconhecimento e elaborar as memórias de suas lutas.

Esta palestra analisa três casos de arquivos ativistas que transitam entre o artístico e o político-social, e que visibilizam as vidas que os recolheram, cuidaram, guardaram, encarnaram: o *Archivo de la Memoria Trans*, uma iniciativa sediada na Argentina, mas com inúmeras conexões transnacionais; o *Registro Contracultural*, uma plataforma que surge no Chile a partir do levante social; e o projeto *Archivo del Dolor Menstrual*, gestado na Colômbia com o lema "Tiremos a dor menstrual do silêncio, juntxs!". As três iniciativas surgem em estreita relação com o ecossistema artístico latino-americano, constituem espaços hospitaleiros para a resistência e encarnam uma resposta contundente às formas dominantes de representação das quais foram excluídas. Aí reside um de seus maiores êxitos, na sua capacidade de constituir formas de justiça que neutralizem a aniquilação simbólica desses grupos marginalizados.

O reconhecimento da existência desses arquivos importa para a Arquivologia porque a impulsiona a ampliar seus horizontes teóricos e metodológicos e, em particular, a obriga a repensar a noção de arquivo que constitui seu objeto de estudo. Além disso, permite

analisar traços do ativismo arquivístico desenvolvido em prol da realização da justiça social, da documentação de vozes silenciadas e da elaboração e transmissão da memória cultural (Assmann, 2011).

OS ARQUIVOS DO POVO

Em uma conferência proferida perante a Sociedade Americana de Arquivistas (SAA) em 1970, o historiador estadunidense Howard Zinn fazia um chamado aos arquivistas para "dar-se ao trabalho de compilar um mundo totalmente novo de material documental sobre as vidas, desejos e necessidades das pessoas comuns" (1977, p. 25). Desse modo — continuava dizendo — buscaria garantir que "a condição, as reivindicações e a vontade das classes subalternas [se tornassem] uma força na nação" (p. 25). Zinn convidava os arquivistas a abandonar a suposta neutralidade que havia caracterizado seu trabalho e a tomar partido em favor do povo, de seus direitos e de sua representação na esfera pública.

Mais de 50 anos após a conferência de Zinn, seu chamado continua vigente. Os déficits de nossas democracias, as violações sistemáticas dos direitos humanos e a crise climática global, entre outros problemas que afligem a humanidade, tornam necessário desafiar as bandeiras da imparcialidade, da neutralidade e da objetividade, que, na prática, permitiram a instrumentalização dos arquivos para diversos projetos colonialistas, repressivos e excludentes. Vladan Vukliš e Anne Gilliland (2016) propõem que, em contextos de injustiça social nos quais a vida e a dignidade das pessoas estão ameaçadas, os arquivistas devem assumir um "engajamento social ativo nos processos de criação, captura, descrição e disseminação de documentos arquivísticos. O conjunto de práticas que marca esse engajamento é o que hoje é cada vez mais denominado 'ativismo arquivístico'" (Vukliš; Gilliland, 2016, p. 3).

Nesse sentido, Andrew Flinn e Ben Alexander (2015) apontam que o ativismo arquivístico parte do reconhecimento do poder social dos arquivos e, portanto, dos arquivistas. Segundo Randall Jimerson (2009, p. 258), isso não implica "que os arquivistas assumam uma posição partidária, mas exige que reconheçam que sua profissão está, intrínseca e inevitavelmente, engajada em lutas de poder político para definir a natureza da sociedade". A partir dessa perspectiva, o ativismo aspira a amplificar a voz das pessoas e comunidades historicamente marginalizadas, a expandir o trabalho arquivístico com o objetivo de alcançar a democratização do patrimônio documental e a promover a justiça social como parte do exercício profissional.

Verne Harris (2002) instou os arquivistas a usarem seu poder para corrigir as desigualdades perpetuadas pelos arquivos e fez um chamado à «hospitalidade» para acolher o «outro» no arquivo, o que inclui qualquer comunidade ou indivíduo que não se veja representado na narrativa histórica dominante. Harris (2002, p. 85–86) exige que os arquivistas reconheçam seu próprio poder e o utilizem de tal forma que:

> respeitem cada 'outro', [que] convidem cada 'outro' para o arquivo. De modo que, quer estejam disponibilizando documentos, descrevendo documentos ou avaliando sistemas de gestão de documentos, escutem atentamente as vozes daqueles que são marginalizados ou excluídos pelas relações de poder vigentes.

Michelle Caswell, Ricardo Punzalan e T-Kay Sangwand (2017) apontam que a teoria crítica dos arquivos vem se desenvolvendo para nos ajudar a compreender o poder que os arquivos possuem, para entender "como [esse poder] opera, por meio de quem e por quê — e para criar novas práticas arquivísticas que libertem o potencial humano em vez de oprimi-lo com base em categorias como raça, gênero, classe, sexualidade e capacidade" (2017, p. 3). Sob essa perspectiva, os arquivos comunitários e participativos podem ser

vistos como espaços privilegiados para práticas arquivísticas ativistas que ajudem a minar as estruturas de dominação que impedem a realização da justiça social (Cifor *et al.*, 2018; Gilliland; McKemmish, 2014; Thorpe, 2017).

Na América Latina, encontramos iniciativas que se inscrevem em um quadro de convergência entre arquivos ativistas e arquivos de práticas artísticas comunitárias. Nada melhor para explicar esse ponto de encontro do que a *Red Conceptualismos del Sur* (RedCSur), formada em 2007. A Rede "busca atuar no campo de disputas epistemológicas, artísticas e políticas do presente [...] trabalha para incidir na dimensão crítica de práticas artísticas, arquivísticas, curatoriais e de movimentos sociais" (Red Conceptualismos del Sur, 2019). Um dos quatro nós de "trabalho e afetos" da RedCSur é o de "Arquivos". Esse nó guia-se pelos princípios éticos e políticos plasmados em seu *Llamamiento por una política común de archivos* (Chamamento por uma política comum de arquivos). A RedCSur difunde e ativa um conjunto de acervos documentais de práticas artísticas por meio do site *Archivos en Uso*. Um dos seus propósitos é manter a integridade e a indivisibilidade desses acervos, gerando condições para a preservação e difusão, e impedindo que coletivos ou pessoas sejam despojados de seus documentos. A arquivista Paulina Bravo (2019, p, 131) aponta que "não são papéis o que conservamos [...], mas sim a comunidade que os produziu, esse coletivo que comprova sua existência e seu projeto político por meio de sua produção documental". Isso é particularmente importante no contexto latino-americano, no qual a falta de recursos põe em risco a existência desses arquivos e favorece sua venda e apropriação por colecionadores e instituições estrangeiras. A transformação desses arquivos em simples objetos com valor de troca no mercado global da arte trai o sentido das práticas artísticas comunitárias que lhes deram origem, as quais se contrapõem às lógicas de circulação do conhecimento e dos bens culturais na economia neoliberal (Carvajal; Cristiá; Manzi, 2022a; Gentile, 2018; Richard, 2021).

Como abordar os problemas de criação, preservação e mobilização desses arquivos ativistas em contextos de pobreza, injustiça e violência? A imaginação arquivística ergue-se como uma estratégia criativa e corajosa para superá-los. A noção de imaginação arquivística faz parte do chamamento para uma *Política común de archivos* (Política comum de arquivos) impulsionada pela *Red Conceptualismos del Sur* (2019), e aparece também expressa no pensamento de mulheres como Paulina Varas, Moira Cristiá, Javiera Manzi ou Fernanda Carvajal (Carvajal; Cristiá; Manzi, 2022b; Giglietti; Sedán, 2020; Varas, 2018). Compreendemo-la como uma invocação, um princípio de ação para corrigir os descompassos que ocorrem entre a aplicação de princípios arquivísticos canônicos e a precariedade de recursos disponíveis para certos grupos sociais, comunidades e pessoas no momento de documentar sua própria existência, suas agências. Segundo Paulina Varas (2018, p. 29), quando se invoca a imaginação arquivística:

> não se trata de negar um tipo de saber e prática arquivística, mas de despojar-se dos limites que muitas vezes as formas de fazer-bem instalam em nossa prática, e outro modo de acolher aquilo que o processo de trabalho com os documentos nos inquieta e deixa em suspenso.

No caso dos arquivos das práticas artísticas ativistas abordadas aqui, é muito claro que os acervos foram gestados, reunidos, mantidos e mobilizados graças à invocação da imaginação arquivística.

Em uma pesquisa sobre arte e arquivo na Ibero-América, caracterizamos a função estratégica do arquivo como uma máquina, com três ações básicas: "Recolher: criar um arquivo a partir da seleção e acumulação de objetos. Montar: criar ordens que conectam os objetos do arquivo entre si. Mobilizar: ativar o arquivo, dando-lhe novos significados a partir de usos que geram efeitos nas comunidades" (Tobón *et al.*, 2024, p. 20). Esta palestra analisa as realizações da imaginação arquivística em termos dessas ações, isto é, indaga de que maneira a imaginação arquivística propõe formas

de recolher, montar ou mobilizar que respondem à invocação da justiça social, levando em consideração os desafios e potenciais de situações concretas. Na descrição de cada caso, buscar-se-á dar conta do contexto em que foi criado, das motivações que levaram à conformação do arquivo e dos traços que caracterizam a invocação da imaginação arquivística.

EL ARCHIVO DE LA MEMORIA TRANS

> Estar juntas foi a maneira que encontramos para resistir às múltiplas formas de violência exercidas pela sociedade civil e pelo Estado. Mantermo-nos unidas é o que fazemos para reforçar, mediante a construção deste arquivo, a potência de nossos vínculos" (*Archivo de la Memoria Trans*).

O *Archivo de la Memoria Trans* (AMT) é uma iniciativa que busca a proteção, a construção e a reivindicação da memória trans, desenvolvida por militantes das lutas pelos direitos das pessoas trans e travestis na Argentina. No início do século XXI, Claudia Pía Baudracco concebeu a ideia de um arquivo trans e começou a criá-lo. Em 2012, Baudracco faleceu, e o arquivo foi herdado por María Belén Correa.

No contexto de sua criação, foram determinantes pelo menos três processos. Um deles é o ativismo pela verdade e pela justiça que, apesar das tensões internas entre distintas forças sociais, começa a ganhar força na Argentina após o fim da ditadura militar em 1983 e deságua, no início do século XXI, em uma política pública de memória que aglutina as demandas dos organismos de defesa dos direitos humanos, incluindo as ativistas trans e travestis (Salerno, 2024). Outro é a sanção, em 2012, da lei de identidade de gênero que permite, pelo menos no papel, a restituição dos direitos das pessoas trans e sua possibilidade de fazer parte da democracia (Theumer,

2020). Em um horizonte mais amplo, *El Archivo de la Memoria Trans* se conecta com as lutas transnacionais pela libertação e pelos direitos de transexuais, lésbicas, gays, bissexuais e queer, e com a criação de arquivos que as documentam e que transmitem as memórias das injustiças sofridas e as memórias de seus próprios ativismos (Salerno, 2024; Sheffield, 2020).

O *Archivo de la Memoria Trans* recolhe, entre outros: cartas, vídeos, depoimentos, registros policiais, recortes de imprensa e fotografias que mostram pessoas trans em sua vida cotidiana, em festas de carnaval, em viagens. A origem do arquivo deu-se a partir de uma caixa de documentos que María Belén Correa herdou de Pía Baudracco. A partir desse conjunto inicial, o arquivo cresceu somando os materiais que foram recolhidos, especialmente por meio de uma campanha no Facebook, rede social que, além disso, possibilitou o registro de "encontros e desencontros, debates, notícias e emoticons, tudo isso é parte do Arquivo" (Comedi, 2016).

O arquivo foi sendo criado intuitivamente. Em 2018, recebeu uma bolsa do *Programa Ibermemoria Sonora, Fotográfica y Audiovisual* (Programa Ibermemoria Sonora, Fotográfica e Audiovisual), o que lhes permitiu obter recursos econômicos e formação especializada para ordenar os documentos sob certos critérios arquivísticos. Assim, o arquivo está organizado por:

- **Fundo:** categoria que aglutina o conjunto de documentos herdados, recolhidos e gestados.
- **Seções:** uma classificação que agrupa os tipos e suportes documentais: fotografia, vídeo, cartas, telegramas, passagens aéreas, cartões-postais, entre outros.
- **Séries:** descritores que permitem classificar os acontecimentos que marcam as vidas documentadas: aniversários, festas, exílio, o carnaval, o trabalho sexual, etc.

Cabe ressaltar que essa classificação não é rígida e, dado que se trata de um arquivo aberto, é possível que novas categorias emerjam. Assim, por exemplo, recentemente foi adicionado o descritor "Trabalhos, profissões e ofícios". Segundo Daniele Salerno (2024, p. 346),

> Esta adição responde à aprovação, entre 2020 e 2021, de duas leis destinadas a apoiar as pessoas trans em seu acesso ao mercado de trabalho [...] Essa mudança fala da natureza construtiva e sempre evolutiva do arquivo ativista: ele é organizado não apenas com o propósito de documentar o passado, mas para apoiar as lutas presentes e prever mudanças para um futuro melhor.

Essa flexibilidade demonstra também a potência política do sistema de arranjo e descrição, que é criado e faz sentido na medida em que permite afirmar o marco de reconhecimento das pessoas trans.

O arquivo tem se mobilizado por meio de mostras artísticas, exposições, podcasts, livros, manifestações públicas, radionovelas, entre outras. A primeira mostra a partir do arquivo foi realizada na sede da *Federación Argentina LGBT*, intitulada: *La construcción de una Líder* (2014), e compreendeu uma retrospectiva da vida de Claudia Pía Baudracco, incluindo fotos, cartas e objetos. Em 2015, foi montada *En Busca de la Libertad: Exilio y Carnaval*, que contou com a curadoria da artista visual Cecilia Estalles, a qual já havia se aproximado do Arquivo para realizar um trabalho documental sobre Gina Vivancco, uma mulher trans assassinada em 1991. Ali foram exibidas fotografias e objetos vinculados às festas, além de documentos que retratavam as vidas no exílio, entre eles o passaporte de María Belén Correa, no qual constava sua condição de exilada política nos Estados Unidos como consequência da crescente repressão policial em 2001. Em 2017, no *Centro Cultural de la Memoria "Haroldo Conti"*, exibiu-se a mostra *Ésta se fue, a ésta la mataron, ésta murió* (2017). Sobre ela, María Belén Correa diz:

> expusemos 500 fotos em tamanhos grandes, em forma de pequenas molduras, de diferentes tamanhos, fizemos uma árvore da vida onde cada uma podia anotar o nome de sua companheira morta, fizemos uma área que era "infância", "festejos", "vida cotidiana" e "exílio" e toda uma sequência de camas [...] Foi aí que nos tornamos muito conhecidas, foi a janela pela qual nos encontraram, porque praticamente ali souberam que nós existíamos, por mais que já viéssemos trabalhando há algum tempo (Proyecto Ballena, 2020).

A ativação do arquivo e sua sobrevivência têm sido possíveis graças à construção de alianças, ao desdobramento de estratégias, à solidariedade e às vidas que lhe dedicaram tempo e esforço.

Dado que se trata de um arquivo ativista, o desdobramento de sua potência é alcançado nos efeitos que produz. A constituição do Arquivo transforma o status dos documentos: do privado ao social, do doméstico à esfera pública, do reprimido ao reconhecimento. Com isso, opera-se uma transformação nas vidas de quem o tem cuidado, especialmente em termos de seu reconhecimento. Em uma entrevista realizada em 2020, María Belén Correa afirma: "Deixaram de nos tratar como maricas e começaram a nos tratar como curadoras, como colecionadoras, como conservadoras, como arquivistas, como artistas; diferentes colegas começaram a nos tratar e a nos respeitar dessa forma" (Entrevista com María Belén Correa citada em Oneglia, 2021, p. 131).

Aqueles que empreenderam a criação do *Archivo de la Memoria Trans* recorreram à imaginação arquivística para fazê-lo funcionar com toda a sua força. Em relação à memória cultural, o arquivo cumpre três funções centrais: a proteção das memórias trans, sua construção e sua reivindicação. Proteção, porque a memória das comunidades trans é tão frágil quanto suas vidas, que transcorrem às margens da sociedade, na contramão de normas e leis, longe das famílias e de outros marcos sociais da memória e, portanto, sob o risco constante de desaparecimento. Construção,

porque a memória coletiva é um tecido vivo que requer um espaço onde experiências, sonhos e pesadelos possam ser compartilhados, o Arquivo permite à comunidade trans construir sua própria história. Reivindicação, porque colocar essas imagens em um espaço público que até então as invisibilizou é, por si só, uma exigência de reconhecimento: reivindica a realidade material de sua existência e sua dignidade (Tobón *et al.*, 2024).

O *Archivo de la Memoria Trans* é uma ferramenta disponível para o ativismo das lutas trans no presente e no futuro. Da mesma forma, é um instrumento de denúncia da transfobia e, em si mesmo, constitui uma contribuição para a luta transnacional pelo reconhecimento e pelos direitos das pessoas trans.

REGISTRO CONTRACULTURAL

> "A ideia de gerar um arquivo partiu de uma necessidade pessoal de encontrar um **lugar seguro** para guardar os materiais associados às ***performances*** e poder **difundir** o trabalho, já que naqueles anos eu realizava muitas práticas pós-pornô que tinham como consequência muita **censura** nas redes sociais que usava" (Benavente Esquivel, 2021, p. 105, grifo próprio).

Essas são palavras de Anastasia María Catalina Benavente (professora e escritora), uma das idealizadoras do *Registro Contracultural*, um arquivo audiovisual gestado a partir do levante social no Chile em 2019, por uma equipe interdisciplinar que incluía também Andrés Valenzuela (designer digital), Dinko Covacevich (engenheiro agrônomo) e Dimarco Carrasco (historiador e arquivista).

A criação do *Registro Contracultural* inscreve-se no marco da crise social e política que desembocou no levante social chileno de 2019. O detonante foram as manifestações dos estudantes

em Santiago contra o aumento das tarifas do transporte público (Urrejola, 2019). Essa reivindicação foi se estendendo e ganhando força ao longo de todo o país, no que Nelly Richards denominou o "itinerário vertiginoso" da revolta social (2020), um itinerário marcado por profundas rupturas e mutações do ordenamento neoliberal, incluindo a aposta em uma nova constituição que pusesse fim àquela herdada da ditadura de Augusto Pinochet. O levante social foi também um levante artístico, caracterizado por ações criativas, pela apropriação do espaço público por meio de expressões como o estêncil, o grafite, a projeção lumínica e *performances* de coletivos artísticos (Pinto; Bello, 2022).

Na gênese do *Registro Contracultural* encontra-se uma necessidade da comunidade artística que se reúne em torno da *performance* e de diversas formas de ativismos artísticos, a qual ficou evidente com o levante: a de registrar uma série de ações e obras efêmeras cuja circulação no mundo da arte e em plataformas públicas era restrita. Em resposta a essa necessidade, o *Registro Contracultural* começou a realizar marchas, mostras de vídeo, rodas de conversa, convocatórias, a construção de uma linha do tempo sobre o levante social, oficinas, entre outros (Benavente Esquivel, 2021).

O *Registro Contracultural* foi criado com a intenção de documentar diferentes *performances* cujo conteúdo representasse alguma forma de contracultura em torno da matriz heterossexual, do sistema neoliberal, do colonialismo e de outras formas de violência e opressão (Benavente Esquivel, 2021). Iniciou-se com um diagnóstico sobre os problemas relacionados à ação, preservação, difusão e memória de obras e artistas ligados à *performance*, do qual participaram artistas de diferentes regiões do Chile. A partir desse diagnóstico, estabeleceram uma série de categorias fundamentais no momento de preservar e estudar o registro das obras. Em torno desses temas, foram recolhidos registros em vídeo, fotografias, notas de imprensa, artigos críticos, entre outros. O propósito principal era criar "um espaço seguro onde habitar, para continuar produzindo

essas manifestações políticas e artísticas, transformadoras de hoje" (Benavente Esquivel, 2021, p. 87). O *Registro Contracultural* foi concebido como "um arquivo aberto, composto por relatos polifônicos, não hegemônicos, que frequentemente foram apagados da história oficial da arte" (Registro contracultural, [202-?]).

A imaginação arquivística tem se desdobrado desde a concepção e criação do arquivo como um espaço seguro para a preservação de rastros de obras que, por sua própria natureza, possuem um caráter efêmero. Esse desdobramento implicou pensar em novas formas de arquivar fazendo uso de novas tecnologias; implicou imaginar outras formas de ordenar e preservar a informação. Uma das conquistas dessa iniciativa foi a de recolher documentos dispersos, conservados em condições precárias e sem acesso público.

Diante do desafio que implica o registro da arte da *performance*, optou-se pela "multimodalidade discursiva como uma forma de gerar o arquivo, por meio da explicitação dos diferentes códigos presentes em uma obra e, dessa maneira, ampliar as possibilidades de leitura e uso de um arquivo" (Benavente Esquivel, 2021, p. 107). Como consequência, cada peça é descrita a partir da apresentação dos artistas, de seus colaboradores, de "uma galeria fotográfica, vídeos, música, notas de imprensa, artigos críticos, entre outros elementos suscetíveis de serem arquivados" (Benavente Esquivel, 2021, p. 108). A elaboração da ficha técnica, por sua vez, implicou uma ética do cuidado e permitiu "fortalecer os laços cúmplices e criativos de cada equipe de *performance*" (Benavente Esquivel, 2021, p. 141).

Nesse caso, a imaginação arquivística também se desdobrou para ativar o arquivo. Hoje em dia, o *Registro Contracultural* está disponível publicamente por meio de um site auto-gestionado com o objetivo de "difundir e disponibilizar práticas artísticas que vão além da arte institucional no Chile, tomando como ponto de partida sexualidades não heteronormativas e uma perspectiva crítica, feminista e interseccional" (Registro contracultural, [202-?]). O acervo inclui

obras de referência para artistas, historiadores, produtores, meios de comunicação, críticos de arte e o público em geral. A partir do reconhecimento das dificuldades que a compreensão de certas obras de *performance* pode apresentar, foram desenhadas várias estratégias de mediação, como fichas técnicas, categorização e textos críticos sobre performance (Benavente Esquivel, 2021).

O *Registro Contracultural* é, sobretudo, uma plataforma artística e política. O arquivo permite o registro e a estabilização de obras que possuem um caráter efêmero, possibilita sua difusão e apropriação, enquanto serve de suporte para as lutas e reivindicações que continuam vigentes. Em um plano mais amplo, a existência do arquivo gestou uma comunidade que gira em torno da *performance* (Benavente Esquivel, 2021) e a projeta em direção ao futuro: usuários "a existência deste arquivo não só empodera quem arquiva, mas também xs diferentxs sujeitxs envolvidxs em sua produção e quem navegará pela página, seguindo as diferentes rotas" (Benavente Esquivel, 2021, p. 87–88).

ARCHIVO DEL DOLOR MENSTRUAL

> Estamos fazendo [...] um arquivo da dor menstrual, por isso convidamos mulheres, homens trans e pessoas não binárias para que gritem conosco essas dores que temos calado ...

Essas palavras fazem parte do chamado para conformar o *Archivo del dolor menstrual* (Arquivo da Dor Menstrual). Na gênese desse projeto está o chamado público que as coletivas @bixacolectivx, @somoshiedras e @bombonoficinadecosas fizeram por meio das redes sociais em 2023, convocando para os *Encuentros un grito de dolor, un grito de libertad*. Esses encontros reuniram várias mulheres em torno de questões sobre a dor menstrual, a endometriose,

o aborto, a laqueadura, a histerectomia, a cesárea e outras intervenções e dores que envolvem o útero. A isso somou-se a iniciativa da artista Evelin Velásquez de fotografar

> corpos atravessados por dores uterinas, com marcas de intervenções cirúrgicas ou sem elas [...] [Fazer] um diário coletivo da dor, com retratos, com as cicatrizes que nos acompanham, com a emocionalidade de nos sabermos sangrantes, nomeemo-lo com a câmera que é espelho da ferida e com a palavra, que é alívio (Velásquez, 2023).

O *Archivo de Dolor Menstrual* foi possível pela confluência de vários fatores na Colômbia, entre eles a descriminalização do aborto até a 24ª semana de gestação, o debate e a aprovação da Lei da Endometriose e a inserção das violências baseadas em gênero no debate público.

O desdobramento da imaginação arquivística, neste caso, começa com os *Encuentros* (Encontros), espaços para a construção de confiança e escuta. Uma vez estabelecidas essas condições, emerge o desejo de registrar e de reunir documentos que deem conta do próprio sofrimento como um ato emancipatório e político. Foi feita uma convocatória pelo Instagram, que incluía uma classificação pré-estabelecida com os seguintes temas:

- **O sangue:** roupas que se mancham, os produtos de gestão menstrual que você usa, a textura na sua pele.
- **A cicatriz:** a marca no seu corpo de laparoscopias ou cirurgias que tenham a ver com o seu útero.
- **O gesto da dor:** como seu rosto e seu corpo se transformam quando a dor menstrual aparece (podem ser selfies).
- **O gesto do cuidado:** as ações que você realiza para se cuidar, por exemplo, tomar banho com água quentinha, fazer ioga. Também cabe como te cuidam aqueles que te amam, incluindo seus animais de estimação...

- **Os objetos do cuidado:** bolsas de água quente, plantas, bebidas, alimentos, comprimidos, tudo o que você acredita que te ajuda a diminuir a dor...
- **Os rituais de sangue:** se você ritualiza seu sangue menstrual, se fertiliza a terra com ele, se conecta seu ciclo com o da lua...
- **As paisagens menstruais:** como você vê os dias enquanto menstrua? Como muda sua perspectiva do mundo?

O chamado convidava a enviar, em formato digital, fotografias, textos, desenhos, pinturas e bordados alusivos aos temas propostos, além de documentos que registrassem formas de agência e resistência das mulheres, histórias e conhecimentos que foram transmitidos de geração em geração. Essa iniciativa, ainda em andamento, busca reunir rastros dispersos, escondidos e reprimidos em torno da dor menstrual, encontrar o que não se perdeu, fazer existir aquilo que, em certo sentido, não existe.

No entorno da formação do arquivo, cria-se uma comunidade afetiva. O chamado ao arquivo e sua própria constituição é uma forma de ativismo arquivístico e artístico. Esse arquivo insubmisso, que reúne a potência de todas, converte-se em uma obra de arte coletiva ativada na exposição pública *Roca de fuego*, a qual incluiu

> imagens, textos, tecidos e rituais [que] provêm da coragem extraordinária e da força vital que sustentou tantas mulheres nos abismos da dor menstrual, nas feridas e nas cicatrizes que se cravam com intensidade sobre seus corpos e que traçam geografias inóspitas de solidão (BIXACOLECTIVX, 2023).

O arquivo, por meio de sua mobilização na exposição *Roca de fuego*, constitui uma contribuição para a visibilização de certas lutas pela justiça social no contexto de gênero. A criação do arquivo permite a emergência de vozes silenciadas, de dores normalizadas e reprimidas.

Por meio do *Archivo de Dolor Menstrual*, luta-se para alcançar uma forma de reconhecimento (Honneth, 2011). A imaginação arquivística desdobra-se através desta iniciativa para denunciar, por meio de evidências e testemunhos, que as mulheres que sofrem de endometriose e de dores menstruais são vítimas de uma relativa invisibilidade social. Trata-se de um tipo de invisibilidade particular, pois funciona à medida que é internalizada pelas vítimas. A sociedade não apenas nega a importância dessas dores que as impedem de desfrutar de uma vida plena, mas também obriga quem as sofre a ocultá-las. Há uma série de convenções culturais amplamente difundidas que tornam a menstruação e a dor menstrual temas tabus, dos quais não se fala, e que, através de um longo processo educativo, fazem com que as mulheres se envergonhem desses aspectos de seus próprios corpos, como algo sujo e inclusive culpável. Essa vergonha é o motor da negação desse aspecto da experiência e da existência feminina, e constitui um obstáculo às exigências de justiça social e de solidariedade por parte das mulheres que sofrem de doenças como a endometriose. Para elas, essa ausência de reconhecimento é uma injustiça.

A invisibilidade das mulheres que sofrem de endometriose ocorre na ausência de certos gestos que seriam esperados de quem as vê. Tais gestos seriam, fundamentalmente, os de compaixão, como um gesto normativamente exigível diante de certas formas de danos graves e imerecidos que, de fato, estão codificados normativamente em termos jurídicos em muitos casos (por exemplo, no caso colombiano, aprovou-se em 2023 a *Ley para el Abordaje Integral de la Endometriosis*).

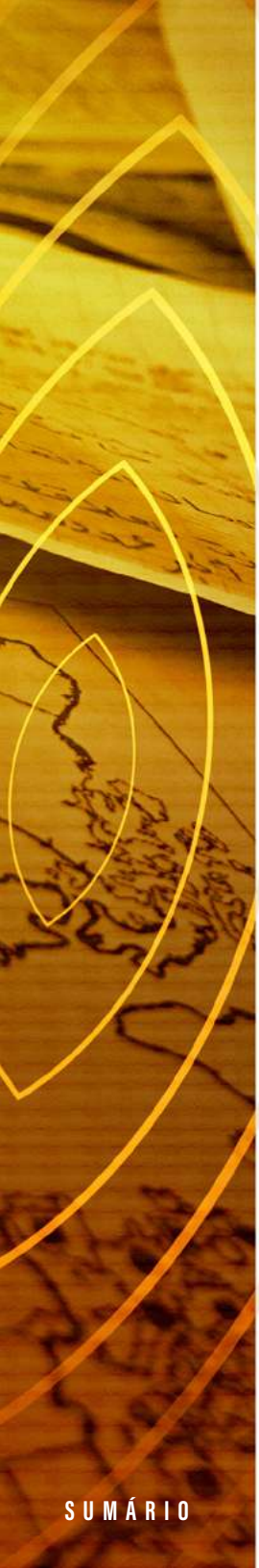
O *Archivo del dolor menstrual* ergue-se como um espaço cooperativo para o reconhecimento da dor e do sofrimento, como fonte de evidências para nomear aquilo que não se podia dizer e como ferramenta política a serviço das lutas pela justiça de gênero. Tem servido de plataforma para uma conversa urgente e sua

sobrevivência dependerá dos cuidados que lhe forem dedicados, levando em conta seu suporte digital, a sensibilidade de seus temas e a manutenção da confiança. Neste caso, como nos anteriores, o princípio de reunião dos documentos é um trabalho sempre em processo que responde aos recursos disponíveis, às insistências e às forças de uma vontade coletiva.

NOTAS FINAIS

Nestas três iniciativas, podemos identificar os vínculos entre arquivo, comunidade, arte e ativismo. Tobón *et al*. (2024, p. 10) propuseram que este tipo de acervo "provém de uma comunidade, exige uma comunidade para sua gestão, ou constrói uma comunidade ao seu redor". Da mesma forma, são exemplos do que poderíamos denominar arquivos de vidas subterrâneas, que documentam formas de vida precárias, invisibilizadas pela história oficial, mas que não cessam de buscar outras formas de expressão estética e política. Os três casos mostram a agência e o poder libertador que os arquivos podem representar quando são criados em apoio às lutas pelo reconhecimento e quando conseguem minar as relações de poder dominantes. Nos três casos, a criação de arquivos ativistas permite aos coletivos e comunidades que os gestaram e cuidaram a possibilidade de apropriar-se e identificar-se com um passado comum, mobilizando-o em favor de suas lutas presentes e futuras. Aqui, o ativismo arquivístico transforma-se em ativismo da memória.

Nos três casos analisados, podemos notar o reconhecimento do poder dos arquivos e das pessoas que os gestaram, por meio do ativismo arquivístico e em resposta a um compromisso social ativo, com os direitos das pessoas trans, as memórias das *performances* de conteúdo contracultural e o reconhecimento da dor menstrual.



Nos três casos, vemos também que o que importa não é a organização normalizada dos documentos: eles se apoiam nela, mas também a excedem quando necessário para cumprir o critério superior de aspirar à justiça social. O fundamental é a disponibilidade do arquivo a serviço de suas necessidades. As chamadas para contribuir com a constituição dos arquivos, as possibilidades de acesso e de uso, e a gentileza dos cuidados que lhes são dedicados, escapam muitas vezes às práticas arquivísticas mais tradicionais.

Apelar à imaginação arquivística é também um convite para permanecermos flexíveis e criativas, a fim de gerar táticas que permitam sustentar os arquivos que devem servir às lutas que os constituíram. Implica também uma ética do cuidado e do afeto em relação aos documentos e às vidas que eles representam.

Como propuseram Michelle Caswell, Ricardo Punzalan e T-Kay Sangwand (2017), a existência de arquivos como os abordados permite sonhar com sociedades mais democráticas, nas quais o poder seja distribuído de maneira mais justa e equitativa; nas quais a transfobia, o patriarcado, a heteronormatividade e "outras formas de opressão sejam nomeadas e questionadas, em que se reconheçam, imaginem e promulguem mundos diferentes e diferentes formas de estar nesses mundos" (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017, p. 7). Se a arquivologia deseja comprometer-se com este ideal de realização da justiça social, deverá mudar a forma como conceitualizamos os arquivos, transformar radicalmente seu campo de conhecimento e incentivar uma prática arquivística engajada.

Finalmente, esta palestra presta uma homenagem especial a todas as pessoas que se comprometeram com a criação de arquivos, que investiram tempo e esforço, que batalharam contra a falta de recursos e que, com paciência e cuidado, realizaram um trabalho imprescindível para o reconhecimento social e a memória cultural.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

BENAVENTE ESQUIVEL, A. M. C. **Reflexiones críticas en torno a la construcción de un archivo virtual de performances producidas en Chile (www. registrocontracultural. cl):** Experiencia basada en la multimodalidad del discurso y bajo el alero de la investigación-acción. 2021. Tesis (Magíster en Estudios de Género y Cultura) – Universidad de Chile, Santiago, 2021.

BIXACOLECTIVX. **Archivo del dolor menstrual.** [*s.l.*], 18 set. 2023. Instagram: @bixacolectivx. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CxVjGjMOV9z/

BRAVO, P. Por una archivística para los archivos del común. *In:* F. CARVAJAL; M. DÁVILA FREIRE; M. TAPIA (eds.). **Archivos del común II:** el archivo anómico. [Buenos Aires?]: Red de Conceptualismos del Sur, 2019, p. 128–131.

CARVAJAL, F.; CRISTIÁ, M.; MANZI, J. (eds.). **Archivos del común III:** ¿Archivos inapropiables? [Buenos Aires?]: Pasafronteras, 2022a.

CARVAJAL, F.; CRISTIÁ, M.; MANZI, J. Imaginación archivística y corresponsabilidad: Interrogantes y propuestas para una política común de archivos. *In*: F. CARVAJAL; M. CRISTIÁ; J. MANZI (eds.). **Archivos del común III:** ¿Archivos inapropiables? [Buenos Aires?]: Pasafronteras, 2022b, p. 144–155.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. K. Critical archival studies: An introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento, v. 1, n. 2, p. 1–8, 2017. Disponível em: https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/50

CIFOR, M.; CASWELL, M.; MIGONI, A. A.; GERACI, N. "What We Do Crosses over to Activism": The Politics and Practice of Community Archives. **The Public Historian**, Oakland, v. 40, n. 2, p. 69–95, 2018. DOI: 10.1525/tph.2018.40.2.69

COMEDI, A. Archivo de la Memoria Trans: Ésta se fue, ésta murió, ésta ya no está. **Revista Anfibia,** [*s.l.*], 22 jun. 2016. Disponível em: https://www.revistaanfibia.com/esta-se-fue-esta-murio-esta-ya-no-esta/

DIDI-HUBERMAN, G. **Pueblos expuestos, pueblos figurantes**. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 2014.

FLINN, A.; ALEXANDER, B. Humanizing an inevitability political craft: Introduction to the special issue on archiving activism and activist archiving. **Archival Science**, [*s.l.*], v. 15, p. 329–335, 2015. DOI: 10.1007/s10502-015-9260-6

GENTILE, L. Políticas de archivo: Análisis comparativo de los programas del ICAA y Red Conceptualismos del Sur. **Cuadernos de Historia del Arte**, Mendoza, n. 31, p. 19-46, 2018. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/122105

GIGLIETTI, N.; SEDÁN, E. Sur-sur. Estrategias para la imaginación archivística: Entrevista a Moira Cristiá. **Nimio**, La Plata, n. 7, p. 1–20, 2020. Disponível em: https://papelcosido.fba.unlp.edu.ar/ojs/index.php/nimio/article/view/1151

GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S. The role of participatory archives in furthering human rights, reconciliation and recovery. **Atlanti**, [*s.l.*], v. 14, n. 1, p. 79–88, 2014. Disponível em: https://www.iias-trieste-maribor.eu/wp-content/uploads/atti/2014/gilliland.pdf

HARRIS, V. Insistering Derrida: Cixous, deconstruction, and the work of archive. **Journal of Critical Library and Information Studies**, Sacramento, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: http://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/28

HARRIS, V. The archival sliver: Power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, [*s.l.*], v. 2, nos. 1-2, p. 63–86, 2002. DOI: 10.1007/BF02435631

HONNETH, A. **La sociedad del desprecio**. Tradução: B. Herzog, F. J. Hernández. Madrid: Editorial Trotta, 2011.

JIMERSON, R. C. **Archives power**: Memory, accountability, and social justice. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

ONEGLIA, M. "Ésta se fue, ésta se murió, ésta ya no está": El Archivo de la Memoria Trans: En búsqueda de la construcción de una memoria propia. *In:* P. CALDO: Y. DE PAZ TRUEBA; J. VASALLO (eds.). **Historia, mujeres, archivos y patrimonio cultural. [**Buenos Aires]: Instituto de Investigaciones Socio Históricas Regionales, 2021. v. 1, p. 123-134.

PINTO, I.; BELLO, M. J. La revuelta performativa: Hacia una noción expandida de cuerpos e imágenes en el espacio público a partir del estallido social chileno. **Cuadernos de Música, Artes Visuales y Artes Escénicas**, Bogotá, v. 17, n. 1, p. 192–219, 2022. DOI: 10.11144/javeriana.mavae17-1.rphn

PROYECTO BALLENA. Conferencia: Nelly Richard. De la revuelta social a la nueva Constitución en Chile. [*s.l.: s.n.*], 2020. 1 video (47 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pIl8SJEW9Hw

RED CONCEPTUALISMOS DEL SUR. Por una política común de archivos. Llamamiento a un acuerdo de buenas prácticas. **Red Conceptualismos del Sur**. [Santiago], 22 dez. 2019. Disponível em: https://redcsur.net/2019/12/22/por-una-politica-comun-de-archivos-llamamiento-a-un-acuerdo-de-buenas-practicas/

REGISTRO CONTRACULTURAL. [s.l.], [202-?]. Disponível em: https://registrocontracultural.cl/

RICHARD, N. **Zona de tumultos:** Memoria, arte y feminismo. Textos reunidos de Nelly Richard: 1986-2020. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

SALERNO, D. An Instituting Archive for Memory Activism: The Archivo de la Memoria Trans de Argentina. **Memory Studies**, [*s.l.*], v. 17, n. 2, p. 332–348, 2024. DOI: 10.1177/17506980221150900

SHEFFIELD, R. T. **Documenting Rebellions:** A Study of Four Lesbian and Gay Archives in Queer Times. Sacramento: Litwin Books, 2020.

THEUMER, E. The self-perceived gender identity. **Interventions**, [*s.l.*], v. 22, n. 4, p. 498–513, 2020. DOI: 10.1080/1369801X.2020.1749708

THORPE, K. Aboriginal Community Archives: A Case Study in Ethical Community Research. *In:* A. J. GILLILAND; S. MCKEMMISH; A. J. LAU (eds.). **Research in the Archival Multiverse**. Clayton: Monash University Press, Melbourne, 2017, p. 900-934.

TOBÓN, D.; GIRALDO, M.; VILLEGAS, A.; COIMBRA, J. Archives are Machines: A Review of Artistic Discourses on Art and Archives in Iberoamerica, 2011-2022. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, v. 47, n. 3, 2024.

URREJOLA, J. La cronología del estallido social de Chile. **Deutsche Welle (DW)**, [*s.l.*], 25 nov. 2019. Disponível em: https://www.dw.com/es/la-cronolog%C3%ADa-del-estallido-social-de-chile/a-51407726

VARAS, P. Archivum delicatum. *In:* L. DONOSO (ed.). **El arte y la acción en el presente**. Santiago: Ocho Libros Editores, 2018, p. 19–45.

VELÁSQUEZ, E. **Estamos construyendo un archivo del dolor menstrual**. [*S.l.*], 18 set. 2023. Instagram: @bixacolectivx. Disponible en: https://www.instagram.com/p/CxVjGjMOV9z/?hl=es

VUKLIŠ, V., GILLILAND, A. J. Archival activism: Emerging forms, local applications. *In*: B. FILEJ (ed.). **Archives in the Service of People**: People in the Service of Archives. Maribor: Alma Mater Europea. 2016, p. 14–25.

ZINN, H. Secrecy, Archives and the Public Interest. **The Midwestern Archivist**, [*s.l.*], v. 2, n. 2, p. 14–26, 1977. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41101382



5

Natália Bolfarini Tognoli

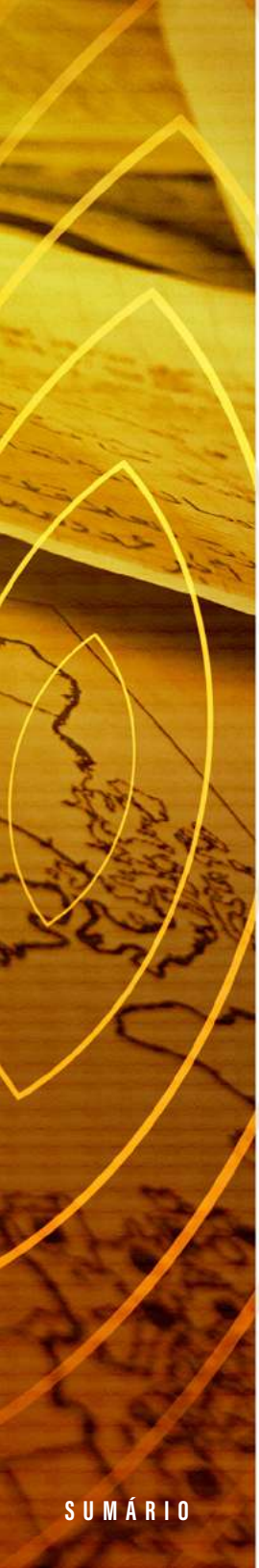
A ÉTICA DO CUIDADO APLICADA AOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS:

UMA PROPOSTA INICIAL

THE ETHICS OF CARE IN ARCHIVES IN COMMUNITY ARCHIVES:

AN INITIAL PROPOSAL

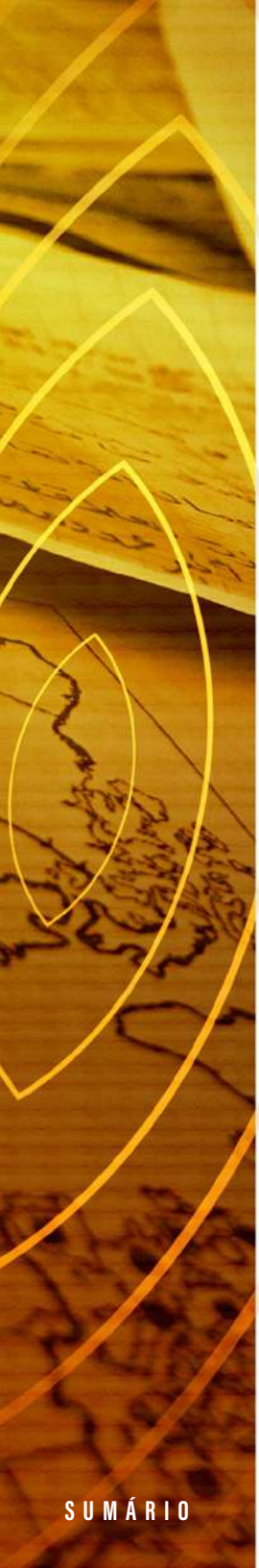
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.5



RESUMO

Nas últimas décadas, os estudos arquivísticos têm sido marcados por um movimento de revisão crítica da práxis arquivística, orientado pela promoção da inclusão, da justiça social e do reconhecimento de grupos historicamente marginalizados. Nesse contexto, a Ética do Cuidado emerge como uma abordagem teórica capaz de contribuir para a reconfiguração das práticas arquivísticas ao deslocar o foco de princípios universais e abstratos para relações de responsabilidade mútua, empatia, vulnerabilidade e cuidado. Este capítulo tem como objetivo discutir as contribuições da Ética do Cuidado para os arquivos comunitários e apresentar uma proposta teórica inicial para sua implementação nesses contextos. A partir de pesquisa bibliográfica , analisa-se o potencial dessa perspectiva para a transformação das práticas de representação, avaliação, preservação e acesso aos documentos. Como resultado, propõe-se um quadro teórico estruturado em seis fundamentos: representação inclusiva, cocriação e participação comunitária, avaliação ética e transparente, preservação da integridade e do contexto, acesso equitativo e responsabilidade mútua e contínua. Conclui-se que a Ética do Cuidado oferece um referencial promissor para fortalecer os princípios de participação, reparação, autorrepresentação e justiça social que caracterizam os arquivos comunitários, contribuindo para uma práxis arquivística mais ética, relacional e socialmente comprometida.

Palavras-chave: ética do cuidado; arquivos comunitários; arquivologia crítica; justiça social; representação arquivística



ABSTRACT

In recent decades, archival studies have undergone a critical reassessment of archival praxis, driven by concerns for inclusion, social justice, and the recognition of historically marginalized groups. Within this context, the Ethics of Care emerges as a theoretical approach that can help reconfigure archival practices by shifting the focus from abstract, universal principles to relationships of mutual responsibility, empathy, vulnerability, and care. This chapter aims to discuss the contributions of the Ethics of Care to community archives and to present an initial theoretical proposal for its implementation in such contexts. Drawing on a bibliographic review, the chapter examines the potential of this perspective to transform practices of archival representation, appraisal, preservation, and access. As a result, a theoretical framework structured around six principles is proposed: inclusive representation, co-creation and community participation, ethical and transparent appraisal, preservation of integrity and context, equitable access, and mutual and continuous responsibility. The chapter concludes that the Ethics of Care provides a promising framework for strengthening the principles of participation, reparation, self-representation, and social justice that characterize community archives, contributing to a more ethical, relational, and socially engaged archival praxis.

Keywords: *ethics of care; community archives; critical archival studies; social justice; archival representation*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, observamos uma mudança de paradigma nos estudos arquivísticos em direção a uma abordagem transformadora da práxis[1], promovendo a inclusão e a justiça social por meio da reconfiguração dos arquivos e de seus documentos. Esse esforço contínuo no âmbito da prática profissional e da pesquisa acadêmica tem levado a área a repensar profundamente as dinâmicas de poder presentes nos arquivos: desde suas funções primárias de produção, organização, preservação e difusão de fundos e coleções nas instituições tradicionais, até as práticas emergentes nos arquivos comunitários. Esse movimento reflete uma tendência rumo a uma compreensão mais ampla, situada e inclusiva dos arquivos, tendência que vem sendo consolidada sob o nome de estudos arquivísticos críticos ou Arquivologia Crítica.

Os estudos arquivísticos críticos apresentam um propósito claramente analítico, ético e emancipatório, capaz de transformar tanto o campo arquivístico quanto a sociedade em geral por meio de uma práxis libertadora que se opõe ativamente às estruturas de opressão (Caswell, 2021). Como explica Botnick (2019, p. 153, tradução própria),

> CAS [*Critical Archival Studies*] é um chamado à ação para examinar o poder na criação, manutenção e disseminação dos documentos. Ao desconstruir aquilo que é tomado como garantido nesse campo, os arquivistas podem construir uma nova prática arquivística que seja libertadora e não opressiva.

1 Definimos neste trabalho a práxis arquivística sob a égide da teoria da práxis do materialismo histórico-dialético, segundo a qual não é possível dissociar teoria e ação, inclusive no processo de teorização. Tomamos de empréstimo a ideia de Cook (2000, p. 390, tradução própria) quando este escreve que "o oposto da prática não é a teoria, mas o que não é prático", para defendermos que é necessário compreender a práxis arquivística enquanto um esforço contínuo de união entre a prática e a teoria, por meio da pesquisa nos diferentes contextos e entornos que envolvem os arquivos enquanto construções sociais dinâmicas.

Seguindo essa perspectiva, arquivistas críticos são convocados a defender uma práxis que busque alterar as dinâmicas narrativas que envolvem comunidades historicamente marginalizadas, concentrando seus esforços na transformação do arquivo enquanto espaço de poder e controle para um espaço de acolhimento, participação e reparação (Cifor, 2023; Hoyle, 2023).

Portanto, mais do que um campo teórico homogêneo, os Estudos Arquivísticos Críticos constituem uma constelação de abordagens que compartilham a preocupação com os efeitos sociais, políticos e culturais das práticas arquivísticas. Conforme Tognoli (2024, p. 1072), "trata-se, portanto, de uma abordagem interdisciplinar e reflexiva que visa transformar a prática e a teoria arquivísticas, promovendo uma maior consciência das questões sociais, políticas e éticas envolvidas no processo arquivístico". Essa diversidade de perspectivas, longe de representar uma fragilidade teórica, revela a complexidade dos problemas enfrentados pela Arquivologia contemporânea e seu compromisso com a análise das relações entre arquivos, poder e sociedade.

Nesse sentido, ao investigar a configuração epistemológica da Arquivologia Crítica enquanto um domínio emergente, Berbesi (2026) identifica categorias recorrentes como poder, exclusão e marginalização, colonialidade e decolonialidade, justiça social e ativismo, ética, cuidado e afetos arquivísticos, além de transformações conceituais e práticas. Segundo o autor, essas categorias não operam como definições fechadas, mas como campos discursivos inter-relacionados que expressam compromissos normativos compartilhados, orientados à crítica das estruturas arquivísticas tradicionais e à defesa de práticas emancipatórias e socialmente situadas. Tal compreensão reforça a ideia de que os estudos arquivísticos críticos buscam promover formas mais inclusivas, participativas e eticamente comprometidas de produção, organização, preservação e acesso aos documentos.

É precisamente nesse horizonte que a Ética do Cuidado se apresenta como um aporte teórico relevante para aprofundar as discussões sobre responsabilidade, relacionalidade, vulnerabilidade e compromisso com as comunidades representadas nos arquivos. Tal abordagem enfatiza as relações interpessoais, a responsabilidade mútua, a responsividade à vulnerabilidade e a manutenção de vínculos – elementos essenciais também na perspectiva dos estudos arquivísticos críticos. Ao deslocar o foco de princípios abstratos para práticas concretas de atenção, solidariedade e reparação, a aplicação da Ética do Cuidado nos arquivos nos permite compreender o trabalho arquivístico enquanto *relacional, situado e implicado*.

Assim, este trabalho explora as possibilidades de integrar a Ética do Cuidado às práticas arquivísticas e às formas de representação do conhecimento nos arquivos. Propõe-se uma abordagem transformadora da representação arquivística, orientada para a inclusão, a justiça social e o reconhecimento das experiências e epistemologias de comunidades marginalizadas. Amparado em uma revisão de literatura sobre Ética do Cuidado (Gilligan, 1982; Noddings, 1984) e Arquivologia Crítica (Berbesi, 2026; Caswell; Cifor, 2016; Gilliland; Caswell, 2016; Tognoli; 2024), o estudo delineia um arcabouço teórico para a implementação da Ética do Cuidado nas práticas arquivísticas, contribuindo para uma reconfiguração ética, social e política da própria ideia de arquivo.

A ÉTICA DO CUIDADO E SEU IMPACTO NAS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS

A Ética do Cuidado baseia-se na valorização das relações interpessoais e na responsabilidade para com os outros. Ela desenvolve-se na reciprocidade.

Virginia Held (2006, p. 11, tradução própria) define essa ética como "uma prática e uma virtude em vez de um conjunto de regras universais". Essa perspectiva difere da ética tradicional da justiça, baseada em princípios abstratos e universais. Carol Gilligan (1982), em sua obra seminal: *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*, destacou como a ética do cuidado contrasta com a ética da justiça, argumentando que as mulheres tendem a enfatizar o cuidado e a responsabilidade em suas considerações morais. Logo, podemos dizer que a ética do cuidado é uma teoria feminista que enfatiza a importância dos relacionamentos e da responsabilidade mútua.

Essa abordagem, enquanto um conceito teórico e uma ferramenta prática, pode ter um impacto significativo na práxis arquivística, em especial quando aplicada aos arquivos comunitários, onde observamos uma complexa rede de interações entre os materiais do arquivo, os indivíduos — partícipes de um mesmo grupo — e as disputas na construção da identidade e da memória coletiva a partir da reunião, organização e difusão desse material.

A teoria feminista oferece uma lente crítica para compreender como as estruturas de poder e de opressão se manifestam nos arquivos. Noddings (1984) sustenta que o cuidado deve ser central na teoria e na prática éticas, enfatizando a importância dos relacionamentos e da empatia. Segundo a autora,

> Poder-se-ia dizer que a ética tem sido discutida em grande parte na linguagem do pai: em princípios e proposições, em termos como justificativa, equidade, justiça. A voz da mãe tem estado silenciosa. O cuidado humano e a memória do cuidar e do ser cuidado, que defenderei constituírem o fundamento da resposta ética, não receberam atenção exceto como resultados do comportamento ético (Noddings, 1984, p. 1, tradução própria).

No que tange aos arquivos, a Ética do Cuidado representa uma mudança significativa nas práticas arquivísticas, especialmente

nas atividades de representação do conhecimento arquivístico. Ao se concentrar em princípios abstratos e em códigos de ética rígidos e pretensamente universais, a ética tradicional muitas vezes negligencia os aspectos relacionais dos arquivos, dos arquivistas e dos usuários. Caswell e Cifor (2016) argumentam que esses instrumentos dificilmente abordam os desequilíbrios de poder e as injustiças sociais inerentes ao trabalho arquivístico, tendendo a enfatizar a neutralidade, a objetividade e a precisão dos procedimentos, o que pode obscurecer as dimensões relacionais e emocionais da prática arquivística.

As autoras propõem uma mudança de uma abordagem baseada nos direitos para uma estrutura baseada na ética feminista que incorpore a empatia radical e o cuidado. Essa mudança exige que os arquivistas vão além da ética processual e se envolvam mais profundamente com as experiências vividas e as necessidades das comunidades que atendem (Caswell; Cifor, 2016).

Nesse contexto, podemos afirmar que, ao valorizar as relações interpessoais para além das relações estabelecidas entre os documentos, a Ética do Cuidado pode oferecer uma abordagem mais holística às práticas nos arquivos pessoais ou comunitários.

Gilliland e Caswell (2016), ao abordarem a aplicação da Ética do Cuidado na prática arquivística, argumentam que os arquivistas são responsáveis por cuidar dos documentos e das comunidades às quais pertencem. Elas afirmam que a prática arquivística deve ir além da gestão de documentos, incorporando sensibilidade às necessidades e aos contextos das comunidades representadas nos arquivos. No âmbito dos arquivos comunitários, em que essa gestão é muitas vezes feita pela própria comunidade, a Ética do Cuidado também deve ser aplicada por aqueles que detêm o poder de escolher e selecionar o que permanecerá e constituirá a memória e a identidade do grupo.

As teóricas feministas desafiam a suposta neutralidade na prática arquivística, destacando como as escolhas dos arquivistas refletem e perpetuam dinâmicas de poder. Ao incorporar a ética do cuidado, os arquivistas podem começar a desmantelar essas estruturas, promovendo uma representação mais equitativa e justa nos arquivos. Mas como?

A implementação da ética do cuidado nas práticas arquivísticas enfrenta desafios significativos, especialmente devido à resistência à mudança de práticas tradicionais consolidadas. A mudança de uma estrutura ética baseada na justiça para outra baseada no cuidado requer uma transformação fundamental na forma como os arquivistas percebem suas funções e responsabilidades.

Caswell e Cifor (2016) propuseram 4 mudanças nas responsabilidades afetivas nos arquivos:

1. *A primeira responsabilidade afetiva refere-se à relação entre o arquivista e o produtor do documento.* O arquivista cria um vínculo emocional com o produtor do documento, mesmo que nunca tenham se encontrado ou estejam separados por séculos. Uma abordagem feminista reconhece esse vínculo e fundamenta a orientação ética nele. Ao cuidar de um acervo, o arquivista entra em um relacionamento de cuidado, assegurando que a empatia pelo produtor do documento baseie os processos de tomada de decisão arquivística.

2. *A segunda responsabilidade afetiva diz respeito à relação entre o arquivista e os sujeitos dos documentos, que muitas vezes são incluídos sem consentimento*. Esses sujeitos podem ser povos indígenas, povos colonizados e outros que foram contados, classificados, estudados, escravizados ou assassinados. Uma abordagem feminista orienta os arquivistas a terem empatia com esses sujeitos e a considerarem suas

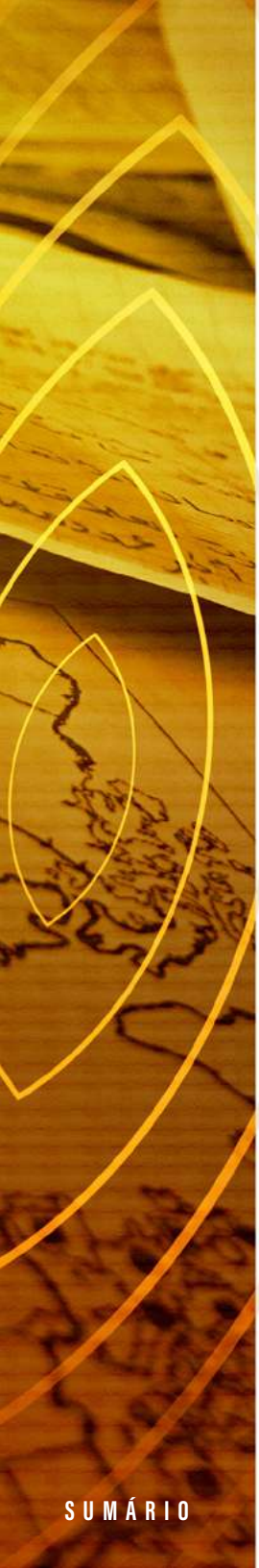
perspectivas nas decisões arquivísticas, em oposição às práticas tradicionais que se concentram nos direitos legais dos produtores dos documentos.

3. *A terceira responsabilidade afetiva envolve a relação entre o arquivista e o usuário.* Praticar empatia radical com os usuários significa reconhecer as conexões emocionais que eles têm com os documentos e o profundo impacto de encontrar ou não documentos importantes para eles;

4. *A quarta responsabilidade afetiva diz respeito à relação entre o arquivista e a comunidade em geral.* Os arquivistas têm responsabilidades para com aqueles indiretamente afetados pelos documentos, incluindo as comunidades para as quais o uso dos arquivos tem consequências duradouras. Isso envolve ter empatia com todas as partes afetadas e considerar as implicações mais amplas das decisões arquivísticas sobre justiça, representação e história da comunidade.

PROPOSTA TEÓRICA PARA IMPLANTAÇÃO DA ÉTICA DO CUIDADO EM ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Com base nos trabalhos de Caswell e Cifor (2016), Gilligan (1982), Gilliland e Caswell (2016) e Noddings (1984), apresentamos uma estrutura teórica para a ética do cuidado no contexto da prática arquivística, direcionada aos arquivos comunitários. Essa proposta baseia-se nos seis fundamentos do cuidado, que incluem a participação da comunidade, a prestação de contas e a responsabilidade.



A escolha de direcionar esta proposta teórica aos arquivos comunitários decorre do fato de que esses espaços constituem, por excelência, ambientes em que relações de responsabilidade mútua, participação coletiva e construção compartilhada de memória são inerentes ao próprio fazer arquivístico. Como demonstram Bastian (2003) e Flinn (2007), os arquivos comunitários surgem frequentemente como respostas diretas às lacunas, silenciamentos e assimetrias produzidas pelas instituições arquivísticas tradicionais, operando como projetos de autonomia cultural e de autorrepresentação. Nesses contextos, a memória é construída por meio de relações de confiança, de reciprocidade e de compromisso ético com a comunidade, o que ressoa profundamente com os fundamentos da Ética do Cuidado.

A crítica de Jimerson (2009) ao "mito da neutralidade arquivística" e a defesa de uma postura ética e responsiva reforçam a ideia de que práticas arquivísticas emancipatórias exigem reconhecer vulnerabilidades, reparar injustiças e responder às necessidades das comunidades representadas. Ghaddar (2016), por sua vez, evidencia como os arquivos comunitários operam na interseção entre cuidado, reparação e soberania arquivística, sobretudo para grupos afetados por colonialismos, racismo e violência de Estado.

Assim, ao articular a Ética do Cuidado a esse campo específico, partimos da premissa de que os arquivos comunitários constituem o terreno mais fértil para uma práxis arquivística que privilegia relações, escuta, participação e responsabilidade. A aplicação da Ética do Cuidado nesses contextos não só dialoga com princípios já presentes nessas iniciativas, mas também oferece um arcabouço robusto para aprofundar seus fundamentos éticos, fortalecer mecanismos de prestação de contas e ampliar seu potencial emancipatório e de justiça social.

Quadro 1 – A Ética do Cuidado em Arquivos Comunitários

Fundamento	Descrição	Práticas
Representação inclusiva	A representação deve ser sensível às experiências e histórias das comunidades, demonstrando empatia e respeito pelas suas perspectivas e sentimentos.	Uso de linguagem que valorize e respeite as identidades e experiências dos envolvidos; Inclusão dos membros da comunidade no processo de descrição para garantir que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas; Fornecimento de informações contextuais para que as experiências das comunidades sejam compreendidas e respeitadas.
Cocriação e Participação Comunitária	Promoção da participação ativa das comunidades na gestão dos arquivos.	Trabalho em parceria com as comunidades para criar representações autênticas e fidedignas do contexto e do conteúdo dos documentos; Estabelecimento de canais para que as comunidades possam fornecer feedback contínuo, garantindo que suas preocupações e sugestões sejam consideradas e integradas.
Avaliação ética e transparente	Adoção de critérios que consideram o impacto social na manutenção e/ou eliminação dos documentos, refletindo um compromisso com a justiça e com a responsabilidade na criação/manutenção de memórias e identidades.	Inclusão da comunidade no processo de avaliação dos documentos que integrarão o acervo; Responsabilidade na tomada de decisão, com prestação de contas à comunidade.
Preservação da integridade e do contexto	Garantia da preservação da integridade dos documentos e do contexto arquivístico	Estabelecimento de política de conservação dos documentos; Provimento de informações contextuais que respeitem e representem de forma fidedigna o contexto arquivístico, a história e a cultura das comunidades.

Acesso equitativo	Promoção do acesso equitativo aos documentos, atendendo às necessidades dos usuários da comunidade.	Uso de tecnologias que facilitem o acesso seguro e equitativo, respeitando a privacidade e os direitos das comunidades; Elaboração de plano de acessibilidade ao prédio e ao acervo;
Responsabilidade mútua e contínua	Assegura que as práticas arquivísticas evoluam para melhor atender às necessidades das comunidades, demonstrando um compromisso com o cuidado contínuo.	Revisão e avaliação regular das práticas arquivísticas; Investimento e treinamento contínuo para os arquivistas e/ou membros da comunidade.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A proposta teórica apresentada traz elementos práticos para a aplicação da ética do cuidado nos arquivos comunitários, reforçando, assim, a necessidade de repensar a práxis arquivística em direção às discussões contemporâneas que os abarcam.

Os arquivos comunitários desafiam não apenas a cânone teórico da Arquivologia, mas envolvem uma mudança paradigmática na área, conforme apontou Cook (2013, p. 115, tradução própria):

> As práticas arquivísticas comunitárias (*community-base archiving*) envolvem... uma mudança de princípios fundamentais: da custódia e propriedade exclusivas dos arquivos para a tutela compartilhada (*shared stewardship*) e a colaboração; da linguagem, terminologia e definições da cultura dominante para uma sensibilidade em relação ao "outro" e para uma consciência tão aguçada dos valores emocionais, religiosos, simbólicos e culturais que os documentos possuem para suas comunidades quanto de sua importância administrativa e jurídica. Essas mudanças nos desafiam a deixar de ver os arquivos comunitários como algo local, amador e de valor limitado para a sociedade em geral, e a reconhecer que as práticas arquivísticas comunitárias constituem, frequentemente, uma práxis consolidada e duradoura, da qual podemos aprender muito.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a incorporação da Ética do Cuidado à práxis dos arquivos comunitários não é apenas uma escolha teórica, mas uma necessidade decorrente das transformações epistemológicas, éticas e políticas que vêm reconfigurando o campo arquivístico. Se, como afirma Cook (2013), os arquivos comunitários exigem que abandonemos visões hierarquizadas, normativas e centralizadas em favor de práticas colaborativas, dialógicas e sensíveis às experiências das comunidades, então a Ética do Cuidado oferece justamente o arcabouço capaz de sustentar essa reorientação.

Ao enfatizar responsabilidade mútua, relacionalidade, atenção à vulnerabilidade e compromisso com a reparação, essa abordagem contribui para fortalecer aquilo que os arquivos comunitários já realizam: processos de memória que reconhecem sujeitos historicamente marginalizados, valorizam formas próprias de organização e preservação documental e reivindicam a narrativa sobre eles. Assim, a proposta aqui apresentada reafirma que os arquivos comunitários não apenas desafiam as concepções tradicionais da Arquivologia, mas iluminam caminhos possíveis para uma práxis arquivística mais justa, ética e socialmente comprometida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A aplicação da Ética do Cuidado nos arquivos representa uma mudança de paradigma na forma como os arquivistas percebem e realizam seu trabalho, além de guardar estreita relação com os arquivos comunitários, nos quais a construção da memória coletiva e da identidade se efetiva por meio das relações interpessoais e da responsabilidade mútua.

As contribuições de Virginia Held, Carol Gilligan e Nel Noddings, bem como as práticas de "empatia radical" propostas por Caswell e Cifor, fornecem uma estrutura teórica robusta para essa transformação, destacando a necessidade de uma abordagem ética centrada em relacionamentos, cuidados, responsabilidade e empatia.

No entanto, isso exige uma reavaliação crítica da práxis arquivística, uma reforma educacional e profissional, um engajamento comunitário e o desenvolvimento de políticas e diretrizes que enfatizem o cuidado e a inclusão, garantindo que os processos arquivísticos considerem as necessidades e perspectivas de todas as comunidades envolvidas.

Ao reconhecermos essas necessidades, estamos na metade do caminho.

REFERÊNCIAS

BASTIAN, J. A. **Owning memory**: How a Caribbean community lost its archives and found its history. London: Libraries Unlimited, 2003.

BERBESI, A. **Configuração epistemológica da Arquivologia Crítica**: análise de um domínio emergente. 2026. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2026.

BOTNICK, J. Archivists as amici curiae: Activating critical archival theory to confront racialized surveillance. **Journal of Radical Librarianship**, v. 1, n. 2, p. 153–172, 2019. Disponível em: https://journal.radicallibrarianship.org/index.php/journal/article/view/35

CASWELL, M. **Urgent archives:** Enacting liberatory memory work. New York: Routledge, 2021.

CASWELL, M.; CIFOR, M. From human rights to feminist ethics: Radical empathy in the archives. **Archivaria**, v. 81, p. 23–43, 2016. Disponível em: https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557

CIFOR, M. Interview with Marika Cifor. **Estudos Históricos**, v. 36, n. 79, p. 129–140, 2023. DOI: 10.1590/S2178-149420230208.

COOK, T. "The Imperative of Challenging Absolutes" in Graduate Archival Education Programs: Issues for Educators and the Profession. **The American Archivist**, v. 63, n. 2, p. 380–391, 2000. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/40294149?origin=JSTOR-pdf

COOK, T. Evidence, memory, identity, and community: Four shifting archival paradigms. **Archival Science**, v. 13, p. 95–120, 2013. DOI: 10.1007/s10502-012-9180-7

FLINN, A. Community histories, community archives: Some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007. DOI: 10.1080/00379810701611936.

GHADDAR, J. J. The spectre in the archive: Truth, reconciliation and Indigenous archival memory. **Archivaria**, v. 82, p. 3–26, 2016.

GILLIGAN, C. **In a different voice**: Psychological theory and women's development. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

GILLILAND, A. J.; CASWELL, M. Records and their imaginaries: Imagining the impossible, making possible the imagined. **Archival Science**, v. 16, n. 1, p. 53–75, 2016. DOI: 10.1007/s10502-015-9259-z

HELD, V. **The ethics of care**: Personal, political, and global. Oxford: Oxford University Press, 2006

HOYLE, V. **The remaking of archival values**. New York: Routledge, 2023.

JIMERSON, R. **Archives power**: Memory, accountability, and social justice. Chicago: Society of American Archivists, 2009.

NODDINGS, N. **Caring**: A feminine approach to ethics and moral education. Berkeley: University of California Press, 1984.

TOGNOLI, N. Estudos arquivísticos críticos: caracterização inicial de um domínio emergente na práxis arquivística. In: SILVA, C.; REVEZ, J.; CORUJO, L. (org.). **Diálogos na Ciência da Informação:** atas do XIV Encontro EDICIC. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2024. p. 951–956.



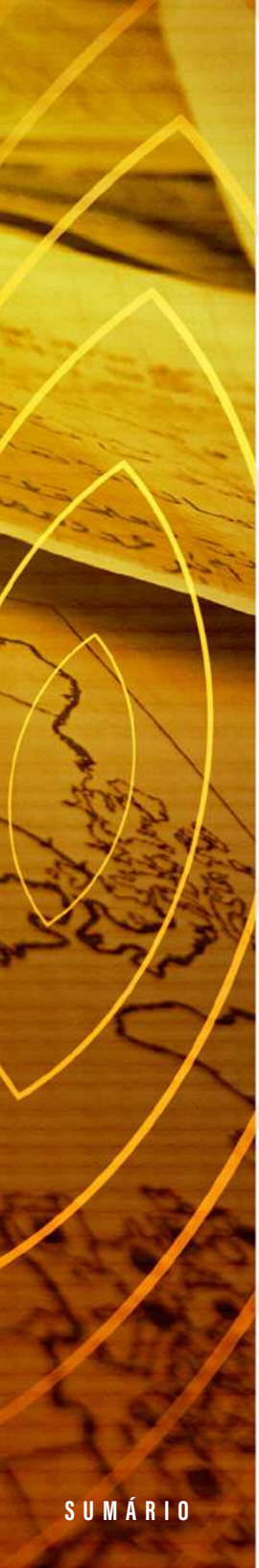
6

Maíra Fernandes Alencar
Brígida Maria Nogueira Cervantes

OS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS SÃO REPRESENTAÇÕES DE UM PENSAMENTO DECOLONIAL?

ARE COMMUNITY ARCHIVES REPRESENTATIONS OF DECOLONIAL THINKING?

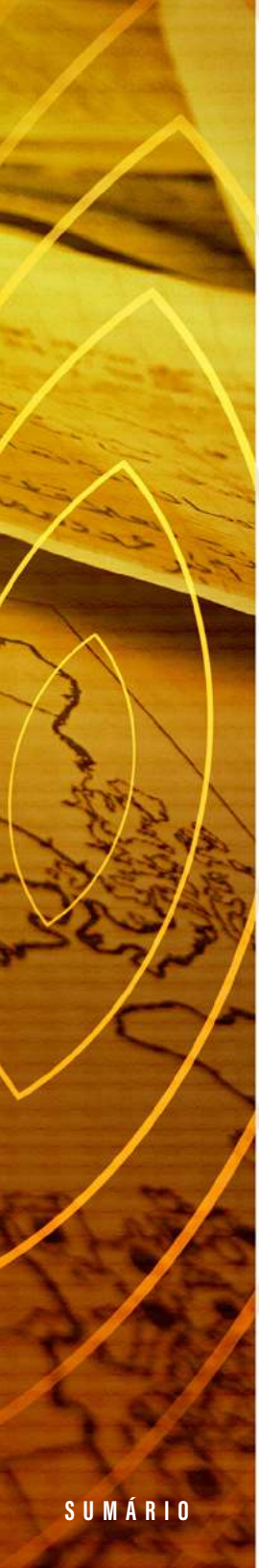
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.6



RESUMO

O pensamento decolonial pode ser caracterizado como um projeto coletivo de resistência de diferentes grupos socialmente marginalizados. Considerando o percurso histórico das lutas sociais, não se trata de algo novo. A novidade, talvez, esteja na ampliação das categorias de análise dessas resistências, em três dimensões: poder, saber e ser. Para fins teóricos, partimos da concepção de colonialidade, desenvolvida por autores e autoras da América Latina e do Caribe, vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade, formado na década de 1990. No Brasil, tais estudos têm sido incorporados por distintas áreas do conhecimento. Na Arquivística, esse caminho encontra-se em estágio inicial, com o uso recente do termo "decolonial". Para contribuir com esse cenário, escolhemos a temática dos arquivos comunitários como elemento de conexão. Tais arquivos realizam um trabalho de luta, afeto, cuidado e preservação de diferentes tipos de registros, físicos e digitais, de grupos historicamente marginalizados. Ampliam a perspectiva tradicional de arquivo, desafiando a teoria e a prática arquivísticas. O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão teórica sobre os arquivos comunitários a partir do pensamento decolonial. A metodologia é de natureza bibliográfica, com base nos estudos decoloniais e nos estudos arquivísticos críticos. Como resultado, propomos uma articulação teórica entre três características do pensamento decolonial — poder, saber e ser — e oito categorias pertencentes ao campo dos arquivos comunitários: conceitos, princípios-chave, impactos, ações e programas, produtores/criadores/cocriadores, acervos, relação com o ensino e a pesquisa, e transdisciplinaridade. A proposta visa, ainda, dar visibilidade e fortalecer esse campo no Brasil, incentivando o envolvimento de discentes e docentes com os arquivos comunitários na prática, no ensino e na pesquisa.

Palavras-chave: arquivos comunitários; decolonialidade; estudos arquivísticos críticos; educação arquivística; arquivística decolonial



ABSTRACT

Decolonial thinking can be characterized as a collective project of resistance by various socially marginalized groups. Considering the entire historical trajectory of social struggles, this is not something new. What may be new is the expansion of the categories of analysis of these resistances into three aspects: power, knowledge, and being. For theoretical purposes, we draw on the concept of coloniality developed by the group of authors from Latin America and the Caribbean, known as the Modernity/Coloniality Group, which emerged in the 1990s. In Brazil, these studies are present across different fields of knowledge. In Archival Science, this approach is still in its early stages, with the term "decolonial" recently introduced. To contribute to this scenario, we chose the theme of community archives as a point of connection. These archives carry out work involving struggles, affections, care, and the preservation of various types of physical and digital records of marginalized groups. They broaden the traditional perspective of archives, challenging archival theory and practice. The objective of this chapter is to present a theoretical discussion of community archives from a decolonial perspective. The methodology is bibliographical, based on decolonial and critical archival studies. As result, we present a theoretical relationship between three characteristics of decolonial thought — power, knowledge, and being — and eight categories within the field of community archives: concepts, key principles, impacts, actions and programs, producers/creators/co-creators, collections, relationship with teaching and research, and transdisciplinarity. Our proposal also aims to give visibility and strengthen this field in Brazil, encouraging students and teachers to engage with community archives in practice, teaching, and research.

Keywords: *community archives; decoloniality; critical archival studies; archival education; decolonial archival science*

INTRODUÇÃO

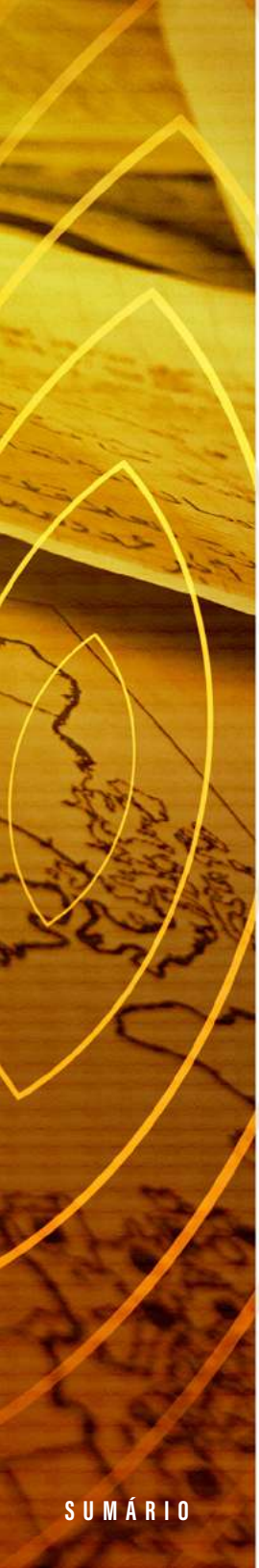
> Decolonial denota, então, um caminho contínuo de luta em que "lugares" de exterioridade e construções alter(n) ativas podem ser identificados, visualizados e fomentados (Walsh, 2017, p. 25, tradução nossa).

O problema central que orienta este capítulo é: os arquivos comunitários são expressões de um pensamento decolonial? Dois pontos merecem destaque em relação a essa questão.

O primeiro refere-se à compreensão dos arquivos comunitários como uma das formas de inclusão e pluralidade, situadas no escopo mais amplo dos estudos arquivísticos críticos e decoloniais. Essas abordagens devem coexistir com outras práticas possíveis quando se trata de pensar o cuidado e a preservação da memória de diferentes maneiras — como a oralidade, as escritas, as performances, os rituais, entre outras — voltadas a grupos historicamente marginalizados.

Quanto à definição de arquivos comunitários, de forma objetiva, a página inicial do *Community Archives Lab* — um laboratório sobre arquivos comunitários da Universidade da California, criado pela professora Michelle Caswell em 2016 — apresenta-os como "organizações de memória independentes que surgem e se unem em torno de comunidades vulneráveis, passadas e presentes" (UCLA Community Archives Lab, 2024, tradução nossa).

O segundo ponto consiste na adoção da decolonialidade como "[...] uma prática e reflexão exercida por diferentes povos e movimentos sociais em seus múltiplos e diversos projetos de resistência e reexistência" (Bernardino-Costa, 2023, p. 103). Tal concepção insere-se no giro decolonial, pautado por autoras e autores vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade, da América Latina e do Caribe.



Considerando esses dois aspectos, optamos por iniciar o capítulo com um conto. A oralidade presente nesse gênero expressa um sentido de presença, marcado por linguagem imaginativa, acessível e aberta. Inclusive, no contexto de justiça social e das lutas históricas, os relatos e contos ocupam lugar fundamental. O sociólogo mexicano Armando Bartra (1998), no prólogo do livro *Relatos de El Viejo Antonio*, destaca que "todas as revoluções de base campesina (existem outras?) têm construído seu discurso com a linguagem elíptica do mito, utilizando contos, fábulas e máximas com mensagens amplas, fáceis de memorizar" (Bartra, 1998, p. 13, tradução nossa). Escolhemos, portanto, um dos relatos desse livro para dar início à reflexão:

> *História da chave invertida*
>
> Dizem que os primeiros deuses, aqueles que criaram o mundo, tinham péssima memória, e rapidamente esqueciam o que faziam ou diziam. Alguns dizem que foi porque os deuses maiores não precisavam se lembrar de nada, pois eles já existiam desde quando o tempo não tinha tempo, ou seja, não havia nada antes deles, e se não havia nada antes, então, não havia nada para ter memória. Quem sabe, mas o fato é que esqueceram tudo. Este mal foi herdado por todos os governantes do mundo que existem e existiram.
>
> Mas os maiores deuses, os primeiros, sabiam que **a memória era a chave do futuro e que devia ser cuidada como cuidamos da terra**, **da casa e da história**. Assim, como antídoto para a amnésia, os primeiros deuses, aqueles que deram origem ao mundo, **fizeram uma cópia de tudo o que tinham feito, e de tudo o que sabiam**. Esconderam aquela cópia debaixo do chão para que não se confundisse com o que estava na superfície. Portanto, abaixo do chão do mundo existe outro mundo idêntico ao que está aqui em cima, com uma história paralela à da superfície. O primeiro mundo está abaixo da terra.
>
> Perguntei ao *Viejo Antonio* se o mundo subterrâneo era uma cópia idêntica do mundo que conhecemos.

"Foi", respondeu-me o velho Antonio, "não mais." E - explicou - o mundo exterior tornou-se desordenado e desorganizado com o passar do tempo. Quando os primeiros deuses partiram, nenhum dos governos se lembrou de olhar para baixo para consertar o que estava errado. Assim, cada nova geração de líderes pensava que o mundo que lhes foi dado era assim, e que nenhum outro mundo era possível. Portanto, o que está abaixo da terra é igual ao que está acima, mas está **em uma forma diferente**.

O *Viejo Antônio* dizia que por isso é costume dos verdadeiros homens e mulheres enterrar o umbigo do recém-nascido. Fazem-no para que o novo ser humano possa olhar para a verdadeira história do mundo, e saber lutar para acomodá-la novamente como deveria ser.

Então, lá embaixo não está apenas o mundo, mas existe a possibilidade de um mundo melhor.

-E nós estamos também, os dois? – perguntou o mar sonolento.

"Sim, e juntos"- respondeu.

"Não acredito em você", diz o mar, mas ,vira-se discretamente de lado, e espia por um pequeno buraco, deixado no chão por uma pedra.

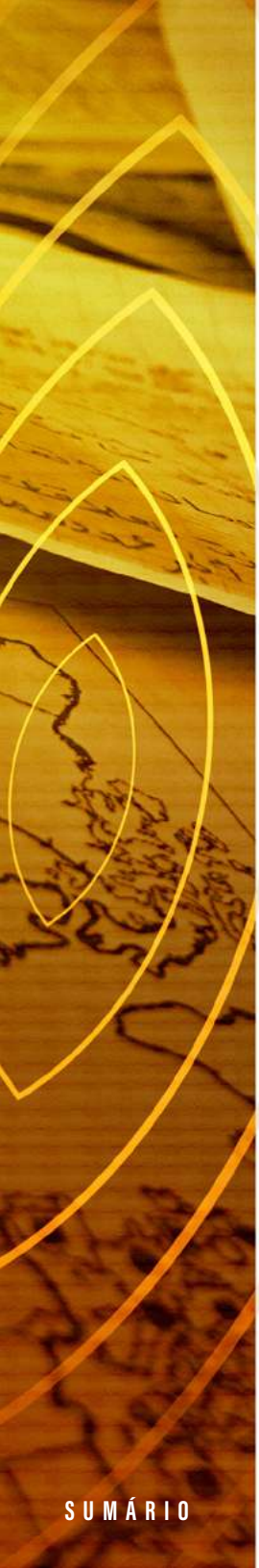
-Realmente, insisto, se tivéssemos um periscópio[1] poderíamos olhar.

-Um periscópio? -ele murmura.

"Sim", eu digo, "um periscópio, um periscópio invertido..."

Finalmente, parece-me que o *Viejo Antonio* tem razão quando diz que existe um mundo melhor abaixo de nós do que aquele de que sofremos, que **a memória é a chave do futuro** e que (acrescento) a História nada mais é do que um periscópio invertido. (Bartra, 1998, p. 120–121, tradução e grifo nossos).

1 O periscópio é um instrumento de observação.



Das diversas possibilidades de interpretação desse relato, destacamos, provisoriamente, dois aspectos que dialogam com uma dimensão ampliada da Arquivística, foco deste trabalho: a presença de dois objetos simbólicos relacionados a ações de abertura e revelação: a chave e o periscópio invertido e; a ênfase na memória como chave do futuro, o que evidencia sua centralidade e a necessidade de preservação de todas as ações realizadas e dos saberes existentes. Aqui, vemos a separação das ações com os saberes. O que confere um lugar único para o conhecimento.

O primeiro aspecto aponta para a potência do que está oculto, mas presente, como possibilidade de outro mundo possível. Trata-se de objetos que demandam ação: não se abre uma porta sem uma chave, nem se vislumbra um novo horizonte sem um instrumento que amplie o olhar. Essa análise se aproxima do percurso histórico da Arquivística em sua vertente pluralista, que remonta à década de 1970. Pode-se afirmar que existe uma Arquivística plural "oculta", muitas vezes invisibilizada nas práticas, nos currículos e nas pesquisas, ausente de congressos e dossiês, mas ainda assim existente.

Em perspectiva metafórica, já exposta em trabalhos anteriores (Alencar, 2022), se pensarmos a Arquivística como uma árvore, essa vertente pluralista é sua seiva: aquilo que a nutre e a faz viver. Tal seiva, ao longo do tempo, tem sido moldada por diferentes tradições e contextos teóricos. Defendemos que ela deve ser inclusiva e plural, como demonstram temas de pesquisa em âmbito internacional (Gilliland; McKemmish, 2018), sendo essa "árvore oculta" o substrato de onde podem emergir práticas arquivísticas mais abertas à diversidade, no sentido de integrar diferentes grupos e pensamentos historicamente excluídos, para o desenvolvimento de pesquisas e práticas no campo.

Para irmos direto ao ponto: a preocupação com a dimensão social e inclusiva na área não é nova. Os termos mais explícitos e alinhados às pautas de lutas podem ser recentes, mas a preocupação

é antiga — e, por muito tempo, tem sido negligenciada tanto no ensino quanto nas pesquisas. Esforços nacionais e internacionais mais recentes demonstram que pesquisadores(as) vêm retomando e divulgando essas perspectivas. E essas ações podem ser vistas como formas de girar essa chave e mostrar esse periscópio invertido — revelando o outro lado, tão necessário à agenda de justiça social e direitos humanos da Arquivística (Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023; Gilliland, 2017; Jimerson, 2008; Sturgeon, 1996; Zinn, 1977).

No segundo aspecto, a potência do lembrar como algo fundamental para criar o futuro — o cuidar da memória sendo comparado ao cuidado com a terra, a casa e a história — remete a elementos vivos, necessários e cotidianos. Aqui, temos as diferentes formas possíveis em que esse cuidado pode existir, seja por meio do que chamamos de Arquivo Comunitário, ou de uma Educação e Pesquisa Arquivística de foco crítico e decolonial (entre outras maneiras) — ambos terão como consequência a produção de uma visão de mundo pautada na inclusão, por meio de um campo da memória preocupado com grupos socialmente marginalizados, com o foco em dar condições para cuidar da memória.

Considerando essas perspectivas expostas, apresentamos como objetivo situar os arquivos comunitários enquanto expressão/representação de um pensamento decolonial. A metodologia utilizada é de cunho bibliográfico, a partir de autoras e autores dos estudos decoloniais e dos estudos críticos arquivísticos. A partir da pesquisa com foco na literatura internacional, encontramos autoras e autores provenientes dos Estados Unidos, membros(as) da comunidade discursiva *Archival Education and Research Initiative* (AERI), que estão discutindo tal campo. Ressaltamos que, para o contexto latino-americano, existem propostas e discussões também, mas que não foram pautas de análise em razão da delimitação da pesquisa (Argentina, Chile e Colômbia também estão discutindo tais temas).



ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O PENSAMENTO DECOLONIAL

Não é uma tarefa fácil definir o que é o pensamento decolonial. O conceito que antecede a decolonialidade é o de *colonialidade*, que se refere à história colonial na América Latina e às reações provocadas pelos próprios efeitos da colonização (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016).

Há confusões com outros termos. Por exemplo, o termo "pós-colonial" é uma derivação do Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia, surgido na década de 1980, sem referências à América Latina. Já o termo "decolonial" refere-se a um projeto de intelectuais latino-americanos, mais conhecidos pelo nome Grupo Modernidade/Colonialidade, formado na década de 1990, com outras "bases e categorias interpretativas da realidade a partir das experiências da América Latina" (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016, p. 16).

Tanto Mignolo quanto Walsh (2018) atribuem ao sociólogo peruano Aníbal Quijano a concepção de *colonialidade*. Inclusive, no livro *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*, publicado em 2018, há uma dedicatória explícita: "para Aníbal Quijano que nos deu, e ao mundo, o conceito de colonialidade" (Mignolo; Walsh, 2018, p. 6, tradução nossa). Esse pensador peruano desenvolveu o conceito no final dos anos 1980 e início dos anos 1990.

A *colonialidade* não se restringe à relação formal de poder entre diferentes povos ou nações. Ela diz respeito à maneira como o "trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, por meio do mercado capitalista mundial e pela ideia de raça" (Maldonado-Torres, 2007, p. 131, tradução nossa).

Nesse sentido, essa lógica sobrevive ao colonialismo, "[...] mantendo-se viva em manuais de aprendizados, nos critérios para

um bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, nas autoimagens dos povos, nas aspirações dos sujeitos, e em tantos outros aspectos de nossa experiência moderna. Nesse sentido, respiramos a colonialidade na modernidade todos os dias" (Maldonado-Torres, 2007, p. 131, tradução nossa).

Em síntese, uma resposta de enfrentamento a esses processos de colonialidade é a *decolonialidade*, definida em sentido amplo como "a longa tradição de resistência das populações negras e indígenas, e, posteriormente, daqueles que Fanon nomeou como condenados da terra" (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2020, p. 9-10).

Mas, afinal, por que "decolonial" e não "descolonial"? Sobre a supressão do "s", Walsh (2017) afirma tratar-se de uma distinção em relação ao prefixo "des" em castelhano, entendido como desarmar, desfazer ou reverter o colonial.

> Portanto, ao passar de um momento colonial para um momento não colonial, como se fosse possível que os seus padrões e vestígios deixassem de existir. Com este jogo linguístico pretendo destacar que não existe um estado nulo de colonialidade, apenas posturas, posições, horizontes e projetos para resistir, transgredir, intervir, emergir, criar e influenciar. *Decolonial* denota, então, um caminho contínuo de luta em que 'lugares' de exterioridade e construções alter(n)ativas podem ser identificados, visualizados e fomentados (Walsh, 2017, p. 25, tradução e grifos nossos).

Nessa mesma linha de pensamento, Mignolo e Walsh (2018, p. 106, tradução nossa) afirmam que "a decolonialidade não é uma disciplina acadêmica, o que não significa que ela não possa ser decretada na academia". E prosseguem: "não pode ser um universal abstrato. Ela tem que ser respondida através de outras X perguntas: quem está fazendo isso, onde, por que, e como" (Mignolo; Walsh, 2018, p. 108, tradução nossa).

> A decolonialidade — como entendemos — nasceu em resposta às promessas da modernidade e às realidades da colonialidade, no sentido que Aníbal Quijano a introduziu. As conceitualizações e ações da decolonialidade são, portanto, múltiplas, contextuais e relacionais; elas não são apenas da alçada dos povos que viveram a difusão colonial, mas, mais amplamente, de todos nós que lutamos a partir e dentro das fronteiras da modernidade/colonialidade e suas rachaduras, para construir um mundo radicalmente distinto. A decolonialidade [...] não é um novo paradigma ou modo de pensamento crítico. É um modo, opção, ponto de vista, analítico, projeto, prática e práxis (Mignolo; Walsh, 2018, p. 4-5, tradução nossa)

Em consonância com essa definição mais ampla, Maldonado-Torres (2020, p. 564) define a decolonialidade como "a produção de um mundo novo, e de uma nova noção e prática de ser humano". Para dar materialidade a essa definição, o autor argumenta sobre a atitude decolonial, "que encontra suas raízes nos projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder" (Maldonado-Torres, 2016, p. 88).

Para compreendermos o que significa essa tríade, iniciamos com seu oposto.

A **colonialidade do poder**[2] refere-se ao padrão de poder mundial oriundo do colonialismo moderno. O local onde a colonialidade do poder começou a se materializar foi a América Latina, que, junto ao "sistema de classificação baseado na raça e no racismo, se articulou com a modernidade e o capitalismo histórico eurocentrado"

2 De modo decolonial podemos ver a análise de uma música de Caetano Veloso, O índio. "O título da música Um índio já revela um aspecto da colonialidade do poder, que é a classificação social. Segundo Quijano (2009), colonialidade remete a um elemento constitutivo do processo de dominação e imposição do capitalismo moderno, demandando processos de classificação social. Ainda de acordo com Quijano (2009), identidades sociais de colonialidade foram criadas a partir de critérios raciais/étnicos, como o branco, o negro, o indígena, o amarelo etc. Classificações sociais geoculturais também foram feitas: Oriente, Ocidente, África, Ásia, América etc. Todos esses estão presentes na letra da composição analisada" (Oliveira, 2023, p. 14)

(Bernardino-Costa, 2023, p. 99). Suas manifestações incluem o "controle da subjetividade, as práticas de escravidão e genocídio, a destruição de conhecimentos, humanidade e cosmovisões de mundo" (Bernardino-Costa, 2023, p. 99).

A **colonialidade do saber** trata dos diferentes "[...] processos de desqualificação, rebaixamento e apagamento de outras tradições do conhecimento" (Bernardino-Costa, 2023, p. 102).

Por fim, a **colonialidade do ser** "concretizou-se no rebaixamento da humanidade de populações não europeias (africanas, negras, indígenas, asiáticas etc.)" (Bernardino-Costa, 2023, p. 102).

Esses três elementos serão discutidos na próxima seção, em articulação com a temática dos arquivos comunitários.

Um último ponto a destacar é a apresentação das *analíticas* da colonialidade e da decolonialidade, estruturadas em dez teses propostas por Maldonado-Torres (2020). O autor propõe uma "arquitetura conceitual básica" como referência para os esforços de trabalho na perspectiva decolonial, conforme demonstra a Figura 1.

As teses estão divididas em duas partes: da 1 à 5, referem-se às analíticas da colonialidade; da 6 à 10, às analíticas da decolonialidade. Reproduzimos, na sequência, a Figura 2 em que o autor propõe sua análise, desta vez, sobre a decolonialidade.

Figura 1 - Analítica da colonialidade: algumas dimensões básicas



Fonte: Maldonado-Torres (2020, p. 43).

Portanto, essa "arquitetura conceitual básica" compreende:

1. Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados provocam ansiedade;
2. Colonialidade é diferente de colonialismo e decolonialidade é diferente de descolonização;
3. Modernidade/colonialidade é uma forma de catástrofe metafísica, que naturaliza a guerra que está na raiz das formas moderno/coloniais de raça, gênero e diferença sexual;
4. Os efeitos imediatos da modernidade/colonialidade incluem a naturalização do extermínio, expropriação, dominação, exploração, morte prematura e condições que são piores que a morte, tais como a tortura e o estupro;
5. A colonialidade envolve uma transformação radical do saber, do ser e do poder, levando à colonialidade do saber, à colonialidade do ser e à colonialidade do poder;

6. A decolonialidade está enraizada em giro decolonial ou em um afastar-se da modernidade/colonialidade;

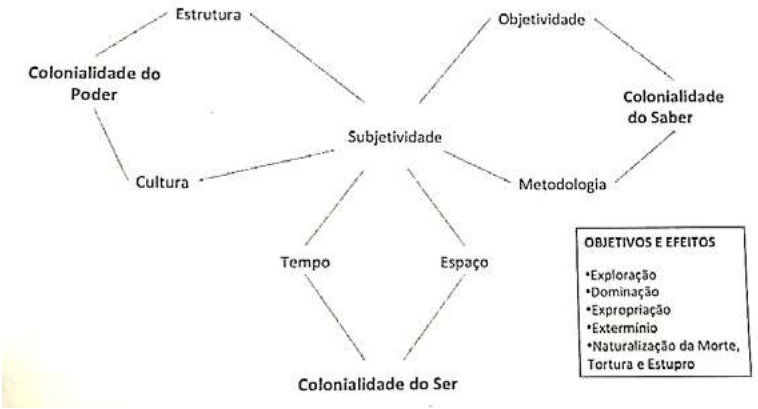
7. Decolonialidade envolve um giro epistêmico decolonial, por meio do qual o condenado emerge como questionador, pensador teórico e escritor/comunicador;

8. Decolonialidade envolve um giro decolonial estético (e frequentemente espiritual), por meio do qual o condenado emerge como criador;

9. A decolonialidade envolve um giro decolonial ativista, por meio do qual o condenado emerge como uma agente de mudança social; e

10. A decolonialidade é um projeto coletivo (Maldonado-Torres, 2020).

Figura 2 - Analítica da decolonialidade: algumas dimensões básicas



Fonte: Maldonado-Torres (2020, p. 50).

Essa parte de criatividade, arte e espiritualidade da decolonialidade do ser remete ao conceito utilizado pelos Kitu Kara, povo indígena da América Latina: *corazonar*. Esse conceito foi tema da

tese de doutorado de Patricio Guerrero Arias (2016), defendida na Universidad Andina Simón Bolívar, em Quito, no Equador, intitulada *Colonialidad del saber e insurgencia de las sabidurías otras: corazonar las epistemologías hegemónicas, como respuesta de insurgencia (de) colonial* (2010), na seção "*El corazonar Kitu Kara, propuesta espiritual y política para la decolonización de la vida*". O autor também publicou o livro *Corazonar: una antropología comprometida con la vida* (2010).

APROXIMANDO OITO CATEGORIAS PRESENTES NOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS COM OS ELEMENTOS DE UM PENSAMENTO DECOLONIAL

Os arquivos comunitários têm ganhado espaço na literatura e em projetos institucionais e acadêmicos nos últimos anos, dentro dos estudos arquivísticos com focos críticos. Em âmbito nacional, podemos compreendê-los enquanto espaços de pluralidade, ampliação dos conhecidos arquivos tradicionais, que visam, sobretudo, atuar no cuidado e preservação da memória de grupos socialmente marginalizados (pessoas em situação de vulnerabilidade social, da população negra, dos retirantes nordestinos, da população LGBTQIAPN+, dos camponeses de movimentos sociais, dos povos originários — indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros). É válido mencionar todas as interseccionalidades entre esses grupos, marcadas por condições de opressão de raça, gênero, classe, posição socioeconômica, cidadania, entre outras.

Ao citar o clássico artigo dos autores do Reino Unido, Andrew Flinn, Mary Stevens e Elizabeth Shepherd (2009), a respeito da breve análise da definição centrada no fato de que arquivos comunitários

se definem por serem coletados por membros de uma comunidade e que eles têm algum nível de controle, Caswell (2021) chama a atenção ao propor duas categorias amplas de arquivos comunitários:[3]

> Mais especificamente, argumento que não podemos discutir o fenômeno dos arquivos comunitários nos Estados Unidos sem abordar as desigualdades de poder. Aqui podemos dividir amplamente os arquivos comunitários em duas categorias - aqueles que representam e servem comunidades dominantes, como sociedades históricas que frequentemente investem em histórias de supremacia branca como forma de manter ou aumentar os valores de propriedade local, e **aqueles que representam e servem comunidades sub-representadas, marginalizadas e/ou oprimidas** (Caswell, 2021, p. 16, grifos e tradução nossa).

Compreendemos os arquivos comunitários a partir dessa segunda categoria proposta pela autora, isto é, comunidades sub-representadas, marginalizadas e/ou oprimidas.

Com base nos estudos de Alencar (2022) destacamos oito categorias pertencentes ao campo dos Arquivos Comunitários, sendo eles: 1) conceitos; 2) princípios-chave; 3) impactos; 4) ações e programas; 5) produtores/criadores/cocriadores; 6) acervos; 7) relação com o ensino/pesquisa; e 8) transdisciplinaridade.

A seguir, apresentamos essas categorias em diálogo com os fundamentos do pensamento decolonial:

3 Caswell (2021) também situa o termo identidades minoritárias: "Poderíamos chamá-los mais especificamente de arquivos comunitários de identidades minoritárias (*minoritized identity-based community archive*) que compartilham uma história de opressão, seja ela de supremacia branca, heteropatriarcado, colonialismo, capitalismo, capacidade, e suas complexas interseções. Além disso, é importante distinguir os arquivos comunitários independentes dos projetos voltados para a reunião/coleção de documentos de comunidades por instituições dominantes. Estes esforços são incrivelmente importantes, mas têm questões diferentes em termos de autonomia, independência, agilidade, sustentabilidade etc." (p. 15, tradução nossa).

Quadro 1 – Dimensões do pensamento decolonial com oito categorias dos Arquivos Comunitários

Dimensões do pensamento decolonial	Categorias pertencentes ao campo dos Arquivos Comunitários
decolonialidade do poder	▪ conceitos ▪ princípios-chave
decolonialidade do ser	▪ impactos ▪ ações e programas ▪ produtores/criadores/co-criadores ▪ acervos
decolonialidade do saber	▪ relação com o ensino e pesquisa ▪ transdisciplinaridade

Fonte: elaborado pelas autoras (2023).

Nos subtópicos a seguir, realizamos a análise dessas relações, destacando como situar a decolonialidade do poder, do saber e do ser a partir das categorias propostas: conceitos, princípios-chave, impactos, ações e programas, produtores/criadores/cocriadores, acervos, relação com o ensino e a pesquisa, e transdisciplinaridade.

DECOLONIALIDADE DO PODER E OS CONCEITOS E PRINCÍPIOS DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Como o *modus operandi* da decolonialidade do poder são atitudes contra e em resistência ao "controle da subjetividade, as práticas de escravidão e genocídio, a destruição de conhecimentos, humanidade e cosmovisões de mundo" (Bernardino-Costa, 2023, p. 99), podemos elencar aqui os diferentes conceitos de arquivos

comunitários — desenvolvidos por grupos e pesquisadores em diferentes partes do mundo —, em especial em torno da tríade *voice/identity/activism*[4], dos sentidos políticos e de sua relação com o trabalho da memória libertadora.

Caswell (2021), em seu livro *Urgent Archives: Enacting Liberatory Memory Work*[5], busca promover tais ideias ao propor conceitos como opressão arquivística e libertação arquivística, entre outros. Para ela, o trabalho da memória libertadora possui três aspectos: o temporal, o afetivo e o material.

Nesta mesma categoria, elencamos os cinco princípios-chave dos arquivos comunitários, por serem elementos estruturantes: participação, administração compartilhada, multiplicidade, ativismo arquivístico e reflexividade (Caswell, 2014).

Ghaddar e Caswell (2019), no prefácio do dossiê sobre práxis arquivística decolonial, citam o contexto da Revolução Francesa e argumentam a respeito das origens dos arquivos, suas histórias coloniais e as viradas arquivísticas. Defendem que os "arquivos nacionais e os princípios que sustentam sua gestão são sempre já coloniais e imperiais" (Ghaddar; Caswell, 2019, p. 76, tradução nossa). Acrescentam ainda:

> Uma práxis arquivística decolonial começa a partir desse entendimento de que o colonialismo, o império e a raça ocidentais são aspectos muito mais penetrantes de nosso campo do que geralmente se considera. De fato, eles estão inextricavelmente enredados com todas as facetas de como pensamos, falamos e trabalhamos no campo,

4 "A estrutura centrada na comunidade do *Voice Identity Activism* (VIA), desenvolvida por Gilliland (2014, 2021) e apresentada na conferência do CIRN em 2012, é uma estrutura mais abrangente e detalhada do que as características relacionadas à forma, motivações e objetivos de arquivos comunitários independentes [...]" (Gilliland; Flinn, 2013, p. 8, tradução nossa).

5 Esse livro faz parte de uma série da editora *Routledge Studies in Archives* que visa publicar pesquisas inovadoras nos estudos arquivísticos. Os outros títulos dessa série se aproximam dessa virada arquivística, em forte diálogo com a dimensão de uma visão plural.

> porque são características definidoras da modernidade em todos os lugares, inclusive na forma neoliberal hoje (Ghaddar; Caswell, 2019, p. 78, tradução nossa).

Em síntese, como a decolonialidade do poder trata das diferentes maneiras de exploração e dominação moderna, temos no âmbito da memória os arquivos comunitários como protagonistas de mudança. Eles enfrentam as diversas formas de dominação e lógica colonial, desafiando as instituições tradicionais por meio da pauta da preservação da memória de grupos excluídos e do engajamento com diferentes frentes de trabalho ao redor do mundo. Revelam, assim, uma prática ancorada na justiça social e nos direitos humanos, criando e preservando outras formas de conhecimento e cosmovisão.

DECOLONIALIDADE DO SER E OS IMPACTOS, AÇÕES/PROGRAMAS, PRODUTORES/CRIADORES/ CO-CRIADORES E ACERVOS DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

A decolonialidade do ser refere-se à afirmação da humanidade de pessoas não europeias. Maldonado-Torres (2007, p. 130, tradução nossa) destaca que "o conceito de colonialidade do ser responde, portanto, à necessidade de esclarecer a questão sobre os efeitos da colonialidade na experiência vivida, e não apenas nas mentes dos sujeitos subalternos". Maria Lugones (2008) trata da decolonialidade do ser a partir das discussões de gênero.

Nesta categoria, situamos os diferentes impactos que um arquivo comunitário pode provocar na comunidade que representa. Uma pesquisa que entrevistou educadores sul-asiático-americanos

sobre suas experiências com o *South Asian American Digital Archive* (SAADA) revelou três tipos de impactos: ontológico (*estou aqui*), epistemológico (*estivemos aqui*) e social (*você pertence aqui*) — todos relacionados ao pertencimento representacional (Caswell; Cifor; Ramírez, 2016).

> Em um nível epistemológico, os arquivos comunitários fornecem evidências empíricas para uma comunidade afirmar sua existência no passado. A epistemologia, ou a teoria de como sabemos o que sabemos, descreve apropriadamente as maneiras pelas quais os arquivos comunitários permitem que as comunidades estabeleçam suas histórias por meio de artefatos materiais. Ao coletar materiais que documentam a história previamente desconhecida de uma comunidade, um arquivo comunitário afirma que estivemos aqui. Esse impacto epistemológico também tem um efeito ontológico. A ontologia, ou o estudo da natureza do ser, examina como as pessoas existem no mundo. Em um nível ontológico, um arquivo comunitário afirma que estou aqui. Ele reflete e afirma identidades no presente, permitindo que os indivíduos 'se vejam subitamente existindo' de maneiras que antes não podiam e não faziam. Esses impactos epistemológicos e ontológicos, por sua vez, têm um impacto social. Em um nível social, os arquivos comunitários afirmam que você pertence aqui aos membros das comunidades que atendem (Caswell; Cifor; Ramírez, 2016, p. 75, tradução nossa).

Percebe-se, assim, a relação direta entre o pertencimento e a decolonialidade do ser. Sentir-se representado é uma forma de afirmação e inclusão.

Outros elementos pertencentes a essa mesma categoria são as ações e programas promovidos pelos arquivos comunitários para incluir as pessoas — como oficinas de história oral, dança, fotografia, entre outras. Essa categoria dialoga com a diversidade dos produtores/criadores/cocriadores dos acervos, cujas representações estão interligadas a gênero, classe, etnia e cidadania. Esses

sujeitos criam e preservam documentos como fotografias, vídeos, relatos orais e outros registros.

Ainda no campo da decolonialidade do ser, destaca-se Lowry (2019), ao tratar dos arquivos deslocados. O autor associa diretamente conceitos como afeto, registros imaginados, imaginários arquivísticos impossíveis e empatia radical, propostos por Caswell e Cifor, (2016), Cifor (2016) e Cifor e Gilliland (2016) como práticas relevantes para decolonizar diversos aspectos do trabalho arquivístico.

DECOLONIALIDADE DO SABER E O ENSINO/PESQUISA E TRANSDISCIPLINARIDADE DOS ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Por fim, em relação à terceira dimensão, a **decolonialidade do saber**, observam-se diversas ênfases quanto à sua definição e às suas implicações. Trata-se da produção de conhecimento a partir do lado encoberto pela modernidade. Destaca-se, nesse ponto, a crítica à geopolítica do conhecimento e a valorização da diferença colonial como *locus* privilegiado de enunciação e produção epistemológica (Bernardino-Costa, 2023, p. 102). Segundo Bernardino-Costa, Maldonado-Torres e Grosfoguel (2020), essa é uma das preocupações centrais nos trabalhos sobre decolonialidade.

Relacionamos a decolonialidade do saber ao ensino e à pesquisa arquivística, quando desenvolvidos com base em estudos críticos, de natureza plural e inclusiva — nos quais se inserem os arquivos comunitários. No artigo que discute a educação arquivística sob uma perspectiva crítica, Punzalan e Caswell (2016, p. 6, tradução nossa) afirmam que "esforços para abordar questões de justiça social

também se tornaram evidentes em apelos, para repensar a educação e a pesquisa arquivística". Os teóricos dessa vertente defendem o pluralismo arquivístico, cujo núcleo está ancorado no:

> [...] reconhecimento ativo da diferença cultural, epistemologias indígenas e múltiplas formas de conhecer como perspectivas igualmente válidas de criação de conhecimento (Punzalan; Caswell, 2016, p. 6-7, tradução e grifos nossos).

Esse entendimento baseia-se em autores como Christen (2011), McKemmish, Faulkhead e Russel (2011) e no projeto *Protocols for Aboriginal and Torres Strait Islander Library, Information and Archival Services*. As abordagens pluralistas na prática arquivística têm uma longa trajetória, podendo ser rastreadas desde os primeiros esforços para criar arquivos mais inclusivos. No entanto, os esforços para incorporar ativamente essas perspectivas na pesquisa e na pedagogia arquivísticas são mais recentes.

Punzalan e Caswell (2016) destacam a importância de que a educação arquivística implemente ações concretas como: recrutamento de estudantes oriundos de comunidades diversas e historicamente marginalizadas; incentivo a ambientes de sala de aula culturalmente sensíveis; adoção de abordagens pluralistas que reconheçam ontologias e epistemologias distintas; e análise contínua das relações de poder, tanto dentro quanto fora da sala de aula.

É nesse horizonte da construção de arquivos mais inclusivos que se inscrevem os arquivos comunitários. Trata-se, portanto, de uma categoria essencial.

Por fim, quanto à dimensão da **transdisciplinaridade**, Maldonado-Torres (2016, p. 93) afirma:

> A partir de Fanon pode-se chegar à conclusão de que a decolonização é tanto um projeto incompleto e em processo, como uma atitude. Com base no exercício da decolonização como projeto e atitude é que qualquer uso de

> disciplinas e métodos tem sentido. Do contrário, as disciplinas e os métodos tendem a ser orientados pelo projeto e pela atitude moderno-coloniais. Transdisciplinaridade, neste contexto, significa, em primeiro lugar, a necessidade de reconhecer imperativos e lógicas mais amplas do que as disciplinas, que encontram sua orientação própria e em relação às quais elas mesmas e seus métodos podem se destruir e se reconstruir de forma distinta.

Com base nessa concepção, identificam-se diversas áreas do conhecimento com aproximações teórico-metodológicas aos arquivos comunitários. Entre elas: estudos críticos e decoloniais da Organização do Conhecimento; Biblioteconomia Crítica; Biblioteconomia Comunitária; Museologia Social e Museologia Decolonial; Memória Social; História Oral; Psicologia Comunitária; entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto neste capítulo, assim como a decolonialidade é uma forma de resistência, os arquivos comunitários também o são — ambos se aproximam por se constituírem como formas de luta e resistência, especificamente por parte de grupos socialmente marginalizados. A existência (e as diferentes ações de pautar, ensinar, pesquisar, criar e gerir) de um arquivo comunitário, certamente, é uma prática de cunho decolonial, uma vez que essa ação representa a resistência desses grupos na criação de seus próprios espaços de pertencimento e na preservação de suas memórias, por meio de oralidades, escritas, performances, entre outros modos possíveis, articulados a seus ativismos políticos.

Nesse sentido, as três dimensões da analítica decolonial apresentadas — poder, saber e ser —, articuladas às oito categorias discutidas aqui (conceitos, princípios-chave, impactos, ações e programas, produtores/criadores/cocriadores, acervos, relação

com o ensino e pesquisa, e transdisciplinaridade), evidenciam, teoricamente, que os arquivos comunitários podem ser considerados expressões de um pensamento decolonial.

Outro ponto fundamental é que, no contexto latino-americano, ainda são necessárias muitas vivências, reflexões e pesquisas para a formulação de definições, análises e práticas próprias, construídas em parceria com comunidades de resistência, por meio dos arquivos comunitários. Embora este capítulo tenha enfatizado aspectos teóricos, é essencial criar condições para pesquisas e dar visibilidade ao território da prática, em colaboração com as diversas pessoas que criam e atuam em arquivos comunitários no Brasil. Nesse sentido, grupos de trabalho atuantes nesse campo são promissores para fomentar tais articulações.

O **I Encontro de Arquivos, Cultura e Justiça Social** representa uma materialização desse escopo, contribuindo para a formação de redes e o desenvolvimento de estratégias comunitárias.

Destacamos também que, recentemente, em setembro de 2024, foi criado, no âmbito da *Asociación Latinoamericana de Archivos* (ALA), o **Grupo de Trabalho sobre Arquivos Comunitários**. Esse movimento, ainda em desenvolvimento, deverá ser acompanhado para a verificação das ações que serão realizadas. Além disso, a criação de outros grupos e movimentos é bem-vinda, na medida em que todas as formas de pautar essa discussão — por diferentes atores e instituições — enriquecem e fortalecem os debates, as reflexões e as iniciativas no campo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. **Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística**: uma análise a partir da Archival Education Research Initiative. 2022. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N. B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**, v. 28, p. 1-25, 2023.

BARTRA, A. **Los relatos de El Viejo Antonio**. San Cristóbal de las Casas: Centro de Información y Análisis de Chiapas, 1998.

BERNARDINO-COSTA, J. Verbete Decolonialidade. *In:* RIOS, F.; SANTOS, M. A.; RATTS, A. (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2023, p. 100–104.

BERNARDINO-COSTA, J. B.; GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016.

BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. Introdução. *In:* BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, p. 9–26.

CASWELL, M. **Urgent archives**: enacting liberatory memory work. London: Routledge Press, 2021.

CASWELL, M.; CIFOR, M.; RAMÍREZ, M. "To suddenly discover yourself existing": uncovering the impact of community archives". **The American Archivist**, v. 79, p. 56–81, 2016.

CASWELL, M. Toward a survivor-centered approach to records documenting human rights abuse: lessons from community archives. **Archival Science**, v. 14, nos. 3–4, p. 307–322, 2014.

CHRISTEN, K. Tribal Archives, Traditional Knowledge, and Local Contexts: Why the "s" Matters. **Journal of Western archives,** v. 6, n. 1.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, p. 71–86, 2009.

GHADDAR, J.; CASWELL, M. To go beyond: towards a decolonial archives. **Archival Science**, v. 19, p. 71–85, 2019.

GILLILAND, A. J. Archival and recordkeeping traditions in the multiverse and their importance for researching situations and situating research. *In:* GILLILAND, A. J.; McKEMMISH, S., LAU, A. J. (ed.). **Research in the archival multiverse**. Melbourne: Monash University Press, 2017, p. 31–73.

GILLILAND, A. J.; McKEMMISH, S. Archival and recordkeeping research: past, present and future. *In:* WILLIAMSON, K.; JOHANSON, G. (ed.). **Research methods**: information, systems, and contexts. Cambridge, UK: Chandos Publishing, 2018, p. 85–125.

GUERRERO ARIAS, P. **Colonialidad del saber e insurgencia de las sabidurías otras**: corazonar las epistemologías hegemónicas, como respuesta de insurgencia (de)colonial. 2016. 372 f. Tesis (Doctorado en Estudios Culturales Latinoamericanos) – Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, 2016.

GUERRERO ARIAS, P. **Corazonar**: una antropologia comprometida con la vida. Quito: Abya Yala, 2010.

JIMERSON, R. C. Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade. **Arquivo & Administração**, v. 7, n. 2, p. 27-44, 2008.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73–102, 2008.

LOWRY, J. Radical empathy, the imaginary and affect in (post)colonial records: how to break out of international stalemates on displaced archives. **Archival Science**, v. 19, n. 2, p. 185–203, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In:* BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020, p. 27–53.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 75–97, 2016.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In:* CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFOGUEL, R. (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007, p. 127–167.

MCKEMMISH, S. FAULKHEAD, S; RUSSELL, L. Distrust in the archive: Reconciling records. **Archival Science,** v. 11, nos. 3-4, p. 211-239, 2011.

MIGNOLO, W.; WALSH, C. **On decoloniality***:* concepts, analytics, praxis. Durham: Duke University Press, 2018.

OLIVEIRA, R. B. C. de. Uma interpretação decolonial da canção Um índio de Caetano Veloso. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 31, n. 1, 2023.

PUNZALAN, R.; CASWELL, M. Critical directions for archival approaches to social justice. **Library Quarterly**, v. 86, n. 1, p. 25–42, 2016.

STURGEON, S. C. A different shade of green: documenting environmental racism and justice. **Midwest Archives Conference**, v. 21, n. 1, p. 33–46, 1996.

UCLA COMMUNITY ARCHIVES LAB. Disponível em: https://communityarchiveslab.ucla.edu/. Acesso em: 12 out. 2024.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re) vivir. Quito: Abya-Yala, 2017.

ZINN, H. Secrecy, archives, and the public interest. **The Midwestern Archivist**, v. 2, n. 2, p. 14–26, 1977. Disponível em: https://minds.wisconsin.edu/handle/1793/44118. Acesso em: 10 ago. 2024.



7

Thamires Ribeiro de Oliveira
Ana Luce Girão Soares de Lima

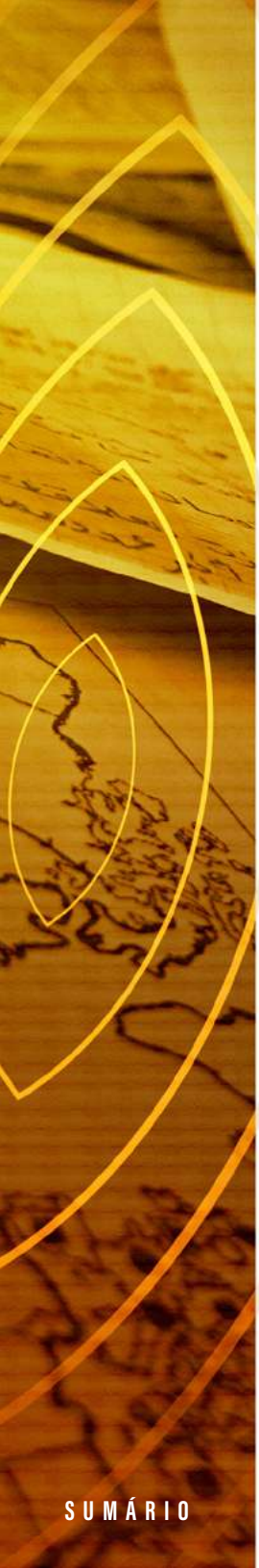
ARQUIVO DONA OROZINA VIEIRA:

UM ARQUIVO COMUNITÁRIO NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ

DONA OROZINA VIEIRA ARCHIVE:

A COMMUNITY ARCHIVE IN THE MARÉ FAVELA COMPLEX

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.7



RESUMO

Inaugurado em 2002, o Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV) foi criado com o propósito de preservar a história e a memória do conjunto de favelas da Maré, localizado na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A partir da análise de seu histórico e acúmulo documental, articulada às discussões contemporâneas no campo arquivístico, este artigo tem como objetivo compreender essa iniciativa à luz do conceito de arquivos comunitários, com base em autores como Stevens, Shepherd, Flinn (2009) e Moore (2017). Os procedimentos metodológicos adotados incluíram levantamento bibliográfico com análise qualitativa para identificar concepções teóricas sobre os temas abordados, consulta ao acervo do arquivo e a realização de três entrevistas semiestruturadas com pessoas diretamente envolvidas em sua criação e desenvolvimento.

Palavras-chave: arquivos comunitários; Arquivo Dona Orozina Vieira; Museu da Maré; memória social

ABSTRACT

Inaugurated in 2002, the Dona Orozina Vieira Archive (ADOV) was established to preserve the history and memory of the Maré favela complex, located in the northern area of Rio de Janeiro. Based on the analysis of its history and the accumulation of documents, and in articulation with current discussions in the archival field, this article aims to understand the initiative through the lens of the concept of community archives, as discussed by Stevens, Shepherd, Flinn (2009), and Moore (2017). The methodological procedures included a bibliographic survey analyzed qualitatively to identify theoretical frameworks related to the topic, consultations with the archive's collection, and three semi-structured interviews with individuals directly involved in its creation and development.

Keywords: *community archives; Dona Orozina Vieira Archive; useu da Maré; social memory*

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, avanços nos campos tecnológicos e informacionais, bem como a ampliação de discussões sobre grupos minoritários e marginalizados, têm promovido a revisão de conceitos, métodos e práticas tradicionalmente empregados por teóricos e pesquisadores da arquivologia (Eastwood, 2017).

O interesse no estudo de arquivos comunitários pela comunidade acadêmica é relativamente recente, tornando-se mais evidente a partir do final da primeira década dos anos 2000, sobretudo em países de língua inglesa.

Ao explorar essa temática, buscamos fomentar o debate sobre arquivos comunitários no Brasil, chamar a atenção de profissionais atuantes em instituições tradicionais do patrimônio para sua relevância, dar visibilidade ao trabalho de preservação da memória da Maré desenvolvido pelo ADOV, bem como inspirar iniciativas semelhantes em outros territórios de favela.

DISCUSSÃO CONCEITUAL GLOBAL

O conceito de arquivos comunitários ocupa um complexo campo de disputas, não sendo até então possuidor de uma definição consolidada e amplamente aceita entre os diversos estudiosos da comunidade arquivística que se debruçam sobre esta temática.

Tenaglia (2023) ressalta que arquivos comunitários são 'profundamente contextuais' e esta afirmação pode ser constatada pelo uso das distintas terminologias empregadas em diferentes países, o que pode ser identificado por meio do projeto *Bridging the gaps*

between communities and their memories: comparing community--based archives across three continents[1] do qual participou.

> Alguns projetos também são desenvolvidos por museus ou arquivos locais, mas, em geral, por grupos independentes e organização não-governamentais, a partir de demandas específicas ou impulsados para fazer o registro de sua própria história. Cada vez mais, essas iniciativas enfrentam os problemas relacionados à manutenção de seus registros produzidos digitalmente (Tenaglia, p. 34, 2023).

Flinn (2007) reflete sobre a necessidade e a dificuldade de estabelecer um entendimento comum dos termos empregados nesta área. Para ele as definições do que uma comunidade pode ser, ou o que um arquivo comunitário é, ou o que deve fazer para ser avaliado como tal, não são precisamente claras ou fixas, dificultando o seu reconhecimento tanto pelas pessoas que atuam em projetos comunitários, quanto pelas instituições tradicionais do patrimônio. O autor esclarece que

> [...] a aceitação do termo "arquivos comunitários" aumentou nos últimos anos como um eficaz [ainda que por vezes imperfeito] meio de agrupar estes projetos e iniciativas frequentemente muito díspares e de nomes variados em um "movimento" de arquivos comunitários (Flinn, 2007, p. 152-153, tradução nossa).

No artigo *Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream* Flinn, Stevens e Shepherd (2009) examinam a atividade de arquivo comunitário independente no Reino Unido, e em particular em Londres, como fruto do projeto *Community Archives and Identity,* voltado à atividade

1 O projeto *Bridging the gaps between communities and their memories: comparing community-based archives across three continents*, adota uma abordagem comparativa internacional realizada por um grupo de pesquisadores liderado por Andrew Flinn, da *University College London* (UCL), sobre os arquivos comunitários no Reino Unido, Polônia, Portugal, China e Brasil, e foi apresentado no congresso do Conselho Internacional de Arquivos (ICA, da sigla em inglês), em Roma, na Itália no ano de 2022.

de arquivamento comunitário independente entre grupos de patrimônio africano, asiático e outros. Para os propósitos desta pesquisa, eles compreendem 'arquivos comunitários' como

> [...] coleções de material reunido principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cujo uso os membros da comunidade exercem algum nível de controle. Isto admite tanto coleções sustentadas inteiramente independentes de instituições de patrimônio hegemônico quanto aquelas que recebem apoio, de alguma forma, de tais organizações (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 73, tradução nossa).

E estabelecem que

> [...] a característica que define os arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível à história do seu grupo particular e/ou localidade, em seus próprios termos. Estes termos variam da completa autonomia do "hegemônico" à delegação da custódia e preservação dos seus materiais aos arquivistas do setor público e uma ampla gama de opções entre elas (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 73, tradução nossa).

As coleções mantidas pelos arquivos comunitários compreendem tanto materiais criados quanto acumulados, sendo muitas vezes compostos por documentos que tradicionalmente não são considerados como de natureza arquivística, tais como, livros, cartazes, panfletos e flyers, roupas, ao lado de outros reconhecidamente arquivísticos como fotografias e audiovisuais. Eles podem estar reunidos em um mesmo local ou dispersos fisicamente, mas agrupados em um arquivo virtual, sendo mais comuns os arranjos híbridos, nos quais se admitem as duas formas (Oliveira, 2023).

Outro exemplo de estudo interessante é pautado por Moore (2017), a partir do *Feminist Webs*, um arquivo de trabalho de juventude feminista no noroeste da Inglaterra. Com base nessa iniciativa ela aponta para as condições específicas em que os arquivos são produzidos, aprimorando sua análise ao constatar que é frequente

o compartilhamento de competências em métodos de pesquisa, tais como história oral em uma relação voltada para a criação de arquivos comunitários. A partir dessa reflexão a autora argumenta que:

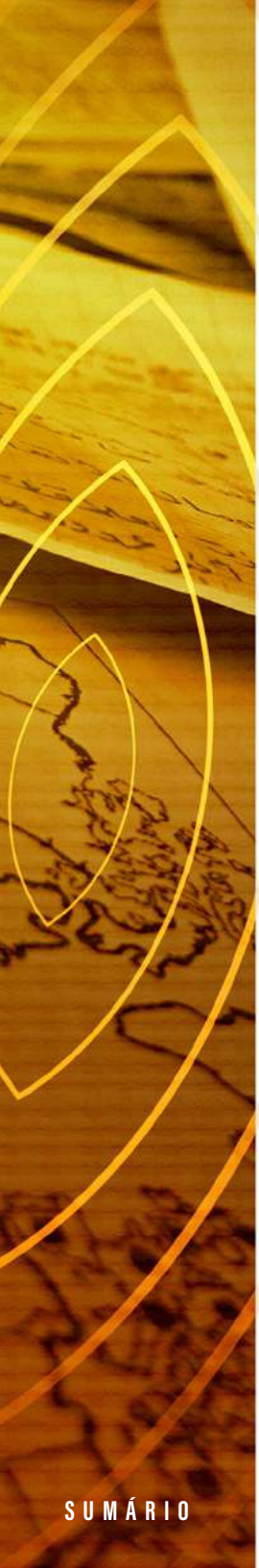
> História oral comunitária e a história comunitária servem como importantes lembretes que a pesquisa também acontece fora dos limites formais e, assim, o fenômeno do arquivamento comunitário pode ser entendido como um local de pesquisa vernacular, bem como uma forma de participação cultural (Moore, 2017, p. 29, tradução nossa).

Porém, ao invés de abordar diferenças entre arquivos profissionais, história comunitária e pesquisa acadêmica, Moore (2017) opta por trabalhar com o conceito de "objeto de fronteira", elaborado por Susan Leigh Star, para ressaltar que os arquivos comunitários podem ser concebidos como

> [...] uma entidade flexível que se move entre práticas mais e menos formais - que podem ser práticas arquivísticas, práticas de pesquisa acadêmica, trabalho participativo com jovens ou ativismo feminista, dependendo de que local está em primeiro plano em qualquer tempo (Moore, 2017, p. 29, tradução nossa).

A autora defende que estas 'infraestruturas de fronteira' variáveis permitem-nos compreender o arquivamento comunitário, "[...] não como um arquivo profissional inadequado, mas sim como um arquivo adaptado a sua localização" (Moore, 2017, p. 29, tradução nossa).

Avaliamos as definições de 'arquivos comunitários' de Flinn, Stevens e Shepherd (2009) e Moore (2017), como esforços importantes de profissionais arquivistas que possuem experiência no campo e estão dispostos a abrir canais de diálogo entre o setor do patrimônio formal e grupos da sociedade civil, que pautados por suas realidades criam e mantêm projetos voltados para a preservação da história e da memória de suas comunidades



PERSPECTIVA NACIONAL

De acordo com Tenaglia (2023), o intervalo entre as décadas de 1950 e 1970 corresponde ao período em que emergem as primeiras referências a arquivos comunitários no Brasil. A autora, contudo, pondera que tais iniciativas possam ter surgido anteriormente e ressalta a importância de caracterizá-las à medida que se ampliem as pesquisas relacionadas à temática no país. Tenaglia (2023) também destaca que os arquivos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram criados nesse período e permanecem em funcionamento, especialmente nas regiões Norte e Amazônica.

Considerando que a escassez de recursos e de conhecimento sobre arquivos comunitários tornou-se recorrente em território nacional, a autora avalia que essa conjuntura oferece uma oportunidade para que a comunidade arquivística — tanto acadêmica quanto profissional — desempenhe um papel relevante no apoio e na identificação dessas iniciativas:

> [...] seja através de projetos educacionais e de extensão, ou na produção de pesquisa sobre os arquivos comunitários para que seja produzido conhecimento sobre o tema e desperte o interesse, entre profissionais e alunos, de modo a atuarem como orientadores dessas comunidades (Tenaglia, 2023, p. 36).

Uma contribuição relevante que merece ser mencionada é a tese de Jean Marcel Caum Camoleze (2022). Embora não trate especificamente da temática dos arquivos comunitários, a pesquisa apresenta um estudo de caso cujo cerne é o conceito de "arquivos populares". Nela, Camoleze (2022) investiga a dinâmica da produção documental oriunda das atividades dos movimentos sociais, bem como seus aspectos enquanto documentos populares. Para alcançar esse objetivo, o autor analisa os documentos do Setor Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST),

depositados no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP).

> Ao denominarmos os conjuntos documentais produzidos por movimentos sociais como arquivos populares, destacamos que o arquivo tem como principais produtores os movimentos sociais. A utilização destes documentos está ligada à formação, identidade, mobilização e ação dos membros do coletivo, além de comunicar ao público externo ao movimento suas atividades e posicionamentos políticos e ideológicos (Camoleze, 2022, p. 65).

Camoleze (2022) acredita que refletir sobre os arquivos dos movimentos sociais deve ser um exercício a longo prazo, tanto pela dinâmica que os movimentos sociais possuem, quanto pela realização dos estudos no campo da arquivologia. E avalia que ao admitirmos que movimentos sociais são parcelas atuantes da sociedade na produção, uso e emprego de seus documentos, auxiliamos na diminuição da condição periférica desses acervos. Portanto,

> [...] assim como os arquivos institucionalizados e pessoais, os pertencentes aos movimentos sociais fornecem uma base para refletir sobre a sociedade na qual estão inseridos, garantir o acesso à informação e, especialmente em relação aos arquivos permanentes, oferecer uma contribuição para os estudos historiográficos do país na perspectiva das classes trabalhadoras (Camoleze, 2022, p. 152).

A partir dessas reflexões, compreendemos que a inclusão e a ampliação da participação de indivíduos representantes de grupos anteriormente ausentes ou invisibilizados no campo do patrimônio cultural possibilitam — dentro de suas limitações — o reconhecimento e a valorização de novos acervos documentais oriundos de movimentos sociais e comunitários. Dentre esses acervos, consideramos o Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV) como uma iniciativa exemplar a ser estudada.

HISTÓRICO DO ARQUIVO DONA OROZINA VIEIRA

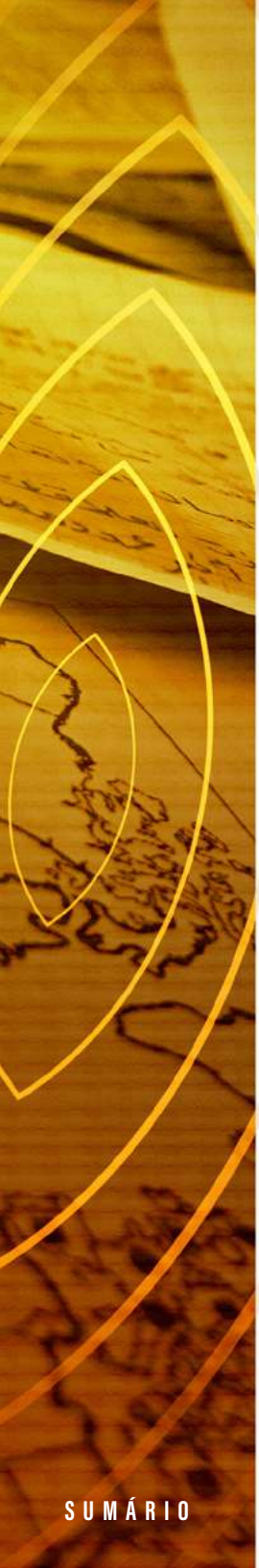
O ADOV foi inaugurado em 26 de abril de 2002, destinado a reunir, registrar, divulgar e preservar a história e a memória dos moradores da Maré. Seu nome homenageia Dona Orozina Vieira, figura considerada o mito fundador da região: mulher negra, migrante de Ubá (MG), que se estabeleceu no Morro do Timbau — a comunidade mais antiga da Maré — na década de 1940. Nascida no final do século XIX, Dona Orozina faleceu em 1994, com aproximadamente 102 anos, tendo atuado como benzedeira, rezadeira e parteira.

A Maré está situada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, às margens da Baía de Guanabara, próxima a importantes vias de circulação urbana, como a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil. Trata-se de um conjunto de favelas reconhecido oficialmente como bairro pela Lei Municipal nº 2.119, de 19 de janeiro de 1994. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, organizados pelo Instituto Pereira Passos (IPP), a população da Maré era de 124.832 habitantes[2].

Os primeiros documentos que compõem o acervo do ADOV começaram a ser acumulados no final da década de 1980, por meio de pesquisas em arquivos públicos, registros fotográficos e audiovisuais realizados pela TV Maré, projeto iniciado em 1989, financiado pela Cáritas[3]. As atividades eram desenvolvidas por jovens moradores da região, que com uma filmadora VHS, registravam o cotidiano do lugar.

2 Disponível em: https://siurb.rio/portal/apps/dashboards/3016a4ca511f478cb75e6cc512cbf4f4. Acesso em 30 de agosto de 2024.

3 A Cáritas Brasileira, foi fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações-membro da Cáritas Internacional. Sua origem está na ação mobilizadora de Dom Helder Câmara, então Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas é um organismo da CNBB e possui uma rede com 187 entidades-membro, 12 regionais e 5 articulações. Ver website disponível em: https://caritas.org.br/ historia. Acesso em: 30 agosto. 2024.



Com o encerramento da TV Maré, em meados da década de 1990, o material produzido passou a integrar um dos projetos do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), organização não governamental fundada em 15 de agosto de 1997 por moradores e ex-moradores da comunidade, universitários, militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e integrantes da Pastoral da Juventude da Igreja Católica. À época, o CEASM era estruturado em três redes — educação, comunicação e cultura — que abrigavam diferentes projetos.

O material produzido pela TV Maré foi incorporado a Rede Memória, criada com a missão de "registrar, preservar e divulgar a história das comunidades que formam o bairro", promovendo a "criação de canais que venham fortalecer o vínculo comunitário entre os moradores da Maré, orientado pela identidade histórica e cultural desses atores sociais e pelo sentimento de pertencimento ao local" (Oliveira, 2003, p. 64-65).

A Rede Memória atuava em duas frentes principais: uma voltada à busca de informações em arquivos, bibliotecas e museus, com registro e catalogação de documentos relacionados à Maré; e outra dedicada à realização de entrevistas, conduzidas por estudantes de diferentes níveis de escolaridade e por universitários de diversas áreas do conhecimento, muitos dos quais frequentavam ou ministravam aulas nos cursos oferecidos pelo CEASM.

Também foram organizadas exposições fotográficas com o material reunido, apresentadas em diferentes espaços da cidade do Rio de Janeiro. O conjunto documental acumulado pela Rede Memória, voltado à reunião de múltiplas fontes sobre a história da Maré, passou a ser denominado Arquivo Dona Orozina Vieira.

Em 2003, representantes do CEASM apresentaram suas redes e projetos durante um encontro na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN). Nesta ocasião estava

presente a proprietária de um terreno, localizado na comunidade do Morro do Timbau.

> Tratava-se da antiga sede da Companhia Libra de Navegação – uma fábrica de reparos de transporte marítimo, que havia sido desativada no fim da década de 1990, após ter permanecido na região por mais de trinta anos. Como estava enfrentando grandes dificuldades para alugar ou vender o imóvel, a proprietária propôs ceder o espaço para o CEASM pelo prazo de dez anos, também sob regime de comodato (Seldin, 2008, p. 72).

Este fato permitiu a abertura, no mesmo ano, de um novo núcleo no Morro do Timbau, chamado de Casa de Cultura da Maré, pensado para os projetos culturais realizados pelo CEASM. Gradativamente, as atividades da Rede Cultura foram sendo transferidas para o local:

> Foi proposta, então, a transferência da Rede Memória para o mesmo terreno – uma mudança estratégica, que colocaria o Arquivo Orozina Vieira em um território de acesso mais fácil para seus visitantes (tanto de dentro quanto de fora da Maré) (Seldin, 2008, p. 72).

A Rede Memória manteve seus projetos mesmo após essa mudança de espaço. Neste período a equipe do ADOV era formada por jovens universitários, moradores da Maré, muitos dos quais fizeram o Curso Pré-Vestibular Comunitário (CPV) oferecido pelo CEASM, e que desenvolviam um trabalho de pesquisa junto aos moradores locais para reproduzir seus documentos pessoais com o intuito de gerar um conjunto representativo sobre a história da Maré pela visão dos moradores (Silva, 2006).

Em 2005, a Rede Memória foi contemplada com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, concedido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal premiação é ofertada a pessoas ou instituições que desempenham ações de

preservação do patrimônio cultural brasileiro. O IPHAN elegeu sete iniciativas de todo o território nacional, tendo sido a Rede Memória premiada na categoria de salvaguarda de bens de natureza imaterial (Silva, 2006).

Em 2004, o CEASM concorreu ao primeiro edital do Programa Cultura Viva – Pontos de Cultura do Ministério da Cultura, sendo admitido com o projeto intitulado Museu da Maré (MM). No dia oito de maio de 2006, o MM foi inaugurado.

Inicialmente, o projeto do MM previa apenas a criação de uma exposição. Contudo, com o tempo, o museu passou a ganhar maior notoriedade. Cláudia Rose, uma de suas cofundadoras, relata esse processo da seguinte forma:

> E aí aos poucos a gente viu que Casa de Cultura estava se confundindo com o Museu, o Museu com a Casa de Cultura, e a gente escolheu então não mais usar no nome "Casa de Cultura". E aí ficou tudo Museu. [...] Então aos poucos a gente foi parando de falar também "Rede Memória". Então a Rede Memória acabou, a Casa de Cultura acabou, e de fato o que existe é o Museu da Maré e o Arquivo Orozina Vieira (Ribeiro, 2021, p. 132).

Em 2014, o Museu da Maré passou a enfrentar uma situação delicada. Diante da decisão do Grupo Libra de Navegação de não renovar o contrato de comodato com o CEASM, o museu passou a correr o risco de remoção do espaço. Diante dessa conjuntura, uma mobilização foi iniciada, envolvendo amigos, instituições, moradores, parceiros e apoiadores de diversas partes do Rio de Janeiro, do Brasil e do exterior, em defesa da permanência do MM.

Pode-se considerar que os movimentos de resistência do MM tenham causado algum desgaste na imagem da empresa. Pois, no fim de 2018, um de seus diretores entrou em contato para informar que os proprietários optaram por doar o imóvel para o CEASM. Diante

deste cenário um novo desafio se apresentou, conseguir recursos para custear todas as despesas referentes ao processo de doação.

Com o apoio de instituições católicas alemãs — Adveniat e Misereor[4] —, o Museu da Maré conseguiu viabilizar o processo e, em 2019, obteve a posse definitiva do imóvel.

Atualmente a preservação, gestão e o acesso ao ADOV são realizados pelo MM[5]. Além da exposição de longa duração, o museu conta, ainda, com uma galeria de exposições temporárias; um galpão, onde ocorrem oficinas de teatro e de capoeira; uma biblioteca de nome Elias José; uma brinquedoteca nomeada Marielle Franco; uma reserva técnica e realiza exposições itinerantes.

O ADOV:
PRESERVAÇÃO, CUSTÓDIA E ACESSO A UM ACERVO PLURAL

Com base nas reflexões dos teóricos anteriormente citados e nas entrevistas concedidas por três pessoas diretamente ligadas

4 Ligadas à obra episcopal da Igreja Católica da Alemanha para a cooperação e o desenvolvimento de projetos de defesa dos direitos humanos.

5 Atualmente o financiamento do MM ocorre por meio de emendas parlamentares, editais públicos e privados, além do apoio da ONG Católica, alemã, Miserior, reconhecida por atuar em diferentes continentes em causas relacionadas à garantia de direitos humanos.

ao surgimento e ao desenvolvimento do ADOV[6], foi possível ampliar a compreensão sobre seu processo de formação, suas transformações e seus principais desafios.

Embora o nome do arquivo possa sugerir tratar-se de um arquivo pessoal, o intuito ao denominá-lo Arquivo Dona Orozina Vieira foi o de homenagear uma mulher negra migrante, característica que representa parte significativa da população da Maré.

O acervo do ADOV está disponível para consulta. As visitas podem ser agendadas por e-mail, realizadas mediante contato por mensagens privadas nas redes sociais do Museu da Maré ou de forma espontânea. Sobre o conteúdo de seu acervo:

> [...] é constituído por diversos tipos documentais de distintas procedências. Nele encontram-se livros, trabalhos acadêmicos (artigos, monografias, dissertações, teses), jornais, fotografias, negativos, slides, panfletos, folders, cartazes, banners, mapas, plantas, materiais audiovisuais, documentos nato digitais relativos aos eventos do Museu da Maré, além de documentos pessoais doados por moradores. Tem, portanto, exemplares múltiplos e únicos de origens variadas, sob a forma de originais e cópias sempre referenciados à vida na região da Maré (Oliveira, 2023, p. 154).

6 Antônio Carlos Pinto Vieira, nascido na Maré, no ano de 1965. Atuou na TV Maré e na Rede Memória é cofundador do CEASM e do MM. Formou-se em Direito pela UFRJ e, em 2008, concluiu o mestrado em Memória Social pela UNIRIO. Atualmente é colaborador do ADOV.
Cláudia Rose Ribeiro da Silva, nascida na Maré no ano de 1966. Atuou na Rede Memória é cofundadora do CEASM e MM. Formou-se em História pela UERJ e, em 1991, concluiu o mestrado profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Atualmente é coordenadora pedagógica do Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Maré e coordenadora do MM.
Marli Damascena Matias dos Santos, nascida na Maré no ano de 1960. Tem o ensino médio completo concluído em 1978. Entrou na Rede Memória no ano de 2005 é cofundadora do Museu da Maré e atualmente é funcionária do ADOV, responsável pelo atendimento ao público e por receber e registrar os documentos nato digitais e as doações feitas pelos moradores.

Os primeiros materiais acumulados eram físicos. Entretanto, ao longo dos anos ornou-se necessária a digitalização das coleções, tanto para ampliar o acesso quanto para preservar os originais. Atualmente, o arquivo dispõe de um número expressivo de documentos digitalizados e nato-digitais (Oliveira, 2023).

Tabela 1 - Tipologias documentais do ADOV

Tipologias documentais	Quantidade
Jornais	2000
Documentos doados por moradores e Associações de Moradores	300
Fotografias	3000
Mapas	25
Material audiovisual	170
Slides	100
Trabalhos acadêmicos	40
Livros	1109

Fonte: Informativo do ADOV (2013).

O último levantamento do acervo ocorreu em 2013, e desde então novos documentos vêm sendo incorporados, de modo que os dados acima estão desatualizados.

Foi possível identificar que ao longo dos anos, o ADOV se esforçou para desenvolver práticas voltadas para a preservação de seu acervo. Alguns exemplos observados foram: o incentivo dos alunos do CPV do CEASM em optar por cursos como biblioteconomia e arquivologia, para que futuramente atuassem no ADOV, a contratação de arquivistas, seja por meio de projetos de extensão ou editais e a capacitação de sua equipe através de cursos (Oliveira, 2023).

Consideramos o fato do ADOV estar localizado na Maré um aspecto facilitador no diálogo com a comunidade. Para além da questão da proximidade, isto permite que os moradores confiem

mais facilmente no trabalho desenvolvido e se sintam mais confortáveis em visitá-lo, seja para realizar pesquisas sobre a região e em alguns casos doar ou emprestar documentos, para que eles passem a fazer parte do acervo. Concomitantemente, possibilita a abertura de um canal de diálogo com moradores de outros espaços da cidade dispostos a conhecê-lo.

De acordo com as entrevistas realizadas, o público visitante do ADOV é composto de estudantes do ensino médio e fundamental das escolas públicas mais próximas do MM, estudantes universitários de dentro e de fora do território, moradores interessados pela história da região e pesquisadores estrangeiros, sendo a maioria mulheres[7].

Um exemplo de pesquisa realizada por um morador da Maré foi a do compositor Jorge Bob, que buscou informações sobre a vida de Dona Orozina Vieira para a escrita de um samba enredo concorrente ao carnaval de 2023 da Escola de Samba O Gato de Bonsucesso, localizada na Maré, na comunidade da Nova Holanda (Oliveira, 2023).

Gilliland e Flinn (2013) chamam atenção para a dificuldade em definir limites em contextos de base comunitária, entre o colecionador pessoal, o curador, o voluntário e o usuário, onde indivíduos muitas vezes assumem estes papéis em momentos distintos ou até ao mesmo tempo. Sobre esta questão gostaríamos de destacar que nossos três entrevistados possuem documentos pessoais seus e de seus familiares compondo o acervo do ADOV.

Os principais desafios enfrentados pelo ADOV ao longo de sua existência incluem a manutenção com recursos limitados, mesmo oferecendo acesso gratuito ao público, e a dificuldade em estabelecer parcerias estáveis e duradouras com instituições com mais experiência e recursos (Oliveira, 2023).

7 Destacamos a dissertação de Pamela Katia Sertzen (2021). Disponível em: https://surface.syr.edu/etd/1346.

ATUAIS PARCERIAS

Em 2021, o ADOV passou a integrar o grupo de estudos sobre o software Tainacan organizado pela Secretaria Estadual de Cultura (SECEC-RJ). Um dos resultados dessa experiência foi a contratação de um profissional para implementá-lo no MM, como uma alternativa tecnológica de apoio a organização de seus conjuntos digitais em rede, o que posteriormente resultou no lançamento de parte do seu acervo digital no final de 2023[8].

Ainda em 2023, o ADOV uniu-se à construção do projeto Favelas.br, originado a partir da parceria entre a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Central Única das Favelas do Paraná (CUFA/PR) e a Casa do Povo. O projeto tem como missão contribuir com acervos comunitários e populares tendo os moradores como protagonistas de seus territórios, através de uma metodologia voltada para a organização documental em diferentes territórios do Brasil.

Um dos resultados dessa parceria foi a escrita do projeto *Favelas.br in Maré (Brazil)*, enviado para concorrer ao edital *Modern Endangered Archives Program* da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA), aprovado em junho de 2023. A aprovação possibilitará a utilização de recursos para a digitalização e descrição de parte do acervo.

A parceria mais recente foi estabelecida em 2024, com o projeto de extensão "O Direito das Favelas", vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa iniciativa busca compreender o processo de regulação das favelas e outras formações urbanas análogas, especialmente no que tange aos processos de uso e ocupação do solo a nível nacional. A colaboração com o ADOV envolve

8 Disponível em: https://arquivomuseudamare.org/. Acesso em 23 de setembro de 2024.

a atuação de um bolsista do projeto na pesquisa das coleções referentes às associações de moradores da Maré, realizando, em contrapartida, a catalogação desses documentos no site do Museu da Maré.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da experiência do ADOV a partir da categoria de arquivos comunitários, permitiu conduzir esta pesquisa com um olhar mais atento aos aspectos característicos vinculados aos seus processos de surgimento e continuidade.

Compreender o processo de formação socioespacial da Maré revelou-se fundamental, tendo em vista que a maior parte dos conjuntos documentais presentes no ADOV trata dos diferentes movimentos de ocupação desse território, das inúmeras intervenções promovidas pelo poder público, da violência estrutural que o atravessa, das lutas e mobilizações políticas empreendidas por seus moradores em defesa da permanência e do desenvolvimento local, bem como do cotidiano vivido na região.

Observou-se que a metodologia de história oral desempenhou um papel estratégico, sendo utilizada como ferramenta na produção de documentos ancorados no ponto de vista dos moradores das favelas da Maré.

Verificou-se, ainda, que a partir de meados da primeira década dos anos 2000 houve um aumento expressivo na produção de documentos nato-digitais, que a partir do surgimento do Museu da Maré tornou-se cada vez maior.

Com esse trabalho, pretendeu-se contribuir para a ampliação da discussão sobre arquivos comunitários no Brasil – tema ainda recente e pouco explorado - sensibilizar profissionais do campo do patrimônio sobre esta temática, e apoiar iniciativas semelhantes à do ADOV.

REFERÊNCIAS

CAMOLEZE, J. M. C. **Arquivos e movimentos sociais**: um estudo da produção de documentos populares no Setor Nacional de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). 2022. 290. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2022.

EASTWOOD, T. Um domínio contestado: a natureza dos arquivos e a orientação da ciência arquivística. *In*: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 19–45.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, nos. 1–2, p. 71–86, 2009.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: what are we really talking about? *In:* **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf

MOORE, N. Weaving archival imaginaries. *In:* MOORE, N; SALTER, A.; STANLEY, L.; TAMBOUKOU, M. (ed.). **The archive project:** archival research in the social sciences. London: Routledge, 2017, p. 129-152.

OLIVEIRA, A. S. N. **Cerzindo a Rede da Memória**: estudo sobre a construção de identidades no bairro Maré. 2003. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

OLIVEIRA, T. R. **Arquivos comunitários, memória e favela:** proposta de guia de acervo para o Arquivo Dona Orozina Vieira do Museu da Maré. 2023. 230 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023.

RIBEIRO, A. **Participação em museus de ciências e em ecomuseus**: apontamentos a partir da nova museologia. 2021. 189f. Dissertação (Mestrado em Divulgação da Ciência, Tecnologia e Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

SELDIN, C. **As ações culturais e o espaço urbano**: o caso do Complexo da Maré no Rio de Janeiro. 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SERTZEN, P, K. **Contesting Erasure**: The Museu Da Maré and the Right to the City in Rio De Janeiro, Brazil. Dissertação (Doutorado em Geografia) — Syracuse University, Syracuse, 2021. Disponível em: https://surface.syr.edu/etd/1346. Acesso em: 5 jun. 2026.

SILVA, C. R. R. **Maré**: a invenção de um bairro. 2006. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

TENAGLIA, M. Arquivos comunitários: memórias, visibilidade e desafios. *In:* TOGNOLI, N. B.; SOUZA, J. C. C. E.; OLIVEIRA, L. M. V.; MATTOS, R. (org.). **O papel social da Ciência da Informação em novos contextos**. Niterói: ELEETELE, 2023, p. 27–37.



8

Gabriel Andrade Magalhães do Vabo
Bianca Therezinha Carvalho Panisset
Kíssila da Silva Rangel

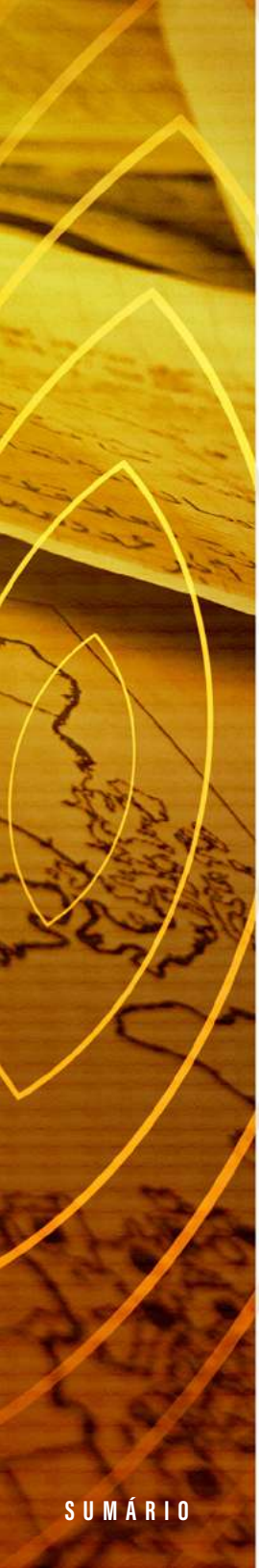
ARQUIVOS COMUNITÁRIOS NO BRASIL:

CONTORNOS E PERSPECTIVAS PARA IDENTIFICÁ-LOS

COMMUNITY ARCHIVES IN BRAZIL:

CONTOURS AND PERSPECTIVES FOR IDENTIFYING THEM

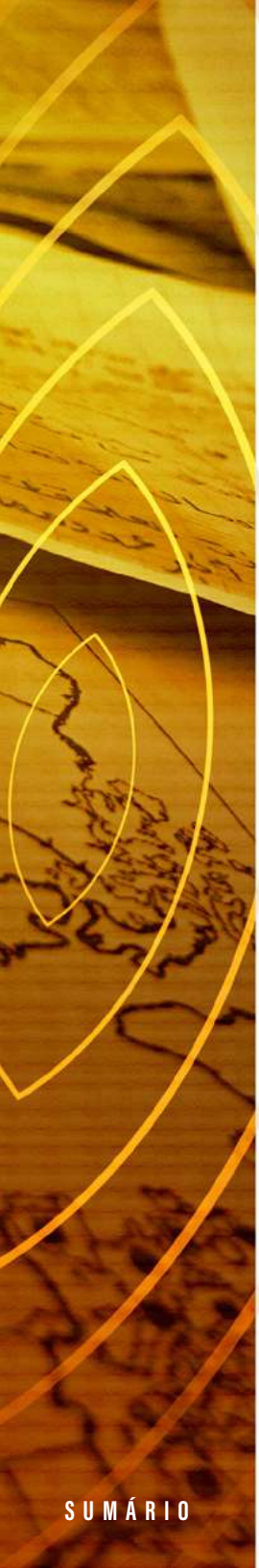
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.8



RESUMO

Este capítulo é um desdobramento das pesquisas do projeto "Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular", desenvolvido no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC), da Fundação Casa de Rui Barbosa. Trata-se de uma pesquisa exploratória que busca aprofundar o entendimento sobre arquivos comunitários por meio de uma revisão bibliográfica. O estudo foca no contexto brasileiro, analisando como o conceito de arquivos comunitários tem sido abordado pela produção científica nacional. O levantamento bibliográfico abrange bases como SciELO, Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, BRAPCI, BENANCIB e a revista Ágora: Arquivologia em Debate. A partir da análise dessa literatura, identificam-se aspectos particulares dos arquivos comunitários e, com base nisso, propõem-se critérios que podem auxiliar na definição e no mapeamento dessas instituições. Além disso, o estudo promove um debate que valoriza metodologias baseadas na participação popular na gestão e preservação desses acervos, reforçando sua relevância social e cultural.

Palavras-chave: arquivos comunitários; arquivos de comunidade; teoria arquivística



ABSTRACT

This chapter is an extension of the research project "Community Archives and Public Custody Institutions: Building Acquisition and Diffusion Methodologies Prioritizing Popular Participation," developed under the Program for the Promotion of Technical and Scientific Knowledge Production in the Field of Culture (PIPC) of the Fundação Casa de Rui Barbosa. It is an exploratory study aimed at deepening the understanding of community archives through a literature review. The study focuses on the Brazilian context, analyzing how the concept of community archives has been addressed in national scientific production. The bibliographic research covers databases such as SciELO, CAPES Theses and Dissertations Catalog, BRAPCI, BENANCIB, and the journal Ágora: Arquivologia em Debate. Based on the literature review, we identify specific aspects of community archives and propose criteria that may assist in the definition and mapping of such institutions. Furthermore, the study promotes a debate that values methodologies based on popular participation in the management and preservation of these collections, reinforcing their social and cultural relevance.

Keywords: *Community archives; Community Archives in Brazil; Archival theory*

INTRODUÇÃO

Este estudo, de natureza exploratória e baseado em revisão de literatura, integra os resultados do projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, intitulado "Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular".

Como primeiro produto desse percurso, foi publicado o artigo "Arquivos comunitários: aspectos conceituais e novas possibilidades de atuação da Fundação Casa de Rui Barbosa" (Vabo; Rangel; Panisset, 2024), no qual se identificou, por meio de revisão bibliográfica, a predominância de estudos internacionais sobre arquivos comunitários, com destaque para as produções dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, especialmente nos trabalhos de Caswell (2014), Duff (2023), Flinn (2007), Flinn e Stevens (2015) e McCracken e Hogan (2021).

Para o presente estudo, optou-se por explorar o contexto brasileiro, com o objetivo de analisar como — e em que medida — a temática tem sido abordada pela produção científica nacional. A partir disso, foi elaborada uma proposta com seis elementos identificadores que podem subsidiar o reconhecimento de arquivos comunitários.

Compreende-se que o debate terminológico no campo científico é fundamental para a construção de um conhecimento coeso e compartilhável. Por meio dele, pesquisadores de diferentes origens e contextos — bem como a sociedade civil — podem dialogar sobre uma mesma temática a partir de uma base comum de entendimento, o que garante clareza e precisão na comunicação de ideias e resultados.

Com base nas reflexões construídas ao longo do percurso investigativo, pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento na área e propor parâmetros que favoreçam o reconhecimento dos arquivos comunitários, bem como o desenvolvimento de metodologias adequadas para atuação nesses espaços.

RECORTE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA BRASILEIRA SOBRE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

Nesta seção, apresentam-se os resultados do levantamento bibliográfico sobre arquivos comunitários no contexto brasileiro. A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), repositório de comunicações do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (BENANCIB) e na revista Ágora: Arquivologia em Debate.

Para a realização das buscas, utilizaram-se os termos "arquivo comunitário" e "arquivos de comunidade", bem como suas variações no plural. Não houve delimitação temporal, abrangendo-se todas as edições disponíveis online até o período de coleta, realizado entre maio e julho de 2024. Os resultados estão detalhados no Quadro 1.

Quadro 1 - Resultado de levantamento bibliográfico em bases de dados e nas revistas científicas (Brasil)

Repositório	Autor	Título	Ano
BRAPCI	MENEZES, Cleice de Souza; RODRIGUES, Georgete Medleg; CARVALHO, Silmara Küster de Paula.	O acervo arquivístico do ponto de memória da cidade estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo resistência e instrumento dos direitos humanos	2022
	ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITE, Mário.	O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual	2023a
	NOGUEIRA, Fernanda Parolo de Mattos; GRACIOSO, Luciana de Souza.	Arquivos comunitários no contexto do meio técnico-científico-informacional: agentes de globalização solidária e inovação decolonial	2023
	ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira.	Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional	2023b
	HJORLAND, Birger	Information literacy and digital literacy	2024
CAPES	ALENCAR, Maíra Fernandes	Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística: uma análise a partir da *Archival Education Research Initiative*	2022
BENANCIB	-	-	-
SCIELO BR	ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira	Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional	2023
	LORENA, Allan Gomes de; COUTO, Flip; ÁKIRA, Luna; PIMENTA, Félix; TEIXEIRA, Ricardo Rodrigues	A *Ballroom* é um arquivo de pessoas negras que viveram a epidemia de aids: narrativas sobre o arquivo negro da prevenção	2023
	OLIVEIRA, João Paulo Gama; SOUZA-CHALOBA, Rosa Fátima	A patrimonialização da escola: implementação de espaços de memória em instituições educacionais de Sergipe (2005- 2018)	2024
ÁGORA	-	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

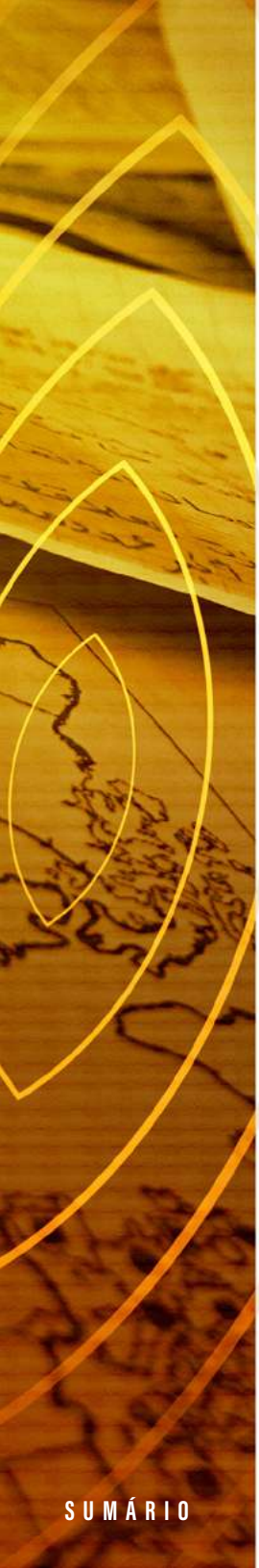
A análise do Quadro 1 revela um total de oito trabalhos diretamente relacionados à temática, uma vez que um dos registros aparece duplicado. Observa-se que se trata de uma produção recente, concentrada nos últimos três anos. Entre os estudos listados, destaca-se o de Alencar, Cervantes e Barité (2023), também baseado em levantamento bibliográfico, no qual os autores já assinalam a escassez de publicações nacionais sobre o tema. Eles comentam que

> Os arquivos comunitários, apesar de não serem recentes em dimensões de uma prática existente, têm sido objeto de estudo mais frequente de forma explícita nas últimas décadas. No Brasil, ainda é raro esse debate. Mas, em âmbito internacional nota-se uma maior produção, tanto de artigos e capítulos, quanto de livros. (Alencar; Cervantes; Barité, 2023, p. 55).

A partir do contexto histórico sugerido pelos autores, é possível inferir que o recente aumento da produção nacional não decorre apenas de um interesse circunstancial, mas também da transição de um regime autoritário para a democracia, acompanhada pelo fortalecimento de movimentos sociais e de pautas populares.

Dentro dessa perspectiva histórica, é importante considerar que, ao mesmo tempo em que as instituições populares foram reprimidas, isso impactou os estudos de seus documentos, de sua organização e também sua visibilidade, o que pode ter contribuído para a modesta produção sobre o tema em outros períodos.

Alinhados a essa conjuntura histórica, Menezes, Rodrigues e Carvalho (2022) consideram o contexto sociopolítico brasileiro, apresentando a trajetória das iniciativas de documentação dos grupos oprimidos e reforçando seu papel como ações de resistência, atos políticos e instrumentos de justiça social. Conforme destacaram, por intermédio da pesquisa de Abath *et al*. (1996 *apud* Menezes; Rodrigues; Carvalho, 2022, p. 917)



> [...] os centros populares nasceram no final da década de 1960, no contexto da Ditadura Militar, período em que os movimento sociais foram silenciados. Os grupos viram a necessidade de terem suas demandas atendidas e seus documentos preservados, já que o Estado autoritário não garantia as prerrogativas dos grupos minoritários.

Alencar, Cervantes e Barité (2023) expandem o debate para além do panorama político, trazendo uma visão do impacto das mudanças tecnológicas, dos novos interesses e demandas historiográficas, de estudos e do fortalecimento dos arquivos comunitários, que são resultado não apenas das transformações políticas e sociais, mas também da influência das tecnologias de informação e comunicação. Para esses autores, as mudanças tecnológicas facilitaram a digitalização e o acesso a documentos, permitindo uma maior visibilidade e preservação das memórias comunitárias (Alencar; Cervantes; Barité, 2023). Além disso, a proliferação de novas metodologias e abordagens historiográficas tem incentivado a exploração de fontes alternativas e a valorização das narrativas marginais, contribuindo para o aumento da produção acadêmica e do engajamento com os arquivos comunitários. Desta forma, o crescente interesse pelo estudo e o fortalecimento dos arquivos comunitários é resultado de

> fatores inter-relacionados, o aumento das tecnologias de informação e comunicação, que permitiu que diferentes pessoas de localizações distantes se agrupassem em torno de sua característica, o interesse pela história individual e familiar e, por último, o interesse pela história quando as comunidades passam por situações de mudanças, como é o caso de eventos traumáticos, alterações culturais, demográficas e geracionais. (Alencar; Cervantes; Barité, 2023, p. 3).

No mesmo estudo, os autores reforçam a concepção dos arquivos comunitários como espaços de memória voltados a grupos socialmente marginalizados, destacando, com base em Andrew Flinn, que essas iniciativas atuam no sentido de dar visibilidade a

experiências e narrativas silenciadas, revelando aspectos da vida cotidiana e do trabalho em comunidades geralmente ausentes dos registros oficiais (Flinn, 2007 *apud* Alencar; Cervantes; Barité, 2023).

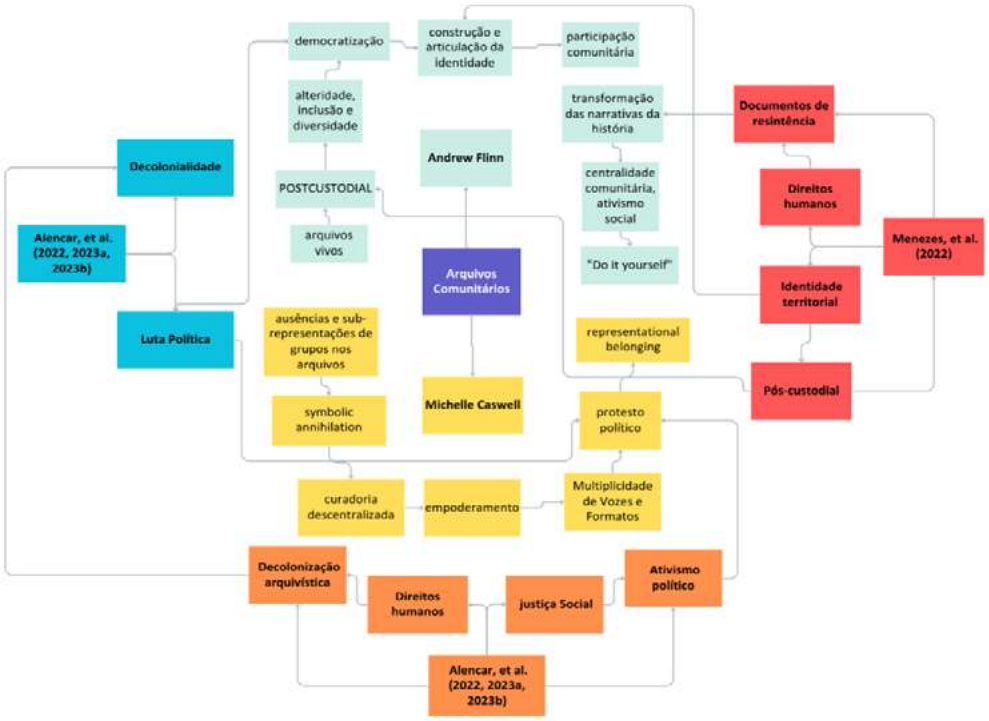
Essa perspectiva aproxima-se dos debates da micro-história e dos estudos voltados aos indivíduos comuns. Tomando como exemplo os trabalhos de Carlo Ginzburg, que propõe compreender a complexidade das sociedades do passado por meio das trajetórias de sujeitos ordinários, considera-se que a interlocução entre os estudos sobre arquivos comunitários e áreas como a História, a Sociologia e a Antropologia pode enriquecer significativamente o campo.

Tomando como referência os textos apresentados no Quadro 1, observa-se que os autores brasileiros que discutem diretamente o conceito de arquivos comunitários – a saber: Alencar, Cervantes e Barité (2023); Alencar e Menezes (2022); Alencar, Tognoli e Cervantes (2023); e Menezes, Rodrigues e Carvalho (2022) – fundamentam-se, sobretudo, na perspectiva da pesquisadora Michelle Caswell. Essa filiação teórica evidencia uma abordagem que

> [...] reside na perspectiva de fazer acessível a história dos grupos marginalizados, a partir de seus próprios modos, atuar no ativismo político e de mudanças sociais, se aproximando também, do conceito que Caswell cita, de pertencimento representacional, onde há a ideia de autonomia desses grupos para estabelecerem sobre suas existências de maneiras variadas e simbólicas, a partir dos registros de memórias. (Alencar, Cervantes; Barité, 2023, p. 7).

Com base nessa análise, organizamos os principais aspectos conceituais relacionados aos arquivos comunitários. A Figura 1 apresenta um mapa mental que sintetiza os elementos identificados, indicando suas principais referências teóricas: Caswell e Flinn.

Figura 2 - Analítica da decolonialidade: algumas dimensões básicas



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

A análise do mapa mental evidencia a centralidade do conceito de decolonialidade nos estudos nacionais, em contraste com as influências internacionais predominantes. Essa abordagem reforça a compreensão de que os arquivos comunitários desempenham papel estratégico nas agendas políticas e científicas da América Latina, por estarem comprometidos com os desafios sociais e históricos da região (Alencar; Cervantes; Barité, 2023).

Neste sentido, os autores desenvolvem suas análises para um entendimento dos arquivos comunitários como desempenhando um papel crucial na América Latina, combatendo as desigualdades históricas e amplificando as narrativas dos grupos sistematicamente

marginalizados. Esses arquivos funcionam como ferramentas poderosas para a reparação, a reafirmação da dignidade e a valorização da identidade cultural dos diversos grupos sociais.

Ainda a partir do Quadro 1, identificam-se três abordagens predominantes na produção nacional sobre arquivos comunitários. A primeira foca na discussão sobre a definição e o uso do termo "arquivo comunitário", explorando as diferentes interpretações e aplicações do conceito em distintos contextos comunitários, conforme observado nos textos selecionados. A segunda é composta por estudos de caso que analisam experiências práticas em arquivos comunitários, fornecendo uma visão detalhada sobre os desafios e as oportunidades enfrentados na criação e manutenção desses arquivos, como discutido por Menezes, Rodrigues e Carvalho (2022). A terceira abordagem destaca o papel dos arquivos comunitários como subsídio crucial para a pesquisa de grupos marginalizados ou invisibilizados, evidenciando sua importância na preservação e valorização de histórias e narrativas que, de outra forma, poderiam ser negligenciadas pelas práticas arquivísticas tradicionais.

Ressalta-se que alguns estudos articulam mais de uma dessas abordagens, o que evidencia a complexidade e a interdisciplinaridade inerentes ao campo dos arquivos comunitários.

PROPOSTA DE CRITÉRIOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

O panorama internacional e nacional delineado ao longo do percurso de pesquisa despertou a inquietação em torno da seguinte questão: como identificar um arquivo enquanto comunitário? Diante das abordagens evidenciadas na revisão bibliográfica,



torna-se pertinente refletir sobre meios e aspectos que possam subsidiar tal identificação.

Parte-se, assim, para reflexões a respeito de quais aspectos seriam capazes de diferenciar os arquivos comunitários, tendo como diretriz basilar a diferenciação desses acervos (os comunitários) de outras instituições arquivísticas, conforme as referências internacionais e nacionais estudadas até o momento.

No decorrer do desenvolvimento da investigação — que reúne tanto os resultados sistematizados por Vabo, Rangel e Panisset (2024) quanto as contribuições do presente estudo —, foram estabelecidos seis critérios que podem orientar a identificação de arquivos comunitários:

1. ***Representação comunitária:*** acervos que representem grupos identificados pela fé, origem, identidade ou interesses compartilhados;

2. ***Participação comunitária***: o envolvimento ativo da comunidade na construção do acervo, na gestão e nas atividades de processamento da documentação;

3. ***Produção e aquisição com foco local:*** a ênfase na coleta e preservação de materiais que representem a história e a cultura da comunidade local, ou, ainda, a produção de documentos que tenham como intenção preliminar o registro histórico da comunidade (iniciativas de história oral, por exemplo);

4. ***Acesso e divulgação:*** o compromisso com a disponibilização dos acervos para a comunidade e o público em geral;

5. ***Diversidade de tipos de acervos:*** a presença de uma variedade de materiais, incluindo documentos escritos, fotografias, gravações audiovisuais, objetos e outras formas de registro cultural;

6. ***Uso do acervo para comprovação e garantia de direitos***: os documentos arquivísticos (ainda que reunidos artificialmente) cumprem sua função de prova junto aos órgãos competentes para garantia de direitos.

Os critérios identificados não são excludentes entre si, mas sim complementares. Entretanto, os critérios 1, 2, 3 e 6 configuram-se como fundamentais para o reconhecimento de um acervo como comunitário.

Ao delinear e propor identificadores para essas instituições, os pesquisadores e profissionais da área ainda enfrentam o desafio de que muitas delas não se autodenominam arquivos, preferindo títulos como museus, centros de memória, bibliotecas, centros culturais, entre outros. Além disso, há uma preocupação com o uso do termo "arquivo" para designar essas instituições comunitárias. Existe o receio de que essa nomenclatura possa restringir sua atuação ao conceito tradicional de arquivo, obscurecendo suas vastas potencialidades e riquezas.

Nogueira e Gracioso (2022) propõem termos como "*equipos de innovación*" e "*unidades culturales*", que são alternativas valiosas para nomear essas instituições sem cair na armadilha de continuar a invisibilizar as iniciativas de grupos marginalizados. Dentre os dois, destaca-se "*unidades culturales*" pois a cultura abrange uma ampla variedade de aspectos, como religião, política, artes e saberes tradicionais. Esse termo reconhece a diversidade e a complexidade das práticas e memórias preservadas por essas instituições, ampliando sua definição e ressaltando sua relevância como espaços de inovação e resistência decolonial.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente estudo apresentou um panorama da discussão em torno dos arquivos comunitários no Brasil. Embora se observe certa convergência conceitual com a produção internacional — ao reconhecer esses arquivos como espaços de participação popular, resistência e expressão de vozes historicamente marginalizadas, bem como instrumentos de justiça social e de acesso a direitos —, verifica-se que, no contexto brasileiro, essa discussão tende a se aprofundar a partir da perspectiva da decolonialidade.

Ademais, foram definidos seis critérios que podem auxiliar na identificação de arquivos comunitários: representação comunitária; participação comunitária; produção e aquisição com foco local; acesso e divulgação; diversidade de tipos de acervos; e uso do acervo para comprovação e garantia de direitos. Pretende-se, em etapas futuras da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC), da Fundação Casa de Rui Barbosa, aplicar esses critérios como ferramenta metodológica no mapeamento e na análise de arquivos comunitários.

Considera-se que os critérios propostos poderão não apenas contribuir para a identificação desses acervos, como também possibilitar que instituições arquivísticas, tradicionalmente responsáveis pela custódia e pelo acesso documental, ampliem suas frentes de atuação, incorporando arquivos comunitários às suas políticas institucionais.

Esse movimento configura um dos desdobramentos esperados da pesquisa, especialmente no contexto da atuação da Fundação Casa de Rui Barbosa. Ao identificar esses acervos e estabelecer limites e interações entre instituições arquivísticas tradicionais e as

iniciativas comunitárias, torna-se possível delimitar papéis, responsabilidades e formas de colaboração entre diferentes agentes, fortalecendo, assim, o campo arquivístico no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F. **Os arquivos comunitários na pesquisa e educação arquivística***:* uma análise a partir da Archival Education Research Initiative. 2022. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2022.

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/226835. Acesso em: 10 jul. 2024.

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N.B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/224008. Acesso em: 22 jul. 2024.

CASWELL, M. Seeing yourself in history: community archives and the fight against symbolic annihilation. **The Public Historian**, v. 36, n. 4, p. 26-37, 2014. DOI: 10.1525/tph.2014.36.4.26. Acesso em: 25 jul. 2024.

DUFF, W. Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça. *In:* LOUSADA, M.; PAZIN, M.; ELIAN, P. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. 1. ed. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 26-41.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151-176, 2007. DOI: 10.1080/00379810701611936. Acesso em: 14 jun. 2024.

FLINN, A.; STEVENS, M. Telling our own story: independent and community archives in the UK, challenging and subverting the mainstream. *In:* BASTIAN, J.; ALEXANDER, B. (org.). **Community archives: the shaping of memory**. London: Facet Publishing, 2015, p. 3-27.

HJØRLAND, B. Information literacy and digital literacy. **Prisma.com**, n. 7, p. 4-15, 2008. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br/download/68021. Acesso em: 10 jun. 2024.

LORENA, A.; COUTO, F.; ÁKIRA, L.; PIMENTA, F.; TEIXEIRA, R. R. "A Ballroom é um arquivo de pessoas negras que viveram a epidemia de aids": narrativas sobre o arquivo negro da prevenção. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, e33088, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/fvhjgqJDmG5cgH98ZQ9R7jh/?lang=pt. Acesso em: 25 jul. 2024.

MCCRACKEN, K.; HOGAN, S.-S. Community first: Indigenous community-based archival provenance. **Across the Disciplines**, v. 18, nos. 1-2, p. 22-32, 2021. DOI: 10.37514/ATD-J.2021.18.1-2.03. Acesso em: 25 jul. 2024.

MENEZES, C. S.; RODRIGUES, G. M.; CARVALHO, S. K. P. O acervo arquivístico do ponto de memória da cidade estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo de resistência e instrumento dos direitos humanos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/211533. Acesso em: 25 jul. 2024.

NOGUEIRA, F. P. M.; GRACIOSO, L. S. Arquivos comunitários no contexto do meio técnico-científico-informacional: agentes de globalização solidária e inovação decolonial. **Ciência da Informação**, v. 52, n. 1, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/236386. Acesso em: 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, J. P. G.; SOUZA-CHALOBA, R. F. A patrimonialização da escola: implementação de espaços de memória em instituições educacionais de Sergipe (2005-2018). **Pro-Posições**, v. 35, e2024c0402BR, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/DxtX3fnjnKvmfHskhnt3cVH/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 jul. 2024.

VABO, G. A. M.; RANGEL, K. S.; PANISSET, B. T. C. Arquivos comunitários: aspectos conceituais e novas possibilidades de atuação da Fundação Casa de Rui Barbosa. *In:* SILVA, C. G.; REVEZ, J.; CORUJO, L. (org.). **Diálogos na Ciencia da Informacao**: Ata do XIV Encontro EDICIC**.** Lisboa: Edições Colibri, 2024, p. 1041-1050.



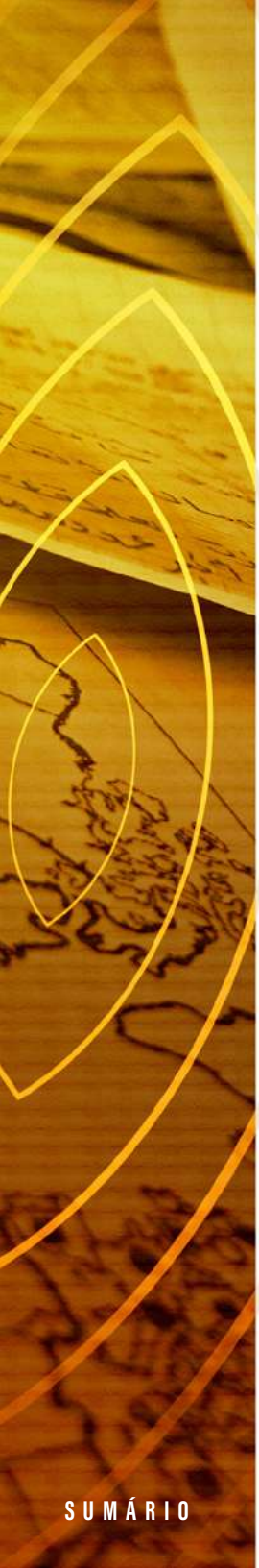
9

Jefferson Higino da Silva
Luciane Paula Vital

APROXIMAÇÕES À FORMAÇÃO DE ARQUIVOS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL

APPROACHES TO THE FORMATION OF ARCHIVES IN QUILOMBOLA COMMUNITIES IN BRAZIL

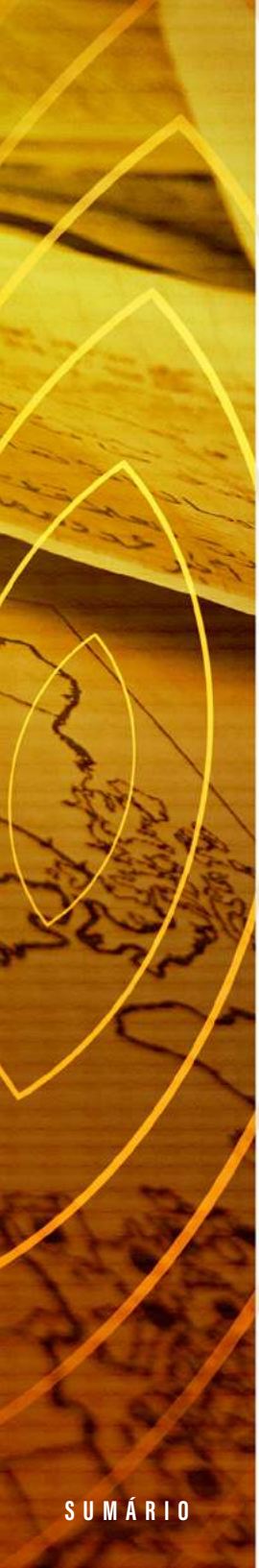
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.9



RESUMO

Este estudo exploratório-descritivo examina a formação de arquivos em comunidades quilombolas brasileiras. Através da análise documental de relatórios da Fundação Cultural Palmares e revisão bibliográfica, a pesquisa identifica 3.752 comunidades quilombolas, dentre as quais 3.056 possuem certificação oficial. O processo de certificação, cuja exigência inclui documentação específica, indica a existência de acervos próprios das comunidades. Estudos acadêmicos corroboram a formação de arquivos nestas comunidades, os quais ultrapassam os requisitos formais, refletindo práticas documentais alternativas. A investigação conclui haver interações entre as comunidades quilombolas e as discussões sobre arquivos comunitários, recomendando à Arquivologia o desenvolvimento de caminhos críticos e colaborativos, respeitando as práticas específicas inerentes a estas comunidades.

Palavras-chave: arquivologia; arquivos comunitários; estudos críticos arquivísticos; comunidades quilombolas; justiça social



ABSTRACT

This exploratory-descriptive study examines the formation of archives in Brazilian quilombola communities. Through documentary analysis of reports from the Fundação Cultural Palmares and literature review, the research identifies 3,752 quilombola communities, of which 3,056 have official certification. The certification process, whose requirements include specific documentation, indicates the existence of the communities' own collections. Academic studies corroborate the formation of archives in these communities, which exceed formal requirements, reflecting alternative documentary practices. The investigation concludes that there are interactions between quilombola communities and discussions on community archives, recommending that Archival Science develop critical and collaborative approaches, respecting the specific practices inherent to these communities.

Keywords: *archival science; community archives; critical archival studies; quilombola communities; social justice*

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre Arquivos Comunitários integram uma agenda emergente denominada estudos críticos arquivísticos, cujo propósito central consiste em identificar e elucidar injustiças inerentes às práticas arquivísticas, a partir da promoção de transformações que promovam justiça e equidade, além de estabelecer normas e diretrizes para uma análise crítica. Tais estudos encontram inspiração na teoria crítica de Max Horkheimer e em outras correntes teóricas, como as perspectivas decolonial, pós-colonial, feminista, queer, racial e desconstrutivista (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017).

No âmbito da justiça social, a Arquivologia tem se aproximado dos "Arquivos Comunitários", os quais objetivam amplificar as vozes de grupos historicamente marginalizados. Estes arquivos atuam como instrumentos de empoderamento e reivindicação de direitos (Tognoli; Rocha, 2021). Paralelamente, observa-se que a luta pelo direito à terra está intrinsecamente ligada à busca por justiça social (Gelbspan; Prioste, 2013), abrangendo as dimensões da Redistribuição, do Reconhecimento e da Representação (Minussi; Ramos, 2021) –– elementos fundamentais nos princípios das Comunidades Quilombolas brasileiras.

Fundamentado nessas relações, este estudo propõe-se a mapear as Comunidades Quilombolas Brasileiras, tecendo prospecções iniciais entre os registros de reconhecimentos desses grupos e os Arquivos Comunitários, em consonância com as discussões observadas na literatura internacional.

Embora reconheçamos a relevância dos arquivos tradicionais, não os consideramos como os únicos guardiões das funções elencadas por Delmas (2010): provar, lembrar, identificar e compreender. Primordialmente, concebemos os arquivos como mecanismos de resistência contra a amnésia (Menne-Haritz, 1999) das histórias, identidades, conquistas e continuidade das Comunidades Quilombolas.

Aspiramos, pois, através de esforços colaborativos graduais, a utilizar os registros arquivísticos como instrumentos catalisadores para promover "[...] a memória libertadora voltada à justiça" (Duff, 2023, p. 32, tradução nossa). Este empenho visa contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa, na qual as vozes e as experiências das Comunidades Quilombolas sejam reconhecidas, preservadas e valorizadas.

METODOLOGIA

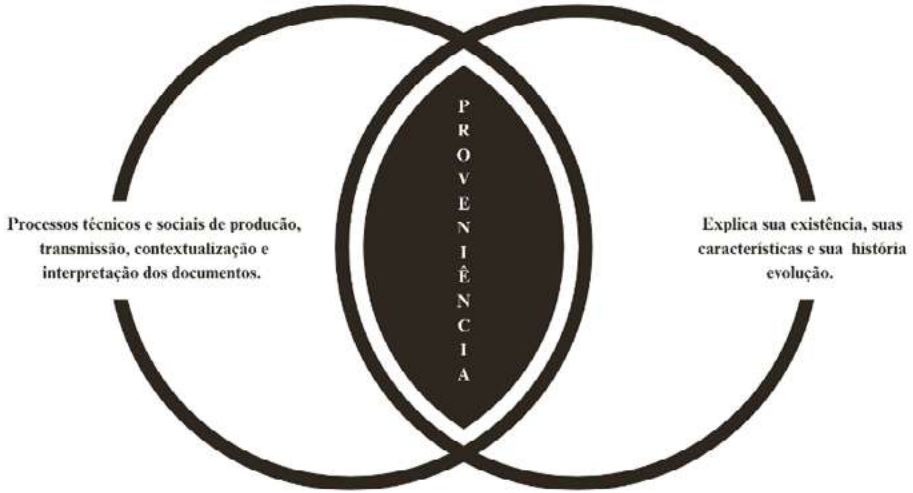
A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se por uma abordagem qualiquantitativa, cujo foco recai sobre o número de comunidades quilombolas no Brasil. Este levantamento quantitativo serve como base para interpretações qualitativas dos aspectos subjetivos relativos ao reconhecimento das comunidades e suas relações com os arquivos comunitários. Quanto aos objetivos, a pesquisa classifica-se como exploratória, visando ampliar o conhecimento sobre o fenômeno em questão através da coleta de informações preliminares.

A investigação, de natureza descritiva e documental, fundamenta-se nos relatórios fornecidos pela Fundação Cultural Palmares (FCP). A análise documental estende-se a instrumentos legais, incluindo leis, decretos e portarias, enfocando especificamente a certificação oficial das comunidades, excluindo os processos de titulação de terras.

Para estimular as inferências iniciais, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada em uma revisão narrativa, dispensando protocolos replicáveis. Os estudos utilizados foram provenientes de uma pesquisa doutoral. Com esta revisão, objetiva-se contextualizar e aprofundar a análise, oferecendo uma compreensão das comunidades quilombolas e os seus documentos de reconhecimento.

A análise documental dessas comunidades exige uma perspectiva multidimensional, considerando as interações sociais, culturais e históricas. Assim, adota-se um percurso, embora inicial, alicerçado em uma visão pós-moderna, a qual expande a concepção dos princípios arquivísticos. Rompe-se com o entendimento tradicional de proveniência como um conceito apenas físico e intelectual, passando a considerá-la em termos de seu contexto sócio-histórico, assim como apontou Douglas (2016).

Figura 1 - Releitura pós-moderna da Proveniência



Fonte: elaborada pelos autores com base em Nesmith (2018, p. 158-159).

O reconhecimento estatal das Comunidades Quilombolas ocorre através de processos legais, cuja trajetória é marcada por transformações históricas e lutas na concepção, constituição dos possíveis arquivos e dos conjuntos documentais. Nesse aspecto, o conceito de Nesmith (2018), ilustrado na Figura 1, orienta a análise pelos contextos sócio-históricos.

Frente a isso, Nesmith (2018) argumenta que, para compreender a formação dos arquivos além dos sistemas tradicionais de

proveniência, é imperativo considerar os "contextos sociais" influenciadores da criação documental. Dessa forma, os documentos não devem ser interpretados apenas como reflexo direto da entidade ou indivíduo produtor, mas como resultado de interações complexas entre fatores sociais determinantes de seu conteúdo e de sua estrutura.

ARQUIVOS COMUNITÁRIOS

O aparecimento do termo 'teoria crítica' para demarcar estudos com viés crítico social tem como marco o texto de Max Horkheimer, de 1937, intitulado "Teoria tradicional e teoria crítica", publicado pela revista do *Institut für Sozialforschung* (Instituto de Pesquisas Sociais), vinculado à Universidade de Frankfurt. Horkheimer marca o que alguns autores definem como a primeira geração de autores da teoria crítica, que desenvolviam estudos vinculados ao que foi denominada como 'Escola de Frankfurt'. A reconstituição de fatos históricos que marcaram o início do pensamento crítico social nos interessa menos que os fatores que levaram esses pensadores a buscarem uma postura crítica ao pensarem seus objetos de pesquisa e, consequentemente, a sociedade na qual viviam.

Nem mesmo o texto de Horkheimer (1937 *apud* Fleck, 2017) define o conceito de teoria crítica, talvez propositadamente para não estabelecer limites a algo que estava se delineando. Fleck (2017, p. 111) afirma que,

> [...] uma das coisas que certamente se pode falar desta tradição teórica é que suas reflexões não tratam apenas do conteúdo propriamente dito (a sociedade em seus múltiplos aspectos), mas também da forma como este conteúdo é apreendido. A teoria crítica sempre foi, também, uma espécie de metateoria. [...] Assim, a relação entre sujeito e objeto é diferente na teoria tradicional e na teoria crítica. Enquanto um abismo separa um do outro na tradicional, sujeito e objeto se codeterminam na crítica,

> de forma que o sujeito se torna sujeito por meio de sua confrontação com o objeto (e o mesmo pode ser dito da relação entre forma e conteúdo).

A teoria crítica apresenta base marxista, como crítica ao positivismo e a ideologia capitalista de se render ao mundo da forma como as relações estão postas, é uma teoria que visa uma orientação à emancipação. Para Nobre (2004, p. 11),

> [...]a teoria crítica não pode se confirmar senão na prática transformadora das relações sociais vigentes. As ações a serem empreendidas para a superação dos obstáculos à emancipação constituem-se em um movimento da própria teoria. Nesse sentido, o curso histórico dos acontecimentos — como resultado das ações empreendidas contra a estrutura de dominação vigente — dá a medida para a confirmação ou refutação dos prognósticos da teoria.

Com a teoria crítica, uma mudança de postura seria questionar a estrutura vigente e seus olhares sobre ela e os objetos do conhecimento que a constituem. Isso inclui inquirir sua própria postura diante do seu objeto de análise, qual a concepção de mundo e o ponto de vista do qual se analisa o mundo que nos cerca.

Quando aplicada ao campo dos arquivos, pode implicar na libertação das práticas e das estruturas arquivísticas que perpetuam desigualdades, exclusões e opressões, promovendo o uso dos arquivos como alavancagem da justiça social, memória inclusiva e participação democrática.

Quanto a isso, Duff (2023) observa que, nos últimos anos, há um crescente esforço para entender a interseção entre arquivos e justiça. Ela argumenta que os sistemas de gestão de documentos e as práticas associadas precisam ser reavaliados, levando em conta princípios de ética, do cuidado e da importância das relações.

Essas conexões são exploradas por Pinzani (2012), que destaca a relação entre a teoria crítica e a justiça social, enfatizando

a crítica à ideologia e às estruturas sociais que perpetuam desigualdades. Para ele, a teoria crítica busca diagnosticar as contradições da sociedade, revelando como valores e normas que aparentam promover justiça podem, na realidade, sustentar sistemas de opressão. Isto é, as desigualdades, como a pobreza, não são naturais, mas resultado de práticas sociais injustas, mantidas por ideologias que legitimam o *status quo.*

Tais questões abrem possibilidades para compreender os arquivos comunitários, tema que vem sendo discutido na literatura arquivística internacional nos últimos anos. Tanto a teoria crítica demonstra abertura para isso (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017) quanto as pesquisas sobre justiça social relacionadas a esses arquivos, como analisado por Tognoli e Rocha (2021).

Um escopo crítico, portanto, estimula estudos sobre arquivos comunitários, os quais se aproximam com o objeto analisado neste artigo, apresentando mais perguntas que respostas, "de lá pra cá", na busca de uma interação que favoreça a construção de um entendimento mais acurado.

Na análise do termo "Arquivos Comunitários", realizada na comunidade discursiva do *Archival Education Research Initiative* (AERI) por Alencar, Cervantes e Barité (2023), revela-se que são registros mantidos por grupos em busca da preservação de suas narrativas para alcançar autonomia e engajamento político. Esses arquivos, associados a estudos críticos e decoloniais, constituem um corpo editorial de pesquisas (Alencar; Tognoli; Cervantes, 2023), destacando temas como justiça social, história oral, impacto social do trabalho arquivístico, arquivos digitais, memória e direitos humanos.

Os arquivos comunitários se manifestam como uma resposta crítica às limitações dos arquivos tradicionais, que frequentemente tendem a favorecer as vozes e os interesses de instituições dominantes.

Quadro 1 – Dinâmicas em torno dos Arquivos Comunitários

Categoria	Descrição
Definição do Termo	O conceito de "arquivos comunitários" varia; pode se referir a comunidades locais ou a grupos definidos por características específicas como etnia, gênero ou interesses comuns.
Características Gerais	Arquivos comunitários geralmente compartilham traços como participação ativa da comunidade, controle local e um enfoque inclusivo para a documentação.
Tipos de Coleções	Incluem documentos, objetos culturais, publicações, histórias orais e materiais audiovisuais.
Motivação	Baseada na preservação da herança comunitária e na criação de um registro valorativo para a própria comunidade.
Relacionamento com a Comunidade	Envolvimento ativo dos membros da comunidade em todas as fases do arquivamento, desde a coleta até a preservação.
Independência	Podem ser independentes ou colaborar com instituições formais, com foco na direção comunitária.
Desafios e Críticas	Questões sobre a definição de "comunidade" e a adequação do termo "arquivos" em práticas não tradicionais.
Transformação Sustentabilidade	Podem passar de iniciativas pessoais para instituições mais formais; desafios incluem manter a relevância e sustentabilidade ao longo do tempo.
Função	Espaços para reconfiguração de narrativas históricas, promovendo justiça social e criando identidade comunitária.
Colaboração	Possibilidades de colaboração entre arquivistas comunitários e profissionais para preservar acervos.

Fonte: Duranti e Franks (2015).

Complementando essas dinâmicas, destacam-se outras que estimulam a busca por compreender esses arquivos em nível nacional, levando em conta particularidades locais. Gilliland e Flinn (2013) observam que o termo "Arquivos Comunitários" apresenta

variações dependendo das circunstâncias, refletindo a diversidade de contextos em que esses arquivos são criados. Embora no Brasil os estudos sobre o tema sejam ainda incipientes, a presença de eventos históricos como a colonização e a escravização, somada à persistente desigualdade social, pode indicar um terreno fértil para a potencial formação de arquivos dessa natureza. Esta realidade alinha-se com países como os Estados Unidos, Canadá, Austrália e Reino Unido, em que o debate sobre arquivos comunitários é mais expressivo (Flinn, 2007).

Uma característica distintiva dos arquivos comunitários é sua autonomia em relação às regras rígidas tradicionais. Flinn, Stevens e Shepherd (2009) salientam que, para serem considerados "Arquivos Comunitários", é necessária a existência de um acervo. Esta observação é particularmente interessante, pois muitas vezes os grupos envolvidos não têm clareza sobre a distinção entre bibliotecas, museus e arquivos, mas associam, geralmente, a palavra "arquivo" a algo valioso para a comunidade de maneira geral.

Além disso, os autores enfatizam a importância da "ativa participação da comunidade em registrar e disponibilizar a história de seu grupo ou localidade em seus próprios termos" (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009, p. 73, tradução nossa). Este envolvimento direto, por vezes, é fator importante para a construção de arquivos que reflitam genuinamente a identidade e as vivências dos grupos, permitindo que suas vozes e suas experiências sejam preservadas e compartilhadas de acordo com suas próprias perspectivas e valores.

RESULTADOS INICIAIS

As comunidades quilombolas são caracterizadas como "grupos étnico-raciais, fundamentados em critérios de autoatribuição,

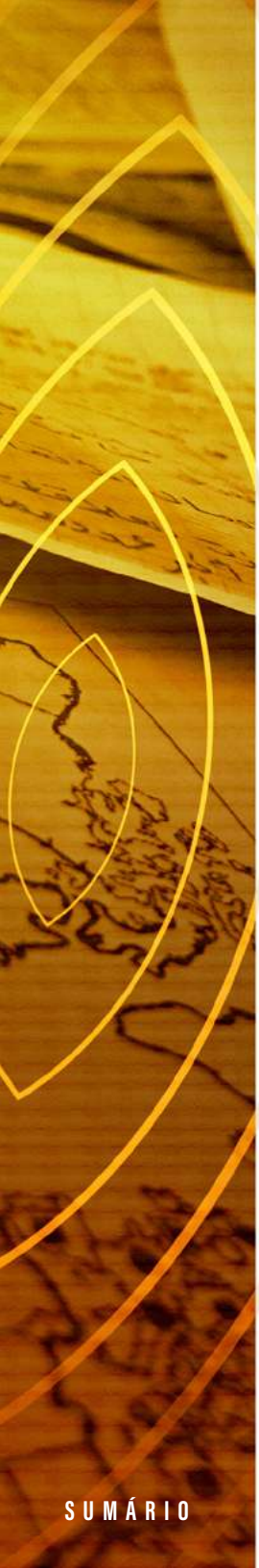
que compartilham uma trajetória histórica singular, relações territoriais específicas e uma conexão de ancestralidade negra associada à luta contra a opressão histórica" (Brasil, 2003, art. 2º). Dessa maneira, a formação dessas comunidades deriva da própria história e dos conflitos presentes no país.

Souza (2008) analisa que a compreensão contemporânea das comunidades quilombolas e suas lutas resulta de uma série de processos anteriores, estendidos ao longo do tempo. Esses processos são ilustrados na Figura 2.

Figura 2 – Processos Históricos das Comunidades Quilombolas



Fonte: elaborados pelos autores, baseado em Souza (2008).



A análise dos processos históricos concernentes ao movimento negro revela uma conexão entre as transformações culturais e a inclusão das comunidades afrodescendentes nas políticas públicas do Estado brasileiro. O esforço coletivo empreendido por essas populações, historicamente marginalizadas, centralizou-se em torno de duas reivindicações fundamentais: o direito à titulação de terras e o reconhecimento como grupo étnico-cultural.

A Constituição Federal de 1988, marco legal de suma importância, emergiu como resultado direto das pressões exercidas por essas lutas sociais. O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias assegura a posse definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, enquanto os Artigos 215 e 216 visam salvaguardar e fomentar a cultura afro-brasileira. Ademais, a Carta Magna explicita a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP), instituição pioneira na esfera pública federal dedicada à preservação e promoção da cultura afro-brasileira. Com esse avanço, o ano de 2003 testemunhou a promulgação do Decreto 4887, cujo teor regulamentou o processo de reconhecimento e titulação das terras quilombolas. Este decreto ratificou, outrossim, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instrumento jurídico internacional voltado à defesa dos direitos territoriais de povos indígenas e tribais.

No âmbito do patrimônio cultural, o artigo 216, § 5º, da Constituição Federal garante a preservação do patrimônio histórico-cultural das comunidades quilombolas. O texto constitucional determina o tombamento de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, cuja proteção encontra-se sob a égide do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O supracitado Decreto 4.887/2003 atribui à Fundação Cultural Palmares (FCP) a responsabilidade de prestar suporte jurídico às comunidades quilombolas e promover a valorização de sua identidade cultural. Esta legislação regulamenta os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação,

demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes dessas comunidades.

O levantamento das Comunidades Quilombolas, realizado deu-se mediante a análise dos relatórios da Fundação Cultural Palmares. Até 30 de abril de 2024, constatou-se a existência de 3.752 comunidades quilombolas em território nacional. Deste total, 3.056 comunidades já obtiveram certificação oficial, enquanto as 696 restantes foram identificadas por meio de estudos acadêmicos e outras fontes de pesquisa científica.

A análise da distribuição geográfica das comunidades quilombolas certificadas no Brasil revela uma concentração maior em determinadas regiões do território nacional. Os dados apresentam uma distribuição percentual na qual a Região Nordeste lidera com 60% das comunidades certificadas, seguida pela Região Sudeste com 18%, Região Norte com 10%, Região Sul com 7% e, por fim, a Região Centro-Oeste com 5%. Esta diferença na distribuição regional reflete, possivelmente, fatores históricos, demográficos e socioeconômicos complexos, os quais merecem uma investigação mais aprofundada para uma compreensão holística do fenômeno.

O arcabouço jurídico-administrativo concernente às comunidades quilombolas fundamenta-se em instrumentos legais específicos, destacando-se o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, o qual estabelece a definição formal das comunidades quilombolas e institui o princípio da autodeclaração como critério de reconhecimento. Complementarmente, a Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, regulamenta o processo de certificação, exigindo três documentos: a ata de reunião ou assembleia da comunidade, o relato histórico da comunidade e o requerimento formal de certificação.

Além dos documentos mandatórios, a supracitada portaria indica a apresentação de documentos complementares, tais como registros fotográficos, pesquisas acadêmicas, artigos científicos, certidões de nascimento, entre outros. Esta flexibilidade na

apresentação de documentos aditivos suscita reflexões acerca da natureza e da amplitude documental que podem ser mantidas pelas comunidades quilombolas.

A possibilidade de inclusão de documentos diversos no processo de certificação indica a potencial existência de um corpus de documentos no seio dessas comunidades. Observa-se, assim, a provável formação de arquivos, compostos por documentos de origem não governamental, embora a eles relacionados.

Estudos acadêmicos têm corroborado essas hipóteses, apontando para a existência de arquivos mantidos pelas próprias comunidades. Tais acervos, além de seu valor para a preservação da história e cultura quilombola, podem auxiliar nos processos de reconhecimento e de certificação. Percebe-se que as exigências para reconhecimento dessas comunidades forjam a reunião de documentação que pode se constituir em um arquivo.

Em 2013, Ferreira e Sousa chamaram a atenção para a imperativa necessidade de a Arquivologia expandir seu escopo de estudo, abrangendo não só os documentos públicos, como também aqueles oriundos das comunidades quilombolas. Tal constatação transcende o rol estabelecido pelas instâncias governamentais para o reconhecimento oficial dessas comunidades. Tais documentos, cujo valor reside na preservação da identidade quilombola, podem, a critério do próprio grupo, incluir uma gama de registros, ampliando assim o espectro tradicionalmente considerado.

A pesquisa conduzida por Freitas (2020) sobre a gênese e estruturação do "arquivo quilombola" revela um processo intencional de criação, no qual gestos deliberados refletem práticas subjetivas contextuais, culminando na formação de uma estrutura eminentemente política. Sua constituição envolve: a) A colaboração de profissionais e acadêmicos, como antropólogos que utilizam técnicas etnográficas e historiadores, além da história oral e pesquisa

documental; b) Os moradores são protagonistas na autorrepresentação e defesa de seus territórios; c) Os arquivos visam dar visibilidade às práticas e às razões do acúmulo documental, evitando a naturalização ao mostrar descontinuidades; d) Refletem táticas de resistência (contra-arquivo) e permitem experienciar o passado de sua construção.

A partir do que foi apresentado, infere-se relação entre o que vem sendo discutido na literatura sobre os Arquivos Comunitários e as comunidades quilombolas, a falar: a) Autonomia e busca pela preservação da identidade; b) Participação e colaboração; c) Busca por justiça social e preservação da memória; d) Empoderamento e engajamento político; e) Valorização da cultura; f) Reconhecimento e reparação histórica.

A partir dessas inferências, se revela um campo a ser explorado pela Arquivologia no sentido de expansão do entendimento de arquivo, de sua construção partindo do movimento social e os desdobramentos desta constituição. Considera-se que a realidade, em toda a sua complexidade, precisa ser considerada como propulsora de arranjos documentais que servem a interesses coletivos que não estão necessariamente institucionalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, evidencia-se a premente necessidade de reavaliar as funções convencionais da Arquivologia em face da complexa realidade das comunidades quilombolas brasileiras. Este estudo, embora apresente dados sobre a amplitude e a distribuição desses grupos, busca sobretudo provocar reflexões sobre a existência de práticas documentais alternativas, emanadas de estruturas sociais que transcendem e exigem um novo olhar.

A interseção entre os processos de reconhecimento oficial e as práticas de documentação autônomas das comunidades abre caminho para um diálogo com os arquivos comunitários e entre a teoria arquivística. Face a isso, os dados e as relações iniciais motivam novos estudos visando explorar e fortalecer possíveis colaborações da Arquivologia, a partir de passos cuidadosos e participativos, reconhecendo a experiência dessas comunidades como pilar na construção de suas histórias e memórias, onde os arquivos podem ser integrados nesse processo.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13166. Acesso em: 03 jun. 2023.

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N. B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**, v. 28, p. 1-25, 2023. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/92661. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. **Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombo. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf. Acesso em: 21 set. 2023.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. Critical archival studies: an introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/50. Acesso em: 03 set. 2023.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?** São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DOUGLAS, J. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. *In:* EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p. 47–74.

DUFF, W. Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça. *In:* LOUSADA, M.; PAZIN, M.; ELIAN, P. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. 1. ed. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 26-41.

DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (ed.). **Encyclopedia of archival science**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2015.

FERREIRA, J. S.; SOUSA, F. F. Arquivo e memória: um estudo sobre as fontes arquivísticas da Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba. **Revista Brasileira de Filosofia e História**, v. 2, n. 1, p. 7–13, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/21720. Acesso em: 20 mai. 2023.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (FCP). **Levantamento das comunidades quilombolas:** relatórios de abril de 2024. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2024.

FLECK, A. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 24, n. 44, 2017. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/12083. Acesso em: 02 jun. 2024.

FLINN, A. Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007. DOI: 10.1080/00379810701611936. Acesso em: 20 jun. 2023.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy, and the mainstream. **Archival Science**, v. 9, p. 71–86, 2009. DOI: 10.1007/s10502-009-9105-2. Acesso em: 20 jun. 2023.

FREITAS, S. C. d. **Silêncios na história e disputa entre memórias**: os processos de reconhecimento identitário e titulação territorial das comunidades quilombolas. 2020. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_58959 5883c8a4e15a706da74ea51abd5. Acesso em: 20 jun. 2023.

GELBSPAN, T.; PRIOSTE, F. G. V. **Terra na luta por justiça social**: direitos humanos e as estratégias de movimentos sociais. Curitiba: Editora Terra de Direitos, 2013.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community Archives: What are we really talking about? *In:* **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

MENNE-HARITZ, A. Thoughts on the latency of time in administrative work and the role archives play to make it visible. **Verwaltung et Management**, v. 5, n. 1, p. 4-10, 1999.

MINUSSI, V. P.; RAMOS, N. V. Justiça social: uma trajetória conceitual. **Revista Teias**, v. 22, n. 64, 2021. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/50123. Acesso em: 25 jun. 2023.

NESMITH, T. Relendo os arquivos: novas contextualidade para a teoria e a prática arquivísticas. *In:* HEYMANN, L.; NEDEL, L. (orgs.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINZANI, A. Teoria crítica e justiça social. Civitas: **Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 1, p. 88-106, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/NBp4yWVF7pyrmx5HqNMZXbC/?format=html&lang=pt. Acesso em: 6 maio 2023.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se**: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/2130. Acesso em: 20 set. 2023.

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. Q. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em Debate**, v. 31, n. 63, p. 1–23, 2021. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987. Acesso em: 25 set. 2023.



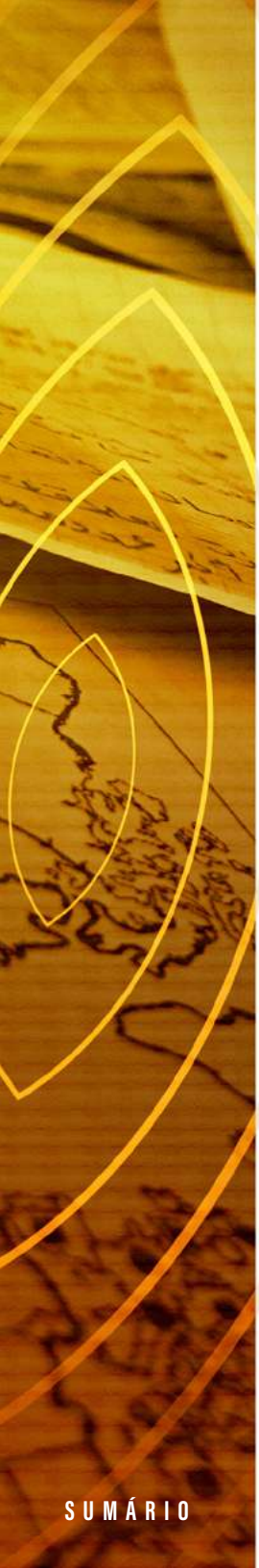
10

Ana Carolina dos Santos Garcia
Lucia Maria Velloso de Oliveira
Margareth da Silva

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE MANUTENÇÃO DA CIDADANIA, ACESSO À INFORMAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL

PUBLIC TRANSPARENCY AS AN INSTRUMENT FOR MAINTAINING CITIZENSHIP, ACCESS TO INFORMATION AND SOCIAL JUSTICE

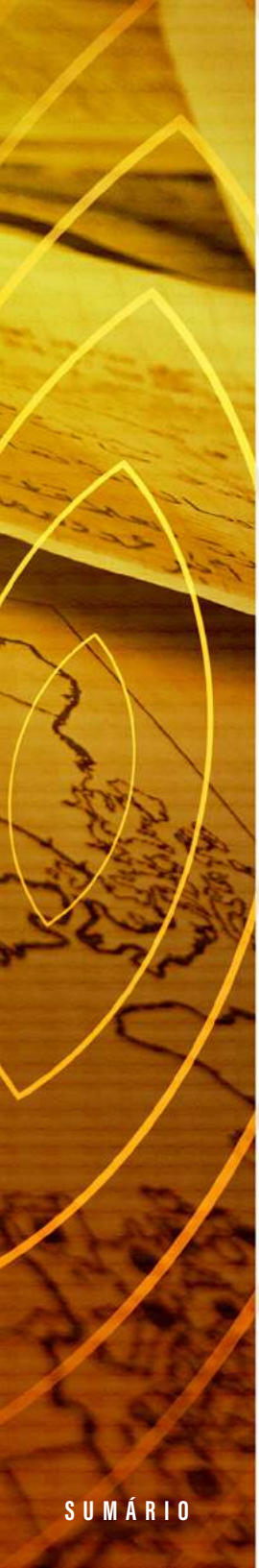
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.10



RESUMO

Neste artigo objetiva-se abordar a transparência pública como instrumento para o acesso à informação, justiça social e o exercício pleno da cidadania. A partir de um referencial teórico arquivístico e da legislação brasileira - leis e decretos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI) - realiza-se uma revisão de literatura sob uma perspectiva arquivística, em diálogo com a administração pública federal e a Ciência da Informação. A pesquisa se pauta em uma abordagem qualitativa de caráter exploratório descritivo, utilizando a pesquisa bibliográfica. Para isto, são abordados os conceitos e definições clássicos da Arquivologia, da Ciência da Informação, bem como os dispositivos legais relacionados ao direito de acesso e à Lei de Arquivos, a fim de buscar possíveis interlocuções com a LAI. Espera-se que esta pesquisa contribua com a ampliação da capilaridade da LAI, com o acesso à informação, a função social dos arquivos, a cidadania e sua indissociável relação com a justiça social.

Palavras-chave: acesso à informação; cidadania; justiça social; lei de acesso à informação (LAI); transparência pública



ABSTRACT

This article aims to address public transparency as an instrument for access to information, social justice, and the full exercise of citizenship. Based on an archival theoretical framework and Brazilian legislation — through laws and decrees concerning the Freedom of Information Act — a literature review is carried out from an archival perspective in dialogue with federal public administration and information science. The research adopts a qualitative, exploratory, and descriptive approach, based on bibliographic research. To this end, classical concepts and definitions from archival science and information science are addressed, along with legal provisions regarding the right of access and the Archives Law, seeking possible connections with the LAI. It is expected that this study can contribute to expanding the reach of the LAI, access to information, the social role of archives, citizenship, and its inseparable relationship with social justice.

Keywords: *access to information; citizenship; social justice; freedom of information act; public transparency*

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo globalizado e dinâmico, estruturado cada vez mais no ambiente digital, no qual o acesso rápido à informação e aos documentos se tornaram fundamentais para o processo de tomada de decisão nas esferas pública e privada. A celeridade no momento da produção, bem como no acesso e na recuperação dos materiais digitais tornaram cruciais para o cumprimento de atividades e funções das organizações.

A eficiência e a eficácia nas organizações públicas e privadas foram significativamente impactadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, especialmente pelas novas formas de produzir, transmitir, arquivar, preservar e assegurar o acesso a documentos. Contudo, a validade desses documentos pode ser questionada em virtude da instabilidade e vulnerabilidade do contexto tecnológico, o que representa riscos à manutenção de sua autenticidade ao longo do tempo. O questionamento acerca da validade jurídica e administrativa de documentos arquivísticos em formato digital afeta não apenas o desempenho das funções e atividades das organizações, mas também sua transparência, dificultando a comprovação do cumprimento de sua missão institucional.

Este trabalho prioriza um tipo específico de material digital: os documentos arquivísticos, uma vez que são esses documentos que comprovam o desempenho de atividades e ações, conferindo-lhes validade jurídica e administrativa.

Dessa forma, ao tratarmos do acesso à informação proveniente de órgãos e instituições da administração pública federal, partimos do princípio de que tal acesso está fundamentado na existência de documentos arquivísticos — independentemente do suporte ou formato — que registram atos e fatos e permitem atender tanto às

demandas da administração quanto às dos cidadãos. Portanto, os documentos precisam ser autênticos e capazes de demonstrar que as atividades foram efetivamente executadas pelos agentes públicos. Ressalte-se que os documentos arquivísticos são registros de atividades regulamentadas e que, portanto, a administração pública federal está legalmente obrigada a realizá-las conforme as normas e procedimentos vigentes.

Os documentos arquivísticos constituem a principal fonte de prova para que o cidadão possa acessar direitos, benefícios e garantias, assegurando o exercício da cidadania, a justiça social e a vitalidade do regime democrático. Além disso, são fundamentais para a transparência pública das organizações, uma vez que permitem a comprovação documental do cumprimento de suas obrigações.

Este artigo tem como objetivo abordar a transparência pública como instrumento para o acesso à informação, o exercício da cidadania e a efetivação da justiça social. Destaca-se que, na ausência da transparência pública — seja ativa ou passiva —, e quando o acesso à informação não é efetivado, o Estado mantém o cidadão à margem do processo decisório, o que é incompatível com o regime democrático. A falta de transparência pode inviabilizar ou dificultar o exercício de direitos fundamentais.

Vale destacar que este artigo integra uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), no curso de doutorado, sob o título: *A transparência pública no fazer arquivístico: a Lei de Acesso à Informação de 2012 a 2022 nos arquivos estaduais*.

Para o desenvolvimento do trabalho recorre-se a conceitos extraídos de documentos oficiais da Controladoria-Geral da União (CGU):

> A transparência amplia a visibilidade das ações governamentais pela sociedade, por meio da disponibilização de informações públicas ou sob custódia dos órgãos e entidades da Administração Pública, desde que não sejam sigilosas, com qualidade e em espaço temporal adequado. Quando associada às políticas públicas, a transparência possibilita que os cidadãos conheçam mais profundamente as áreas de investimento, as estratégias de implementação, os dados relativos à execução das políticas públicas, seus atores, os riscos envolvidos e resultados concretos que afetam o cotidiano da população (Brasil, [20-?]).

O poder Executivo federal deve disponibilizar informações aos cidadãos de forma ativa e passiva. A transparência passiva refere-se à disponibilização de dados e informações pelos órgãos públicos após solicitação de um cidadão. Conforme o art. 10 da Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011), "[...] qualquer pessoa pode apresentar um pedido de acesso à informação. O prazo de resposta ao pedido é de 20 dias e pode ser prorrogado por mais dez, desde que haja justificativa".

Já a transparência ativa consiste na "[...] divulgação de dados e informações pelos órgãos públicos ocorre de modo espontâneo, independentemente da solicitação dos cidadãos. (Brasil, 2011)".

No que se refere ao conceito de justiça social, Tognoli e Rocha (2021, p. 8) afirmam:

> [...] é um instrumento para o reconhecimento das desigualdades sistêmicas e estruturais de produção *(record-making)* e manutenção *(recordkeeping)* dos arquivos, e resistência às estruturas de poder, em concordância com a justiça procedimental, que diz respeito à ética nos procedimentos e sistemas.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com base em pesquisa bibliográfica. A revisão de literatura realiza-se sob a perspectiva arquivística, em diálogo com a

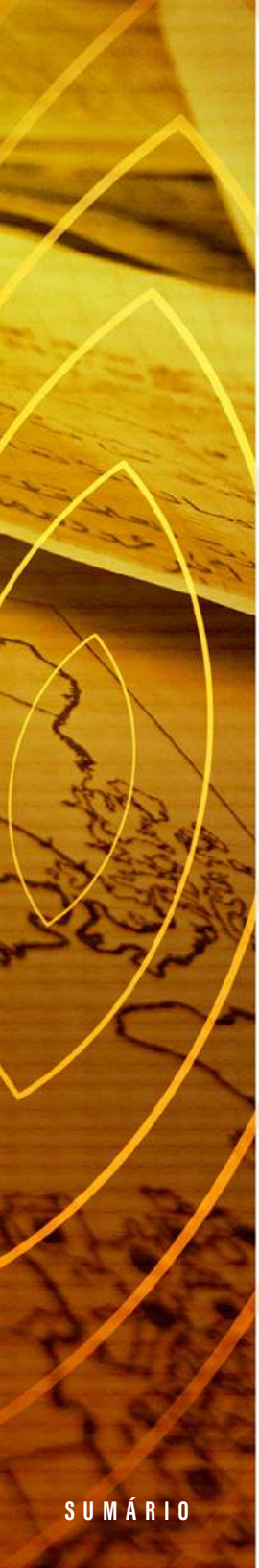
administração pública e com a Ciência da Informação. Além disso, contempla-se a análise da legislação brasileira, como a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) (Brasil, 2011), a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Arquivos (Lei nº 8.159/1991) (Brasil, 1991), visando identificar interlocuções entre o direito de acesso à informação e os fundamentos teóricos da arquivologia, sobretudo quanto ao conceito de documento arquivístico. Também se aborda a polissemia do termo "informação", sob os enfoques da ciência da informação e da arquivologia.

Neste estudo, são considerados os conceitos de informação, documento arquivístico e gestão de documentos, além da legislação brasileira pertinente ao acesso à informação, como elementos fundamentais para o desenvolvimento da análise. A estrutura do artigo compreende as seguintes seções: análise da relevância da aplicação da LAI; a relação entre informação e documento arquivístico; a interlocução entre a Lei de Acesso à Informação e a gestão de documentos; e os resultados esperados.

ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DA LAI

O acesso às informações e aos documentos de interesse público deve ocorrer de forma direta, considerando que a Lei de Acesso à Informação (LAI) estabelece o direito à transparência ativa como forma de disponibilizar aos cidadãos as informações das quais necessitam. De acordo com o art. 8º da LAI:

> É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (Brasil, 2011).



Como exemplo, citam-se: registro das competências, estrutura organizacional, endereços e telefones, compilação das despesas e transferências de recursos financeiros, processos licitatórios, dados para acompanhamento de ações, programas e projetos, além das perguntas mais frequentes da sociedade.

A transparência pública deve ser compreendida como um instrumento de manutenção dos direitos dos cidadãos, especialmente no que se refere ao acesso à informação a qualquer tempo, conforme preconiza a Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011). Essa legislação estabelece a publicidade como regra e o sigilo como exceção.

Com isto, a LAI contribui para assegurar o acesso à informação de interesse público, por meio de mecanismos que garantem a transparência e fornecem aos cidadãos subsídios para a tomada de decisões e o exercício pleno de seus direitos. Nesse sentido, torna-se possível associar o direito à informação à justiça social, evidenciando a centralidade do papel social dos arquivistas, que atuam diretamente na consolidação da democracia e na efetivação da função social dos arquivos. A inexistência de acesso à informação compromete o exercício da cidadania e, consequentemente, da democracia e da justiça social.

Importa destacar que existem exceções ao acesso, sobretudo quando se trata de informações pessoais que possam afetar a honra, a intimidade, a vida privada ou a imagem dos indivíduos (art. 31), bem como informações classificadas segundo grau e prazo de sigilo (art. 23). No entanto, o entendimento contemporâneo enfatiza que exceção deve ser tratada como o excepcional, sendo o acesso à regra fundamental.

A relevância deste artigo também se justifica por episódios recentes, como a criação do consórcio de veículos de imprensa, composto pelos maiores grupos jornalísticos do país, para monitorar diariamente os casos de COVID-19 durante o período mais crítico da pandemia, em junho de 2020. Tal ação foi motivada pela ausência

de divulgação regular, por parte do governo federal, dos dados atualizados da pandemia, especialmente após mudanças na liderança do Ministério da Saúde.

Podem ser citados ainda os apagões de dados e as invasões de hackers em sites institucionais do governo federal. Esses eventos, longe de serem isolados, evidenciam não apenas uma crise de autoridade e confiança nas instituições por parte da sociedade civil, como também revelam o crescimento descontrolado da desinformação no país — cenário agravado pelo uso intensivo das redes sociais e de aplicativos de mensagens instantâneas no cotidiano da população.

Essa presença constante e invasiva das tecnologias digitais vem impactando de forma consideravelmente negativa a imagem das instituições e o regime democrático. Destacamos ainda, o episódio de 08 de janeiro de 2023, de ataques ao Congresso Nacional, ao Palácio do Planalto e ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, que apesar de desencadear um pronto enfrentamento por parte das instituições abriu uma indelével fratura na nossa democracia, intensificando a polarização no país e abalando os pilares do Estado democrático de direito.

INFORMAÇÃO E DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO:
UMA RELAÇÃO POSSÍVEL

É imprescindível, neste trabalho, abordar o conceito de informação sem nos furtar de pontuar a polissemia do termo. De acordo com o Dicionário brasileiro de terminologia arquivística (Arquivo Nacional, 2005, p. 107), informação é o "elemento referencial, noção, ideia ou mensagem contidos num documento". Isto é, não possui apenas a capacidade de informar, mas também de gerar reflexões,

transformá-las em conhecimento. Barreto (2002, p. 70), corrobora essa perspectiva da informação, quando afirma que:

> As configurações, que relacionam a informação com a geração de conhecimento, são as que melhor explicam sua natureza, conforme finalistas, pois são associadas ao desenvolvimento do indivíduo e à sua liberdade, pelo poder de decidir sua vida. Aqui a informação é qualificada como instrumento modificador da consciência do homem. Quando adequadamente apropriada, produz conhecimento e modifica o estoque mental de saber do indivíduo; traz benefícios para seu desenvolvimento e para o bem-estar da sociedade em que ele vive.

Frohmann (2008, p. 20-21), ao analisar a relação entre informação e documento, apresenta a noção de materialidade da informação:

> Mas se "documento" nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação.

Esse entendimento dialoga com a análise de Bernardes (2015, p, 167), para quem a informação não pode ser dissociada de sua materialidade:

> É preciso reconhecer que a popularização dos meios de comunicação viabilizados pelas tecnologias da informação, bem como as providências organizacionais determinadas pela Lei de Acesso à Informação (LAI), acabaram por alçar a informação a uma posição de superior destaque, o que induz os nossos sentidos a acreditar que ela, a informação, possui uma existência autônoma descolada da materialidade da qual, de fato, ela não se separa: o documento. Entretanto, as informações confiáveis são aquelas registradas, independentemente do suporte ou formato, com contexto, organicidade e valor de prova; ou seja, são as informações contidas em documentos de arquivo.

Rondinelli (2013, p. 102) apresenta uma perspectiva de aproximação dos conceitos de informação e documento, destacando as características comuns dessas entidades, informação e documento, no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia:

> [...] o capítulo em questão traz à tona características comuns a essas entidades, no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia. Trata-se das características da materialidade e da funcionalidade presentes tanto nos conceitos de documento como de informação aqui apresentados. Pela materialidade o pensamento é objetivado tanto na forma como se apresenta (livros, cartas, ofícios, artefatos) como na inscrição dos caracteres ou sinais gráficos (alfabeto, número, traço) em qualquer tipo de suporte (papel, pedra, argila, superfícies magnéticas ou óticas). Pela funcionalidade esse pensamento objetivado desempenha as funções de ensinar e aprender, registrar atividades, testemunhar ações.

As reflexões apresentadas apontam que, embora haja convergências entre os conceitos de informação e de documento, existe também uma distinção fundamental, especialmente no que diz respeito ao caráter inalterável do documento arquivístico. Nesse sentido, o *InterPARES 2 Project* ([2011], p. 6, grifo nosso) esclarece:

> [...] porque uma de suas características [dos documentos arquivísticos] é que **seu conteúdo não foi alterado e é inalterável**. Isto implica que a informação e os dados contidos nos documentos arquivísticos não podem ser sobrescritos, alterados, apagados ou expandidos. Um sistema que contém informações ou dados fluidos e em constante mudança não contém documentos arquivísticos até que alguém decida elaborá-los e salvá-los com forma fixa e conteúdo estável.

Dessa forma, compreende-se que os documentos arquivísticos são registros das atividades de uma organização ou pessoa e permanecem como tais por não terem sido alterados ou corrompidos, mesmo em ambientes dinâmicos como os digitais.



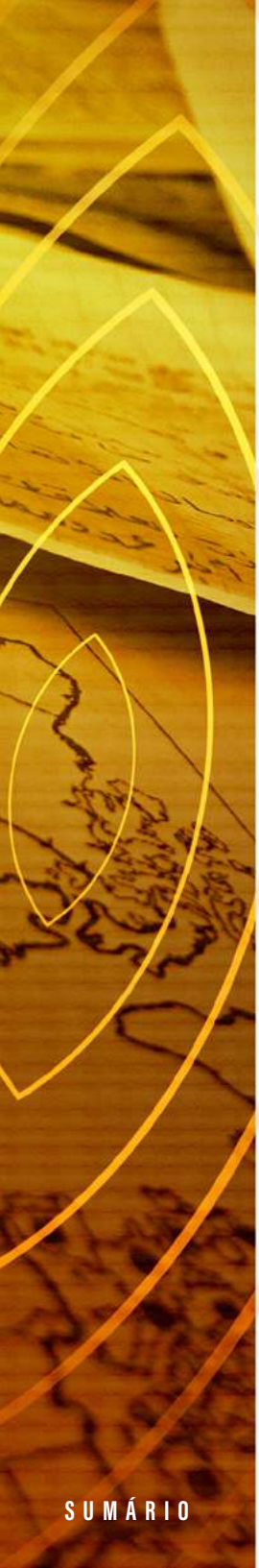
Tais documentos constituem instrumentos fundamentais para a promoção da transparência governamental e para a garantia de direitos ao cidadão, contribuindo, assim, para o exercício da democracia, ao demonstrarem e comprovarem que as ações foram efetivamente executadas.

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS: UMA INTERLOCUÇÃO

Primeiramente, é importante esclarecer que o acesso à informação nos órgãos e entidades públicas constitui elemento imprescindível ao exercício da cidadania, pois legitima o direito assegurado à sociedade de acessar informações de forma passiva e ativa. Este direito encontra respaldo na Lei de Acesso à Informação, n.º 12.527/11 (Brasil, 2011), que regula e prevê a disponibilização da informação, e pelo Decreto n.º 7.724/12 (Brasil, 2012), que regulamenta os procedimentos para garantia, manutenção e execução desse acesso. A respeito do decreto, destacamos que

> Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal assegurarão, às pessoas naturais e jurídicas, o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão, observados os princípios da administração pública e as diretrizes previstas na Lei n.º 12.527, de 2011 (Brasil, 2012).

A Constituição Federal de 1988 também contempla o direito de acesso, o que assegura a obtenção de informações relevantes para cumprimento de seus direitos. Conforme disposto no art. 5º, inciso XXXIII:



> Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988).

Cabe ressaltar que a previsão legal de acesso à informação parte do pressuposto de que os órgãos e instituições públicas possuem seus arquivos organizados, o que pressupõe a existência de programas de gestão de documentos. Embora a LAI não mencione explicitamente o termo "gestão de documentos" nem os procedimentos arquivísticos, observa-se, ao longo desta análise, a complementaridade entre o direito de acesso e a gestão documental. A ausência de controles rigorosos sobre a produção, tramitação, uso, arquivamento e acesso aos documentos — ou seja, sobre o ciclo de vida documental — compromete a efetividade do acesso tanto à informação quanto aos próprios documentos.

A LAI visa tornar disponíveis, no curso da gestão pública, as informações contidas nos documentos sob a guarda das instituições. À administração pública cabe exercer papel estratégico no que se refere à transparência ativa, promovendo o acesso aos documentos arquivísticos e assegurando, com isso, o patrimônio documental da nação, o direito à cidadania e a efetivação da justiça social.

No tocante ao conceito de gestão de documentos, a Constituição Federal, no art. 216, § 2º, "incumbe à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela requerem" (Brasil, 1988), ou seja, a Carta Magna determina que é dever da administração pública produzir, manter e dar acesso aos documentos, de forma controlada. Já a Lei nº. 8.159, de 8 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, define esse termo no seu art. 3º:

> Considera-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua

> produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (Brasil, 1991).

Ao considerar o conceito de gestão de documentos, reconhece-se a importância da implementação de um programa de gestão de documentos para que os órgãos e instituições possam garantir o acesso e a transparência das informações e dos documentos arquivísticos.

Em relação à gestão de documentos digitais, Garcia, Sayão e Silva (2023) destacam que o programa de gestão de documentos seria uma maneira das organizações se comprometerem com a produção, preservação e acesso aos documentos autênticos no ambiente digital, e que nesse programa devem ser previstos o desenvolvimento e a implantação de um sistema informatizado de gestão arquivística de documentos (SIGAD) capaz de assegurar a autenticidade e o acesso durante todo o ciclo de vida dos documentos produzidos em quaisquer tipos de solução ou aplicação tecnológica.

Sobre a relação entre gestão de documentos e direito de acesso, Smit e Lattouf (2014, p. 137-138) elucidam a relevância da LAI para a aplicação dos procedimentos da gestão, uma vez que

> Os arquivos devem aperfeiçoar seu sistema de gestão documental, do nascedouro até a destinação final, pois os mesmos podem ser, de acordo com o anteriormente exposto, solicitados ou mesmo devem ser disponibilizados de forma ativa e rotineira. O aperfeiçoamento da gestão dos documentos guarda relação direta com o prazo determinado pela LAI para fornecer respostas às perguntas encaminhadas: 20 dias que podem ser ampliados, mediante justificativa da Administração, para 30 dias. Fornecer uma resposta nos limites destes prazos aponta para uma necessidade premente de aperfeiçoamento da gestão documental, particularmente no que diz respeito ao rigoroso controle na nomeação de funções, atividades, órgãos produtores e tipos documentais.

A partir disso, compreende-se que a Lei de Acesso à Informação pode influenciar diretamente na gestão de documentos, bem como sobre os processos de acesso e recuperação de documentos. Na perspectiva arquivística, cabe aos profissionais de arquivo a responsabilidade pela preservação e acesso aos documentos, possibilitando o processo de tomada de decisão pela administração pública e permitindo que essas decisões e seus efeitos possam ser submetidos a escrutínio público. Silva e Sezinando (2022, p. 101) reforçam essa concepção ao afirmarem que

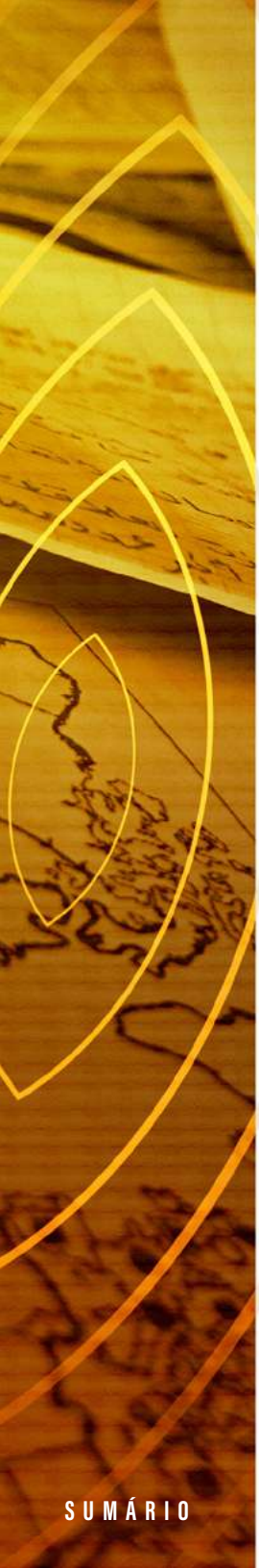
> Ao considerar o acesso à informação como uma das funções dos arquivos, é possível concluir que o espaço de diálogos entre os atores do campo arquivístico deve aumentar. A implementação da LAI é um exemplo disso, o seu impacto como instrumento jurídico desdobra-se em agenda de pesquisa e atividades efetivas nas instituições e serviços arquivísticos.

Depreende-se que a Lei de Acesso está diretamente relacionada à cidadania, à democracia e ao direito de acesso à informação, sobretudo aos documentos arquivísticos. Em outras palavras, Barros, Schmidt e Silva (2019, p. 23), explicitam que:

> É fundamental esclarecermos que o acesso à informação sob tutela da administração pública está ligado diretamente ao Estado Democrático de Direito, tendo em vista a possibilidade de proporcionar aos cidadãos a participação ativa na sociedade. Assim, é dever do Estado fornecer mecanismos que facilitem, de forma eficiente, esse acesso.

Essa é uma questão fundamental, uma vez que, ao tratar do acesso à informação, trata-se também da promoção da transparência pública e do exercício da cidadania. O atendimento às demandas informacionais da sociedade constitui medida essencial para assegurar a justiça social.

Dessa forma, a justiça social, representa a garantia de que os direitos dos cidadãos e da sociedade civil sejam respeitados



e assegurados pela Constituição Federal e pela legislação vigente. Tais dispositivos garantem isonomia, equidade, transparência e cidadania, consolidando o Estado Democrático de Direito, o papel social do arquivista e a função social dos arquivos. O arquivo pode ser um espaço onde se materializa um fazer ético enquanto um mandato nos procedimentos de trabalho de um arquivista. Embora a literatura arquivística internacional ainda não apresente consenso quanto a esse imperativo ético, é com base nessa premissa que se fundamenta o presente trabalho.

RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que esse trabalho contribua com a discussão sobre o acesso à informação, a transparência pública, a justiça social, a cidadania e a manutenção do regime democrático. Além disso, propõe-se a discutir o papel social dos arquivistas e a função social dos arquivos como um mandato ético.

O trabalho propõe um diálogo sobre o acesso à informação em um contexto de transparência que passa pelo documento arquivístico, sua relação com a gestão e o acesso aos documentos. Para tanto, articula-se a Ciência da Informação com os processos informacionais e os usos da informação, sobretudo, para a tomada de decisão.

Busca-se, ainda, alertar para a necessidade da implementação de programas de gestão de documentos, junto com iniciativas e ações que garantam a transparência da administração pública, será possível assegurar que o cidadão possa obter seus direitos e, dessa forma, permitir que o Estado brasileiro garanta o exercício da cidadania e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Série Publicações Técnicas, n. 51). Disponível em: https://www.academia.edu/39906899/DICION%C3%81RIO_BRASILEIRO_de_Terminologia_Arquiv%C3%ADstica_DICION%C3%81RIO_BRASILEIRO_de_Terminologia_Arquiv%C3%ADstica. Acesso em: 22 ago. 2024.

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 3, p. 67–74, 2002. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/173. Acesso em: 21 ago. 2024.

BARROS, G. S.; SCHMIDT, C. M. S.; SILVA, L. S. Documentos públicos e dados pessoais: o acesso sob a ótica da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e da Lei de Acesso à Informação. **Revista do Arquivo**, n. 9, p. 22–39, 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/artigo_01.php. Acesso em: 22 ago. 2024.

BERNARDES, I. P. Gestão documental e direito de acesso: interfaces. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 164–179, 2015. Disponível em: https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/616/667. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Transparência pública**. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/transparencia-publica. Acesso em: 29 dez. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm. Acesso em: 19 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso às informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 30 jul. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. *In:* FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (org.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: 2008, p. 19–34.

GARCIA, A. C. S.; SAYÃO, L. F.; SILVA, M. O Sistema Eletrônico de Informações (SEI): um exame comparativo das avaliações do Arquivo Nacional e do Ministério da Economia com base no e-ARQ Brasil. **Revista Brasileira de Preservação Digital**, v. 3, p. 1–23, 2023. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rebpred/article/view/17426. Acesso em: 8 dez. 2024

INTERPARES PROJECT 2. **Diretrizes do produtor: a elaboração e a manutenção de materiais digitais:** diretrizes para indivíduos. [*S.l.*]: InterPARES, [2011]. Disponível em: https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/conarq_diretrizes_produtor_preservador_resolucao_38.pdf. Acesso em: 31 dez. 2024.

RONDINELLI, R. C. **O documento arquivístico ante a realidade digital:** uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

SILVA, E. P.; SEZINANDO, L. C. P. Lei de Acesso à Informação: um olhar a partir do campo arquivístico brasileiro. *In:* GERALDES, E. (org.). **Dez anos da Lei de Acesso à Informação**: limites, perspectivas e desafios. São Paulo: INTERCOM, 2022, p. 95–112. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/361163486_Dez_anos_da_lei_de_acesso_a_informacao_limites_perspectivas_e_desafios. Acesso em: 16 ago. 2024.

SMIT, J. W.; LATTOUF, R. Os documentos da pesquisa científica na ótica da Lei de Acesso à Informação: algumas propostas e alguns desafios. *In:* SILVA, M. C. S. M.; OLIVEIRA, L. M. V. (org.). **Lei de Acesso à Informação:** impacto e limites nos arquivos de ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014, p. 115–143. Disponível em: http://site.mast.br/encontro_arquivos_cientificos/pdf/sexto_encontro_de_arquivos_cientificos.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. Q. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. ***Ágora: Arquivologia em Debate***, v. 31, n. 63, p. 1–23, 2021. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987. Acesso em: 20 ago. 2024.



11

Carla Maria de Almeida
Ana Cláudia Cruz Córdula
Jefferson Higino da Silva

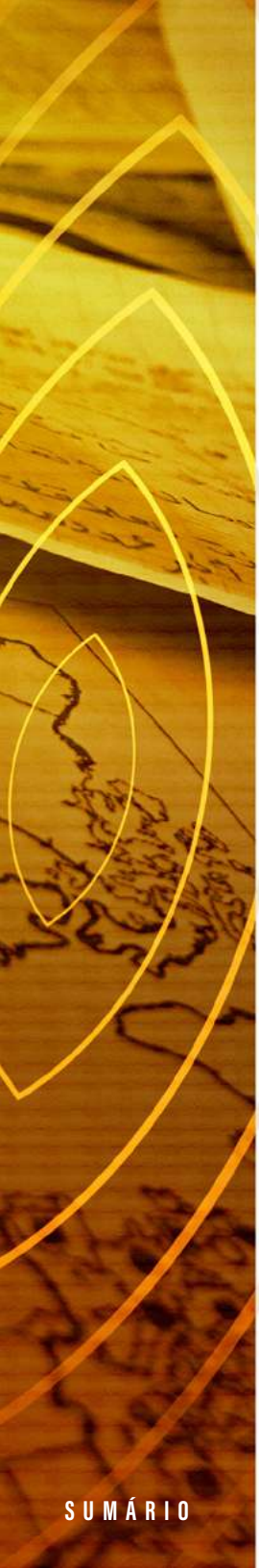
OBSERVATÓRIO DE ARQUIVOS COMUNITÁRIOS:

EM BUSCA DE ESPECIFICIDADES

COMMUNITY ARCHIVES OBSERVATORY:

IN SEARCH OF SPECIFICITIES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.11



RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados parciais do projeto de pesquisa de iniciação científica, que tem como proposta compreender as especificidades dos arquivos comunitários a partir da produção acadêmica. Neste estudo, evidenciamos informações e especificidades presentes nos trabalhos que abordam o tema publicados nos periódicos internacionais *The American Archivist* e *Archivaria*, no período entre 1975 a 2023. O estudo tem como fundamentação teórica a perspectiva da Arquivologia Crítica alinhada à decolonialidade, cuja compreensão considera diferentes formas de arquivo, oriundas de grupos que foram/são marginalizados historicamente e que, portanto, são sub representados em arquivos institucionais. Metodologicamente, a pesquisa é de natureza quanti-qualitativa, ancorada em uma revisão sistemática da literatura com publicações sobre a temática: Arquivos Comunitários. Para analisar os estudos selecionados, pautamo-nos na análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011). Ao analisar o conjunto total de 23 artigos, apresentamos características e elementos dos arquivos comunitários, observando as similaridades e pontos essenciais, no quais elencamos oito categorias, apreciadas com percentagens distintas nos periódicos: "Interseccionalidade e Arquivo", "Reformulação de Práticas Arquivísticas", "História, Memória e Patrimônio", "Arquivos de Comunidades", "Direitos Humanos e Inclusão", "Política e Ativismo", "Educação e Arquivo" e "Representação e Simbolismo". Percebe-se que os tópicos relacionados aos Arquivos Comunitários estão voltados para questões críticas e políticas, sobre a construção da memória e a representatividade de grupos marginalizados.

Palavras-chave: arquivologia; arquivos comunitários; justiça social; memória

ABSTRACT

This paper presents the partial results of a scientific initiation research project, which aims to understand the specificities of community archives based on academic production. In this study, we highlight the information and specificities present in papers on the subject published in the international journals The American Archivist and Archivaria between 1975 and 2023. The study has as its theoretical foundation the perspective of Critical Archivology aligned with decoloniality, whose understanding considers different forms of archives, originating from groups that were/ are historically marginalized and are therefore underrepresented in institutional archives. Methodologically, the research is of a quantitative and qualitative nature, anchored in a systematic literature review of publications on the subject: Community Archives. To analyze the selected studies, we used content analysis based on Bardin (2011). When analyzing the total set of 23 articles, we presented characteristics and elements of community archives, observing similarities and essential points, in which we listed eight categories, appreciated with different percentages in the journals: "Intersectionality and Archives", "Reformulation of Archival Practices", "History, Memory and Heritage", "Community Archives", "Human Rights and Inclusion", "Politics and Activism", "Education and Archives" and "Representation and Symbolism". It can be seen that the topics related to Community Archives focus on critical and political issues, the construction of memory and the representation of marginalized groups.

Keywords: *Archival Science; community archives; social justice; memory.*

INTRODUÇÃO

O Arquivo Nacional, que recentemente destacou a relevância dos arquivos pertencentes a grupos historicamente marginalizados, propõe uma estratégia que será implementada por meio de cooperação internacional. Esta estratégia, cujo objetivo é reforçar políticas arquivísticas e arquivos de comunidades negras, indígenas, rurais, LGBTQIAP+ e outros grupos sub-representados, alinha-se às perspectivas decoloniais no campo da pesquisa (G20 Brasil, 2024).

Essas iniciativas, que fomentam teorias e práticas que desafiam os vestígios colonizadores, são particularmente relevantes em países latino-americanos como o Brasil. Neste cenário, os arquivos, que também sofrem impactos, são objeto de estudo para compreender e desenvolver epistemologias alternativas que transcendam os cânones tradicionais. A decolonialidade, cujos principais expoentes incluem autoras/es como Maldonado-Torres (2020), Quijano (1992) e Segato (2021), propõe uma ruptura com a colonialidade presente em diversos segmentos sociais sul-americanos.

Este prisma, que nos direciona a entender os arquivos e seu campo sob uma perspectiva crítica e inclusiva, visa mudanças estruturais nas práticas arquivísticas. Na Arquivologia, as discussões decoloniais, que interagem com os estudos críticos no aprofundamento de concepções amplas sobre os arquivos, aproximam-se dos Arquivos Comunitários.

A literatura internacional tem observado os Arquivos Comunitários como arquivos que são constituídos por grupos que se definem e se organizam em torno de um interesse comum, seja político, de fé, cultural, geográfico, entre outros. Esses grupos, que protagonizam o processo que envolve a constituição do arquivo, independentemente do suporte, definem seu próprio patrimônio documental (Flinn, 2007), possibilitando, assim, múltiplas visões sobre arquivamento inclusivo para diversos grupos minoritários sub-representados (Faulkhead; Kirsten, 2019).

Em uma busca realizada nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), constatou-se que ainda há pouca produção científica sobre a temática dos arquivos comunitários no Brasil. Na BDTD, foram identificados seis trabalhos, dos quais quatro eram teses e dois eram dissertações, defendidos majoritariamente em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Na BRAPCI, foram recuperados apenas sete artigos.

Observada a pouca produção sobre a temática, percebe-se que no Brasil ainda há uma falta de compreensão das particularidades desses arquivos, os quais diferem da lógica institucional e pessoal trabalhada até então na produção científica e acadêmica da área, apontadas na Lei 8.159/1991 e refletidas na atuação profissional. Dada a limitada produção nacional (ainda em construção), buscou-se, neste artigo, no contexto internacional, a partir dos periódicos *The American Archivist* e *Archivaria*, ampliar a compreensão sobre o tema. A deliberação pelos referidos periódicos se dá pela expressiva produção acerca do tema em suas bases.

Com isso, objetiva-se identificar, a partir das categorias criadas em análise de conteúdo de Bardin (2011), as preocupações e temáticas que os estudos têm se dedicado, incluindo as/os autoras/es que estão produzindo sobre esse escopo e a temporalidade da produção.

Este artigo, que é fruto dos resultados parciais do projeto de pesquisa "Observatório de Arquivos Comunitários: em busca de especificidades", foi iniciado no ano de 2023 e está vinculado ao curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social. Espera-se que esta identificação, a qual apresenta características e elementos para o contexto arquivístico, contribua para o avanço do conhecimento sobre os arquivos comunitários e incentive e corrobore com pesquisas futuras no âmbito nacional.

O ARQUIVO NA PERSPECTIVA CRÍTICA E DECOLONIAL

Nos estudos arquivísticos, partimos de uma perspectiva crítica e decolonial, cujo propósito é reexaminar noções teóricas consolidadas no cenário contemporâneo da Arquivologia. As investigações críticas neste domínio, fundamentadas nas teorias da Escola de Frankfurt, buscam explorar as complexas inter-relações entre os acervos documentais e as estruturas da sociedade (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017).

Arquivos Comunitários emergem de coletividades autodefinidas, organizadas em torno de interesses políticos, religiosos, culturais, geográficos, entre outros. Tais agrupamentos possuem autonomia na formação de seus acervos, instituindo um patrimônio documental próprio (Flinn, 2007), o que permite múltiplas abordagens sobre o arquivamento inclusivo de grupos minoritários sub-representados (Faulkhead; Kirsten, 2019).

O termo "Arquivos Comunitários" ou "arquivos baseados em comunidade" tem sido explorado em pesquisas que se concentram nas conexões entre arquivos e memória coletiva (Flinn; Stevens; Shepherd, 2009). Para Gilliland e Flinn (2013), esses arquivos englobam documentos produzidos, acumulados, descritos e preservados por indivíduos e grupos comunitários interessados em registrar e salvaguardar seu patrimônio cultural, alicerçado em vivências, interesses e identidades compartilhadas.

Embora os estudos sobre arquivos comunitários sejam mais desenvolvidos em outros países, a temática tem ganhado espaço no Brasil, além da iniciativa do Arquivo Nacional, sendo apresentada em eventos importantes como a VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), em 2022, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que abordou "Arquivos,

Democracia e Justiça Social". No mesmo ano, na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), uma conferência sobre arquivos comunitários contou com a participação de Wendy Duff, reitora da Faculdade de Informação da Universidade de Toronto, que discutiu o impacto desse tipo de arquivo por meio do exemplo dos Arquivos Judaicos de Ontário – Canadá (Duff, 2023).

A justiça social é um elemento interconectado com os arquivos comunitários. Tognoli e Rocha (2021), ao investigarem a justiça social e arquivo, identificaram uma relação com esses acervos, que frequentemente representam comunidades não contempladas pelas instituições arquivísticas tradicionais. Assim, o ativismo e as ações voltadas para a justiça social são marcantes nesse contexto, visando o reconhecimento, a reparação e a inclusão de histórias de comunidades marginalizadas (Duff, 2023).

Arquivos comunitários, portanto, se tornam espaços de resistência e empoderamento, sem ignorar o conhecimento arquivístico consolidado, mas expandindo-o por meio de um pensamento crítico e decolonial. A decolonialidade, para autores como Maldonado-Torres (2020), Quijano (1992), e Segato (2021), adota uma postura de ruptura com a colonialidade presente em vários segmentos sociais das sociedades sul-americanas. Esse olhar nos guia a entender os arquivos promovendo transformações estruturais nas práticas arquivísticas até então "canonizadas".

METODOLOGIA

Esta investigação adota uma metodologia quanti-qualitativa, exploratória e descritiva, cujo objetivo consiste em examinar o tema em pauta. O presente estudo, parte integrante de um projeto de pesquisa científica em andamento, foca na análise da produção

científica referente aos Arquivos Comunitários, apresentando resultados parciais obtidos a partir da análise dos estudos dos periódicos *The American Archivist* e *Archivaria*, originários dos Estados Unidos e do Canadá, respectivamente.

O *The American Archivist*, periódico fundado em 1938, dedica-se à reflexão sobre aspectos teóricos e práticos no âmbito arquivístico, abrangendo temas relacionados a usuários, questões culturais, sociais, legais e tecnológicas intrínsecas à informação e documentação arquivística. Por sua vez, o *Archivaria*, estabelecido em 1975, compila artigos provenientes do Canadá e de outras nações, acolhendo contribuições de profissionais e de acadêmicos do campo arquivístico e áreas correlatas, visando enriquecer os estudos arquivísticos através de perspectivas interdisciplinares. Este último mantém uma periodicidade semestral, com duas publicações anuais.

Para a coleta de dados, empregou-se o descritor "*Community Archives*" (Arquivos Comunitários) em ambos os periódicos, aplicando-se um recorte temporal de 1975 a 2023. A delimitação temporal justifica-se pela data do primeiro artigo disponível no *Archivaria* até o ano em que as buscas foram realizadas. Após a aplicação do descritor, procedeu-se à identificação e organização dos trabalhos recuperados. Subsequentemente, realizou-se uma leitura criteriosa dos títulos, resumos e palavras-chave de cada artigo selecionado. Esta etapa inicial de triagem permitiu a distinção entre os textos alinhados ao escopo temático da pesquisa e aqueles não pertinentes.

Para os artigos selecionados como relevantes à temática dos Arquivos Comunitários, efetuou-se uma leitura analítica. A análise dos dados foi conduzida utilizando-se a técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), metodologia esta que possibilitou, a partir do exame dos artigos, a elaboração de categorias analíticas. Tais categorias, por sua vez, propiciaram uma compreensão mais acurada dos principais aspectos apresentados nos artigos, fornecendo uma base para a interpretação e discussão dos resultados obtidos.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nos tópicos seguintes, apresentamos as análises dos periódicos *The American Archivist* e no *Archivaria.*

THE AMERICAN ARCHIVIST

No periódico *The American Archivist*, dos nove artigos identificados sobre a temática dos Arquivos Comunitários, observamos que, em relação ao local de produção, seis foram elaborados nos Estados Unidos da América, enquanto dois tiveram origem no Canadá e um na Inglaterra. Isso demonstra uma produção majoritária nos EUA, país de origem do periódico.

Ao analisarmos os artigos publicados sobre Arquivos Comunitários, percebemos que, apesar do recorte temporal da pesquisa, que abrange de 1975 a 2023, o artigo mais antigo registrado sobre a temática é datado de 2012. Em relação aos anos de publicação, os que apresentaram o maior número de artigos foram 2016, 2022 e 2023, com dois artigos cada. Em contrapartida, em 2012, 2015 e 2021, foi publicado apenas um artigo, enquanto os demais anos não tiveram publicações relacionadas à temática em questão. Essas datas indicam que essa discussão é recente e ainda tímida, considerando o quantitativo de artigos produzidos ao longo das últimas décadas.

No que diz respeito ao corpo de autores dos nove artigos, identificamos um total de 19 (dezenove) autores e autoras, dos quais apenas Michelle Caswell está presente em mais de um artigo. A autora é professora vinculada ao Departamento de Estudos da Informação da Universidade da Califórnia, em Los Angeles e integra o grupo *Archival Education Research Initiative* (AERI), analisado

por Alencar, Cervantes e Barité (2023) como relevante comunidade discursiva que tem atuado com ênfase na produção sobre arquivos comunitários.

Quadro 1 – Títulos de artigos e autoria do periódico The American Archivist

Título do Artigo	Autoria
Community Archives and the Limitations of Identity: Considering Discursive Impact on Material Needs	Cristine Paschild
The Case of LLACE: Challenges, Triumphs, and Lessons of a Community Archives	Diana Wakimoto; Debra Hansen; Christine Bruce
Community Archival Practice: Indigenous Grassroots Collaboration at the Shingwauk Residential Schools Centre	Krista McCracken
"To Suddenly Discover Yourself Existing": Uncovering the Impact of Community Archives	Michelle Caswell, Marika Cifor; Mario H. Ramirez
Providing Restricted Access to Mental Health Archives within Government Archives: The Subject Stakeholder	Patrícia Galloway
Reciprocity: Building a Discourse in Archives	Ricardo L. Punzalan; Diana E. Marsh;
"It's a Trap": Complicating Representation in Community-Based Archives	Joyce Gabiola, Gracen Brilmyer; Michelle Caswell; Jimmy Zavala;
"Archival Mentalities," Multiculturalism, and the Canadian Context: Identifying the Value and Impact of the Ontario Jewish Archives	Yoonhee Lee; Henria Aton; Donna Bernardo-Ceriz; Wendy Duff.
Activating Personal Counter-Archives: The Case of the Amir Hassanpour Fonds	Mahdi Ganjavi

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Ao aplicarmos Bardin (2011), elencamos sete categorias, são elas: "Política e Ativismo", "Reformulação de Práticas arquivísticas", "História, Memória e Patrimônio", "Interseccionalidade e Arquivo", "Arquivos de Comunidade", Representação e Simbolismo" e "Direitos humanos e Inclusão".

Na categoria "Política e Ativismo", são observadas discussões que envolvem ativismos, movimentos sociais, potencial político e transformador do arquivo, a perspectiva da gestão partilhada, bem como a participação política na construção do arquivo. Essa categoria foi mais recorrente entre os trabalhos, presente em 26,78%.

A categoria com 19,64% de ocorrência foi a "Reformulação de Práticas arquivísticas", que aborda questões que envolvem alternativas de práticas arquivísticas já estabelecidas, constituição de produtos e serviços arquivísticos, diferentes tipos de arquivos e seus espaços, considerando arquivos privados e arquivos pessoais; e a categoria "História, Memória e Patrimônio", presente em 17,85% dos artigos, aborda aspectos envolvendo histórias e preservação de memórias de diferentes comunidades, incluindo ainda, questões que versam sobre identidade, pertencimento, patrimônio.

A categoria "Interseccionalidade e Arquivo" (12,5%) aborda arquivos oriundos de comunidades *queer* e LGBTQIAP+, especialmente de arquivos de gays e lésbicas.

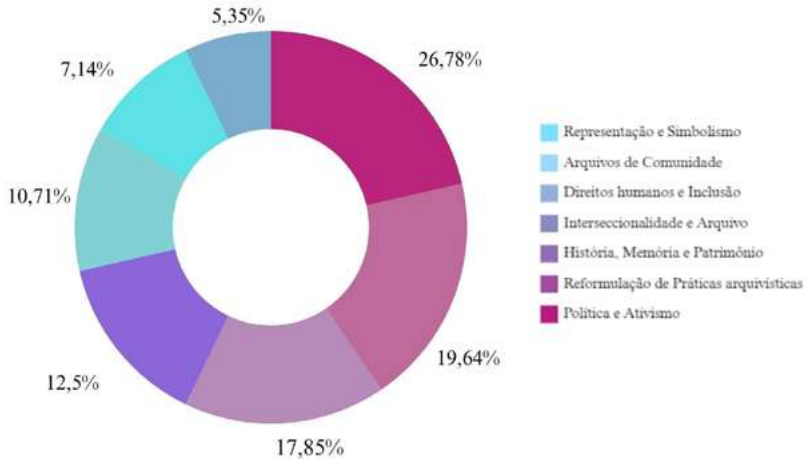
"Arquivos de Comunidade", categoria com 10,71% de ocorrências, aborda temáticas que envolvem a reflexão acerca dos arquivos centrados na comunidade, de caráter popular, ativista, que pensa tanto no espaço físico dos arquivos, quanto no seu aspecto potencial para emissão de suas vozes.

A categoria com percentual de 7,14%, "Representação e Simbolismo", trata especificamente de aspectos que envolvem o simbólico e a sub-representação das comunidades.

"Direitos humanos e Inclusão", categoria com menor ocorrência (5,35%), trata de questões que discorrem sobre direitos humanos, inclusão, vozes marginalizadas, solidariedade e, ainda, a valorização do afeto na constituição de arquivos.

Na Figura 1, é possível observar um gráfico ilustrando as ocorrências das categorias presentes no periódico *The American Archivist.*

Figura 1 – Ocorrência das categorias no periódico *The American Archivist* (1975-2023)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Conforme mostra o gráfico da Figura 1, as três categorias com maior incidência, "Política e Ativismo", "Reformulação de Práticas Arquivísticas" e "História, Memória e Patrimônio" representam juntas mais de 60% de ocorrências das categorias, indicando que as temáticas principais que envolvem os trabalhos estão voltadas para o caráter político, revisão de cânones e de práticas arquivísticas e sobre a memória, história e patrimônio das comunidades.

ARCHIVARIA

No periódico *Archivaria*, foram recuperados 237 (duzentos e trinta e sete) artigos com base no termo "*Community Archives*". Para identificar os trabalhos que se encaixam na temática, realizamos uma triagem com base na leitura dos títulos, resumo e palavras-chave dos

artigos, o que resultou na identificação de inicialmente 34 (trinta e quatro), em seguida, de 14 (quatorze) artigos. Os artigos que foram desconsiderados compreendiam em duplicatas e tratavam de resenhas de outras produções. Com relação ao local de produção, três deles foram produzidos nos EUA, ao passo que dez foram no Canadá e um na Inglaterra, demonstrando uma produção significativa no Canadá, país do periódico.

Dos artigos publicados no *Archivaria*, acerca dos Arquivos Comunitários percebemos com relação ao ano de produção, o artigo mais antigo registrado sobre a temática data de 1986**.** Quanto aos anos de publicação, o que obteve o maior número de publicações foi o ano de 2020, com quatro artigos publicados, os anos 2015 e 2019 tiveram duas publicações cada ano. Ao passo que em 1986, 2006, 2010, 2014 e 2021, foi publicado apenas um artigo por ano, e os demais anos não tiveram publicação sobre a temática em tela. Em seguida, observamos a autoria dos trabalhos, como exposto no Quadro 02.

Quadro 2 – Títulos de artigos e de autoria do periódico *Archivaria*

Título do Artigo	Autoria
Reciprocal Archival Imaginaries: The Shifting Boundaries of "Community" in Community Archives	Brilmyer Gracen, Joyce Gabiola; Jimmy Zavala; Michelle Caswell.
Archival Activism, Symbolic Annihilation, and the LGBTQ2+ Community Archive	Elspeth H. Brown
Investigating the Impact of the Living Archives on Eugenics in Western Canada	Wendy Duff, Jefferson Sporn e Emily Herron.
Telling Stories from Montreal's Negro Community Centre Fonds: The Archives as Community-Engaged Classroom	Alexandra Mills, Désirée Rochat e Steven High.
Aging, Activism, and the Archive: Feminist Perspectives for the 21st Century	May Chazan, Melissa Baldwin e Laura Madokoro

Radicalizing the Politics of the Archive: An Ethnographic Reading of an Activist Archive	Susan Pell
In Critical Condition: (Un)Becoming Bodies in Archival Acts of Truth Telling	Jamie A. Lee
Archival Readiness Archive Making in an Emergency Shelter	Alison Turner
"Kallista Perintöä–Precious Legacy!": Finnish-Canadian Archives, 1882-1985	Edward N. Laine
Whither the Human in Human Rights? On Misrecognition, Ontology, and Archives	Mario H. Ramirez
Kicking Off the Women's "Archives Party": The World Center for Women's Archives and the Foundations of Feminist Historiography and Women's Archives.	Sarah Lubelski
Of Things Said and Unsaid: Power, Archival Silences, and Power in Silence	Rodney G.S. Carter
Archive as Prefigurative Space: Our Lives and Black Feminism in Canada	Rachel Lobo
From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives	Michelle Caswell e Marika Cifor

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

Conforme exposto no Quadro 02, observamos no contexto da autoria 24 (vinte e quatro) autoras(es), variando entre quatro, três, dois e um autor(a) por artigo. Um ponto a ser destacado refere-se à participação de apenas uma autora, a mesma mencionada no *The American Archivist* - Michelle Caswell, está presente em mais de um trabalho, com dois artigos publicados.

Os artigos desse periódico, demonstraram as mesmas categorias presente no *The American Archivist*, com a inclusão de uma oitava categoria, a "Educação e Arquivos". A categoria "Interseccionalidade e Arquivo", com maior porcentagem de ocorrências 26,6%, aborda arquivos oriundos de comunidades queer e

LGBTQIAP+, especialmente de arquivos de gays e lésbicas, também, arquivos de pessoas idosas, comunidades negras e desabrigadas.

"Reformulação de Práticas arquivísticas" (16,45%) é uma categoria na qual observamos a abordagem de questões que envolvem alternativas de práticas arquivísticas já estabelecidas, arquivos digitais, arquivos recíprocos, a autonomia e poder dos arquivos, o acesso e a relação com usuárias(os) de arquivos.

Trabalhos que discutem aspectos envolvendo a consciência histórica e a preservação de memórias de grupos marginalizados, incluindo ainda, questões que versam sobre paradigmas históricos e historiografias feministas são contemplados na categoria "História, Memória e Patrimônio", contabilizando o percentual de 15,18% de ocorrências.

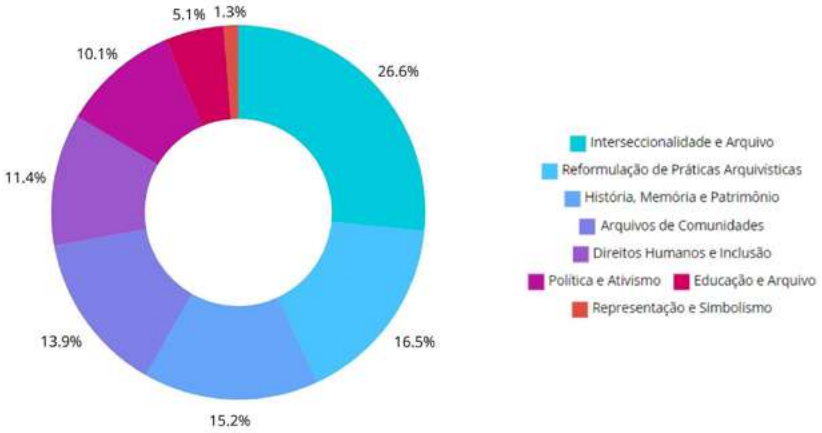
"Arquivos de Comunidade" é uma categoria que abarca temáticas que envolvem a reflexão acerca dos arquivos comunitários em seus diversos aspectos e suportes, arquivos ativistas, arquivos e a relação com as comunidades, presente em 13,92% dos trabalhos.

Já a categoria "Direitos humanos e Inclusão" (11,39%) trata de questões que discorrem sobre direitos humanos, inclusão, justiça social e ética.

Na "Política e Ativismo" (10,12%) são observadas discussões que envolvem ativismo, movimentos sociais, potencial político e transformador do arquivo, a perspectiva da política democrática, bem como o engajamento da comunidade na construção do arquivo.

A categoria "Educação e Arquivos", contém discussões que compreendem o arquivo como local de aprendizagem e produção de conhecimento, com 5,06% de ocorrências. E por fim, a categoria "Representação e Simbolismo", que trata especificamente de aspectos que envolvem o simbólico e a sub-representação das comunidades, com menor percentual de ocorrências (1,26%).

Figura 2 – Ocorrência das categorias no periódico *Archivaria* (1975-2023)



Fonte: elaborado pelos autores (2024).

As categorias identificadas a partir da análise refletem a diversidade e problemáticas que tangenciam os trabalhos presentes no periódico *Archivaria*. Essas categorias, revelam a preocupação e compromisso que as/os autoras/es têm tido ao discorrer sobre os arquivos comunitários, revelando uma postura crítica, de compromisso social e político diante da produção acadêmica no campo da Arquivologia, com esforços que visam a transformação de um cenário arquivístico em prol de uma *práxis* arquivística inclusiva, demonstrando, a partir das incidências, as diversidades e possibilidades de constituição de arquivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou os artigos presentes nos periódicos internacionais *The American Archivist, Archivaria* e na *Archivaria* que discutem a temática dos Arquivos Comunitários.

A partir dos quadros é possível observar o número incipiente de autoras/es que abordam o tema - se compararmos a produção científica de demais temas do campo arquivístico, o que nos remete a necessidade de haver mais discussões sobre arquivos comunitários, fator já indicado na realidade brasileira.

A partir da análise de conteúdo fundamentada em Bardin (2011), elencamos oito categorias, apreciadas com percentagens distintas nos trabalhos: "Interseccionalidade e Arquivo", "Reformulação de Práticas Arquivísticas", "História, Memória e Patrimônio", "Arquivos de Comunidades", "Direitos Humanos e Inclusão", "Política e Ativismo", "Educação e Arquivo" e "Representação e Simbolismo".

Ao analisar um conjunto total de 23 artigos, percebe-se que os trabalhos abordam predominantemente questões críticas e políticas, articuladas a debates sobre memória, patrimônio, direitos humanos, educação e representatividade de grupos marginalizados, promovendo uma reflexão e ressignificação de práticas e perspectivas teóricas do campo arquivístico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. F.; CERVANTES, B. M. N.; BARITÉ, M. O contexto de uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/13166.

ALENCAR, M. F.; TOGNOLI, N.B.; CERVANTES, B. M. N. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 28, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/224008. Acesso em: 3 jun. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

CASWELL, M.; PUNZALAN, R.; SANGWAND, T. Critical archival studies: an introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies,** v. 1, n. 2, 2017.

DUFF, W. Construindo relações no campo arquivístico na luta por justiça. *In:* LOUSADA, M.; PAZIN, M.; ELIAN, P. (org.). **Arquivos, democracia e justiça social**. 1. ed. São Paulo: ARQ-SP, 2023, p. 26-41.

FAULKHEAD, S.; THORPE, K. Dedicatória: arquivos e comunidades indígenas. *In:* GILLILAND, A. J.; MCKEMMISH, S.; LAU, A. J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: Editora 9Bravos, 2019, p. 9-20.

FLINN, A. Community histories, community archives: some opportunities and challenges. **Journal of the Society of Archivists**, v. 28, n. 2, p. 151–176, 2007.

FLINN, A.; STEVENS, M.; SHEPHERD, E. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy, and the mainstream. **Archival Science,** v. 9, p. 71–86, 2009. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2. Acesso em: 20 jun. 2023.

GILLILAND, A.; FLINN, A. Community archives: what are we really talking about? *In:* **CIRN Prato Community Informatics Conference**, 2013. Disponível em: https://www.monash.edu/__data/assets/pdf_file/0007/920626/gilliland_flinn_keynote.pdf. Acesso em: 21 jun. 2023.

G20 BRASIL. **Arquivos comunitários: estratégia brasileira de salvaguarda da memória contra as desigualdades.** [*s.l.*], 2024. Disponível em: https://www.g20.org/pt-br/noticias/arquivos-comunitarios-estrategia-brasileira-de-salvaguarda-da-memoria-contra-as-desigualdades. Acesso em: 11 jun. 2024.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In:* BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27–54.

MENEZES, C. S.; RODRIGUES, G. M.; CARVALHO, S. K. de P. O acervo arquivístico do ponto de memória da Cidade Estrutural (DF, Brasil): o documento enquanto símbolo de resistência e instrumento dos direitos humanos. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 913–927, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/45687?articlesBySimilarityPage=24. Acesso em: 4 mar. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11–20, 1992.

SEGATO, R. **Crítica da colonialidade em oito ensaios:** e uma antropologia por demanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUZA, C. F. R. **Arquivos comunitários e arquivos de movimentos sociais**: convergências a partir do Arquivo do Movimento Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros. 2022. Monografia (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

TOGNOLI, N. B.; ROCHA, G. M. Q. A justiça social na arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em Debate**, v. 31, n. 63, p. 1–23, 2021. Disponível em: https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987. Acesso em: 25 set. 2023.



12

Lucas Mizumoto
Raquel Luise Pret

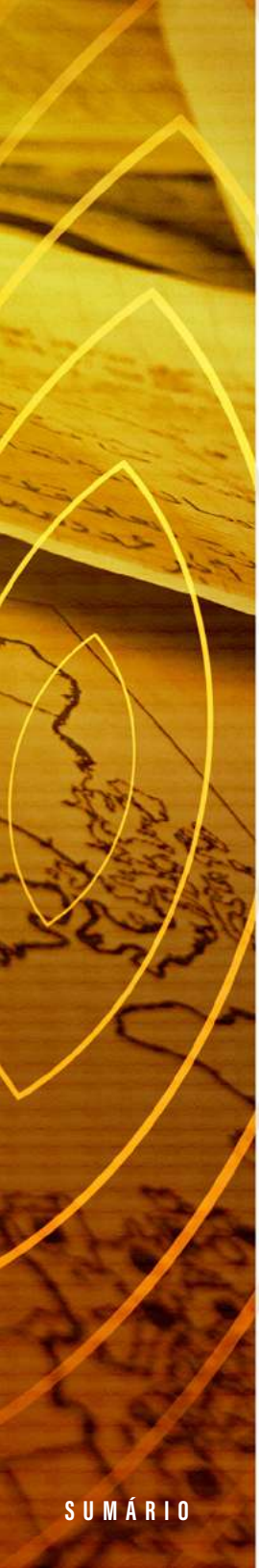
O QUE SE GUARDA APÓS A FOLIA:

REFLEXÕES SOBRE A PRESERVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DO CARNAVAL

WHAT IS KEPT AFTER THE REVELRY:

REFLECTIONS ON THE PRESERVATION OF CARNIVAL DOCUMENTS

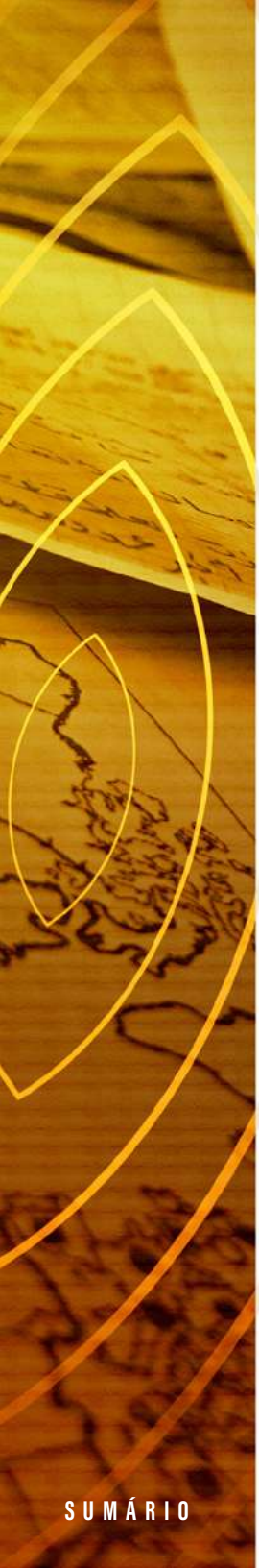
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.12



RESUMO

O artigo, fruto de uma pesquisa em andamento, examina os desafios de preservação dos documentos gerados pelas escolas de samba a partir de um estudo empírico nos sites do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela. Usando uma abordagem neodocumental, o estudo analisa os enredos carnavalescos como documentos que representam narrativas, história e resistência das comunidades afro-brasileiras. Embora reconheça a relevância sociocultural desses registros, a pesquisa identifica lacunas significativas em sua preservação, tanto pelas agremiações quanto por meios institucionais. Com base nas análises preliminares, o trabalho propõe fortalecer os departamentos culturais das escolas de samba e sistematizar acervos como estratégias fundamentais para garantir a conservação dessa produção histórica, que combina elementos materiais e imateriais da cultura afro-diaspórica.

Palavras-chave: enredo, carnaval, memória, preservação documental, neodocumentação



ABSTRACT

This article, resulting from ongoing research, examines the challenges of preserving documents generated by samba schools, based on an empirical study of the websites of the Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela. Using a neodocumentary approach, the study analyzes carnival themes as documents representing the narratives, history, and resistance of Afro-Brazilian communities. While acknowledging the sociocultural relevance of these records, the research identifies significant gaps in their preservation by both samba schools and institutional means. Based on preliminary findings, the article proposes strengthening cultural departments within samba schools and systematizing archives as key strategies to ensure the conservation of this historical production, which combines material and immaterial elements of Afro-diasporic culture.

Keywords: *plot, carnival, memory, documentary preservation, neodocumentation.*

INTRODUÇÃO

Este capítulo deriva de pesquisa realizada no âmbito do mestrado acadêmico, concluída com a defesa da dissertação em fevereiro de 2026. O estudo teve como foco a análise dos enredos das escolas de samba do Rio de Janeiro enquanto documentos culturais, compreendidos como dispositivos de registro, preservação e difusão de narrativas históricas e identitárias[1]. Dentro da pesquisa, um dos pontos levantados para discussão, e que aqui elencamos como ponto central, é a dificuldade de recuperação dos documentos produzidos para os desfiles dentro das próprias agremiações. Essa dificuldade nos fez levantar a hipótese de que há um aparente descompasso entre a relevância sociocultural da produção artístico-cultural do Carnaval e a sua preservação por parte das agremiações.

Partindo da tese de que as escolas de samba desempenham um importante papel de polos de produção e mediação cultural, acreditamos que esses espaços poderiam assumir um papel de "instituições mantenedoras" da sua produção artístico-cultural. Isso porque, esse material pode construir o acervo de uma produção intelectual decolonial pautada nas origens afro-diaspóricas das comunidades que o desenvolve. Reforçamos ainda que esses documentos constituem a história das escolas e da sua comunidade discursiva (Swales, 1990) e, portanto, pensar na sua preservação é pensar na história brasileira a partir de um recorte periférico de produção narrativa.

Considerando essa premissa, buscamos refletir sobre como a produção das agremiações pode e, ao nosso ver, deve ser melhor preservada e divulgada. Acreditamos assim que o campo da ciência

1 O aprofundamento das questões suscitadas por essa investigação motivou seu desdobramento em pesquisa de doutorado, atualmente em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF), voltada à compreensão das formas de produção de conhecimento engendradas pelas comunidades que constituem as agremiações carnavalescas fluminenses

da informação e áreas correlatas como arquivologia, biblioteconomia e museologia, podem auxiliar no diálogo com as agremiações a fim de destacar o potencial dos enredos como importantes constructos da memória e identidade cultural das comunidades e sujeitos que vivenciam as agremiações.

Assim, o trabalho busca a partir do recorte empírico do Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela (GRES Portela), mas passando brevemente por outras agremiações, apontar lacunas nas tentativas atuais de construção de acervo documental e propor alternativas para a preservação dos documentos gerados a partir dos enredos. Para alcançar tal objetivo, adotaremos como metodologia uma revisão de literatura com um enfoque maior na neodocumentação a fim de que tenhamos embasamento teórico que nos permita enquadrar os desdobramentos dos enredos como documentos através de conceitos dessa corrente de pensamento do campo da Ciência da Informação e buscando entender as escolas de samba como comunidades discursivas.

Então, elencamos como referencial teórico, Buckland (1997); Rayward (1975) e Frohmann (2008, 2009) por suas reflexões acerca da ampliação do conceito de documento e da importância de outros sujeitos históricos nesse processo de elaboração. Encaramos a função social do documento e a materialidade da informação apoiadas na ótica da materialidade discursiva. Já a compreensão da categoria documentos, para além do suporte físico, está embasada nos pressupostos de Le Goff (1996) e Briet (2016).

Outrossim, buscamos apoio na literatura acerca da história do Carnaval com autores como Simas (2012; 2019); Simas e Fabato (2015); Oliveira Júnior e Costa (2020); Araújo (2008); Barbieri (2011) e Almeida (2022). Os autores trazem uma contribuição para o trabalho sobretudo para o entendimento da evolução histórica das agremiações e seu papel de resistência cultural ao longo das suas trajetórias

e sobre aspectos mais técnicos da produção de enredos e os elementos que se desdobram a partir da concepção do argumento inicial.

E também iremos nos valer de autores que tratam da importância da memória e da decolonialidade como Mignolo (2003); Quijano (2005); Pollak (1992) e Martins (2003) que abordam discussões sobre a disputa no campo da memória dentro da sociedade a importância desse elemento no fortalecimento de construção de identidade sociocultural e a importância da oralidade na produção de saberes e que está diretamente ligada ao modo de produção das escolas de samba.

A CONSTRUÇÃO DO ENREDO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DOCUMENTAL

Segundo Simas e Fabato (2015), o enredo é desenvolvido através da combinação de sinopse escrita, fantasias, adereços e música, se dá com meses de antecedência e requer pesquisa e revisão bibliográfica, composição e votação da música, confecção de fantasias e adereços no barracão e diversos ensaios com os integrantes que irão desfilar. Os enredos, nesse contexto, são o grande produto apresentado pelas agremiações a fim de expor para o mundo sua visão artística e intelectual a partir de uma produção que alia som, coreografia, indumentária e alegorias.

A preparação dos desfiles e, portanto, o desenvolvimento do enredo é um momento fundamental para reforçar o senso de pertencimento comunitário que as agremiações constroem com a população. Além disso, esse processo resgata a ideia desses espaços que eram originalmente ambientes de sociabilidade das populações afro-cariocas no pós abolição (Senac RJ, 2024).

Percebemos assim que o fazer da escola de samba passa pela manutenção de ritos e tradições de origem afrodiaspóricas sobretudo no âmbito musical no que pesquisadores do Carnaval e de religiões de matriz africana associam com a chamada "gramática do tambor" (Simas, 2012, 2019; Simas; Rufino, 2018), uma maneira que as agremiações encontram para manter, de maneira por vezes cifrada, as suas tradições afro-religiosas dentro do fazer artístico a partir do toque da bateria remetendo aos toques para os Orixás. Essa construção vai de encontro a ideia de oralitura (Martins, 2003) ao pensarmos no papel da performance das agremiações, não somente na avenida, mas em todos os espaços que se apresenta, como um espaço de transmissão de conhecimento através da fala e do corpo que auxiliam na preservação da memória de grupos minoritários. A passagem a seguir, embora não referente ao ambiente das escolas de samba, traduz a importância da oralitura para as culturas da diáspora:

> Na paisagem textual de reminiscência banto, outras formas poéticas não apenas recriam, na ordem dos enunciados, a memória das diásporas africanas no Brasil, como também a inscrevem, como responsos, nas técnicas e performances de muitos gêneros narrativos, nas treliças da enunciação criativa da palavra e dos jogos poéticos de linguagem, transcriando a memória de muitos saberes, de outras dicções e fraseados, de outras nervuras poéticas (Martins, 2003, p. 68).

Concordamos então com a fala do historiador Luiz Antônio Simas no podcast Lado B do Rio (Lado B do Rio, 2024) quando ele diz que "escola de samba não existe porque desfila, desfila porque existe", ou seja, as agremiações têm uma agência e relevância muito maior do que a atribuída pelo megaevento. Isso se constata inclusive na interpretação e escolha dos temas desenvolvidos, já que mesmo com a presença cada vez maior de carnavalescos e enredistas vindo de fora das comunidades, esses atores entendem a importância dos recortes de classe e raça dos componentes. Assim, mesmo com

refinamentos e alterações naturais ao longo da história dos desfiles, há uma preocupação na aceitação comunitária do enredo já que o desfile, em última instância, depende do comparecimento dos componentes que estão performando no chão.

Transportando a discussão para o campo da ciência da informação e de áreas correlatas, buscamos compreender as escolas de samba como comunidades discursivas (Swales, 1990 *apud* Hjorland; Albretchsen, 1995) que inclusive imprimem marcas distintas na sua produção artística entre si. Cada agremiação tem elementos de unicidade e traços específicos de produção, mesmo com o carnavalesco trazendo sua própria bagagem intelectual, os traços identitários da comunidade se sobrepõem.

Outrossim, a interpretação dos temas destrinchados pelos enredos seguem um recorte que visam atender as comunidades. Toda a cadeia de produção artístico-intelectual que destrinchamos acima passa então por um processo que sofre influência direta dos sujeitos que os produzem, essa percepção vai de encontro com a corrente neodocumental que frisa a importância dos espaços e sujeitos envolvidos na produção dos documentos e informações. Dessa maneira, levamos em consideração a função social desses elementos, a sua estruturação de objeto-como-signo (Buckland, 1997). Nesse contexto a escola de samba passa a ter um peso de instituição legitimadora do seu discurso (Frohmann 2001, 2004).

Percebemos os elementos construtores do enredo como documentos, inclusive a própria apresentação do desfile e a dança dos componentes a partir da ideia de Lund (2022) ao aliar a documentação e a comunicação. O corpo aqui é uma forma de transmissão cultural e intelectual e pode ser enxergado enquanto oralitura (Martins, 2003) e ganha uma importância ainda maior ao levarmos em conta as características próprias da construção de saberes pós-coloniais pautados numa produção de resistência social (Quijano, 2005).

Um enredo de escola de samba é uma forma de expressão artística que transmite uma narrativa por meio de letras de música, coreografias, fantasias e cenários. Ele é registrado e utilizado como um meio de comunicação e transmissão de informações. Esse trabalho pode ser estudado, analisado e interpretado como um meio de acesso ao conhecimento e à cultura presentes na manifestação artística das escolas de samba. Portanto, considerando a definição mais ampla de documento, buscamos confirmar a hipótese de que um enredo de escola de samba pode ser visto como um documento cultural, que preserva e comunica a história, a identidade e os valores de uma comunidade.

OS DESAFIOS DE GUARDA DOS DOCUMENTOS DOS ENREDOS

Partindo do entendimento de enredo como produção documental e da sua relevância sociocultural discutido na seção anterior, iremos agora analisar o nosso objeto empírico, o Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela (GRES Portela), mais especificamente o seu espaço de memória, nos sites complementares Portela Cultural e Portela Web.

Trouxemos como objeto de análise a Portela por se tratar de uma agremiação que os autores trabalharam anteriormente em outra oportunidade e pela sua relevância e longevidade no Carnaval das escolas de samba. A Portela é uma escola centenária, pioneira nos desfiles das escolas de samba e segundo Simas (2012) a primeira escola a apresentar um desfile com enredo sendo seguido aos moldes semelhantes aos atuais em 1939 com "Teste ao Samba". Além disso, a agremiação de Oswaldo Cruz é a maior campeã do Carnaval Carioca com vinte e dois títulos conquistados.

Com um currículo desse gabarito seria natural esperar que a história da Portela fosse bem documentada e seus feitos tivessem registros na agremiação. Essa suposição é parcialmente verdadeira, como discutiremos afrente. No entanto, quando nos deparamos com o site da Portela Cultural o seguinte texto é apresentado na aba "Portela de Tempos Atrás":

> O "Portela de Tempos Atrás" é o contraponto do site "PortelaWEB", que estará vinculado à este site. Ou seja, enquanto o "PortelaWEB" **reconstruiu o passado da Escola através de um insano, louco e persistente trabalho de pesquisa** do atual Presidente do Conselho Deliberativo do GRES Portela, Fábio Pavão, dentre outros colaboradores e pesquisadores, este link recupera as fontes primárias que se valeu o "PortelaWEB", somado a outras fontes ainda não pesquisadas. (Grifo dos autores).

A descrição da página já nos antecipa para a dificuldade de reconstituição do passado da escola e que se confirma com a navegação pelos sites. A própria página em questão, que se propõe a trazer fontes primárias das informações do seu site-irmão, apresenta apenas onze artigos e com última atualização em 15/01/2019. Dos artigos presentes, muitas das informações são oriundas de matérias de jornais e imagens de acervos pessoais de frequentadores da Portela, ou seja, a própria instituição necessita recorrer a terceiros para recuperar sua própria história centenária. O site Portela Web apresenta um diagnóstico parecido. Embora apresente mais detalhamento sobre os carnavais passados, as suas informações são majoritariamente textuais e se apresentam na forma interpretação de relatos de foliões e personalidades da Escola. A falta de fontes primárias, advertidas acima, se comprova de fato.

Assim, percebemos que a falta de documentos por parte da agremiação de fato se confirma ao pensarmos em uma ótica da tradição eurocêntrica, ou seja, documento como registro passível de recuperação física dotado de materialidade. No entanto, a transmissão oral da memória e sua perpetuação parece viva, sobretudo

se pensarmos em uma escola centenária na qual o site ainda guarda relatos desde a década de 1930 com base na descrição dos foliões. Essa característica nos parece importante ser frisada porque, assim como na construção do enredo há o papel comunitário, a perpetuação da história das agremiações a comunidade também se faz presente a partir da oralidade.

Mas para além da oralidade, outro ponto a se destacar do caráter comunitário da Portela e que se aplica em outras agremiações, é o da coleta de registros por parte dos integrantes. Os acervos pessoais dos foliões por muitas vezes apresentam informações que a própria agremiação desconhece e necessita de um esforço de colaboração para a socialização desses documentos. A paixão que move a comunidade para a escola é a mesma que faz com que esses indivíduos guardem e produzam registros dos Carnavais e dos desfiles.

Um exemplo concreto disso é o de Tia Dodô da Portela que por desejo próprio transformou sua casa no "Museu do Carnaval Tia Dodô da Portela" (Almeida, 2022) a fim de trazer para o morro da Providência um museu repleto de documentos que foram inventariados e catalogados. O museu, no entanto, não resistiu após a morte da sua patrona e fechou em 2015. A pesquisadora Almeida (2022, p. 93) frisou um aspecto do fechamento que foi o saque dos itens do museu e de como os indivíduos relatam que não estavam levando os itens em uma lógica de roubo, mas sim de preservação.

> No relato de uma das pessoas que levou pertences dela há uma pista interessante. Ela nos diz: "Aqueles objetos ali vão se acabar", apontando para falta de interesses, planejamento e continuidade daquele espaço de memória. As pessoas responsáveis pela retirada dos objetos não a entendem como saque, pois viram nessa atitude uma maneira de preservação daquele universo. Nesse episódio, mais do que o aspecto social do compartilhamento dos objetos, nos chama atenção tanto a falta de interesse público na preservação das fontes materiais de quando o acervo é samba, quanto a falta de organização

> da comunidade do samba em entender a importância da preservação daquela memória e o reconhecimento de um trabalho de anos empreendido por Tia Dodô.

Embora a crítica da autora seja pertinente, acreditamos que há um movimento ainda que tímido de resgate por parte de agremiações da sua história. É um fato que boa parte do acervo documental do Carnaval acabe ficando na guarda de indivíduos e não de instituições. Isso se aplica inclusive aos carnavalescos que muitas vezes levam consigo suas idealizações como croquis de fantasias e desenhos de carro alegóricos, elementos que num ponto de vista documental configurariam uma fonte primária do processo artístico do enredo.

Outro aspecto a se destacar é a característica de reciclagem dos elementos dos enredos. A prática de reaproveitamento de elementos entre desfiles é muito comum, como apontam Araújo (2008) e Barbieri (2011), seja por questões de corte de gastos ou mesmo a fim de agilizar um processo criativo. Um caso analisado por Oliveira Júnior e Costa (2020) é o da escultura que ficou conhecida como Madre Teresa de Calcutá que foi alegoria do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel em 2018 e posteriormente foi reaproveitada em duas ocasiões, nos anos de 2019 e 2020, pelo GRES Acadêmicos do Sossego.

Por fim, destacamos ainda que desde os primórdios dos desfiles das escolas de samba a organização e logística passavam pelo setor privado, conforme apontam Fabato e Simas (2015). Inicialmente idealizado pelo Jornal dos Sports, os desfiles das escolas de samba têm uma cobertura midiática organizada por veículos de comunicação que acabam por adquirir os direitos de imagem e guarda do que é reproduzido. Desde 1985, por exemplo, a Rede Globo é responsável pela transmissão dos desfiles da Sapucaí e todas as imagens (e omissões) do desfile ficam no arquivo interno da emissora. Ou seja, a recuperação de parte dos registros passa também por negociação com grandes conglomerados midiáticos.

Vemos então que a dificuldade de recuperação e organização do que é produzido no Carnaval passa por diversos atores e acaba construindo uma complexa trama. O caso da Portela é um no universo de diversas agremiações, mas seu cenário é recorrente em outras escolas, basta uma breve busca nos sites das 12 escolas do Grupo Especial para evidenciar a dificuldade em recuperar registro de desfiles e, consequentemente, de produção de enredos.

Embora os desafios colocados estejam postos, acreditamos que as agremiações se beneficiariam na construção de um acervo próprio. O esforço retroativo de busca e coleta de material e o de investimento na organização vigente seria urgente para uma ação nesse sentido.

É preciso, no entanto, fazer a ressalva de que o primeiro passo deve vir das próprias agremiações no autorreconhecimento da necessidade desse processo de guarda e na construção de confiança comunitária do reconhecimento do seu espaço como um espaço de memória e socialização de conhecimento. Embora a comunidade se relacione e ame a sua escola de coração, ainda assim há uma desconfiança na posição desses espaços como local de preservação do que é produzido pela comunidade, o estudo de caso de Almeida (2022) é um indicativo desse movimento a partir do que aconteceu com o acervo de Tia Dodô.

POSSÍVEIS CAMINHOS PARA A GUARDA DOS DOCUMENTOS DO CARNAVAL

Como dito inicialmente, temos aqui um recorte de pesquisa em andamento e, portanto, mais aprofundamento no tema precisa ser feito para um diagnóstico mais concreto. No entanto, acreditamos que alguns apontamentos já possam ser feitos de melhorias

a serem incrementadas pelas agremiações e de ações percebidas por nós que já se mostram eficazes e podem ser melhor trabalhadas.

No cenário atual das escolas de samba os esforços dos departamentos culturais nos parece ser o principal ponto de atuação na sistematização de registro da história do Carnaval a partir de uma iniciativa interna. Portanto, um primeiro ponto que nos parece ser visto é o fortalecimento desse setor com mais estrutura e investimento. Chamadas públicas de colaboradores, maior divulgação do trabalho e uma organização sistemática do que já se faz presente nesses espaços são algumas iniciativas primárias que podem dar à comunidade uma nova percepção da agremiação no que diz respeito a guarda da sua história.

Outro ponto que nos chama atenção, sobretudo no ambiente do nosso caso empírico, é a preocupação com os registros de relatos dos membros da agremiação. A Portela desenvolve uma série de entrevistas no formato de vídeo com membros da escola a fim de criar um acervo de memórias orais da instituição. Na aba "Memória" do site Portela Cultural é possível encontrar esses registros, bem como no canal do Youtube da agremiação. A busca por um acervo audiovisual de relatos dos componentes é uma iniciativa que nos parece corroborar com a forte presença da cultura oral do ambiente das escolas de samba. Carecendo de outras fontes, a memória dos membros da comunidade registrada acaba sendo um elemento fundamental na organização da história.

Pensando na sistematização do acervo, as escolas poderiam trabalhar com a construção do Livro-Abre Alas da Liesa como um referente para a elaboração de categorias dos itens. Preenchido pelas próprias escolas de samba para ser entregue como material de apoio aos jurados do Carnaval, o Livro-Abre Alas é um material que detalha os elementos apresentados na Sapucaí com base nos nove quesitos de avaliação dos jurados para auxiliá-los na argumentação das notas. Imagens de croquis, fontes bibliográficas consultadas,

descrições das fantasias e da construção lírica e rítmica dos sambas são alguns dos elementos apresentados nessa publicação.

O documento por si só já nos parece constituir um catálogo, mas para além dessa função, a estruturação do mesmo com metadados e organização sistemática faz com que as agremiações tenham um guia de como elaborar seus acervos a partir de uma lógica organizacional que elas próprias já seguem. É verdade, no entanto, que esse material não acompanha toda a trajetória dos desfiles, mas pensando em um processo de manutenção da produção atual, seria útil ao nosso ver.

Por fim, iniciativas que engajem a comunidade também nos parece promissora. É o caso da Vila Isabel que em 2018 lançou o documentário "Kizomba – 30 anos de um grito negro na Sapucaí" com direção de Nathalia Sarro e supervisão do Departamento Cultural da agremiação. O documentário conta com relato de componentes da agremiação, imagens e vídeos de época e histórias de bastidores do desfile. O filme entrega ao público um esforço coletivo de resgate de detalhes da produção de um dos enredos mais emblemáticos da agremiação do bairro de Vila Isabel. Embora esse tipo de iniciativa seja pouco reproduzido por outras agremiações e enredos, é algo que poderia ser mais aplicado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos parece inegável a relevância da produção do Carnaval para a história tanto comunitária quanto nacional. Sendo expressão artístico-cultural vinda da periferia e com alcance internacional, a produção dos desfiles das escolas de samba possibilita um alcance de interpretações narrativas por parte de uma construção decolonial organizada coletivamente.

A preservação dessa produção é a preservação da memória dessas comunidades. Por isso acreditamos na importância da construção de acervos do Carnaval. Por mais desafiador que seja a coleta desse material, seja pela lógica de produção ou pelas barreiras de acesso aos documentos privados, a preservação da memória pelas agremiações é um movimento de perpetuação e de legitimação desses espaços, ao nosso ver. Assim, cabe as escolas de samba entenderem a importância do fortalecimento dos seus espaços de memória e da construção de credibilidade para com a comunidade nesse sentido.

Embora apontado no contexto da museologia no estudo de caso de Tia Dodô, o comentário de Almeida (2022, p. 96) nos parece pertinente para a reflexão "Os objetos materiais dos museus ganham em força de representação e de discursividade quando colocados em conjunto. Dispersos e fragmentados, eles perdem poder enquanto acervo". Transportando para o possível acervo dos documentos dos desfiles, acreditamos que seu conjunto é também fundamental para a força de representação e de discursividade, sobretudo por se tratar de elementos que traduzem uma construção narrativa.

Não temos aqui soluções para a questão, mas acreditamos na importância de destacar a relevância da questão. Com mais apontamentos nesse sentido gostaríamos de crer que as agremiações reflitam na importância dos seus espaços e no potencial que teriam com a construção desse tipo de acervo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. F. No rastro do Museu do Carnaval Tia Dodô da Portela: por uma proposta decolonial. **Tempo: Revista do Departamento de História da UFF**, v. 28, p. 84-98, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tem/a/gYbK8CBgFgPPn8ykhdGv8cL/?lang=pt. Acesso em: 12 jan. 2025.

ARAUJO, E. **Valorizando a batucada**: um estudo sobre as escolas de samba dos grupos de acesso C, D e E do Rio de Janeiro. 2008. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BARBIERI, R. J. O Acadêmicos do Dendê da Ilha do Governador: competição e colaboração entre as escolas insulanas. **Textos escolhidos de cultura e arte populares**, v. 8, n. 2, p. 183-197, 2011.

BRIET, S. **O que é a Documentação?**. Brasília: Briquet de Lemos, 2016

BUCKLAND, M. K. What is document? **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

FROHMANN, B. **Deflating information**: from science studies to documentation. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

FROHMANN, B. Discourse and Documentation: Some Implications for Pedagogy and Research. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n. 1, p. 12-26, 2001.

FROHMANN, B. O caráter social, material e público da informação. In: Fujita, M.; Marteleto, R.; Lara, M. (Org). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008, p. 19-34.

FROHMANN, B. Revisiting "what is document?". **Journal of documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009. Disponível em: www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm Acesso em: 25 jan. 2025.

HJØRLAND, B; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. **Journal of The American Society for Information Science**: JASIS, v.46, n.6, 400-425, 1995. DOI: 10.1002/%28SICI%291097-4571%28199507%2946%3A6%3C400%3A%3AAID-ASI2%3E3.0.CO%3B2-Y. Acesso em: 06 jun. 2026.

LADO B DO RIO. **SIMAS no Lado B:** "Escola de samba não existe porque desfila: desfila porque existe". Youtube. 2024. 1 vídeo (1 min 53 s). Publicado pelo canal Lado B do Rio. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sfOEdOdRC0c. Acesso em: 8 jun. 2026.

LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 1996.

LIESA. **Livro Abre-Alas 2024**. Disponível em: https://liesa.globo.com/carnaval/livro-abre-alas.html. Acesso em: 12 jan. 2025.

LUND, N. W. Teoria do documento. **Logeion: Filosofia da Informação**, v. 8, n. 2, p. 6–46, 2022. DOI: 10.21728/logeion.2022v8n2.p6-46. Acesso em: 12 jan. 2025.

MARTINS, L. Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. **Letras**, n. 26, p. 63–81, 2003. DOI: 10.5902/2176148511881. Acesso em: 12 jan. 2025.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais:** colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLIVEIRA JUNIOR, M. C.; COSTA, Y. M. A. Vida e morte de uma escultura alegórica: uma análise do reaproveitamento de materiais na confecção do carnaval carioca. **Policromias - Revista de estudos do discurso, imagem e som**, v. parte 2, p. 651-661, 2020. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/38528/21782. Acesso em: 12 jan. 2025.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf. Acesso em: 24. maio 2024.

PORTELA CULTURAL. Disponível em: https://www.portelacultural.com.br/. Acesso em: 12 jan. 2025.

PORTELA WEB. Disponível em: https://portelaweb.org/. Acesso em: 12 jan. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 05 jan. 2025.

RAYWARD, W. B. **The universe of information:** the work of Paul Otlet for documentation and international organisation. Moscou: FID. 1975.

SENAC RJ**. No dia que a escola de samba desfilar só porque existe, ela vai acabar:** pega essa visão do Simas!. Youtube. 2024. 1 vídeo (58 s). Publicado pelo canal Senac RJ. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pWajDlbm8_U. Acesso em: 8 jun. 2026.

SIMAS, L. A. **O Corpo Encantado das Ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, L. A. **Tantas Páginas Belas**: histórias da Portela. Rio de Janeiro: Verso Brasil Editoria, 2012.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2018.

SWALES, J. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

VILA CULTURAL. **KIZOMBA:** 30 anos de um grito negro na Sapucaí. Youtube. 2020. 1 vídeo (1 h 21 min 47 s). Publicado pelo canal Vila Cultural. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IkDCnLIuMTU. Acesso em: 8 jun. 2026.



13

Victor Pavarin Tavares
Mariana Valente

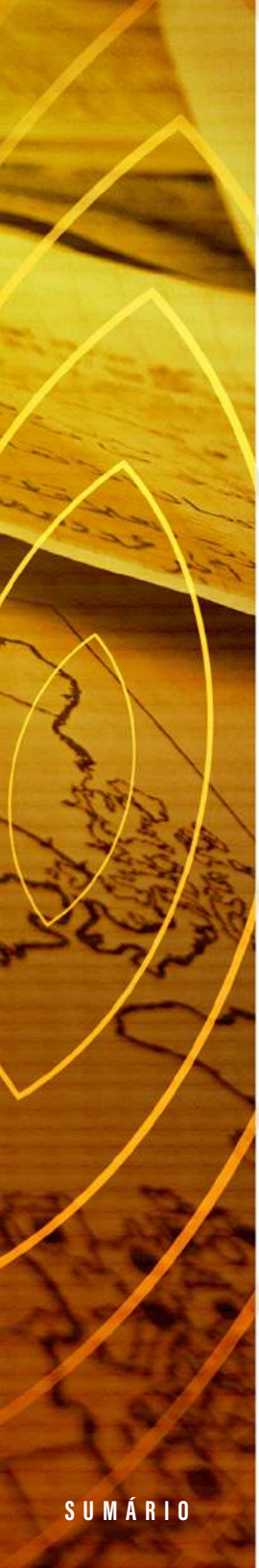
ENTRE O ACESSO E O RECEIO NO ÂMBITO DAS INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIA:

AS OBSTRUÇÕES DO DIREITO AUTORAL AO DIREITO À CULTURA

BETWEEN ACCESS AND FEAR WITHIN MEMORY INSTITUTIONS:

COPYRIGHT BARRIERS TO THE RIGHT TO CULTURE

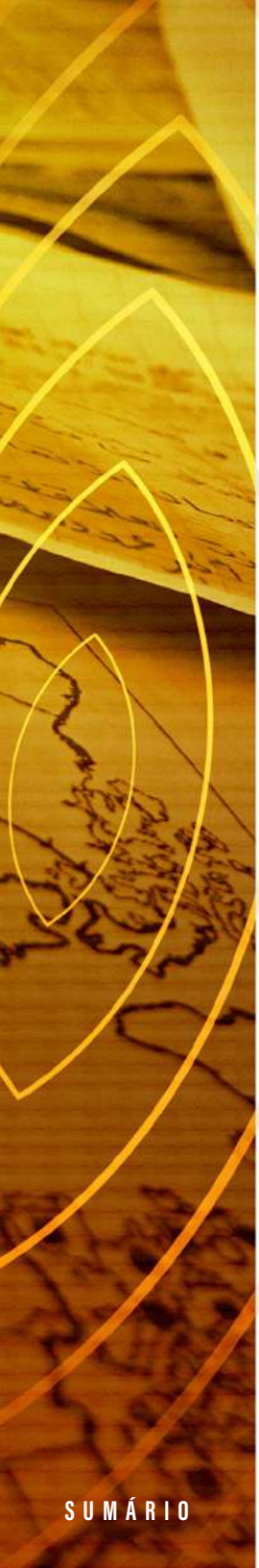
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.13



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar algumas das implicações do direito autoral ao direito à cultura no âmbito do setor de memória brasileiro, especialmente no que se refere a iniciativas de digitalização de obras por acervos públicos. Ainda que a promoção do acesso esteja no coração de suas funções sociais, e que o pleno exercício dos direitos culturais constitua um mandamento constitucional, é comum que instituições de memória tenham diversos receios em realizar algumas práticas de difusão digital de materiais, o que promove um ambiente de práticas excessivamente restritivas. O cenário se torna ainda mais crítico quando se considera a multiplicidade de possibilidades de compartilhamento de materiais a partir do avanço das ferramentas tecnológicas. O problema do presente estudo recai justamente no paradoxo entre, de um lado, as oportunidades de promoção do acesso por meio das novas tecnologias e, de outro, as disposições de direito autoral que podem tornar esse acesso muito mais difícil do que ele deveria ser. Isto é, para além de desafios próprios da realidade nacional – como ausência de mão de obra qualificada e dificuldades orçamentárias –, os acervos se veem diante de barreiras adicionais colocadas pelo direito autoral, as quais comprometem usos de interesse social.

Palavras-chave: direito à cultura; direito autoral; arquivos públicos; função social



ABSTRACT

The aim of this study is to analyze some of the implications of copyright on the right to culture within the scope of the Brazilian memory sector, especially with regard to digitization initiatives of works from public collections. Even though promoting access is at the heart of their social functions, and the full exercise of cultural rights constitutes a constitutional mandate, memory institutions commonly have various concerns about undertaking certain digital dissemination initiatives. This leads to an environment of excessively restrictive practices. The scenario becomes even more critical when considering the multitude of possibilities for sharing materials enabled by technological advancements. The problem addressed by this study lies precisely in the paradox between, on the one hand, the opportunities for promoting access through new technologies and, on the other hand, the copyright provisions that can make this access much more difficult than it should be. That is, beyond the inherent challenges of the national reality – such as the lack of qualified labor and budgetary difficulties – the collections face additional barriers imposed by copyright, which compromise uses of social interest.

Keywords: *right to culture; copyright; public archives; social function*

INTRODUÇÃO

As instituições de memória lidam há muito tempo com uma relação complexa entre direito autoral e direito à cultura. Ainda que ambos sejam previstos constitucionalmente, é nítido como o primeiro tem colocado obstáculos significativos ao segundo, o que gera um ambiente fortemente restritivo. Com efeito, o ordenamento jurídico brasileiro não confere aos equipamentos culturais a segurança jurídica necessária para que eles consigam executar atividades culturais extremamente desejáveis do ponto de vista do interesse público.

Embora exista um crescente movimento doutrinário expressivo defendendo a ampliação das limitações e exceções,[1] a letra fria da lei é excessivamente restritiva. Isso faz com que profissionais do setor cultural, receosos de sofrerem com processos judiciais, evitem usos dinâmicos de obras protegidas – mesmo os que seriam provavelmente considerados lícitos pelo Judiciário. O cenário se torna mais crítico quando se considera que a promoção do acesso à cultura é cada vez mais viável por meio da vasta gama de ferramentas tecnológicas disponíveis.

O presente artigo analisa algumas das implicações do direito autoral ao direito à cultura, particularmente no que diz respeito às iniciativas de digitalização de materiais culturais, tendo como base a experiência da Midiateca Capixaba. Para tanto, a primeira parte do estudo traz um breve relato da disputa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no que se refere à proteção da propriedade

1 As limitações e exceções consistem nos usos de obras protegidas permitidos a qualquer indivíduo, sem que seja necessário pedir autorização ou remunerar o detentor de direitos. A Lei nº 9.610/98 prevê algumas limitações e exceções nos artigos 46 a 48.

intelectual (PI)[2], destacando o impacto econômico e político do cenário internacional. Além disso, há uma sintética descrição da evolução dos tratados internacionais de PI, culminando no Acordo TRIPS, que impôs "padrões mínimos de proteção" exigidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC), atendendo aos interesses dos países desenvolvidos.

A segunda parte analisa de maneira específica o regime jurídico brasileiro, o qual favorece a proteção dos titulares de direitos em detrimento do acesso à cultura, prejudicando especialmente as instituições de memória. O texto também destaca a falta de flexibilidade na legislação para práticas de digitalização de acervos, criando insegurança jurídica e dificultando a preservação e difusão digital de patrimônios culturais, o que se agrava por limitações tecnológicas e financeiras.

Por fim, o artigo apresenta a Midiateca Capixaba, uma plataforma aberta e vanguardista do Espírito Santo que digitaliza e disponibiliza o acervo cultural de instituições públicas de memória. Além disso, a terceira e última parte trata de algumas boas práticas para a regularização e disponibilização digital de materiais.

BREVE HISTÓRICO DO CONTEXTO INTERNACIONAL

Muitas das ferramentas jurídicas de PI contemporâneas estão associadas a disputas globais envolvendo países desenvolvidos e

2 Por propriedade intelectual o presente texto refere-se tanto ao direito autoral como à propriedade industrial. Trata-se de uma divisão dicotômica tradicional que pode ser observada, por exemplo, na Convenção da União de Paris de 1883 e na Convenção da União de Berna de 1886, as quais disciplinam, respectivamente, propriedade industrial e direito autoral. Tal divisão foi altamente influenciada pelo regime de privilégios e por correntes do direito privado europeu (Polido, 2013, p. 17-18).

países em desenvolvimento. Em um contexto em que o poder econômico e político está cada vez mais associado a bens intelectuais, essas ferramentas têm desempenhado um papel central na sociedade (Valente, 2020, p. 2-5).

A superposição de interesses é flagrante. Os países do Norte Global, com destaque para Estados Unidos, Canadá, Japão e Europa ocidental, argumentaram historicamente que os autores deveriam colher ao máximo os frutos de suas criações intelectuais. Essa vertente foi altamente endossada pelo poder econômico privado – em especial as indústrias dos setores farmacêutico, cinematográfico e tecnológico (Polido, 2013, p. 17-61).

Os países do Sul, por outro lado, apontaram em fóruns internacionais de negociação o potencial lesivo de padrões elevados de proteção de PI, com destaque para os impactos na concorrência e na industrialização, bem como para a manutenção da insatisfação das demandas econômicas e sociais da maioria da população mundial (Valente, 2020, p. 2-5). Nesse sentido, muito se argumentou sobre a assimetria entre o Norte e o Sul Global, particularmente no que se refere a relações econômicas de transferência de tecnologia e à capacidade local para pesquisa e desenvolvimento.

Antes do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio de 1994 (TRIPS),[3] a PI era regulamentada em nível internacional por tratados administrados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), com destaque para a Convenção da União de Paris sobre Propriedade Industrial de 1883 (CUP) e a Convenção de Berna sobre Obras Literárias e Artísticas de 1886 (CUB), as quais estabeleciam, de acordo com a visão dos países desenvolvidos, direitos mínimos (UNCTAD-ICTSD, 2005, p. 2-10). Posteriormente, em 1947, o Acordo

3 Constituindo-se como o tratado de PI mais abrangente já assinado (Valente, 2020, p. 3-4), o TRIPS é parte integrante do documento fundador da OMC.

Geral sobre Tarifas Aduaneiras (GATT 47) previu apenas hipóteses amplas pelas quais os direitos de PI não poderiam obstaculizar o comércio (Polido, 2013, p. 30-31).

A partir da década de 70, os países desenvolvidos passaram a expressar de maneira mais intensa seus descontentamentos com o sistema internacional de proteção, argumentando que os tratados administrados pela OMPI não protegiam adequadamente os interesses de suas indústrias expressivas. Isso se daria sobretudo porque os padrões de proteção seriam insuficientes e não haveria mecanismos de aplicação das obrigações assumidas nos acordos (UNCTAD-ICTSD, 2005, p. 2-10). Diante disso, na Rodada Tóquio de 1973, houve um tratamento mais específico da PI no cenário multilateral a partir de negociações sobre pirataria e venda de bens falsificados. Essas negociações também tiveram um impacto relevante na formalização da inserção da PI na Rodada Uruguai, cujo início se deu em 1986 (Polido, 2013, p. 31-33).

É válido mencionar, nesse contexto, um instrumento jurídico que, apesar de não ser um tratado, exerceu um papel crucial no desenrolar das negociações internacionais de PI. Trata-se da Seção 301 do *Trade Act* dos Estados Unidos, em vigor desde a década de 80. Por meio da Seção 301, os Estados Unidos ameaçavam retirar benefícios comerciais – e, por vezes, efetivamente retiravam – de países que, na avaliação do governo norte-americano, não estariam protegendo devidamente a PI em suas leis domésticas. Por meio desse instrumento unilateral de pressão, os Estados Unidos conseguiram enfraquecer a oposição ao TRIPS que os países em desenvolvimento estavam realizando à época das negociações do acordo (Valente, 2020, p. 4-5).

O TRIPS atendeu à demanda dos países desenvolvidos de criação de mecanismos de aplicação do texto até então inexistentes na ordem jurídica internacional (Valente, 2020, p. 3-4). Além disso, o tratado trouxe uma série de obrigações multilaterais rigorosas, incitando os países membros da OMC a adotarem "padrões mínimos

de proteção". Signatário do TRIPS, o Brasil materializou em sua legislação os "padrões mínimos de proteção" em obrigações substantivas e procedimentais (Polido, 2013, p. 57-61).

O DESEQUILÍBRIO NO REGIME JURÍDICO BRASILEIRO

A rigor, como país em desenvolvimento, o Brasil poderia ter usufruído do prazo de adequação previsto no art. 65.2 do TRIPS, mas, em decorrência sobretudo do forte lobby exercido pela indústria (Arslanian, 1994, p. 44), já em 1996 foi aprovada a Lei nº 9.279/96 sobre propriedade industrial e, em 1998, a Lei nº 9.609/98 sobre propriedade intelectual de softwares e a Lei nº 9.610/98 sobre direito autoral (LDA). Esse cenário foi especialmente prejudicial ao setor de acervos brasileiro.

Na década de 90, o debate sobre a importância de flexibilidades na LDA em prol do acesso à cultura não engajava organizações e pessoas para além de grupos empresariais e representativos de autores (Valente, 2019). Ou seja, durante as negociações da lei, não houve espaço significativo para a escuta de instituições de memória, o que teria sido fundamental para o estabelecimento de limitações e exceções especificamente pensadas para atores do setor cultural. Afinal, como se viu no item anterior, o cenário internacional – que se impôs fortemente sobre a legislação doméstica – voltou-se essencialmente para discussões sobre concorrência entre mercados, inovação, desenvolvimento e tecnologia, sendo raros os fóruns de negociação para pautas de acesso à cultura.

Diante disso, observa-se que o regime brasileiro se encontra em um desequilíbrio patente. Ainda que a Constituição Federal de 1988 (CF) preveja tanto o direito à cultura como o direito autoral,

é flagrante como o ordenamento jurídico nacional pende em favor da restrição da circulação, supostamente em nome da proteção dos autores das obras.

De um lado, da leitura do texto constitucional é possível aferir um verdadeiro mandamento de pleno exercício dos direitos culturais. Nesse sentido, o art. 215 da CF determina que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (Brasil, 1988, art. 215). Afinal, por estar intrinsecamente associado aos ideais de cidadania, ao fator de desenvolvimento e à democracia, o direito à cultura exige um papel protagonista do Estado (Rocha; Aragão, 2011, p. 1-3).

Além disso, dada a centralidade do direito à cultura para as políticas culturais, é importante notar que, em 2005, a Emenda Constitucional nº 48 acrescentou o § 3º ao art. 215, determinando a obrigatoriedade de elaboração do Plano Nacional de Cultura (Rocha; Aragão, 2011, p. 5). Sete anos mais tarde, a Emenda Constitucional nº 71 acrescentou o art. 216-A à CF, versando sobre o Sistema Nacional de Cultura, o qual "institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes" (Brasil, 1988, art. 216-A).

Por outro lado, a CF também confere proteção constitucional ao direito autoral. É o que se extrai do art. 5º, XXVII, que determina que "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar". Soma-se a esse dispositivo o inciso XXVIII do art. 5º, que assegura a proteção às participações individuais em obras coletivas e às reproduções da imagem e voz – nos termos da alínea "a)" –, bem como o direito de fiscalização do aproveitamento econômico – conforme a alínea "b)".

Como se percebe, diante do valor que a CF atribui tanto ao direito à cultura como ao direito autoral, é preciso sopesá-los. Afinal,

todo direito, ainda que constitucional, não é absoluto, devendo ser balanceado por outros direitos (Valente; Pavarin; Luciano, 2019, p. 3-4). No caso do direito autoral e do direito de acesso à cultura e ao conhecimento, essa necessidade se dá de maneira ainda mais flagrante: uma das principais razões históricas para justificar a proteção de obras intelectuais é encorajar o aprendizado, conforme se extrai do Estatuto da Rainha Ana de 1710.

Ocorre que, como antecipado, o regime brasileiro não está calibrado. A LDA, que deu concretude infraconstitucional aos incisos XXVII e XXVIII do art. 5º da CF, trouxe muitas inseguranças jurídicas às instituições de memória, especialmente no caso de atividades que envolvem reprodução digital de produções intelectuais (Pavarin, no prelo). É comum que, por falta de conhecimento ou receio de violar a lei, os acervos optem por não realizar determinados usos de materiais protegidos (Valente; Pavarin, 2023, p. 171-179).

Essa insegurança jurídica se manifesta, por exemplo, na ausência de uma limitação e exceção específica de cópia para preservação, feita para que se evite a deterioração ou a perda do suporte material da obra. Ou seja, se uma biblioteca possuir em seu acervo um livro em estado avançado de deterioração, a LDA não prevê a possibilidade de que a instituição digitalize o material para preservá-lo (Valente; Pavarin, 2020, p. 52-53).

É válido destacar, nesse sentido, que o Brasil foi listado em 2014 como parte dos trinta e dois países membros[4] da OMPI que não contavam com limitações e exceções específicas para bibliotecas (Crews, 2015). Além disso, em um mapa interativo sobre limitações e exceções na América Latina, elaborado pela Datysoc, o Brasil chama a atenção por seu regramento limitado[5].

4 À época, a OMPI contava com cento e oitenta membros.

5 O mapa interativo pode ser acessado em: https://flexibilidades.datysoc.org/mapa. Acesso em 05 out. 2024.

Nesse sentido, a linguagem excessivamente restritiva da LDA em temas ligados a usos livres na área de direitos autorais faz com que os equipamentos culturais hesitem em promover o acesso a suas obras no ambiente virtual. Somente 35% dos museus brasileiros analisados na TIC Cultura de 2022 disponibilizaram digitalmente seus acervos. No caso das bibliotecas, a porcentagem cai para 9% (Comitê Gestor da Internet, 2023, p. 12-13).

Soma-se a isso o fato de que, embora a pandemia da Covid-19 tenha tensionado o setor cultural, exigindo mudanças radicais, não há evidências de que as atividades presenciais tenham sido migradas para o meio digital (Comitê Gestor da Internet, 2023, p. 79). Visitas virtuais foram o recurso menos disponibilizado pelos equipamentos culturais, tendo apenas 19% fornecido essa possibilidade (Comitê Gestor da Internet, 2023, p. 68).

Para além dos obstáculos colocados pelo direito autoral, a baixa adesão à disponibilização online de patrimônios culturais no cenário brasileiro se justifica por fragilidades associadas a capacidades tecnológicas, financeiras e administrativas. Ainda no âmbito da TIC Cultura 2022, a falta de investimentos em tecnologia foi a dificuldade mais mencionada pelas instituições de memória (Comitê Gestor da Internet, 2023, p. 77). Ou seja, ainda que existam múltiplas possibilidades de circulação de objetos culturais por meio das novas tecnologias, estas muitas vezes se mostram inacessíveis ao setor cultural. Além disso, é válido destacar que muitos equipamentos culturais não contam com um setor jurídico especificamente voltado ao auxílio de questões de direito autoral, o que gera uma série de incertezas sobre o que pode ou não ser difundido.

O quadro é ainda mais preocupante quando se levam em consideração os benefícios da difusão digital de acervos. Com efeito, essa prática tem se tornado uma ferramenta crucial para a circulação do conhecimento, permitindo não apenas maior visibilidade

para as instituições culturais, mas também maiores capacidades de pesquisa e novos usos (Barroso; Dias, 2023). Um dos instrumentos mais poderosos para isso são repositórios Wikimedia, dentre os quais se inclui a Wikipédia – enciclopédia eletrônica editada de forma voluntária em mais de trezentas línguas –, onde se podem compartilhar objetos digitais e seus metadados de forma estruturada (Valente *et al.*, 2023, p. 83-84).

Além disso, a digitalização é crucial para fins de preservação. Episódios recentes como os lamentáveis incêndios no Museu Nacional em 2018 e no Museu da Língua Portuguesa em 2015 evidenciam a necessidade de adoção de práticas de resguardo dos acervos culturais (Pavarin, no prelo). É preciso destacar, por fim, os benefícios da circulação digital de obras para a construção de valiosas bases de dados, fortalecimento de vínculos sociais e fomento de novas visões de mundo (Verwayen; Arnoldus; Kaufman, 2011).

Estes são aspectos políticos da ausência de regras específicas para disseminação de acervos por instituições de memória; eles apontam para a necessidade de reformas legais – e há debates em curso a nível nacional e internacional. No entanto, as instituições precisam lidar no dia-a-dia com o direito autoral existente para difundir seus acervos. A experiência da Midiateca Capixaba bebe de trabalhos anteriores dos autores, e aponta alguns caminhos e boas práticas a despeito desse cenário desfavorável.

ACESSO À CULTURA E AO CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA MIDIATECA CAPIXABA

Ciente dos benefícios de iniciativas da digitalização, o Espírito Santo tem caminhado para ser o primeiro Estado brasileiro a subir

todo o acervo cultural de suas instituições de memória em uma plataforma aberta, a Midiateca Capixaba. Concebida em 2019 dentro da Secretaria da Cultura do Espírito Santo (SECULT-ES) e composta por milhares de materiais que antes se encontravam dispersos entre múltiplos equipamentos culturais, a Midiateca Capixaba é atualmente entendida como uma política pública extremamente inovadora ao estimular o acesso à cultura e estabelecer um exemplo para a construção de uma verdadeira teia de acervos públicos brasileiros.

Embora o potencial associado aos repositórios digitais ainda esteja sendo compreendido e testado (Echavarria; Janzon; Wright, 2018), alguns dos benefícios já são bastante palpáveis, como se viu no item anterior. Isso se dá sobretudo com relação à relevância das atividades de preservação e de disseminação de patrimônios, as quais são expressas e concretamente perseguidas pela Midiateca Capixaba[6], que reúne um tesouro de valor incalculável, com artes de diversas linguagens, períodos históricos e grupos sociais. Ou seja, mesmo em meio às diversas dificuldades impostas pelo cenário brasileiro – sejam de ordem jurídica, financeira, tecnológica ou administrativa –, o Espírito Santo assume um compromisso público de promover um ambiente cultural acessível e democrático (Pavarin, no prelo).

Para lidar especificamente com os obstáculos jurídicos da empreitada, o Espírito Santo conta com o projeto "Midiateca Livre: Acesso Livre e Aberto à Cultura", encabeçado pela SECULT-ES em parceria com o Wiki Movimento Brasil (WMB) e o InternetLab. Um dos principais eixos do projeto consiste em endereçar as preocupações quanto a direitos dos materiais digitalizados – tanto no que se refere ao direito autoral, como em relação a direitos de imagem e voz –, o

6 No site oficial, a Midiateca Capixaba é descrita da seguinte forma "Plataforma online de difusão e preservação digital de acervos culturais sobre a cultura e a história do Espírito Santo" (grifos nossos). Disponível em: https://midiateca.es.gov.br/site/acervo/?view_mode=records&perpage=12&paged=1&order=ASC&orderby=date&fetch_only=thumbnail&fetch_only_meta=14%2C91%2C103%2C52. Acesso em 10 out. 2024.

que ocorre por meio da construção de protocolos e de boas práticas.[7] A segunda etapa é a efetiva digitalização e carregamento dos acervos nos repositórios Wikimedia. Focaremos aqui na primeira etapa.

O projeto permitiu a identificação de uma série de desafios que as instituições de memória enfrentam em temas de direitos autorais. Diante disso, o presente artigo aponta algumas boas práticas abaixo especificamente pensadas para a reprodução digital de materiais. O objetivo não é definir protocolos obrigatórios, mas sim fornecer uma visão geral de recomendações que podem aumentar a segurança na difusão no meio virtual. Projetos específicos de digitalização exigem análises jurídicas e ferramentas legais próprias, levando em consideração as características de cada instituição de memória e de seus acervos (Pavarin, no prelo).

BOAS PRÁTICAS PARA DISPONIBILIZAÇÃO DIGITAL

Em primeiro lugar, no que se refere especificamente à disponibilização digital, é preciso cuidado especial com os artigos 4º e 31 da LDA que estabelecem, respectivamente, os princípios da interpretação restritiva dos negócios jurídicos sobre direitos autorais[8] e o da independência entre as utilizações[9]. A leitura conjunta desses

7 De maneira específica, o projeto, que teve início em 2023, foi dividido em quatro etapas fundamentais: (i) produção de um guia de análise e licenciamento da Midiateca Capixaba; (ii) elaboração de uma escala de complexidade dos licenciamentos necessários; (iii) desenvolvimento de estratégias de encaminhamentos para as coleções e acervos; e (iv) produção de modelos para licenciamento livre em editais e doações de acervos.

8 Lei nº 9.610/98. Art. 4º Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.

9 Lei nº 9.610/98. Art. 31. As diversas modalidades de utilização de obras literárias, artísticas ou científicas ou de fonogramas são independentes entre si, e a autorização concedida pelo autor, ou pelo produtor, respectivamente, não se estende a quaisquer das demais.

dois dispositivos implica que, se o material não estiver em domínio público, e se o uso pretendido não estiver dentro das limitações ou exceções[10] será em geral recomendável obter uma autorização específica do autor ou do titular de direitos, seja por meio de uma cessão, seja por meio de uma licença.

No contrato ou no termo jurídico em questão, é importante tomar cuidados especiais em relação a três aspectos: i) a identificação dos direitos patrimoniais envolvidos; ii) a definição do alcance territorial da negociação; e iii) a estipulação do prazo. Caso esses detalhes não sejam explicitamente definidos, a lei presume que i) somente os direitos necessários para atingir o objetivo do contrato serão operados; ii) a negociação se limita ao território nacional; e iii) o prazo máximo é de cinco anos.

Em segundo lugar, recomenda-se que o trabalho de regularização seja estruturado por meio de duas frentes separadas: i) materiais que já se encontram no acervo, mas que não possuem autorizações específicas para reprodução online; ii) materiais que ainda serão incorporados ao acervo. Com relação à primeira frente, a instituição de memória deve, inicialmente, procurar identificar a autoria das produções intelectuais. Isso é crucial para determinar se a obra ainda está sob proteção dos direitos autorais ou se já passou para o domínio público. Do ponto de vista operacional, recomenda-se começar pelas situações mais simples, em direção às mais complexas.

No Brasil, não existe regulação detalhada sobre o que fazer quando não se sabe a autoria ou titularidade da obra – o caso das chamadas obras órfãs[11]. Por isso, sua disponibilização envolve um

10 Ver nota de rodapé n. 23. Vale observar que o STJ tem decidido que as limitações e exceções não são restritas ao que está expressamente previsto na lei – elas podem ser adotadas por interpretação de critérios específicos. STJ, DJ 25 mai. 2011, REsp nº 964.404/ES, Rel. p/ acórdão Min. Paulo de Tarso de Sanseverino; STJ, DJ 09 set. 2013, REsp nº 1.320.007/SE, Rel. p/ acórdão Min. Nancy Andrighi.

11 Na Europa, por exemplo, a diretiva 2012/28/UE prevê um sistema próprio para isso, embora ele também seja criticado por ser muito restritivo. Ver Pavarin (no prelo).

nível de risco. Uma recomendação, que deve ser adotada levando isso em consideração, é a realização de uma busca diligente, procedimento por meio do qual a instituição comprova que está agindo de boa-fé (Valente; Pavarin, 2020, p. 39-42).

Faz-se uma busca extensiva nos bancos de dados relevantes identificados por especialistas, documentada em um relatório detalhando cada etapa realizada e seus respectivos resultados, e os comprovantes das pesquisas, a exemplo de e-mails, documentos oficiais e capturas de tela. Se o autor for identificado e estiver vivo, é essencial obter sua autorização. O mesmo vale para herdeiros ou outros titulares de direitos. Se não forem encontradas informações relevantes sobre autoria ou titularidade de direitos, a instituição pode optar por tratar a obra como órfã e adotar medidas para sua disponibilização (Valente; Pavarin, 2020, p. 39-42). Além disso, se a obra for disponibilizada em um site, é importante que a instituição informe sobre a busca realizada e forneça um e-mail institucional para possíveis questionamentos sobre autoria ou titularidade (Valente *et al.*, 2023, p. 45). Em casos de mais risco ou dúvida, pode-se ainda divulgar a busca por meio de publicações em jornais e meios de comunicação especializados, informando que foram feitos esforços para identificar a autoria ou titularidade dos direitos, mas, como nenhuma informação relevante foi encontrada, a obra está sendo utilizada.

Para obras que ainda serão incorporadas ao acervo, é aconselhável apresentar desde o início das negociações os termos de cessão ou licenciamento ao artista ou titular de direitos. As cláusulas devem cobrir o máximo de previsões possíveis para as atividades da instituição, preferencialmente sem limitar técnicas ou formas de divulgação. Assim, o escopo das atividades autorizadas deve ser estruturado de forma ampla, contemplando diferentes usos e finalidades (por exemplo, mencionar "mídias sociais" e "plataformas de divulgação online em geral", em vez de citar "X", "Instagram" etc.), evitando que o termo se torne obsoleto com o tempo. Ao mesmo

tempo, vale considerar que as práticas sejam justas e respeitem o interesse dos autores.

Por fim, outras boas práticas devem ser consideradas, como a sinalização de direitos nas plataformas, cuidados específicos com direitos conexos, direitos de imagem e voz, privacidade e proteção de dados pessoais, práticas contratuais para utilização de propriedade intelectual dos colaboradores e a adoção de bancos de dados com sistematização das informações sobre prazos de proteção e existência ou não de contratos de cessão e licenciamento (Valente; Pavarin, 2020). Essas questões precisam ser avaliadas conforme as particularidades de cada instituição de memória, por meio de um diagnóstico jurídico personalizado.

CONCLUSÃO

A digitalização de acervos culturais é uma ferramenta fundamental para a preservação e promoção do acesso ao conhecimento, mas encontra barreiras em um cenário marcado pela falta de flexibilidades legais, insegurança jurídica e limitações tecnológicas e financeiras. Diante disso, as instituições de memória se veem constantemente em uma posição delicada ao tentar equilibrar a proteção do direito autoral e do direito à cultura.

A experiência da Midiateca Capixaba demonstra como é fundamental que os equipamentos culturais se equipem juridicamente para que consigam explorar novas oportunidades trazidas pela tecnologia. Com vontade política e parcerias estratégicas, é possível criar soluções inovadoras para a difusão digital de patrimônios culturais. Iniciativas como essa, aliadas a boas práticas, podem pavimentar o caminho para que outras instituições de memória adotem medidas semelhantes.

De qualquer maneira, é essencial que haja uma revisão do arcabouço legal de direitos autorais no Brasil, de forma a garantir uma proteção tanto dos direitos dos autores como de práticas culturais pautadas no interesse público. O direito à cultura, essencial para o desenvolvimento democrático e para a preservação da memória, carece de um respaldo jurídico mais robusto.

REFERÊNCIAS

ARSLANIAN, R. **O recurso à Seção 301 da legislação de comércio norte-americana e a aplicação de seus dispositivos contra o Brasil**. Brasília: Instituto Rio Branco, 1994.

BARROSO, J.; DIAS, C. As LAMs na Web Semântica: análise do panorama nacional. *In:* COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros**: TIC Cultura 2022. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos equipamentos culturais brasileiros: TIC Cultura 2022**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023.

CREWS, K. **Study on copyright limitations and exceptions for libraries and archives:** updated and revised. Geneva: World Intellectual Property Organization, 2015.

ECHAVARRIA, K.; JANZON, K.; WRIGHT, J. Participatory co-creation of a public sculpture incorporating 3D digital technologies. *In:* SABLATNIG, R.; WIMMER, M. (ed.). **Eurographics Workshop on Graphics and Cultural Heritage**. Geneva: The Eurographics Association, 2018.

PAVARIN, V. **Direitos autorais e disponibilização digital de obras**. No prelo.

POLIDO, F. **Direito internacional da propriedade intelectual**: fundamentos, princípios e desafios. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

ROCHA, S.; ARAGÃO, A. Direitos culturais no Brasil e uma breve análise do Programa Cultura Viva. *In:* **II Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2011, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

UNCTAD-ICTSD. **Resource book on TRIPS and development**. New York: Cambridge University Press, 2005.

VALENTE, M. **A construção do direito autoral no Brasil: cultura e indústria em debate legislativo**. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

VALENTE, M. **Digital technologies and copyright:** international trends and implications for developing countries. Oxford, United Kingdom, 2020. (Digital Pathways at Oxford Paper Series; 1).

VALENTE, M.; PAVARIN, V. O direito autoral deve facilitar atividades educativas. *In:* SILVA, A.; GUIMARÃES, T.; MOUTINHO, A. (coord.). **Direito autoral e internet**: diagnósticos e perspectivas do debate brasileiro. São Paulo: Almedina, 2023.

VALENTE, M.; PAVARIN, V. **Política de direito autoral do acervo artístico da Pinacoteca de São Paulo**. São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2020.

VALENTE, M.; PAVARIN, V.; LUCIANO, M. **Direito autoral e educação**: compreendendo a aplicação da lei para práticas educacionais no Brasil, e os debates para um tratado internacional. São Paulo: InternetLab, 2019.

VALENTE, M.; PAVARIN, V.; LANA, A.; SOSTER, S.; PESCHANSKI, J. A. **Guia de análise e licenciamento da Midiateca Capixaba**. 1. ed. Vitória: Wiki Movimento Brasil, 2023.

VERWAYEN, H.; ARNOLDUS, M.; KAUFMAN, P. The problem of the Yellow Milkmaid: a business model perspective on open metadata. **Europeana Whitepaper**, n. 2, 2011.



14

Roberta Pinto Medeiros

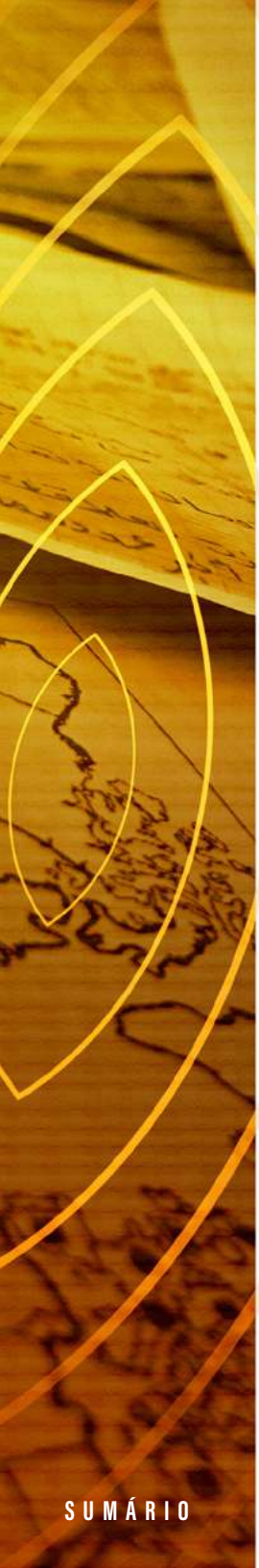
A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG CAPTURADA POR IMAGENS:

AS FOTOGRAFIAS COMO RECURSOS MEMORIAIS E CULTURAIS

THE FEDERAL UNIVERSITY OF RIO GRANDE – FURG CAPTURED BY IMAGES:

PHOTOGRAPHS AS MEMORIAL AND CULTURAL RESOURCES

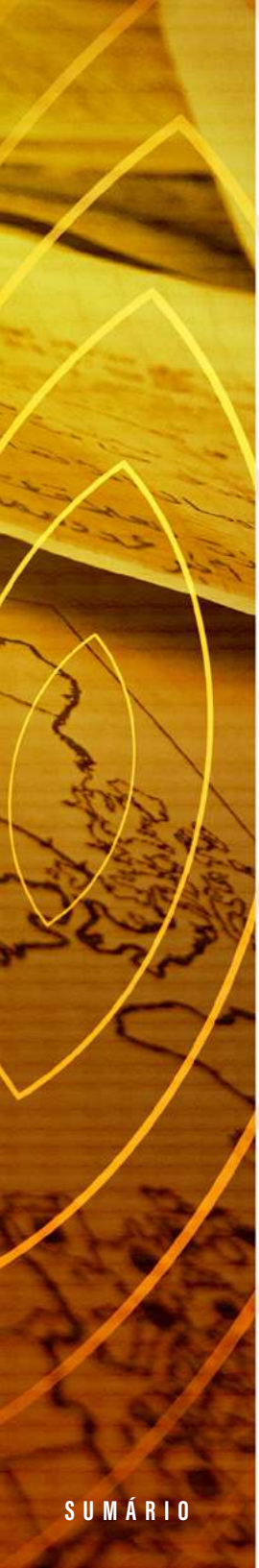
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.14



RESUMO

O texto estabelece uma relação entre memória e arquivo, evidenciando sua importância para a preservação de trajetórias individuais e coletivas, bem como para a compreensão do passado e a constituição de identidades e culturas. Nessa perspectiva, os arquivos são compreendidos como guardiões da memória coletiva e desempenham papel fundamental na educação e na pesquisa, ao disponibilizarem fontes primárias para a produção do conhecimento. Especificamente, o texto apresenta um projeto voltado ao mapeamento da coleção fotográfica da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com ênfase nas imagens que registram os momentos iniciais da trajetória da instituição. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de base bibliográfica e documental, centrada nas fotografias custodiadas pelo Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Bastos. A fotografia é destacada como instrumento essencial de registro de momentos históricos e do cotidiano universitário, por capturar eventos significativos, transformações físicas e interações da comunidade acadêmica. O estudo investiga, assim, de que modo essas imagens contribuem para a preservação da memória coletiva e para a construção da identidade institucional da Universidade, reforçando o papel singular da fotografia na constituição da narrativa histórica. O projeto teve como finalidade preservar, catalogar e difundir esse acervo, promovendo o reconhecimento da trajetória da Universidade e fortalecendo o vínculo da comunidade com sua memória institucional.

Palavras-chave: núcleo de memória; fotografia; acervos.



ABSTRACT

The text establishes a relationship between memory and archives, highlighting their importance for the preservation of individual and collective trajectories, as well as for understanding the past and the constitution of identities and cultures. From this perspective, archives are understood as guardians of collective memory and play a fundamental role in education and research, by providing primary sources for the production of knowledge. Specifically, the text presents a project focused on mapping the photographic collection of the Federal University of Rio Grande – FURG, with an emphasis on images that record the initial moments of the institution's trajectory. This is an exploratory research, based on bibliographic and documentary sources, centered on photographs held by the Engineer Francisco Bastos Memory Center. Photography is highlighted as an essential instrument for recording historical moments and daily university life, capturing significant events, physical transformations, and interactions of the academic community. The study thus investigates how these images contribute to the preservation of collective memory and the construction of the University's institutional identity, reinforcing the unique role of photography in the constitution of historical narrative. The project aimed to preserve, catalog, and cultural activities this collection, promoting recognition of the University's history and strengthening the community's connection with its institutional memory.

Keywords: *memory center; photography; collections.*

INTRODUÇÃO

O papel da fotografia na preservação da memória cultural e histórica tem sido amplamente reconhecido ao longo dos anos. As imagens fotográficas, enquanto testemunhos visuais, possuem a capacidade singular de capturar momentos, contextos e subjetividades, tornando-se fontes documentais valiosas para estudos que envolvem a memória coletiva e individual. A Universidade Federal do Rio Grande – FURG, ao longo de sua trajetória institucional, acumulou um vasto acervo fotográfico que reflete não apenas sua trajetória, mas também o desenvolvimento social, cultural e educacional da região em que está inserida.

O projeto de pesquisa, intitulado *Memória capturada: a história institucional da FURG registrada nas fotografias*[1], propôs investigar e analisar o potencial da coleção de fotografias enquanto recursos de memória e cultura que estão custodiadas no Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos (NuME). A partir da exploração e organização da coleção de fotografias, pretendeu-se compreender como essas imagens dialogam com a construção da identidade institucional e regional, bem como a maneira pela qual elas preservam e transmitem aspectos significativos da trajetória da universidade e da cidade de Rio Grande.

Tal projeto previa os seguintes objetivos: realizar o mapeamento da coleção de fotografias da FURG, que estão sob a custódia do NuME. Selecionar as fotografias do período inicial da fundação da FURG, priorizando imagens que retratam eventos, locais e personagens-chave na formação da instituição; identificar o contexto das fotografias, compreendendo o local, as pessoas envolvidas, os eventos retratados, entre outros elementos que ajudem a situar

1 Projeto apoiado pelo Edital Fapergs 01/2023 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Iniciação Tecnológica e Inovação – PROBIC e PROBITI, vigência set/2023 a set/2024.

as imagens em um contexto histórico e institucional mais amplo e; descrever as fotografias, fornecendo informações detalhadas sobre o conteúdo visual e as circunstâncias da produção das imagens.

Os acervos fotográficos desempenham um papel fundamental na preservação da memória institucional, atuando como testemunhos visuais de eventos, pessoas e momentos históricos de relevância para a compreensão de uma instituição. No caso da Universidade Federal do Rio Grande, a coleção de fotografias, constitui um importante acervo de documentação visual, capaz de retratar o desenvolvimento e a consolidação da Universidade ao longo dos anos. A preservação e o estudo dessas imagens não apenas oferecem uma rica fonte de pesquisa sobre a trajetória da FURG, mas também contribuem para o fortalecimento de sua memória coletiva e institucional.

A memória institucional da FURG, materializada em sua expressiva coleção fotográfica, reflete tanto os aspectos acadêmicos quanto as dimensões sociais e culturais que conformaram a trajetória da Universidade e da comunidade a ela vinculada. Contudo, parcela significativa desse acervo ainda carece de um mapeamento sistemático e de uma descrição pormenorizada, o que limita o acesso a informações essenciais sobre os contextos de produção das imagens. Desse modo, impõe-se a necessidade de um trabalho de organização e análise que favoreça não apenas a preservação dessa coleção fotográfica, mas também a sua apropriação como recurso cultural e memorial pelas gerações futuras.

REFERENCIAL TEÓRICO

Memória institucional e documentos arquivísticos fotográficos: uma relação necessária para a preservação e compartilhamento do seu legado. De acordo com Damante (2004 *apud*

Nassar, 2008, p. 25) a memória institucional, "[...] serve como um processo de [...] autoconhecimento [...] o que promoverá o entendimento de suas origens e sinalizará caminhos para o futuro, mas, principalmente, pontuará sua responsabilidade e registrará o seu legado para a comunidade".

A partir desta colocação, identificam-se dois olhares distintos sobre a memória institucional um, que traça os caminhos do seu futuro e o outro, que imprime a responsabilidade social da instituição pois, trata-se da construção da sua imagem e da sua marca ao longo de sua existência, que identifica a instituição e reforça o seu papel e o seu legado perante o contexto e a sociedade em que está inserida. Esse entendimento permite reconhecer que a memória institucional é o reflexo do seu passado, mas não se limita apenas a esta instância "[...] é, principalmente, o uso [...] que uma organização faz de sua história" (Nassar, 2004, p. 28), é a forma como ela se constrói ao longo da sua existência, como ela a preserva e a compartilha.

A memória institucional, materializada nas pessoas que a constroem, nos documentos de arquivo, nos seus registros fotográficos, na sua cultura, no modo de ser e de agir, volta a cumprir sua missão que é, dentre outras coisas, "[...] preservar sua história de vida como parte da memória social; acreditando que essas histórias constituem fontes de informações que permitem intervenções sociais em diversas áreas [...]" (Worcman, [200?], p. 1), tornando-se fonte para a evocação de novas memórias e a recuperação da sua trajetória

O documento ou, ainda, a informação registrada, é uma importante fonte de informação para as ações da administração institucional, e é utilizado mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Entretanto, basta reconhecer que "[...] os documentos serviram e servem tanto para a comprovação dos direitos e para o exercício do poder, como para o registro da memória" (Indolfo, 2007, p. 29).

Bruno Delmas (2010) enfatiza que,

> conservar seus arquivos é um ato indispensável. Eles são o produto necessário do funcionamento de toda sociedade organizada. Quanto mais uma sociedade se desenvolve, mais as atividades humanas são numerosas, diversificadas e interdependentes. Quanto mais documentos são usados para que os homens registrem seus atos e assegurem a sua continuidade e estabeleçam relacionamentos duráveis entre si, mais eles produzem e conservam arquivos (Delmas, 2010, p. 19).

Os arquivos desempenham um papel central na construção da memória, pois constituem-se como espaços onde a documentação é preservada, organizada e acessada, permitindo que se estabeleçam narrativas sobre o passado. Ao abrigar acervos documentais, os arquivos não apenas armazenam informações, mas também desempenham a função de selecionar e registrar um conjunto de conteúdos que, ao serem analisados e interpretados, permitem a reconstrução e a perpetuação da memória coletiva e institucional.

Esses documentos, sejam eles escritos, visuais ou sonoros, formam o substrato a partir do qual se constrói a memória de determinados períodos históricos, eventos ou instituições. Assim, os arquivos tornam-se verdadeiros guardiões da história, possibilitando que a memória seja continuamente revisitada, reavaliada e ressignificada de acordo com novos contextos e demandas sociais.

Em suma, ao abrigar um acervo documental que registra os acontecimentos de um determinado momento histórico, os arquivos possibilitam a criação e perpetuação de uma memória estruturada sobre esse período. Eles funcionam como instrumentos que preservam a história e a tornam acessível às gerações futuras, permitindo, assim, que o conhecimento sobre o passado seja continuamente atualizado e ampliado. Corroborando com Delmas (2010), Bellotto (2014, p. 134) afirma que "na medida em que o arquivo, sendo a morada

da história, se aproxima do cidadão, estará possibilitando que ele melhor conheça a sua identidade cultural. A identidade cultural é um direito do homem e este direito do homem lhe é assegurado pela história e pela memória".

A relação que a fotografia e a memória possuem é discutida por alguns autores que trabalham com esse tema. Sendo que uns defendem a ideia de que a imagem evoca o passado e outros discordam ou delimitam outra linha, ou seja, que a imagem fotográfica faz a rememoração de fatos, acontecimentos, sentimentos, através da leitura da imagem. Nesse sentido, a maneira como o espectador da fotografia visualiza a imagem trará como resultados lembranças e sentimentos diferentes, podendo ser confundido com a evocação do passado. Ou seja, "a fotografia é, de várias maneiras, uma aquisição" (Sontag, 2004, p. 172).

Neste trabalho, a "[...] fotografia tem sido aceita e utilizada como prova, testemunho da verdade do fato ou dos fatos" (Kossoy, 1993, p. 13). A fotografia também contribui para a rememoração, a medida em que serve de fonte para compreender situações que aconteceram no passado. Deste modo, compreendendo a relevância do acervo fotográfico como fonte de pesquisa, busca-se mapear a coleção de fotografias presente no NuME objetivando identificar o potencial dessa produção, enquanto referencial para o reavivamento da memória institucional da FURG.

A conexão entre memória e arquivo, historicamente falando, se revela como um papel fundamental da sociedade, servindo como um fio condutor essencial na construção da experiência humana. A memória, enquanto aspecto intangível de nossa existência, é modelada e conservada através de registros – documentos, fotografias, selos, obras de arte, entre outros – que em sua maioria, estão custodiados em arquivos, que se manifestam como espaços tangíveis que retêm fragmentos do tempo (Le Goff, 1990).

Nesse contexto, a interação entre memória e arquivo não apenas preserva as histórias individuais e coletivas, mas também influencia a compreensão do passado e a formação da identidade e da cultura de grupos e nações. Portanto, os arquivos atuam como guardiões da memória coletiva, assegurando que as narrativas de diversas gerações sejam acessíveis para futuros estudos e reflexões. Eles possibilitam a construção de um panorama mais amplo e profundo das transformações sociais, culturais e políticas ao longo do tempo. Além disso, os arquivos desempenham um papel crucial na educação e na pesquisa acadêmica, fornecendo materiais primários indispensáveis para a produção de conhecimento e inovação.

Portanto, entende-se que ao longo da história, a fotografia foi consolidada como um meio indispensável de registro visual, desempenhando um papel singular na preservação da memória coletiva e na narrativa histórica. Trata-se de uma capacidade única de capturar e preservar momentos específicos no tempo, conferindo uma autenticidade visual aos eventos que documenta. Sendo uma testemunha visual, a fotografia ultrapassa barreiras linguísticas e culturais, oferecendo uma representação tangível e muitas vezes emotiva da realidade, permitindo assim, que as gerações futuras visualizem e compreendam experiências passadas (Kossoy, 2014).

A imagem congelada em uma fotografia, não apenas registra um acontecimento, mas também carrega consigo a atmosfera, as emoções e os detalhes que enriquecem a compreensão daquele momento (Kossoy, 2014). Como forma de divulgação do acervo e da própria instituição, o projeto faz uso da metodologia de descrição arquivística, que é nada menos que o processo de identificar, analisar e comunicar informações sobre documentos arquivísticos, visando facilitar sua localização, acesso e compreensão (Brasil, 2006). Essa prática envolve a criação de instrumentos de descrição, como inventários, catálogos e guias, que fornecem informações contextuais e estruturais sobre os documentos em um arquivo (Bellotto, 2004).

Como premissa, utiliza-se de base a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Brasil, 2006) para a criação de campos de descrição. Para isso, chegou-se à seguinte conclusão em relação à descrição de imagens: identificação e contextualização; facilitação da pesquisa; preservação do contexto original; padronização da terminologia; e acessibilidade universal (Alburquerque; Murguia, 2010).

A descrição arquivística em fotografias contribui para a organização da memória visual ao estabelecer uma estrutura informativa que não apenas facilita a gestão de coleções fotográficas, mas também promove a compreensão e interpretação adequadas das imagens, enriquecendo assim a narrativa histórica.

METODOLOGIA

Essas atividades visam não apenas celebrar a história da FURG, mas também fomentar uma cultura de valorização e respeito pelo patrimônio histórico e cultural da instituição. Metodologicamente a pesquisa é de caráter exploratório "[...] visando o aprimoramento das ideias [...]" (Gil, 2002, p. 41), já que se utiliza de recursos bibliográficos e análise documental, principalmente aqueles relacionados aos estudos de fotografia.

A fotografia é uma ferramenta poderosa para registrar momentos e documentar a história. No contexto universitário, ela pode capturar não apenas eventos significativos, mas também o cotidiano, as transformações físicas do campus, as atividades acadêmicas e culturais, e as interações entre os membros da comunidade acadêmica. Este estudo buscou entender como as fotografias podem servir como instrumentos de memória e cultura, contribuindo para a construção da identidade institucional da FURG. Já que "O NuME é

composto por documentos que possuem relação direta com a história e a memória afetiva da Universidade Federal do Rio Grande – FURG" (Medeiros; Fantinel; Silveira, 2024, p. 3).

A metodologia do projeto é do tipo exploratória e de cunho qualitativo, tendo como abordagem o levantamento da coleção de fotografias. "Pesquisas desse tipo podem servir de base para subsequentes pesquisas experimentais" (Motta-Roth; Hendges, 2010, p. 119). Existe um pressuposto para esse tipo de pesquisa, qual seja o de levar em consideração a interação do pesquisador com o objeto de estudo.

Enquanto a pesquisa exploratória familiariza o pesquisador com o objeto de estudo, a pesquisa qualitativa aprofunda ainda mais o método de estudo utilizado pelo pesquisador com o corpus da pesquisa. Além disso, "[...] os pesquisadores qualitativos ressaltam a natureza socialmente construída da realidade, a íntima relação entre o pesquisador e o que é estudado, e as limitações situacionais que influenciam a investigação" (Denzin; Lincon, 2006, p. 23).

RESULTADOS

A coleção iconográfica do NuME possui "6.792 fotos. Sendo essas 3.205 (construção dos Campi) - 105 do Campus Cidade, 2735 do Campus Carreiros e 365 da construção do Campus Saúde" (Medeiros; Fantinel; Silveira, 2024, p. 14). Para este estudo foram selecionadas as fotografias que remetem ao período anterior e ao início de fundação da FURG, portanto, incluem-se as seguintes coleções: Departamento de Ciências Fisiológicas (DCF), Faculdade de Direito, Escola de Engenharia Industrial, Faculdade Católica de Filosofia, Faculdade de Letras, Faculdade de Matemática, Faculdade

de Medicina e Oceanologia. Dessas coleções resultou o total de 256 fotografias levantadas, conforme Quadro 1. O período das fotografias compreende, aproximadamente, entre 1960 a 1978.

Quadro 1 – Seleção de fotografias para execução do projeto

Local	Número de fotos
Departamento de Ciências Fisiológicas	7
Faculdade de Direito	30
Escola de Engenharia Industrial	65
Faculdade Católica de Filosofia	37
Faculdade de Letras	8
Faculdade de Matemática	1
Faculdade de Medicina	1
Oceanologia	107
Total	**256**

Fonte: dados do projeto (2024).

Pelo Quadro 1 fica evidente o destaque da maior quantidade de fotografias dos cursos que deram origem a FURG, em especial três deles: Faculdade de Direito, Escola de Engenharia Industrial e Faculdade Católica de Filosofia. Oceanologia aparece, também, com uma quantidade significativa, o que pode ser resultado dos inúmeros programas e projetos vinculados ao sistema costeiro na Universidade, bem como a inauguração da Base Oceanográfica em 1978.

A partir desse levantamento e seleção das fotografias iniciou-se a próxima etapa, que foi a elaboração de um quadro que atendesse as normas de descrição arquivística, no entanto, voltadas para as fotografias como documento de arquivo. Para este trabalho foram

adotadas as normas de descrição arquivística do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) (Brasil, 2006). A descrição arquivística é uma prática essencial na gestão de acervos documentais, e sua padronização é fundamental para garantir a consistência e a coerência na representação de informações sobre documentos. No contexto brasileiro, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade), elaborada pelo Conarq, tem um papel central nesse processo, ao definir diretrizes e padrões para a descrição de documentos de arquivo (Brasil, 2006).

Além da Nobrade (Brasil, 2006), por se tratar especificamente da descrição de fotografias, utilizou-se como base para elaboração de um quadro para a descrição, o estudo realizado por Pavezi (2011). Assim, a descrição arquivística, quando realizada conforme a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, não apenas organiza e torna mais acessível o patrimônio documental, mas também preserva o contexto histórico e administrativo em que os documentos foram produzidos, essencial para sua interpretação e uso futuro.

Quadro 2 – Elementos da descrição arquivística para fotografias

ELEMENTO	DESCRIÇÃO
Item documental	*Fotografias vinculada a uma função/atividade*
Emissor	Fotógrafo responsável pelo registro da imagem.
Destinatário	Acervo a que pertence.
Função	Mostrar a razão da sua existência.
Ação	Intenção do registro da imagem fotográfica.
Data tópica	Local de produção das fotografias.
Assinatura	Se houver. Do fotógrafo ou laboratório responsável pela imagem.
Observações	Anotações pontuais quando forem necessárias.

Notação	Definição do Fundo, Seção, Subseção, Série, Dossiê, endereço de localização do documento no acervo.
Data da imagem	Data de registro da fotografia.
Modalidade	Fotografia.
Material	Definição do tipo de material do documento, de acordo com o seu suporte.
Dimensão	Tamanho da imagem em milímetros em relação à sua altura e à sua largura.
Qualidade da imagem	Estado da nitidez, foco e contraste da fotografia.
Cromia	Especifica se a fotografia é em preto e branco (monocromática) ou colorida (color).
Polaridade	Identifica se a imagem é impressa ou encontra-se em outro suporte.
Conteúdo	Compreende a descrição dos elementos relacionados ao contexto e ao conteúdo que representam e estão registrados na imagem fotográfica.
Pessoas	Registra a identificação do nome das pessoas que estão presentes na fotografia.
Pontos de acesso	Conjunto de termos usados para pesquisar uma descrição arquivística.
Dimensão expressiva	Elementos da imagem fotográfica dada pela técnica empregada no momento do seu registro.
Observações	Especifica pontos não elencados nos itens acima. Como informações complementares, por exemplo, de aquisição/ doação.

Fonte: adaptação de Pavezi (2011).

O Quadro 2 constitui peça-chave para auxiliar na representação do conteúdo presente nas fotografias. No entanto, nem todos os elementos podem ser identificados ou representados nas imagens. É o caso, por exemplo, do elemento emissor, uma vez que a maioria das fotografias não apresenta a identificação do fotógrafo, o que impossibilita o registro dessa informação para registrar. O mesmo ocorre com o elemento data da imagem, são poucas as fotografias que trazem a data exata, em muitos casos, trabalha-se com datas aproximadas, inferidas a partir do evento retratado ou do período

de construção do pavilhão, ou, ainda, apenas com o ano anotado no verso da fotografia. Há também outros elementos que não puderam ser identificados. Essas ausências repercutem diretamente na representação da informação dessas imagens no âmbito da descrição arquivística, pois correspondem a lacunas informacionais que não podem ser plenamente preenchidas.

As 256 fotografias retratam eventos, inaugurações de pavilhões, aulas inaugurais, formaturas e etapas de construção de edifícios. Grande parte desse conjunto fotografias não apresenta identificação das pessoas retratadas, e apenas um número reduzido de imagens contém alguma informação no verso, seja sobre o evento, as pessoas ou o local. Diante disso, o projeto previu uma etapa específica voltada ao preenchimento, na medida do possível, dessas lacunas informacionais. Contudo, em razão dos eventos climáticos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul, bem como da greve dos docentes e técnicos, essa etapa precisou ser adiada para momento posterior.

A seguir, são apresentadas, como exemplares da coleção, três fotografias de formaturas de diferentes cursos: Escola de Engenharia Industrial, Medicina e Letras. Nessas imagens, observa-se a distinção de gênero entre os participantes de cada curso, aspecto que ilustra variações na composição demográfica dessas áreas de formação. Ao mesmo tempo, o conjunto reforça a necessidade de ampliar as informações relativas aos acontecimentos registrados, de modo a qualificar sua contextualização e representação arquivística.

Na Figura 1, observa-se uma cerimônia de formatura da Escola de Engenharia Industrial, datada da década de 1960. A identificação dos integrantes da mesa, por exemplo, demandaria consulta aos registros solenes do período, visto que não foram encontrados, nem na coleção nem na própria fotografia, dados complementares sobre o evento.

Figura 1 – Fotografia da formatura da Escola de Engenharia Industrial



Fonte: acervo do NuME (196?).

Ainda na Figura 1, é possível identificar que se trata de um evento da Escola de Engenharia Industrial a partir do símbolo de madeira visível na parede, representado por uma abelha em uma estrutura hexagonal, remetendo a um favo, acompanhada das iniciais da Escola. Esse objeto foi posteriormente doado ao NuME e hoje compõe o acervo institucional como item de exposição permanente.

A Figura 2 apresenta os acadêmicos da primeira turma de Medicina retratados em uma fotografia de formatura datada de 1971. Nesse caso específico, as informações relativas aos formandos estão registradas no verso da própria fotografia.

Figura 2 – Alunos da primeira turma do curso de Medicina



Fonte: acervo do NuME (1971).

A Figura 3, por sua vez, retrata a formatura do curso de Letras. Além de reunir um número de formandos maior do que o observado nos dois exemplos anteriores, a fotografia evidencia a predominância feminina entre os participantes.

Figura 3 – Formatura do curso de Letras



Fonte: acervo do NuME (1967).

Em síntese, as três figuras analisadas oferecem um panorama das cerimônias de formatura de diferentes cursos entre as décadas de 1960 e 1970, cada qual com características próprias. A Figura 1, referente à Escola de Engenharia Industrial, evidencia a importância dos registros históricos da época para complementar informações ausentes, tendo no símbolo da abelha em estrutura de favo um elemento central para a identificação do evento. A Figura 2, por sua vez, registra a primeira turma de Medicina, em 1971, e apresenta um nível mais amplo de informação, com a identificação dos formandos, o que enriquece a documentação visual disponível. Já a Figura 3 retrata a formatura do curso de Letras e se destaca pela expressiva participação feminina, refletindo transformações graduais no perfil dos formandos. Em conjunto, esses registros fotográficos são fundamentais para a preservação da memória institucional e acadêmica, pois possibilitam o resgate e a análise das tradições, das dinâmicas sociais e dos contextos históricos de cada período.

CONCLUSÃO

Diante de um cenário contemporâneo em que as questões relacionadas à preservação do patrimônio cultural se tornam cada vez mais urgentes, especialmente no âmbito das instituições de ensino superior, este estudo buscou não apenas evidenciar o valor documental das fotografias, mas também destacar sua importância como instrumento de promoção de reflexões sobre a história, a memória e a cultura local. Ao investigar a coleção de fotografias do NuME, o projeto contribuiu para o fortalecimento de ações de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural, promovendo o resgate da memória coletiva da Universidade e da comunidade a ela vinculada.

Desse modo, entende-se que o processo de construção da memória nos arquivos não é passivo ou neutro; ele envolve escolhas,

curadorias e interpretações que influenciam diretamente como o passado será lembrado e compreendido. Ao selecionar, organizar e disponibilizar documentos, os arquivos ajudam a moldar a narrativa histórica, definindo quais eventos e personagens serão destacados e quais aspectos da história serão preservados ou relegados ao esquecimento. Por isso, o arquivo é não apenas um repositório de documentos, mas também um espaço ativo de construção de memórias e de identidade cultural, social e institucional, onde as práticas arquivísticas desempenham um papel essencial na mediação entre o passado e o presente.

Portanto, espera-se que os resultados do projeto contribuam para uma compreensão mais ampla sobre o papel das fotografias na construção e na preservação da cultura, da memória e da identidade da FURG, bem como para o desenvolvimento de estratégias capazes de engajar a comunidade acadêmica no reconhecimento e na valorização dessas imagens como parte do patrimônio cultural institucional.

NOTA

O projeto de pesquisa contou a participação da bolsista Iniciação Científica Roberta Nunes de Souza para a atividade de levantamento de dados, no período de set/2023 a jun/2024.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C.; MURGUIA, E. I. A descrição de documentos fotográficos através da ISAD (G) e AACR2: aproximações e diferenças. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 24, n. 2, p. 25–41, 2010. Disponível em: https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/1653. Acesso em: 20 jan. 2024.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

DELMAS, B. **Arquivos para quê?**: textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In:* DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15–41.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INDOLFO, A. C. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia. **Arquivística.net**, v. 3, n. 2, 2007.

KOSSOY, B. Estética, memória e ideologia fotográficas: decifrando a realidade interior das imagens do passado. **Revista Acervo**, v. 6, nos. 1–2, p. 13–24, 1993.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. 5. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2014.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MEDEIROS, R. P.; FANTINEL, E. G.; SILVEIRA, M. S. Diagnóstico do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos – NuME. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 14, e048282, 2024. DOI: 10.35699/2237-6658.2024.48282. Acesso em: 29 set. 2024.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

NASSAR, P. (org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004.

NASSAR, P. **Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

PAVEZI, N. **Catálogo seletivo de fotografias:** concretizando um ideal: a cidade universitária da UFSM de 1960 a 1973. Santa Maria: Ed. UFSM, 2011.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WORCMAN, K. **Como histórias de vida mostram cidades invisíveis**. Rede paulista de educação patrimonial. São Paulo, [200?]. Disponível em: https://repep.fflch.usp.br/sites/repep.fflch.usp.br/files/Museu%20da%20Pessoa%20WORCMAN_K.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

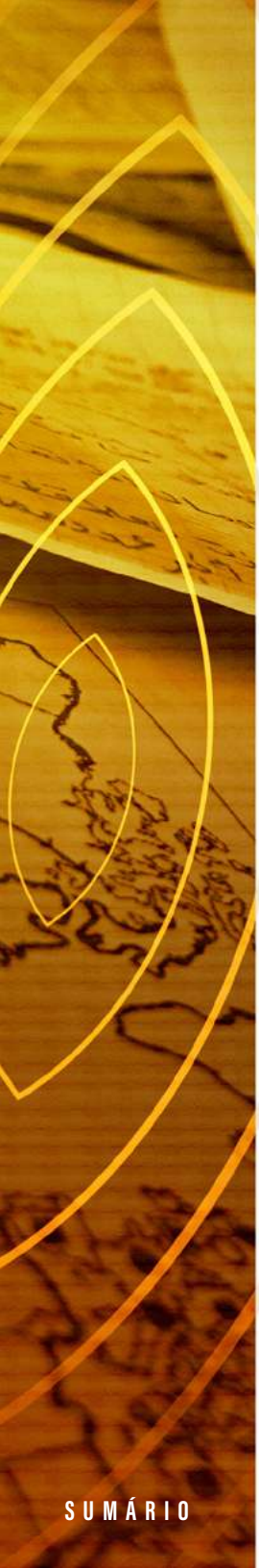
15

Dilza Ramos Bastos
Beatriz Ferreira Rio
Gabriela Falcão Klein

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E CULTURAL DA BIBLIOTECA INFANTOJUVENIL MARIA MAZZETTI (BIMM), A PARTIR DE PESQUISA NO ACERVO DOCUMENTAL DO SERVIÇO DE ARQUIVO HISTÓRICO E INSTITUCIONAL (SAHI), DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA (FCRB)

HISTORICAL, SOCIAL AND CULTURAL CONTEXTUALIZATION OF THE MARIA MAZZETTI CHILDREN'S LIBRARY (BIMM), BASED ON RESEARCH IN THE DOCUMENTARY COLLECTION OF THE HISTORICAL AND INSTITUTIONAL ARCHIVE SERVICE (SAHI), OF THE CASA DE RUI BARBOSA FOUNDATION (FCRB)

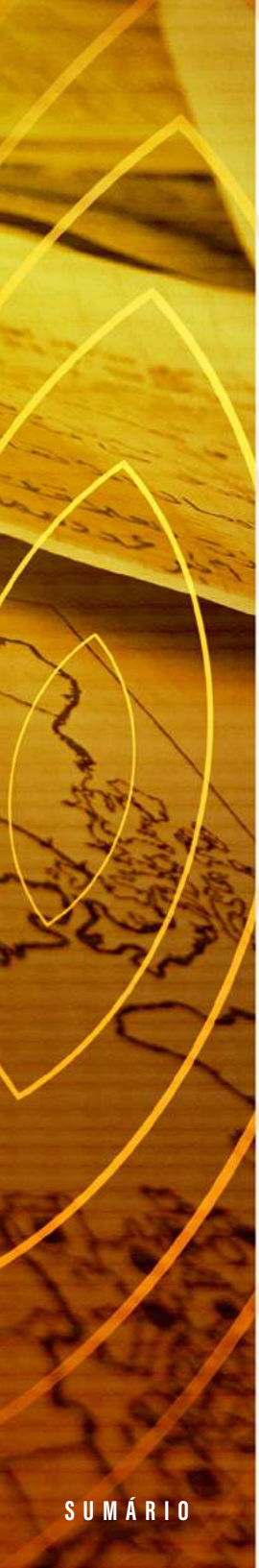
DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.15



RESUMO

O presente relato é referente a um desdobramento da pesquisa intitulada "Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da literatura infantojuvenil", que faz parte do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura – PIPC (Concurso nº 02/2023), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Apresenta a contextualização histórica, social e documental da Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM), a partir de pesquisa no acervo documental do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) da FCRB. Tem por objetivo identificar e analisar registros documentais relacionados à BIMM, a partir de documentação comprobatória, como o registro de criação, convênios de cooperação técnica, regulamentos de funcionamento, manuais técnicos, relatórios de atividades e fotografias. Nesse sentido, a metodologia adotada foi a investigação em documentos sobre a BIMM levantados no SAHI. Desse modo, constitui-se parte da revisão de literatura e do estudo da documentação primária correspondente. O referencial teórico foi elaborado com base no estudo de textos que tratam do desenvolvimento de coleções e de bibliotecas infantis, de autores tais como Waldomiro Vergueiro, Simone Weitzel, Regina Zilberman, Marisa Lajolo, Ana Maria Machado, Regina Porto e Beatriz Rio, e nortearam a investigação da documentação mantida pelo SAHI. Embora a pesquisa no SAHI ainda esteja em desenvolvimento, tendo em vista o projeto de modo integral, já é possível concluir que a análise da documentação arquivística tem proporcionado informações fundamentadas para contextualização histórica, social e cultural da BIMM.

Palavras-chave: pesquisa histórica; arquivo institucional; Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti; Fundação Casa de Rui Barbosa.



ABSTRACT

This report refers to a development of the research entitled "Study for the development of collections within the scope of children's literature", which is part of the Incentive Program for the Production of Technical and Scientific Knowledge in the Area of Culture – PIPC (Contest nº 02/ 2023), from the Casa de Rui Barbosa Foundation (FCRB). Presents the historical, social and documentary contextualization relating to BIMM, based on research in the SAHI database. Its objective is to identify and analyze documentary records related to BIMM, based on supporting documentation, such as inauguration records, technical cooperation agreements, operating regulations, technical manuals, activity reports and photographs. The methodology adopted in this phase of the research was the investigation of documents about BIMM collected at SAHI. In this way, it constitutes part of the literature review and the study of the corresponding primary documentation. The theoretical framework was developed based on the study of texts that deal with the development of collections and children's libraries, especially authors such as Waldomiro Vergueiro, Simone Weitzel, Regina Zilberman, Marisa Lajolo, Ana Maria Machado, Regina Porto and Beatriz Rio, bibliographic works that guided the investigation of the documentation maintained by SAHI. Although the research at SAHI is still under development, considering the project as a whole, it is already possible to conclude that the analysis of archival documentation has provided information for the historical, social and cultural contextualization of BIMM.

Keywords: *historical research; Institutional Archive; Maria Mazzetti Children's Library; Casa de Rui Barbosa Foundation.*

INTRODUÇÃO

Este relato apresenta algumas considerações acerca da contextualização histórica, social e documental referente à Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM), a partir de investigação realizada no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Este levantamento integra uma das etapas da pesquisa "Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da literatura infantojuvenil", que faz parte do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura – PIPC (Concurso nº 02/2023), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). A pesquisa, atualmente em curso, foi iniciada em novembro de 2023, tem previsão de 12 meses de execução e está sendo realizada na Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (BIMM), biblioteca que integra o Serviço de Bibliotecas (SBIB), do Centro de Memória e Informação (CMI), da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB).

A BIMM foi criada em 1979, a partir de um convênio estabelecido entre a Fundação Casa de Rui Barbosa e a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Foi inaugurada em 02 de abril daquele ano, data em que é comemorado o Dia Internacional do Livro Infantil, em homenagem ao dia do nascimento do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen, autor de 'A pequena sereia', 'O patinho feio', 'O soldadinho de chumbo', entre outras histórias infantis.

A biblioteca recebeu este nome em homenagem à escritora Maria Mazzetti (1926-1974), autora e tradutora de livros infantis, que publicou cerca de 28 obras e traduziu e/ou adaptou 18 obras dedicadas a este público. Mazzetti também atuou na Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, chefiando o Setor de Teatro Infantil e dirigindo o Teatro Gibi (Cruz, 1994).

Figura 1 – Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti (2023)



Fonte: as autoras (2023).

No início da parceria entre a FCRB e a FNLIJ, foi acordado que a FCRB ficaria responsável por oferecer o espaço e o mobiliário, enquanto a FNLIJ prestaria assessoria em relação à criação e funcionamento da biblioteca. A parceria entre as duas instituições durou dois anos e, a partir de 1981, a BIMM passou a ser responsabilidade exclusiva da FCRB, cabendo à FNLIJ prestar assessorias pontuais à biblioteca. O principal objetivo da BIMM é contribuir para "a formação de leitores, para tanto, estimula a leitura, não somente como fonte de conhecimento, mas também, como fonte de prazer e crescimento humano" (Fundação Casa de Rui Barbosa, 2021). Atualmente, a BIMM conta com cerca de 660 sócios inscritos e tem um acervo em torno de 8500 títulos no acervo corrente, sendo que os de literatura infantil correspondem a 57% do total do acervo (Rio, 2024).

O público que frequenta as dependências da BIMM é formado, majoritariamente, por crianças de até cinco anos de idade.

Com o decorrer da pesquisa acima mencionada, identificou-se a necessidade de aprofundar o conhecimento em relação ao histórico da BIMM. A partir disso, e levando em consideração o cronograma de atividades do projeto PIPC, iniciou-se uma investigação no acervo documental do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional (SAHI) da FCRB, como forma de contribuir para a etapa da elaboração de considerações sobre o acervo e sobre o estudo para o seu desenvolvimento. Essa etapa estava prevista em cronograma (Figura 2) e iniciou-se no terceiro semestre da vigência do projeto. Entendemos que a pesquisa documental no SAHI também está diretamente relacionada a dois objetivos da pesquisa PIPC: 1) colaborar efetivamente para a adequação do acervo às finalidades da BIMM e 2) contribuir para a manutenção e atualização do acervo.

Figura 2 – Cronograma de atividades do projeto

Etapa	Período			
	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Revisão de literatura	X			
Análise do acervo da BIMM e elaboração de relatório, de modo que sejam apresentadas considerações sobre a natureza, a formação e a importância desse acervo	X	X		
Elaboração de considerações sobre o acervo e sobre o estudo para o seu desenvolvimento, com base na fundamentação teórica investigada			X	
Participação em atividades desenvolvidas pela BIMM, tendo em vista observar e propor o uso do acervo nessas atividades, bem como obter para propor a aquisição de novas publicações	X	X	X	X
Divulgar a pesquisa mediante elaboração de artigo				X

Fonte: elaborado pelas autoras, a partir do Projeto 'Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da literatura infantojuvenil' (2023-2024).

O SAHI é o setor da FCRB responsável por realizar a gestão de documentos da instituição e encarregado pela preservação, realização de processos técnicos e promoção dos arquivos de Rui Barbosa e de outras personalidades relevantes para a história social, cultural e científica do Brasil. Dentre as atividades desenvolvidas pelo setor, destaca-se "a organização de exposições, a disponibilização à sociedade de imagens do acervo [...] a realização de projetos especiais [...], bem como o atendimento a demandas de cidadãos via Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)" (Fundação de Casa de Rui Barbosa, 2023).

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do projeto foi elaborado com base no estudo de textos que tratam do desenvolvimento de coleções, bibliotecas infantis e literatura infantojuvenil, de autores tais como Marisa Lajolo e Regina Zilberman (2022), Ana Maria Machado (2011), Regina Porto (2000), Beatriz Rio (2024), Waldomiro Vergueiro (1989) e Simone Weitzel (2002). Este referencial norteou, em um primeiro momento, a investigação da documentação mantida pelo SAHI, da FCRB. De maneira concomitante, porém, foi realizada uma busca por referências teóricas relacionadas aos arquivos e à memória institucional.

De acordo com Rondinelli (2013), o documento arquivístico é aquele produzido e/ou recebido por uma pessoa física ou jurídica, no decorrer de suas atividades, independentemente do suporte. No âmbito desta pesquisa foram tratados os documentos de natureza jurídica referentes aos entendimentos mantidos pela FCRB e a FNLIJ, bem como os documentos internos elaborados pela FCRB, no decorrer do tempo. Portanto, a documentação identificada e analisada

> apresenta duas espécies de valores inerentes: **VALOR PRIMÁRIO** – estabelecido em função do grau de importância que o documento possui para a entidade que o acumulou e; **VALOR SECUNDÁRIO** – estabelecido em função do grau de importância que o documento possui para outras entidades e pesquisadores (FIOCRUZ, [20??], [p. 2]).

Silva e Godoy (2017, p. 2770) atentam para o fato de que o pesquisador deve ter cuidado em respeitar a organicidade dos conjuntos documentais, e destacam que os documentos utilizados em pesquisas, não raramente "são extraídos aleatoriamente de seu contexto, gerando conclusões arbitrárias a respeito do seu conteúdo informativo, desrespeitando a organicidade dos conjuntos documentais". Esta ideia é baseada em Bellotto (2006), que defende a importância da manutenção da organicidade dos documentos, uma vez que é através da análise dos conjuntos documentais que será possível perceber a correlação dos documentos de acordo com os processos administrativos, e a partir daí, o pesquisador consegue atribuir um novo sentido ao documento sem criar conclusões aleatórias.

Considerando que os documentos são parte integrante da memória de uma instituição, estamos de acordo com Valls, Freitas e Rueda (2011), que afirmam que instituições, empresas e organizações produzem uma extensa quantidade de documentos ao longo de sua história, e estes são fundamentais para a preservação da chamada memória institucional. Tais informações, de acordo com autoras, podem ser encontradas em diferentes formas e tipos de suportes, e devem ser reunidas, armazenadas e organizadas de maneira a estarem disponíveis para a consulta dos usuários, pois expressam não apenas as atividades realizadas por uma instituição, como também o período em que está inserida, além do espaço e tempo que ocupam na sociedade. Esta característica contribui para a compreensão da instituição, como um todo.

OBJETIVOS

Objetivo geral desta etapa:

- Identificar e analisar registros documentais relacionados à BIMM, a partir de documentação comprobatória constante no acervo do SAHI, quanto à criação da biblioteca e a convênios de cooperação técnica, regulamentos de funcionamento, manuais técnicos, relatórios de atividades e fotografias.

Objetivos específicos:

- Incorporar à pesquisa "Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da Literatura Infantojuvenil" elementos que contextualizam a BIMM em seus aspectos histórico, cultural e social;
- Verificar possíveis modificações em relação ao público atendido pela biblioteca ao longo dos 45 anos de atuação da mesma;
- Verificar de que maneira estas possíveis mudanças se relacionam à formação e desenvolvimento do acervo da biblioteca.

METODOLOGIA

A metodologia fundamentou-se no referencial teórico estudado na pesquisa bibliográfica, norteando a análise da documentação levantada na pesquisa arquivística. Visou, assim, atualizar os conhecimentos por meio da bibliografia especializada em desenvolvimento de coleções e em bibliotecas infantis e/ou infantojuvenis, aplicando-os à análise dos documentos arquivísticos levantados. Desse modo, a revisão de literatura foi realizada por meio de buscas nas bases de dados com o uso das palavras-chave "desenvolvimento

de coleções", "literatura infantil", "literatura infantojuvenil" e "bibliotecas infantis" e "bibliotecas infantojuvenis". A pesquisa bibliográfica foi também estendida de modo a incluir em seu escopo os conceitos de "documento arquivístico" e "memória institucional", com vistas a proporcionar uma base teórica para auxílio da pesquisa documental realizada no arquivo da FCRB.

Do mesmo modo, a investigação realizada no acervo arquivístico se deu, inicialmente, a partir de pesquisa nas pastas intituladas "Inventário de documentos – AP PROC" e "Pasta Inventário AP", disponibilizadas na Intranet da FCRB, por meio de buscas utilizando as palavras-chave "biblioteca","biblioteca Maria Mazzetti", "BIMM" e "Maria Mazzetti".

Após a seleção de arquivos que poderiam ser pertinentes ao estudo, foi solicitado, via email ao SAHI, o acesso a estes documentos. Na etapa da consulta ao material, foi realizada a leitura documentária e análise de conteúdo, seguida de solicitação de digitalização de documentos considerados relevantes para o objetivo da pesquisa, de acordo com os estudos e leituras realizadas anteriormente. Os documentos digitalizados e disponibilizados pelo SAHI foram incluídos na pasta da documentação da pesquisa PIPC.

ANÁLISE

Conforme já exposto, a pesquisa no SAHI foi efetuada, em um primeiro momento, visando a identificação dos documentos arquivísticos através de listas disponibilizadas na intranet da FCRB. Após as buscas pelas palavras-chave "biblioteca", "biblioteca Maria Mazzetti", "BIMM" e "Maria Mazzetti", foram obtidos 183 resultados. Em seguida, foi realizada a seleção dos documentos potencialmente relevantes para a pesquisa, por meio de observação inicial dos termos de assunto e das palavras-chave da indexação elaboradas pelo setor.

Após esta seleção, foi realizada a análise de conteúdo a partir da leitura documentária realizada por meio da ação crítica, com base na experiência e na observação do acervo e das atividades da BIMM, bem como na pesquisa bibliográfica no âmbito do desenvolvimento de coleções e das bibliotecas infantojuvenis, anteriormente efetuada. A obtenção das informações extraídas desta documentação também possibilitou confirmar os documentos originais correspondentes a cópias obtidas na própria BIMM, em momento anterior à pesquisa. Nesta etapa, foram pesquisados 16 processos e dossiês. É importante salientar que, por uma questão de tempo e objetivos da pesquisa PIPC, a investigação documental realizada no SAHI não foi realizada de forma exaustiva, porém levamos em consideração o conceito de organicidade dos documentos, conforme apontaram Bellotto (2006) e Silva e Godoy (2017).

Abaixo, destacamos alguns exemplos desta etapa de seleção e análise dos documentos. Chamamos atenção para o fato de que todos estes exemplos têm relação com os objetivos, usuários e formação de acervo da biblioteca e, por isso, dialogam diretamente com a proposta do projeto "Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da literatura infantojuvenil".

O primeiro exemplo é o documento "Projeto de Criação da Biblioteca Infantil na Fundação Casa de Rui Barbosa", elaborado em 1978, através de parceria entre as instituições FNLIJ e FCRB. Esse documento apresenta a justificativa para a importância da criação de uma biblioteca infantil, destacando a escassez deste tipo de biblioteca na cidade do Rio de Janeiro. Salienta, também, que apesar de existirem salas para crianças nas bibliotecas regionais municipais, a maior parte delas contava com "um acervo bastante limitado ou desatualizado" e que, além disso, "outro dado a ser levado em conta é a não existência ou o não funcionamento das Bibliotecas Escolares, cuja importância é desnecessária ressaltar" (Arquivo Histórico e Institucional da Fundação casa de Rui Barbosa, Processo nº 26/78, fl. 7).

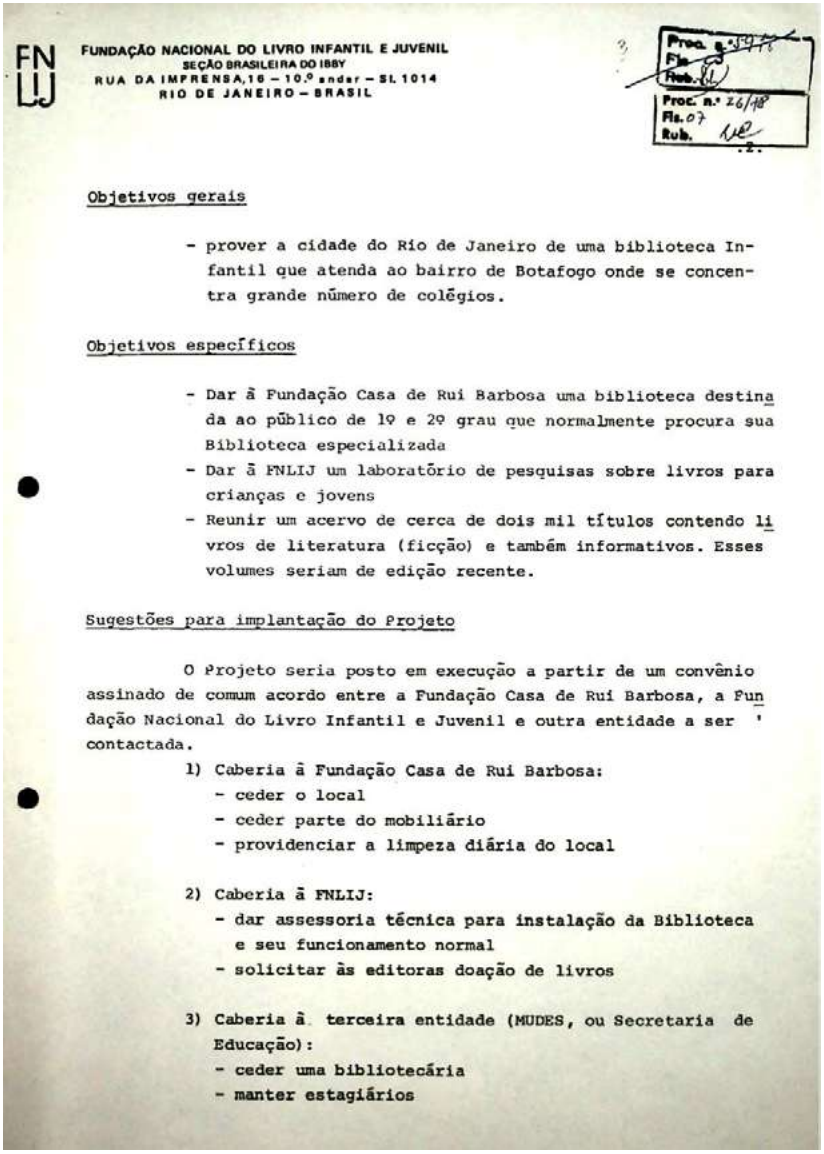
Após a exposição da justificativa, são apresentados os objetivos gerais e específicos da futura biblioteca:

> Objetivos gerais:
>
> - Prover a cidade do Rio de Janeiro de uma biblioteca Infantil que atenda ao bairro de Botafogo onde se concentra grande número de colégios.
>
> Objetivos específicos:
>
> - Dar à Fundação Casa de Rui Barbosa uma biblioteca destinada ao público de 1º e 2º grau que normalmente procura uma biblioteca especializada
>
> [...]
>
> - Reunir um acervo de cerca de dois mil títulos contendo livros de literatura (ficção) e também informativos (Arquivo Histórico Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, Processo, 1989, p. 3).

A leitura do Projeto possibilita considerar que o bairro onde a biblioteca seria criada (Botafogo) apresentava carência de bibliotecas públicas e, sobretudo, de bibliotecas infantis. A menção, nos objetivos do Projeto, ao "grande número de colégios" e ao "público de 1º e 2º graus" pode ser interpretada como uma projeção não apenas do público que frequentaria a futura biblioteca, como também da função que ela acabaria desempenhando: a de biblioteca escolar.

A BIMM desempenhou essa função, em certo grau, por algum tempo, porém não estava adequada em relação à Missão da FCRB, bem como por questões de recursos de infraestrutura para uma atuação de apoio escolar permanente. Alguns atendimentos eram realizados nesse sentido quando o acervo poderia atender à demanda no âmbito da literatura infantojuvenil e, principalmente, no que diz respeito às pesquisas em obras de referência, como enciclopédias (Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989), e também relacionadas a Rui Barbosa.

Figura 3 – Projeto de Criação da Biblioteca Infantil na Fundação Casa de Rui Barbosa



FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL
SEÇÃO BRASILEIRA DO IBBY
RUA DA IMPRENSA, 16 – 10.º andar – SL 1014
RIO DE JANEIRO – BRASIL

Proc. n.º 26/78
Fls. 07
Rub.

Objetivos gerais

- prover a cidade do Rio de Janeiro de uma biblioteca Infantil que atenda ao bairro de Botafogo onde se concentra grande número de colégios.

Objetivos específicos

- Dar à Fundação Casa de Rui Barbosa uma biblioteca destinada ao público de 1º e 2º grau que normalmente procura sua Biblioteca especializada
- Dar à FNLIJ um laboratório de pesquisas sobre livros para crianças e jovens
- Reunir um acervo de cerca de dois mil títulos contendo livros de literatura (ficção) e também informativos. Esses volumes seriam de edição recente.

Sugestões para implantação do Projeto

O Projeto seria posto em execução a partir de um convênio assinado de comum acordo entre a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e outra entidade a ser contactada.

1) Caberia à Fundação Casa de Rui Barbosa:
   - ceder o local
   - ceder parte do mobiliário
   - providenciar a limpeza diária do local

2) Caberia à FNLIJ:
   - dar assessoria técnica para instalação da Biblioteca e seu funcionamento normal
   - solicitar às editoras doação de livros

3) Caberia à terceira entidade (MUDES, ou Secretaria de Educação):
   - ceder uma bibliotecária
   - manter estagiários

Fonte: Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (1978).

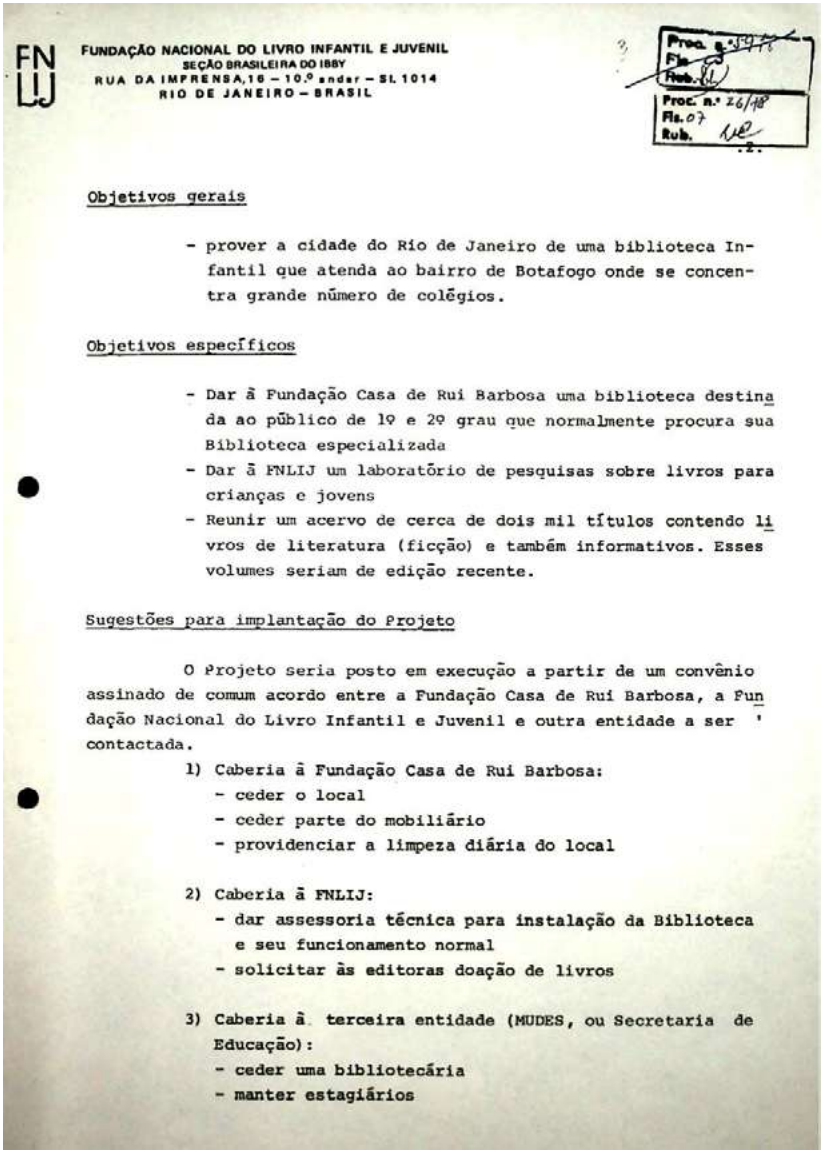
Além disso, a partir da leitura e da análise deste Projeto, foi possível observar que a futura biblioteca a ser instalada na Fundação Casa de Rui Barbosa ainda não havia sido nomeada como "Maria Mazzetti, e era denominada "Biblioteca Infantil" (Arquivo Histórico Institucional Casa de Rui Barbosa, 1989). A denominação "Biblioteca infantojuvenil" só ocorreu a partir da década seguinte.

O segundo exemplo, que mantém ligação com o primeiro, é a apresentação de um plano de aplicação de recursos elaborado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação (MEC), desenvolvido a partir de ofício enviado pela Presidência da FCRB, em 1989, solicitando recursos em benefício da BIMM. O documento destaca que a biblioteca é "destinada ao atendimento das crianças em idade pré-escolar e de primeiro grau, do bairro de Botafogo, inclusive aquelas mais carentes do morro Dona Marta" (Arquivo Histórico Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989, p. 3).

Ao mencionar que a BIMM atende ao público estudantil da comunidade que busca informações para suas pesquisas escolares ("inclusive as mais carentes do morro Dona Marta"[1]), entendemos que está implícita a ideia de que existia um déficit de números de bibliotecas públicas na região do bairro de Botafogo, naquela época. Além disso, é possível inferir também que as bibliotecas das escolas destes alunos que buscavam informações na BIMM poderiam não estar dando conta das demandas dos estudantes. Outra hipótese, ainda, seria a não existência de bibliotecas em algumas destas escolas.

1 Conforme Decreto nº 28674, publicado no Diário Oficial do município do Rio de Janeiro, em 12/11/2007, ficou estabelecido que "respeitando a tradição e a história, a nominação do morro localizado na Rua São Clemente é MORRO DONA MARTA e a comunidade local é FAVELA SANTA MARTA" (Rio de Janeiro, 2007, p. 3). O texto, ainda, menciona a confusão entre nominações e esclarece que: "o morro - acidente geográfico - é mesmo Dona Marta, assim chamado há séculos pelo Padre Clemente [...] e que foi ele quem abriu a Rua São Clemente e deu o nome ao morro de Dona Marta, em homenagem à sua própria mãe, Dona Marta Clemente" e que "a favela é Santa Marta e é uma história mais recente de tradição oral, que um padre chamado Padre Veloso batizou a favela de Santa Marta" (Rio de Janeiro, 2007, p. 3).

Figura 4 – Plano de aplicação de recursos MEC



FNLIJ

FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL
SEÇÃO BRASILEIRA DO IBBY
RUA DA IMPRENSA, 16 – 10.º andar – SL 1014
RIO DE JANEIRO – BRASIL

Proc. n.º 59/78
Fls.
Rub.

Proc. n.º 26/78
Fls. 07
Rub.

Objetivos gerais

- prover a cidade do Rio de Janeiro de uma biblioteca Infantil que atenda ao bairro de Botafogo onde se concentra grande número de colégios.

Objetivos específicos

- Dar à Fundação Casa de Rui Barbosa uma biblioteca destinada ao público de 1º e 2º grau que normalmente procura sua Biblioteca especializada
- Dar à FNLIJ um laboratório de pesquisas sobre livros para crianças e jovens
- Reunir um acervo de cerca de dois mil títulos contendo livros de literatura (ficção) e também informativos. Esses volumes seriam de edição recente.

Sugestões para implantação do Projeto

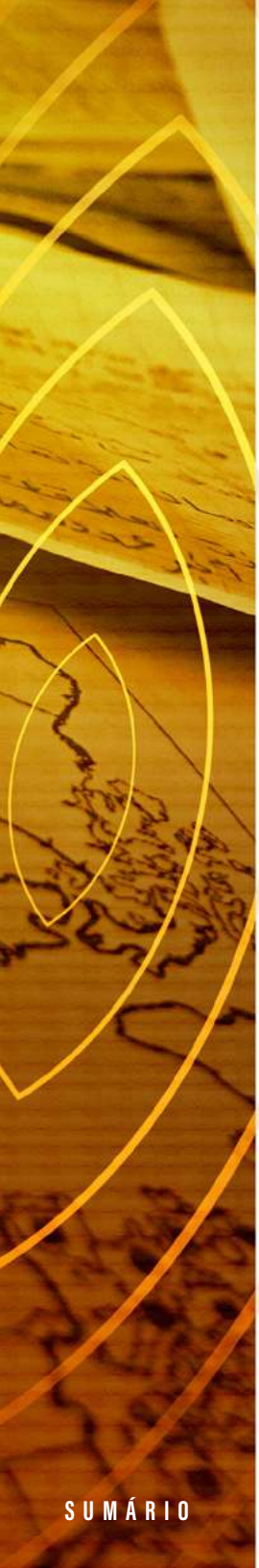
O Projeto seria posto em execução a partir de um convênio assinado de comum acordo entre a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e outra entidade a ser contactada.

1) Caberia à Fundação Casa de Rui Barbosa:
   - ceder o local
   - ceder parte do mobiliário
   - providenciar a limpeza diária do local

2) Caberia à FNLIJ:
   - dar assessoria técnica para instalação da Biblioteca e seu funcionamento normal
   - solicitar às editoras doação de livros

3) Caberia à terceira entidade (MUDES, ou Secretaria de Educação):
   - ceder uma bibliotecária
   - manter estagiários

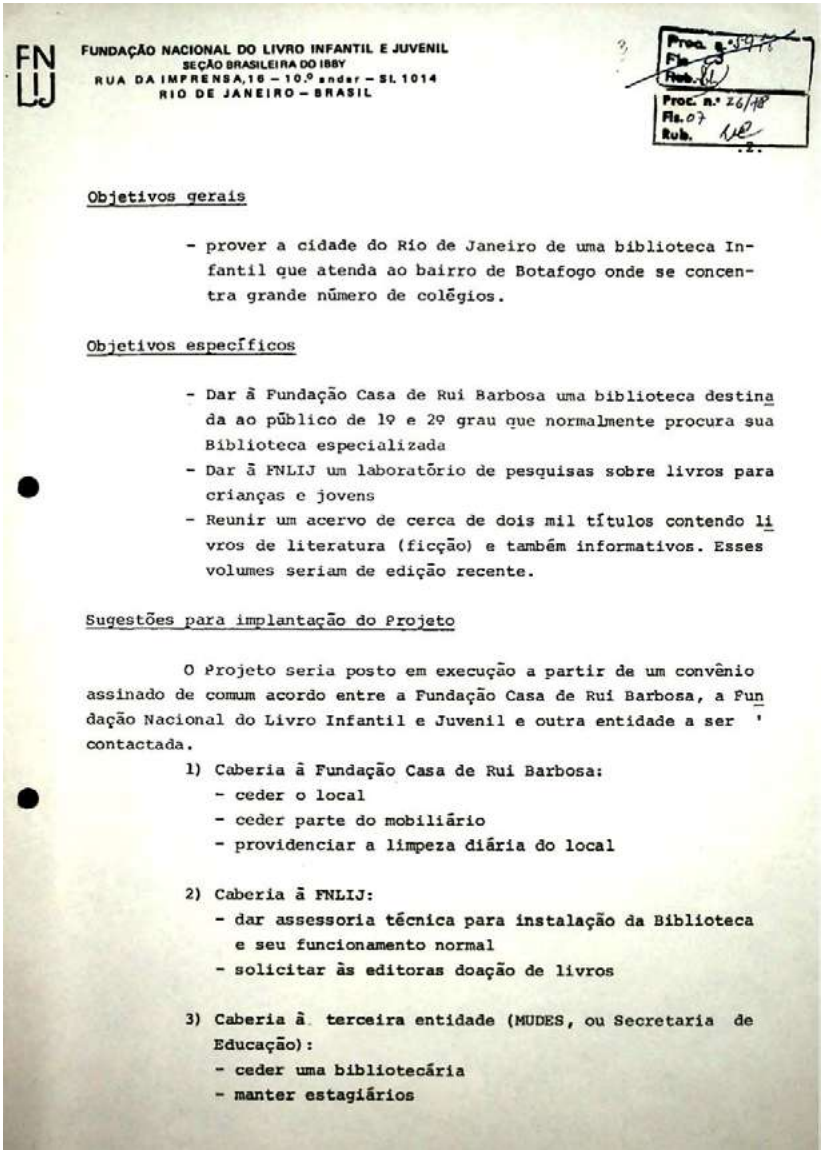
Fonte: Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa (1989).



O terceiro exemplo selecionado destaca um trecho do relatório de atividades das bibliotecas da FCRB, referente ao ano de 2001. Este documento traz dados sobre a equipe (servidores, estagiárias, prestadores de serviços), documentação (preservação, atualização, informatização e processamento técnico do acervo, serviço de referência, visitas técnicas e outros serviços), eventos culturais (atendimento à turmas de escolas, colônia de férias, hora do conto, etc.) e atividades externas (participação em seminário e congressos, cursos e treinamentos) realizadas naquele ano.

Destacamos o tópico "Serviço de referência", que traz informações da BIMM sobre o número de leitores atendidos naquele ano (4784), de sócios (131), de obras emprestadas (965) e também o número de pesquisas escolares (306). Além disso, o documento destaca que a BIMM realiza atendimento aos estudantes do bairro que buscam "informações para as suas pesquisas escolares", e salienta que este atendimento é realizado através do oferecimento de material de pesquisa, "através dos livros e também em outros suportes (CDROMs, recortes de jornais e revistas)", como da orientação da consulta a este material, de forma a "tornar este trabalho escolar numa atividade agradável" (Arquivo Histórico e Institucional Casa de Rui Barbosa, 2001).

Figura 5 – Serviço de referência – BIMM



FUNDAÇÃO NACIONAL DO LIVRO INFANTIL E JUVENIL
SEÇÃO BRASILEIRA DO IBBY
RUA DA IMPRENSA, 16 – 10.º andar – SL 1014
RIO DE JANEIRO – BRASIL

Proc. n.º 59/78
Fls.
Rub.

Proc. n.º 26/78
Fls. 07
Rub.

Objetivos gerais

- prover a cidade do Rio de Janeiro de uma biblioteca Infantil que atenda ao bairro de Botafogo onde se concentra grande número de colégios.

Objetivos específicos

- Dar à Fundação Casa de Rui Barbosa uma biblioteca destinada ao público de 1º e 2º grau que normalmente procura sua Biblioteca especializada
- Dar à FNLIJ um laboratório de pesquisas sobre livros para crianças e jovens
- Reunir um acervo de cerca de dois mil títulos contendo livros de literatura (ficção) e também informativos. Esses volumes seriam de edição recente.

Sugestões para implantação do Projeto

O Projeto seria posto em execução a partir de um convênio assinado de comum acordo entre a Fundação Casa de Rui Barbosa, a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil e outra entidade a ser contactada.

1) Caberia à Fundação Casa de Rui Barbosa:
   - ceder o local
   - ceder parte do mobiliário
   - providenciar a limpeza diária do local

2) Caberia à FNLIJ:
   - dar assessoria técnica para instalação da Biblioteca e seu funcionamento normal
   - solicitar às editoras doação de livros

3) Caberia à terceira entidade (MUDES, ou Secretaria de Educação):
   - ceder uma bibliotecária
   - manter estagiários

Fonte: Arquivo Histórico e Institucional da Casa de Rui Barbosa (2001).

Através do recorte analítico dos exemplos acima, podemos observar que a BIMM exerceu também ação escolar, através de apoio aos alunos da comunidade do entorno da Fundação, na realização de seus trabalhos de pesquisa. Esta característica pode ser observada desde o projeto de criação da biblioteca, no final dos anos 1970, através da utilização de termos como "alunos do 1º e 2º grau", e continuou presente até o início do século XXI, conforme demonstra o relatório de atividades (Fig. 4). Entretanto, cabe destacar que essa abordagem "escolar" se refere também às atividades realizadas em parceria com o Museu/FCRB, por meio da recepção a turmas agendadas e atendidas em visitas guiadas pelos museólogos às dependências, o que incluía e inclui, até os nossos dias, o Jardim e a BIMM. Nessas atividades se oportuniza conhecer as dependências com explanação histórica e consulta ao acervo da BIMM, além de, em alguns casos, incluir também a contação de histórias.

RESULTADOS

Embora a pesquisa documental realizada no SAHI não tenha sido realizada de forma exaustiva, é possível concluir que a investigação, análise e seleção da documentação arquivística tem proporcionado informações fundamentais para a contextualização histórica, social e cultural da BIMM. Além disso, essa documentação levantada e estudada, nesta etapa, foi incorporada à pesquisa integral, intitulada "Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da Literatura Infantojuvenil", ainda em andamento. Ficou evidenciado que ocorreram modificações em relação ao público atendido pela biblioteca, desde a sua criação, ao passo que não mais se caracteriza a ação escolar observada na BIMM durante muitos anos, conforme exemplos trazidos na seção da análise dos documentos. Desta maneira, foi possível também verificar a necessidade de mudanças pontuais na formação do acervo da biblioteca, que ainda apresenta alguns resquícios desta demanda escolar outrora apresentada.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Criação de uma biblioteca infantil na Fundação Casa de Rui Barbosa.** Processo nº 26/78 (Recomposição de novas salas do museu). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1978.

ARQUIVO HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Relatório de atividades Biblioteca - BIMM.** Dossiê 1.4 (1998-2001). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001

ARQUIVO HISTÓRICO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Plano de aplicação de recursos.** Processo nº 54/89 (Aquisição de acervo bibliográfico por compra). Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

BELLOTTO, H. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CRUZ, D. G. **A história de Maria Mazzetti**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Ministério da Cultura, 1994.

RIO DE JANEIRO. Decreto n° 28674, de 12 de novembro de 2007. Nominação do morro na rua São Clemente, em Botafogo. **Diário Oficial do Munícipio de Rio de Janeiro**: Rio de Janeiro, ano XXI, n. 164, p. 3, 13 nov. 2007. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/1524#/p:3/e:1524?find=dona%20marta. Acesso em: 26 set 2024.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Arquivo Histórico e Institucional**. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/centro-de-memoria-e-informacao/arquivo-historico-e-institucional-sahi. Acesso em: 06 jun. 2024.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti**. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/bibliotecas/biblioteca-infantojuvenil-maria-mazzetti-2013-bimm. Acesso em: 06 jun. 2024.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Estudo para o desenvolvimento de acervo no âmbito da Literatura Infantojuvenil.** Programa de Incentivo à produção do conhecimento técnico e científico na área cultural. [Rio de Janeiro]: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/acesso-a-informacao/licitacoes-contratos-selecoes_publicas/selecoes_publicas/concurso-de-bolsas/pdfs/2023_pipc/projeto-27-estudo-para-desenvolvimento-de-acervo-no-ambito-da-literatura-infantojuvenil.pdf. Acesso em 26 jul 2024.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Literatura infantil brasileira**: história e histórias. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

MACHADO, A. M. **Silenciosa algazarra**: reflexões sobre livros e práticas de leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PORTO, R. M. **A biblioteca infantil e sua importância para a formação do leitor**: Biblioteca Infanto-juvenil Maria Mazzetti. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2000.

RIO, B. F. **Seleção de acervo literário infantil**: a biblioteca e a literatura como caminho para uma infância próspera. 2024. 140 f. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) –Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2024.

RONDINELLI, R. C. O conceito de termo arquivístico na era digital. *In*: Seminário de documentos em meio digital, 3., 2013, Rio de Janeiro. **Anais** [...] São Paulo: EDUSP, 2013. Disponível em: https://sites.usp.br/arquivogeral/wp-content/uploads/sites/39/2015/01/rosely.pdf. Acesso em 06 jun 2024

SILVA, D. A. S.; GODOY, E. S. S. O arquivo na construção da memória institucional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp, p. 2767-2778, 2017.

VALLS, V. M.; FREITAS, A.; RUEDA V. M. S. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, v. 4, n. 1, p. 78- 89, 2011. Disponível em https://cip.brapci.inf.br/download/46587. Acesso em 12 set 2024.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

WEITZEL, S. R. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em Ciência da Informação**, n. 1, v. 7, p. 61-67, 2002. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/36146. Acesso em 23 nov. 2023.



16

Lucia Maria Velloso de Oliveira
Isabel Cristina Borges de Oliveira

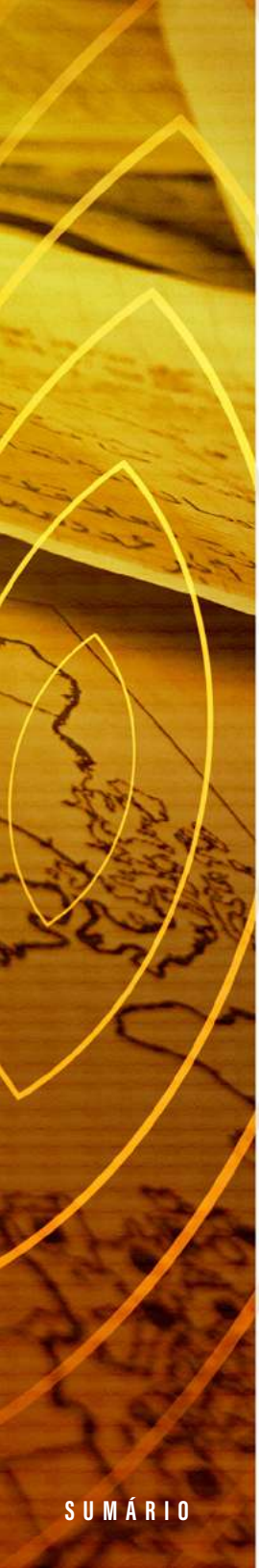
DECOLONIALIDADE E OS ARQUIVOS DE CULTURA:

PERSPECTIVAS

DECOLONIALITY AND CULTURAL ARCHIVES:

PERSPECTIVES

DOI: 10.31560/pimentacultural/978-85-7221-685-2.16



RESUMO

No texto, pretendemos apresentar resultados parciais de pesquisa do projeto "Arquivos de cultura e arquivos públicos na Região Sudeste", cujo objetivo é produzir conhecimento sobre o lugar dos arquivos de cultura nas políticas públicas culturais. A metodologia consiste em conceituar arquivo de cultura a partir da revisão de literatura; identificar os arquivos estaduais e municipais; e analisar seus instrumentos de recuperação *online*. Também almeja compreender o "não" lugar dos arquivos de cultura nas políticas públicas e na agenda arquivística, além de contribuir para o reposicionamento dos arquivos de cultura e para a literatura da área referente à tipologia dos arquivos.

Palavras-chave: arquivo de cultura; decolonialidade; arquivos públicos; descrição arquivística; políticas públicas culturais.

ABSTRACT

This paper aims to present partial results of the project "Cultural archives and public archives in the Southeast region", which aims to produce knowledge about the place of cultural archives in public cultural policies. The methodology consists of conceptualizing cultural archives based on a literature review; identifying state and municipal archives and analyzing their online retrieval tools. It also aims to understand the "non" place of cultural archives in public policies and in the archival agenda; and contribute to the repositioning of cultural archives and to the literature in the area regarding the typology of archives.

Keywords: *cultural archive; decoloniality; public archives; archival description; cultural public policies.*

INTRODUÇÃO

Os arquivos são lugares de documentos e discursos, e a percepção desses discursos perpassa pela forma como o profissional de referência exerce seu trabalho. Analisar, pesquisar e debater os discursos produzidos por este profissional consubstanciado na forma em como organiza e descreve os conteúdos informacionais contidos nos fundos e coleções custodiadas pelas mais diferentes instituições arquivística é, em nosso entendimento, importante para podermos dar voz às mais diferentes demandas sociais e culturais.

Iremos, neste artigo, apresentar observações de pesquisa relativa ao projeto "Arquivos de cultura e arquivos públicos na Região Sudeste", da Fundação Casa de Rui Barbosa, sob coordenação de Lucia Maria Velloso de Oliveira, tendo a perspectiva da decolonialidade.

O projeto tem como principal objetivo produzir conhecimento sobre o lugar dos arquivos de cultura nas políticas públicas culturais, e a compreensão sobre a decolonialidade pode ser um caminho para perceber como os instrumentos de recuperação da informação produzidos pelas instituições arquivísticas se inserem neste debate.

Estamos compreendendo decolonialidade ou decolonialismo por meio da discussão feita por Barbosa (2024), *Grupo de Estudios sobre Colonialidad* (2012) e Oliveira e Lucini (2021), qual seja, "o conjunto de práticas, conceitos, pesquisas e estudos que tentam diminuir, e até reverter, os efeitos da colonização nas sociedades em que este processo histórico ocorreu" (Barbosa, 2024).

Dentro desta perspectiva, as instituições arquivísticas acabam contribuindo para essa dinâmica, já que, em meio aos documentos que compõem seus acervos, temos os discursos dos dominadores e dos dominados (majoritariamente dos dominadores ou de seus segmentos) construídos a partir dos documentos ali presentes.

Visando sua recuperação, para pesquisa, as instituições acabam por acompanhar o contexto sócio-histórico-político-econômico de uma época.

A partir de uma revisão de literatura a fim de estabelecer uma definição de arquivo de cultura –incluindo o levantamento das informações coletadas sobre as instituições arquivísticas públicas estaduais e municipais da Região Sudeste e as análises quantitativa e qualitativa do material identificado –, buscamos compreender quais arquivos podem ser classificados como de cultura e como os temas relativos à decolonialidade são identificados nos instrumentos de pesquisa dessas instituições.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo sobre decolonialidade parte da discussão sobre a manutenção de uma relação de dominação mesmo após o término da colonização, que ocorreu através dos movimentos de independência (Barbosa, 2024; Grupo de Estudios sobre Colonialidad, 2012; Oliveira; Lucini, 2021). A compreensão desta relação inserida nas sociedades nascentes deve ser percebida para podermos discuti-las no âmbito das práticas arquivísticas.

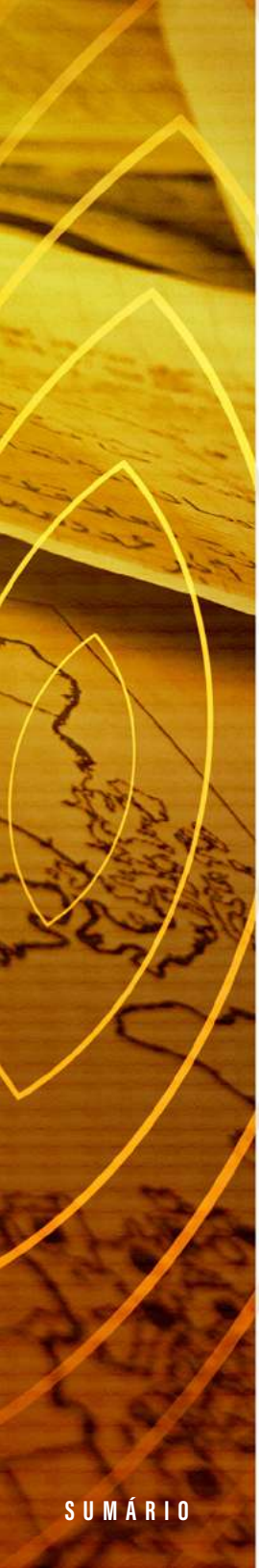
> *La colonialidad, en su carácter de patón de poder, trajo consigo profundas consecuencias para la constitución de las sociedades latinoamericanas, pues cimentó la conformación de las nuevas repúblicas modelado sus instituciones y reproduciendo en eso acto la dependencia histórico-estructural que arrastraban desde la colonización y el mestizaje. A través de la imposición de la reproducción, subsumida al capitalismo, de las demás formas de explotación del trabajo, se desatolló un modelo de estratificación socio-racial entre "blancos" e las demás "tipologías raciales" consideradas inferiores* (Grupo de Estudios sobre Colonialidad, 2012, p. 11).

Nesse sentido, as instituições arquivísticas acabam por colaborar para esse processo, pois os instrumentos de pesquisa elaborados a partir dos documentos arquivísticos acompanham o contexto de uma época.

A compreensão desta relação de forças trará, para o profissional de referência e para as instituições arquivísticas, a necessidade de revisitação de seus instrumentos de recuperação da informação, a fim de alinhar os instrumentos às demandas de pesquisa mais contemporâneas. Negar esta realidade é negar que os arquivos são dinâmicos (Yakel, 2003). O que pretendemos alegar é que a pesar de o arquivo ser uno, orgânico e autêntico, carrega a possibilidade de um dinamismo a partir de sua representação; em especial por meio da descrição, uma vez que esta oferece múltiplas possibilidades de compreensão, conexão e narrativas.

O estudo sobre decolonialidade pela perspectiva arquivística se insere nesta demanda, já que, nos acervos, podemos encontrar as mais diferentes temáticas. Um exemplo são as citadas por Barbosa (2024):

> [...] machismo; racismo; clientelismo (acesso aos bens e proteção do Estado apenas para privilegiados políticos); uso da violência como método de resolução de conflitos e aplicação do aparato repressivo contra as populações mais pobres e não-brancas; a permanência de latifúndios (ou resistência a implantar reforma agrária); dependência econômica: os países estão posicionados na engrenagem econômica internacional como nações primário-exportadoras e importadoras de bens com valor agregado. Ou seja, exportam produtos agropecuários e minerais e são importadores de itens industrializados com maior tecnologia; dependências cultural e acadêmica: apesar da rica cultura popular autóctone, a colonização mantém a lógica da valorização das culturas dos países centrais do capitalismo, principalmente europeus e norte-americanos e menosprezo e preconceito com a cultura local (Barbosa, 2024).



Esses assuntos mencionados por Barbosa (2024) podem ser encontrados nos arquivos, o que acarreta para as instituições arquivísticas a necessidade de compreensão de que os instrumentos de recuperação da informação, fruto do processo de descrição e indexação arquivística, são um elemento de decolonialidade ou de reforço a práticas colonialistas. Se, por um lado, são fruto de uma metodologia institucional, um discurso autoral inserido no tempo e consequentemente passível de debate histórico, por outro, são objeto de pesquisa arquivística, podendo ser avaliado e reavaliado, tornando-se um instrumento de ruptura do discurso colonial ou de sua perpetuação.

ARQUIVO DE CULTURA: A BUSCA POR UMA DEFINIÇÃO

A compreensão do conceito de cultura e sua relação com os arquivos como lugar de memória e de busca de direitos e interlocução coma sociedade norteou o entendimento do que pode ser compreendido como *arquivo de cultura*.

Wendy R. James (1988) e Edward Said (1994) – e mais tarde Gloria Wekker (2016) –, por meio da literatura e dos estudos no campo antropológicos, discutem os arquivos culturais como um repositório de informações a partir da ideia de que "Arquivar é guardar, abrigar, manter..." (Cassar, 2010 *apud* Azoulay, 2012), dissociado da visão tradicional arquivística. Como definiu Wekker (2016) ao ser perguntada sobre onde podemos encontrar esses arquivos:

> [...]o arquivo cultural está localizado em muitas coisas, na maneira como pensamos, fazemos as coisas e olhamos para o mundo, no que achamos (sexualmente) atraente, em como nossas economias afetivas e racionais são organizadas e interligadas. Mais importante, está entre nossos ouvidos e em nossos corações e almas. A questão é motivada por uma concepção de arquivo como um conjunto de documentos ou a instituição na qual esses documentos são abrigados. Meu uso do termo não se refere a nenhum desses dois significados, mas a "um repositório

> de memória" (Stoler 2009, 49), nas cabeças e corações das pessoas na metrópole, mas seu conteúdo também é silenciosamente cimentado em políticas, em regras organizacionais, em culturas populares e sexuais, e no conhecimento cotidiano do senso comum, e tudo isso é baseado em quatrocentos anos de governo imperial (Wekker, 2016, p. 19, tradução nossa).

Quando mencionamos *visão tradicional arquivística*, estamos levando em consideração a discussão proposta pela arquivista Jeannette Bastian (2023) em seu livro *Archiving Cultures*: *Heritage, community and the making of records and memory*, no qual aborda a questão das práticas arquivísticas e os arquivos culturais. A autora considera a questão um desafio para nossa área.

> Os modelos arquivísticos ocidentais, codificados no final do século XIX e início do século XX e focando nas necessidades administrativas de governos e instituições, provaram ser inadequados para acomodar completamente a variedade de memória e registros de uma sociedade global. Novos modelos são necessários para atender às demandas de um ambiente internacional, pós-colonial e decolonial. Este livro levanta a hipótese de um modelo como um arquivo cultural. No cerne dessa hipótese está uma compreensão de "arquivos" que considera expressões culturais intangíveis e documentação tangível igualmente como registros e pergunta como elas podem ser legitimamente e perfeitamente acomodadas e subsumidas dentro da prática arquivística (Bastian, 2023, p. 9-10, tradução nossa).

Atreladas a estas visões, podemos agregar as discussões de Heloisa Bellotto (2014), Ana Maria Camargo (2003), Bruno Delmas (2010), Lucia Maria Velloso de Oliveira (2017) e Theo Thomassen (2006) sobre arquivo, memória, avaliação; além dos conceitos de patrimônio e cultura encontrados nos dicionários de sociologia, história e política cultural, na Constituição (Brasil, 2016) e na Declaração de Direitos Humanos (Organização das Nações Unidas, 1948), bem como, na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade

das Expressões Culturais (Unesco, 2005), na Declaração Universal sobre A Diversidade Cultural (Unesco, 2002), no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (Organização dos Estados Americanos, 1966), nas Leis de números 14.835 (Brasil, 2024), 8.313 (Brasil, 1991), 14.399 (Brasil, 2022), e na Lei complementar número 195 (Brasil, 2022). Também nos documentos relacionados à 4ª Conferência Nacional de Cultura (Brasil, 2024) e no Plano Nacional de Cultura 2025-2035 (Brasil, 2024).

A partir destas discussões nos aproximamos de uma definição de arquivo de cultura como aquele composto por todos os documentos produzidos e acumulados em função das atividades meio e fim relacionados às políticas e ações de cultura de uma dada sociedade, que servem de prova das manifestações sociais e culturais, como possibilidade de resgate da memória, de identificação cultural e histórica e do direito de lembrar inserido em um contexto temporal e político. Também consideramos os fundos e coleções custodiados por instituições de memória, onde percebemos manifestações culturais traduzidas na forma como um determinado grupo social se relaciona com a religião, os costumes, a moda, a culinária, a linguagem, a ciência, a literatura, as artes etc. inseridos em um determinado contexto sócio-político, cultural e econômico, permitindo a percepção tanto do seu valor cultural quanto histórico; e as manifestações governamentais que buscam promover o debate entre a sociedade e as instituições públicas que se inserem no processo de construção do que será entendido enquanto cultura e aceito pelos diferentes grupos sociais.

Além disso, podemos identificar, dentro dos arquivos públicos: diferentes fundos arquivísticos que são fruto de recolhimentos e doações; a documentação produzida em função das atividades por eles desenvolvidas que irão compor seu arquivo institucional após seu processo de avaliação; e os acervos recolhidos em função dos programas de gestão de documentos implementados pelos governos estaduais e municipais.

Em função disto, elaboramos o quadro 1 a seguir com o objetivo de sintetizar as características que devemos observar ao definir um arquivo enquanto arquivo de cultura, seja em relação ao seu acervo, seja em relação à instituição custodiadora. As características se relacionam às diferentes formas de representação ou manifestação cultural.

Quadro 1 – Características de um arquivo de cultura

Um arquivo de cultura pode:
1. Reunir documentos produzidos que representem manifestações culturais, religiosas ou de tradição e/ou atividades culturais no âmbito público ou privado;
2. Representar comportamentos e valores sociais circunscritos no tempo e espaço;
3. Ser composto de documentos que acionam as memórias individual e coletiva no contexto da cultura e da história da cultura;
4. Comprovar as políticas e ações culturais de uma instituição pública ou privada e/ou de um governo;
5. Permitir a identificação da pluralidade e da diversidade da sociedade e suas dinâmicas econômicas e políticas no espectro cultural;
6. Ser capaz de distinguir traços característicos de uma comunidade e /ou segmento social específico;
7. Permitir a identificação do valor histórico e cultural inerente aos arquivos, independentemente da fase de arquivamento em que esteja.

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Essas características acima descritas podem ser alteradas ao longo do desenvolvimento do projeto.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa sobre arquivo de cultura perpassa por diferentes etapas que permitem observar múltiplas perspectivas, dentre elas a da decolonialidade. Para podermos definir quais arquivos poderiam ser considerados arquivos de cultura, estabelecemos uma

metodologia que tem como primeira etapa a revisão de literatura a fim de construir o conceito *arquivo de cultura*, como debatido no item anterior, e instrumentalizar a compreensão da dimensão deste conceito na área. Após a definição, estabelecemos como campo empírico os arquivos públicos municipais e estaduais da Região Sudeste (instituições arquivísticas vinculadas ao Poder Executivo municipal ou estadual), considerando os já institucionalizados. Em seguida, iremos: identificar qual o lugar dessas instituições na estrutura administrativa; mapear os instrumentos de recuperação de informação (disponíveis *online*), que foi um critério para ser objeto na pesquisa; e analisar de forma quantitativa e qualitativa as informações disponíveis, em busca do autorreconhecimento das instituições como guardiãs de arquivos de cultura.

Durante a revisão de literatura, percebemos que o conceito não é encontrado tanto na terminologia arquivística brasileira quanto na internacional, conforme Quadro 2 a seguir. No *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), no *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996), no *Dictionary of Archives Terminology* (2005), no *Multilingual Archival Terminology* (*online*), no *Dictionnaire de terminologie archivistique* (2002) e no *Diccionario de Terminología Archivística* (1995), o termo não é encontrado.

Quadro 2 – Periódicos internacionais da área pesquisada

País	Obra pesquisada	Resultado
Brasil	*Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005)	Não foi encontrado o termo "arquivo de cultura"
	Dicionário de Terminologia Arquivística (1996)	
Estados Unidos	*Dictionary of Archives Terminology*(2005)	Não foi encontrado o termo "arquivo de cultura"
França	*Dictionnaire de terminologie archivistique* (2002)	Não foi encontrado o termo "arquivo de cultura", mas sim o termo "action culturelle"

Espanha	*Diccionario de Terminología Archivística* (1995)	Não foi encontrado o termo "arquivo de cultura"
Conselho Internacional de Arquivos - ICA	*Multilingual Archival Terminology* (*online*)	Não foi encontrado o termo "arquivo de cultura", apenas o termo em francês "action culturelle", com o significado de difusão ou divulgação cultural

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

No Brasil, a busca na *Base de Dados em Arquivística*, na *Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras*, e no *Catálogo de Teses e Dissertações*, da Capes, não recuperou nenhum texto tratando sobre o critério de busca "arquivo de cultura" ou "arquivo cultural". Apenas o *Catálogo de Teses e Dissertações*, da Capes, recuperou uma dissertação que menciona o termo, associando-o ao nome de uma instituição portuguesa.

Outra etapa da pesquisa foi o levantamento das instituições arquivísticas cadastradas no *Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos* (CODEARQ) e referente à Região Sudeste, feita entre os meses de janeiro e fevereiro de 2025 (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de Instituições cadastradas no CODEARQ

Estado	Instituições por estado	Instituições públicas por estado
Espírito Santo	33	21
Minas Gerais	65	53
Rio de Janeiro	104	73
São Paulo	118	86
Total	**320**	**233**

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Foram mapeadas no CODEARQ 320 instituições (públicas e privadas) e quantificadas as instituições públicas, das três esferas de poder (federal, estadual e municipal).

Como o foco da pesquisa são os arquivos públicos municipais e estaduais[1], quantificamos, conforme Tabela 2, as instituições cadastradas por estado e município vinculadas ao Poder Executivo estadual e municipal e que têm como uma de suas funções a preservação da memória.

Tabela 2 – Número de arquivos públicos estaduais e municipais

Estado	Arquivos públicos estaduais	Arquivos públicos municipais
Espírito Santo	1	0
Minas Gerais	1	3
Rio de Janeiro	1	2
São Paulo	1	8

Fonte: elaborado pelas autoras (2025).

Em uma segunda etapa, iremos aprofundar a análise, buscando perceber, nos instrumentos de recuperação da informação e nas informações disponibilizadas nos seus sítios, se existe um discurso onde as instituições se identificam ou mesmo chancelam seus acervos enquanto arquivos de cultura.

1 Estamos trabalhando com a definição dada pelo Dicionário de Terminologia arquivística da Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo que define **Arquivo Estadual** como instituição responsável pelos conjuntos documentais acumulados por órgão dos poderes executivos, legislativo e judiciário, no âmbito da administração estadual direta ou indireta (1996, p.6) e **Arquivo Municipal** como instituição responsável pelos conjuntos documentais acumulados por órgãos dos poderes executivo e legislativo, no âmbito da administração municipal direta e indireta (1996, p. 7).

RESULTADOS ALCANÇADOS

A pesquisa, ainda em andamento, já nos permite conhecer características que podem identificar arquivos de cultura. A transversalidade da cultura e sua diversidade se apresentam como um desafio para os arquivos públicos, os quais prioritariamente devem visar o recolhimento, preservação e acesso dos documentos do Poder Executivo em sua esfera de competência. Esse conjunto, que encontra um lugar no arquivo público na perspectiva legal, permite um espaço muito restrito para esses arquivos que são produzidos fora da burocracia, mas que são importantes para a possibilidade de uma memória cultural.

Até o momento, a pesquisa aponta que, em suas narrativas sobre os acervos custodiados pelos arquivos públicos, a identificação de preservação de arquivos considerados como de "cultura" não está evidente, o que merecerá, na segunda etapa do projeto, uma investigação no campo da descrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa vem demonstrando que os arquivos podem de fato ser classificados enquanto arquivos de cultura. No entanto, temas que hoje se apresentam como demanda por parte dos usuários e que se alinham com a discussão sobre decolonialidade não são elencados como pontos de acesso e explicitados nas bases de dados dos arquivos públicos. No momento, podemos assumir como hipótese que a agenda ainda é recente para os arquivos.

Por fim, o projeto pretende contribuir para a compreensão do lugar dos arquivos de cultura nas políticas públicas e na agenda arquivística, bem como contribuir para a literatura da área referente à tipologia dos arquivos.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Base de Dados.** Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/principal. Acesso em: 30 maio 2025.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Base de Dados.** Disponível em:https://ape.es.gov.br/. Acesso em: 30 maio 2025.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Base de Dados.** Disponível em:https://www.aperj.rj.gov.br/. Acesso em: 30 maio 2025.

AZOULAY, A. **Archive. Political Concepts. A Critical Lexicon**, v. 21, 2017. Disponível: http://www.politicalconcepts.org/archive-ariella-azoulay/. Acesso em: 28. fev.2025.

BARBOSA, A. O que é do decolonialismo? **7 mins de leitura**. ECA/USP. 2024. Disponível em: https://www.eca.usp.br/noticias/cje-departamento-de-jornalismo-e-editoracao/o-que-e-decolonialismo-por-alexandre-barbosa. Acesso em: 28 fev.2025.

BASTIAN, J. A. **Archiving cultures**: heritage, community and the making of records and memory. New York: Routledge, 2023.

BELLOTTO, H. L. **Arquivo**: estudo e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar n. 195 de 08 de julho de 2022**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp195.htm.Acesso em: 18dez.2024.

BRASIL. **Lei n. 14.835, de 4 de abril de 2024**. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14835-4-abril-2024-795455-publicacaooriginal-171427-pl.html. Acesso em: 4 out. 2024.

BRASIL. **Lei n. 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14399.htm. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**: 2025-2035. 2024.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Relatório Final da** 4ª Conferência Nacional de Cultura 2024. Disponível em:https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/4a-conferencia-nacional-de-cultura/bannersedocumentos/4cnc-documento-final-20240524-1.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

CAMARGO, A. M. Sobre o valor histórico dos documentos. **Arquivo Rio Claro**, n. 1, p. 11-17, 2003, Disponível em: Disponível: http://www.aphrioclaro.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/Revista-do-Arquivo-nº-1-2003.pdf. Acesso em: 18. dez.2024.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTTO, H. L. (coord.). **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

CAPES. **Catálogo de Teses e Dissertações**. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/. Acesso em: 18dez.2024.

DELMAS, B. **Arquivos pra quê?** Textos selecionados. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DIRECION DES ARCHIVES DE FRANCE. **Dictionnaire de terminologie archivistique**. Paris: Direcion des Archives de France, 2002. Disponíveil em: https://francearchives.gouv.fr/file/4f717e37a1befe4b17f58633cbc6bcf54f8199b4/dictionnaire-de-terminologie-archivistique.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025

GRUPO DE ESTUDIOS SOBRE COLONIALIDAD. Estudios decoloniales: un panorama general. **Kula. Antropólogos del Atlántico Sur,** n. 6, p. 8-21, 2012.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Multilingual Archival Terminology**. [*S./.*]: ICA, 2012. Disponível em: http://www.ciscra.org/mat/. Acesso em: 15.jan.2025.

JAMES, W. R**. The Listening Ebony**: Moral Knowledge, Religion, and Power Among the Uduk of Sudan. Oxford: Oxford University Press, 1988.

OLIVEIRA, E. S.; LUCINI, M. O pensamento decolonial: conceitos para pensar uma prática de pesquisa de resistência. **Boletim Historiar**, v. 8, n. 1, p. 97-115, 2021. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/historiar/index. Acesso em: 28 fev. 2025.

OLIVEIRA, L. M. V. Ação cultural, protagonismo social e o lugar dos arquivos *In*: GOMES, H. F.: NOVO, H. F. (orgs.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 77-92. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33742/1/informacao-e-protagonismo-social-RI.pdf. Acesso em: 18dez.2024.Acesso em: 4 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 18dez.2024.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966).** Disponível em: https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%Adticos.pdf. Acesso em: 18 dez.2024.

PEARCE-MOSES, R. **Dictionary of Archives Terminology**. Chicago: Society of American Archivists. 2005.

ROCHA, M. M. V. **Base de Dados Pesquisas Arquivísticas Brasileiras**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2021. Disponível em: http://www.ccsa.ufpb.br/pesquisarquivistica/tag/base-de-dados-em-arquivologia/ lti.pro.br. Acesso em: 18 dez. 2024.

SAID, E. W. **Culture and imperialism**. New York: Vintage, 1994.

THOMASSEN, Theo. Uma introdução à Arquivologia. **Arquivos &Administração**, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

SUBDIRECCIÓN GENERAL DE LOS ARCHIVOS ESTATALES. **Diccionario de Terminología Archivística**.1995. Disponível em: https://www.cultura.gob.es/cultura/areas/archivos/mc/dta/diccionario.html. Acesso em: 15.jan.2025

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, Paris, 20 out. 2005. 2005.Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150224/PDF/150224por.pdf.multi. Acesso em: 18dez.2024.

UNESCO. **Declaração Universal sobre A Diversidade Cultural**. Londres: UNESCO, 2002. Disponível em: http://www.oas.org/dil/port/2001%20declara%C3%A7%C3%A3o%20universal%20sobre%20a%20diversidade%20cultural%20da%20unesco.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Base de Dados em Arquivística**. Disponível em: http://arquivistica.fci.unb.br/. Acesso em: 18 dez. 2024.

WEKKER, G. **White innocence**: paradoxes of colonialism and race. Durham: Duke University Press, 2016.

YAKEL, E. Archival representation. **Archival Science**, v. 3, n. 1, p. 1-25, 2003.

SOBRE AS ORGANIZADORAS



Natália Bolfarini Tognoli

Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PGMA/FCRB) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Editora-Chefe da *Knowledge Organization Journal* e Editora Científica da Revista Officina. Líder do Grupo de Pesquisa: Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - CNPq nível 2.

Lattes:http://lattes.cnpq.br/5668344562019395

ORCID:https://orcid.org/0000-0002-0609-498X

E-mail: nataliatognoli@id.uff.br



Lucia Maria Velloso de Oliveira

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por cerca de 10 anos. Atualmente é Professora Adjunta, 40 h DE, da Universidade Federal Fluminense do Departamento da Ciência da Informação, habilitada e classificada em concurso público de provas e títulos, cedida desde março de 2024, para a Fundação Casa de Rui Barbosa, onde ocupa o cargo de Diretora do Centro de Memória e Informação. É Professora permanente credenciada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Nomeada pelo Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Pró-Reitora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA), desde abril de 2024.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4694576349618479

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0546-2602

E-mail: luciemarie@gmail.com



Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Arquivista, chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial pela COPPE/ UFRJ. Servidora Pública Federal, exercendo o cargo de Tecnologista (perfil Arquivo), da carreira de Desenvolvimento Tecnológico, na Fundação Casa de Rui Barbosa FCRB. No campo da Arquivologia, atua principalmente nos seguintes eixos temáticos: ética profissional do arquivista, tipologia documental, preservação digital e gestão de documentos (normas disciplinares, guarda, conservação e outros serviços correlatos).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3747903021737250

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5568-5225

E-mail: biancapanisset@rb.gov.br

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

Ana Carolina dos Santos Garcia

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos (PPGMA) da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Especialista em Informação científica e tecnológica em saúde (ICTS) no Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT) na Fiocruz (2020). Possui graduação em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (2014). Atualmente, é arquivista na Editora Rocco e bolsista de apoio técnico na área de Arquivologia no Projeto Memórias na Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), vinculada a Fiocruz.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0033377304627058

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-4552-613X

Ana Cláudia Cruz Córdula

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Departamento de Ciência da Informação da UFPB (DCI-UFPB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI-UFPB). Líder do Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER-UFPB).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4614239456054038

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-7695-5247

E-mail: acccordula@gmail.com

Ana Luce Girão Soares de Lima

Historiadora, possui doutorado em História das Ciências pelo Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2009). É pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e docente do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, oferecendo a disciplina de Perspectivas do Patrimônio Cultural. Atua na área de História e Memória, enfocando a história das instituições científicas, os arquivos privados e a preservação de acervos das ciências e da saúde. Atualmente participa das equipes de pesquisa e execução de exposição sobre ciência e saúde pública no Pavilhão Mourisco.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/5822631397628424

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1243-4653

E-mail: ana.girao@fiocruz.br

Andrew Flinn

É *Reader* (professor associado) em Estudos Arquivísticos e História Oral. Ele é Vice-Decano de Pesquisa de Pós-Graduação e Tutor de Pós-Graduação da Faculdade na Faculdade de Artes e Humanidades, e leciona no programa de Mestrado em Gestão de Arquivos e Registros no Departamento de Estudos de Informação da *University College London* (UCL), onde ensina desde 2002. No período da primavera de 2011, foi professor visitante e bolsista visitante Allan Smith na Escola de Pós-Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação no *Simmons College*, em Boston. Em 2012 e 2013, foi o Pesquisador Principal do projeto "Dig Where You Stand" (Escave Onde Você Está), um prêmio de Pesquisa em Patrimônio Comunitário financiado pelo *Arts and Humanities Research Council* (AHRC) do Reino Unido, que examina uma abordagem colaborativa para a atividade de patrimônio comunitário — incluindo arquivos, arqueologia, museus, estudos de cinema e acadêmicos de humanidades digitais. Entre 2008 e 2010, liderou outro projeto de pesquisa financiado pelo AHRC, o "Community archives and identities" (Arquivos comunitários e identidades), que analisou as motivações, impactos e desafios de iniciativas de arquivos e patrimônios independentes e liderados por comunidades de grupos de herança africana, asiática e de outras origens no Reino Unido. Antes de sua nomeação na UCL, foi arquivista no *National Museum of Labour History* (Museu Nacional da História do Trabalho) entre 1990 e 1999, e oficial de pesquisa na *University of Manchester* no projeto biográfico "Communists in British Society" (Comunistas na Sociedade Britânica), financiado pelo ESRC (1999-2001). Ele obteve seu doutorado (PhD) pela *University of Manchester* em 1999. Seus interesses de pesquisa incluem história pública radical, arquivos independentes e projetos de história comunitária, história oral, ativismo patrimonial e justiça social, conteúdo gerado pelo usuário e abordagens participativas na prática arquivística, cultura DIY (Faça Você Mesmo) e a produção de conhecimento/cultura, além do impacto da legislação de acesso à informação nos processos democráticos. Andrew também escreveu sobre diferentes manifestações do ativismo político de base na Grã-Bretanha do século XX. Como pesquisador, ele está interessado em explorar ainda mais a aplicação de abordagens participativas e comunitárias na pesquisa arquivística

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5356-7460

E-mail: a.flinn@ucl.ac.uk

Beatriz Ferreira Rio

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Memória e Acervo pela Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). Especialista em Neurociências, Educação e Desenvolvimento Infantil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é Técnica em Ciência e Tecnologia no Serviço de Bibliotecas da Fundação Casa de Rui Barbosa, na Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6131120583817190

ORCID: https://orcid.org/0009-0000-9468-0649

E-mail: beatriz@rb.gov.br

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Arquivista, chefe do Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa, doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Especialista em Gestão do Conhecimento e Inteligência Empresarial pela COPPE/ UFRJ. Servidora Pública Federal, exercendo o cargo de Tecnologista (perfil Arquivo), da carreira de Desenvolvimento Tecnológico, na Fundação Casa de Rui Barbosa FCRB. No campo da Arquivologia, atua principalmente nos seguintes eixos temáticos: ética profissional do arquivista, tipologia documental, preservação digital e gestão de documentos (normas disciplinares, guarda, conservação e outros serviços correlatos).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3747903021737250

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5568-5225

E-mail: biancapanisset@rb.gov.br

Brígida Maria Nogueira Cervantes

Doutora em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009). Mestre em Ciência da Informação (Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004). Especialista em Administração de Bibliotecas (Universidade Federal do Amazonas, 1986). Bacharel em Biblioteconomia (Universidade Estadual de Londrina, 1981). Atuou enquanto professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Londrina, 2008-2012. Coordenou o Mestrado Profissional em Gestão da Informação da Universidade Estadual de Londrina, 2011-2013. Foi docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina. Editora do periódico científico Informação Informação, 2011-2024 e do periódico técnico científico Informação@Profissões, 2011-2024. Líder do Grupo de Pesquisa "Estudos Terminológicos em Ciência da Informação". Consultora "ad hoc" de projetos da CAPES. Avaliadora "ad hoc" de periódicos científicos da área. Dedica-se ao ensino e pesquisa na área de Ciência da Informação, com foco em Organização e Representação do Conhecimento (Conceitos. Análise de Domínio, Sistemas de Organização do Conhecimento, Vocabulário Controlado, Tesauros, Taxonomias, Glossários e Terminologia temática e pontual). Possui experiência em implantação de vocabulário controlado e de software integrado para gestão de unidades de informação, incluindo Bibliotecas Digitais e Repositórios Institucionais.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8546252377315420

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7356-1798

E-mail: brigida@uel.br

Carla Maria de Almeida

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente no Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Líder do Grupo de Estudos em Arquivo: Memória, Responsabilidade e Justiça Social (GEPAMER-UFPB).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/3022112067905433

ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7663-3224

E-mail: carlaa_almeida@hotmail.com

Dilza Ramos Bastos

Doutora em Ciência da Informação pelo IBICT/UFRJ. Mestre em Ciência da Informação pelo IBICT/UFF. Especialista em Docência Superior pelo ISEP. Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela UFF. Possui experiência na área de gestão da informação, atuando principalmente em análise documentária e representação da informação em sistemas informatizados. Foi bibliotecária do Departamento Regional, do SENAI/RJ (1985-1999), chefiando a Divisão de Documentação e Informação Tecnológica do Centro de Tecnologia Euvaldo Lodi, no período de 1989-1999. Participou da elaboração e do desenvolvimento de diversos projetos voltados à gestão da informação, tendo como referencial os princípios da Qualidade Total. Em 2002, ingressou como servidora pública na Fundação Casa de Rui Barbosa, tendo chefiado o Serviço de Biblioteca da instituição no período de setembro de 2008 a maio de 2023. Responsável técnica pela Biblioteca do Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos (PPGMA), a partir de junho de 2024, professora convidada em 2025 e professora permanente do Programa a partir de março de 2026.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/1394107125846940

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5654-4897

E-mail: dbastos@rb.gov.br

Gabriel Andrade Magalhães do Vabo

Mestre em Memória e Acervos pela Fundação Casa de Rui Barbosa (2022), graduado em Arquivologia pela UNIRIO (2021) e em História pela UFF (2014). Atua como arquivista e historiador no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, na Gerência de Acervo e Pesquisa. Desenvolveu a pesquisa de mestrado E os Negros dessa Terra, baseada em metodologia de História Oral, investigando a trajetória da população negra de Nova Friburgo. No Convênio Memória Itaipu, integra a implementação do Programa de História Oral da Itaipu Binacional e o projeto 50 anos da Itaipu Binacional: suas histórias e depoimentos. Atualmente, também é pesquisador do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC) da Fundação Casa de Rui Barbosa, no projeto Arquivos de comunidade e instituições públicas de custódia: por uma construção de metodologias de aquisição e difusão preconizando a participação popular.

Lattes: https://lattes.cnpq.br/1279388377322549

ORCID: https://orcid.org/0009-0005-6248-6450

E-mail: gabrielvabohistoria@outlook.com

Gabriela Falcão Klein

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF), com bolsa de pesquisa financiada pela CAPES. Bacharel em Biblioteconomia, graduada pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com bolsa de pesquisa financiada pela CAPES. Licenciada em Letras Português e respectivas literaturas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Foi estagiária no Serviço de Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa (2018-2020). Foi bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura (PIPC), da Fundação Casa de Rui Barbosa (2023-2025). Integrante do Grupo de Pesquisa Bibliotecas Públicas no Brasil: Reflexão e Prática. Integrante do Grupo de Pesquisa Arquivos, Acesso e Informação.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4811133569003628

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8129-6522

E-mail: falcaoklein@gmail.com

Jefferson Higino da Silva

Professor no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (CCSA/UFCA) e Coordenador do Curso de Arquivologia da UFCA. Doutor em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8681305629452809

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0406-280X

E-mail: jefferson.higino@ufca.edu.br

Isabel Cristina Borges de Oliveira

Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo CPDOC/FGV (2009), é graduada em História (UERJ, 2000) e em Arquivologia (UNIRIO, 2004). Atualmente é bolsista do Programa de Incentivo à Produção do Conhecimento Técnico e Científico na área da Cultura da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) no projeto "Arquivos de cultura e arquivos públicos na Região Sudeste".

Lattes: http://lattes.cnpq.br/9658762558629990

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1771-1370

E-mail: iseabailcris@gmail.com

Kíssila da Silva Rangel

Doutora em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Arquivologia, possui mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos. Sua atuação e pesquisa exploram as intersecções entre informação e racialidades, com foco no exame da implementação da Lei de Cotas em universidades federais. Dedica-se, também, ao estudo da teoria arquivística e dos arquivos comunitários como espaços de construção de narrativas contra-hegemônicas.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/1690124129696648

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2956-7057

E-mail: rangel.kissila@gmail.com

Lucas Mizumoto

Mestre e Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF). Bolsista Capes e membro do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, Sociedade, Memória e Poder. Atualmente tem se dedicado a estudos sobre enredos das escolas de samba como um processo de produção documental a partir de um recorte de raça e classe.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/6310924560126924

ORCID: https://orcid.org/0009-0006-3890-6600

E-mail: lucasmizumoto@id.uff.br

Lucia Maria Velloso de Oliveira

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (2011). Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986), graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1992), mestrado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense (2006). Presidiu a Associação dos Arquivistas Brasileiros por cerca de 10 anos. Atualmente é Professora Adjunta, 40 h DE, da Universidade Federal Fluminense do Departamento da Ciência da Informação, habilitada e classificada em concurso público de provas e títulos, cedida desde março de 2024, para a Fundação Casa de Rui Barbosa, onde ocupa o cargo de Diretora do Centro de Memória e Informação. É Professora permanente credenciada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense e Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Nomeada pelo Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa, Pró-Reitora do Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos (PPGMA), desde abril de 2024.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4694576349618479

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0546-2602

E-mail: luciemarie@gmail.com

Luciane Paula Vital

Professora Associada no Departamento de Ciência da Informação e no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Editora da Revista Àgora: Arquivologia em debate. Líder do Grupo de Pesquisa: Representação e Organização do Conhecimento (ROC).

Lattes: https://lattes.cnpq.br/3186874576738250

ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2526-227X

E-mail: luciane.vital@ufsc.br

Maíra Fernandes Alencar

Professora no Departamento de Ciência e Gestão da Informação no curso de Graduação em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (DEGICI/UFPR). Realizou o estágio de pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina. Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Bacharela em Arquivologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília. Coordenadora do Projeto de Pesquisa "Estudos informacionais na cultura digital sob a perspectiva crítica/decolonial: Mapeando comunidades discursivas, terminologias, biografias e projetos para inovação e diversidade da pesquisa, ensino e extensão da Gestão da Informação", e do Projeto de Extensão "Jirau de saberes na cultura digital: A educação arquivística crítica e os arquivos comunitários" ambos no âmbito do DECIGI-UFPR. Seus temas de pesquisas são: Arquivos Comunitários; Arquivística Decolonial; Estudos Arquivísticos Críticos; Terminologia e Organização do Conhecimento.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/519948592687840

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5221-1980

E-mail: alencar.maira@ufpr.br

Margareth da Silva

Possui graduação em História pela Universidade Federal Fluminense (1983), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2015). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal Fluminense e professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa. Foi membro da Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos do Conselho Nacional de Arquivos de 2004 a 2020. Atuou profissionalmente no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Nacional, no qual desenvolveu trabalhos acerca do tema documentos arquivísticos digitais. É autora do livro O arquivo e o lugar: custódia arquivística e a responsabilidade pela proteção aos arquivos (2017), publicado pela EDUFF, premiado pela Associação Brasileira de Editoras Universitárias, na categoria Ciências Sociais Aplicadas em 2018.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/8896101082853685

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4343-8390

E-mail: margarethsi2@yahoo.com.br

Mariana Valente

É professora assistente de direito e pesquisadora na Universidade de St.Gallen, na Suíça, e co-fundadora e diretora associada do *InternetLab, no Brasil*. Pesquisa propriedade intelectual, regulação de plataformas digitais e inteligência artificial a partir de uma perspectiva sociojurídica. É autora, entre outros, do livro *Misoginia na Internet* (Ed. Fósforo, 2023), que foi indicado ao Prêmio Jabuti acadêmico, e *A Construção do Direito Autoral no Brasil* (Ed. Letramento, 2019). Foi membra da Comissão de Juristas do Senado Federal brasileiro que elaborou o projeto de lei de regulação de IA, e atua em vários outros espaços de formulação de políticas públicas. Em 2025, recebeu o Prêmio Destaques de Governança da Internet do CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil).

Lattes: http://lattes.cnpq.br/1349409405306350

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4714-3426

E-mail: mariana.valente@unisg.ch

Marta Lucia Giraldo Lopera

Doutora em História Comparada, Política e Social pela Universidade Autónoma de Barcelona; mestre em Literatura Colombiana e historiadora pela Universidade de Antioquia. Atualmente, é professora titular desta mesma universidade. Tem interesse no estudo das relações entre arquivos e direitos humanos, entre arquivos e construção da memória, e entre arquivos e arte. É autora de *Archivos vivos. Documentar los derechos humanos y la memoria colectiva en Colombia* (2022) e coautora de *"Until dignity becomes customary" archiving the #28A strike in Colombia* (2025), *Dar forma al tiempo: arte y archivo en Iberoamérica* (2024), *"Evidence of Jorge: Documentary traces of a forced disappearance in Colombia"* (2022); *Dossier Operación Ciriri* (2022) e de *Personal Archives and Transitional Justice in Colombia: The Fonds of Fabiola Lalinde and Mario Agudelo* (2021), entre outros.

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4453-2629

E-mail: marta.giraldo@udea.edu.co

Natália Bolfarini Tognoli

Professora Adjunta no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Memória e Acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa (PGMA/FCRB) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI/UFF). Editora-Chefe da *Knowledge Organization Journal* e Editora Científica da Revista Officina. Líder do Grupo de Pesquisa: Arquivos, Bibliotecas e Organização do Conhecimento. Bolsista de Produtividade em Pesquisa - CNPq nível 2.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/5668344562019395

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0609-498X

E-mail: nataliatognoli@id.uff.br

Raquel Luise Pret

Professora adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (GCI-UFF). Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (PPGCI-UFF). Coordenadora do Programa de Ações Extensionistas Integradas em Arquivologia (Proex/UFF). Coordenadora do projeto de extensão Acervos de etnomusicologia: organização, tratamento e preservação documental, em parceria com a Escola de Música da UFRJ e o grupo Musicultura, do Complexo da Maré-RJ. Coordenadora do projeto de extensão Organização, tratamento e preservação do acervo do NEPHU, em parceria com o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanísticos (NEPHU/UFF). Membro do grupo de pesquisa certificado pelo CNPq, Sociedade, Memória e Poder. Autora do livro "Do que se trata? A indexação em arquivos de universidade", publicado pela editora Eduff. Ministra atualmente as disciplinas Memória e Patrimônio e Indexação aplicada em arquivos no curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense. Atua nas disciplinas Trajetos e Horizontes Epistemológicos em Ciência da Informação, Análise do Tratamento Temático da Informação e Metodologia da Pesquisa, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF. Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (2019). Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010). Arquivista, com bacharelado pela Universidade Federal Fluminense (2012). Historiadora, com Licenciatura Plena pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Desenvolve pesquisas sobre indexação, arquivos, documentos de arquivo, acervos sonoros e audiovisuais, memória e patrimônio. Atualmente tem se dedicado aos estudos sobre gênero, raça, classe e decolonialidade nos arquivos

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2479344350959442

ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8130-1774

E-mail: raquelpret@id.uff.br

Roberta Pinto Medeiros

Professora Adjunta do Curso de Arquivologia, no Instituto de Ciências Humanas e da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2011 atual). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG (PPGCI FURG). Doutora em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio (2020). Mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (2015). Especialista em Gestão em Arquivos pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2012). Bacharela em Arquivologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2010). Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Registros Visuais e Sonoros: Arquivo e Memória da Unirio. Líder do Grupo de Pesquisa - Arquivologia e Memória: documentos e identidade. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: memórias, identidade, arquivos, movimentos sociais e fotografia.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/4231965504706994

ORCID: ttps://orcid.org/0000-0003-0012-7792

E-mail: roberta.furg@gmail.com

Thamires Ribeiro de Oliveira

Bacharel em Conservação e Restauração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Mestre em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde pelo Programa de Pós-Graduação da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Integra a equipe do Museu da Maré e atua no acervo do Arquivo Dona Orozina Vieira (ADOV). Atualmente, é bolsista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no dossiê de candidatura a Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). É membro da Rede Acervos, Memórias e Movimentos Sociais.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/2658191164931769

ORCID: https://orcid.org/0009-0005-7397-2147

E-mail: thamires.oliveira@fiocruz.br

Victor Pavarin Tavares

Doutorando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da USP (FDUSP). Mestre em Direito Econômico pela Universidade de Lyon 3. Bacharel em direito também pela FDUSP, com dupla-graduação por meio de convênio celebrado entre as universidades de Lyon 3, Lyon 2 e Saint Étienne (*licence en droit* programa PITES). Coordenador de pesquisa no InternetLab. Coordenador do Creative Commons Brasil na frente da reforma da Lei de Direitos Autorais. Advoga na área de Direito Digital, com foco em Tecnologia, Proteção de Dados Pessoais, Propriedade Intelectual e Direito Eleitoral. Atua em consultorias jurídicas, com destaque para trabalhos desenvolvidos junto a centros de pesquisa de inovação e a instituições de ***a***memória.

Lattes: http://lattes.cnpq.br/5906179546263573

E-mail: pavarinraf@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

acervos comunitários 55, 166

acervos digitais 54

acesso à informação 12, 16, 157, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 216, 217, 219, 220, 342

aniquilação simbólica 45, 84

aquisição documental 50

arquivamento 41, 56, 154, 155, 195, 217, 218, 226, 228, 330

arquivistas comunitários 39, 57, 195

arquivo comunitário 11, 41, 42, 43, 49, 50, 51, 140, 141, 144, 149, 153, 174, 180

arquivologia 101, 107, 152, 157, 164, 187, 211, 224, 241, 246, 337

Arquivologia 16, 38, 56, 84, 109, 110, 111, 118, 119, 120, 171, 172, 174, 187, 189, 200, 201, 202, 204, 206, 215, 222, 224, 226, 227, 228, 238, 241, 299, 337, 339, 340, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 349

arquivos comunitários 10, 11, 12, 14, 15, 16, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 86, 106, 107, 109, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 122, 123, 125, 129, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 167, 171, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 187, 190, 194, 195, 196, 202, 223, 224, 227, 228, 229, 232, 237, 238, 239, 346, 347

arquivos de comunidade 171, 174

arquivos digitais 54, 194, 237

arquivos estatais 58

arquivos institucionais 39, 44, 50, 224

arquivos públicos 15, 16, 42, 43, 44, 55, 56, 57, 58, 158, 222, 262, 322, 324, 329, 331, 333, 334, 345

ativistas 10, 50, 51, 52, 83, 84, 87, 88, 89, 100, 237

autorrepresentação 107, 116, 201

C

carnaval 67, 90, 165, 243, 259

cidadania 12, 14, 15, 16, 136, 141, 205, 206, 209, 212, 216, 217, 219, 220, 269

Ciência da Informação 14, 38, 44, 120, 121, 145, 168, 169, 174, 184, 185, 206, 209, 211, 215, 220, 227, 239, 240, 245, 246, 299, 320, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349

coleções arquivísticas 49

coleções digitais 54

comunidades autodefinidas 43

comunidades de interesse 42

comunidades locais 43, 50, 195

comunidades profissionais 43

comunidades quilombolas 11, 186, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203

consentimento 55, 114

Conteúdo Digital Gerado pela Comunidade 54

contra-arquivo 50, 201

controle social 55

cooperação 57, 162, 226, 302, 309

custódia comunitária 54

custódia documental 58

D

decolonialidade 110, 123, 125, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 138, 140, 141, 142, 144, 147, 179, 183, 224, 226, 229, 240, 247, 322, 324, 325, 326, 327, 330, 334, 349

democratização 86

digitalização 54, 57, 164, 166, 177, 262, 264, 265, 272, 274, 277, 310

direitos autorais 55, 57, 271, 274, 275, 278



direitos humanos 85, 89, 129, 140, 162, 175, 185, 194, 204, 233, 237, 239, 240, 348

diversidade social 15, 50

documentação 41, 45, 49, 85, 176, 181, 187, 195, 200, 202, 214, 217, 230, 249, 284, 286, 297, 302, 307, 309, 310, 311, 316, 318, 328, 329

documentos arquivísticos 43, 85, 182, 208, 209, 215, 217, 218, 219, 284, 288, 309, 310, 326, 347

E

ecossistema arquivístico 58

educação arquivística 123, 142, 143, 145, 175, 184, 347

engajamento ativo 39

equidade 57, 112, 189, 220

espaços de memória 15, 175, 177, 185, 257

estudos arquivísticos críticos 109, 110, 111, 123, 125

ética do cuidado 95, 101, 107, 112, 114, 115, 118

experiência 39, 99, 131, 140, 155, 165, 166, 167, 202, 264, 272, 277, 287, 311, 343, 344, 349

F

financiamento 48, 49, 53, 56, 57, 162

formação política 52

fotografia 90, 141, 281, 283, 287, 288, 289, 293, 294, 295, 296, 300, 349

G

gestão de documentos 86, 113, 193, 211, 217, 218, 219, 220, 307, 329, 340, 343

gestão dos acervos 55

H

história oral 42, 46, 50, 141, 155, 167, 181, 194, 200, 342

I

imaginação arquivística 10, 84, 88, 89, 92, 95, 97, 99, 101

inclusão 41, 53, 107, 109, 111, 120, 125, 129, 141, 157, 198, 200, 229, 233, 236, 237

injustiça social 85

J

justiça restaurativa 53

justiça social 12, 14, 15, 16, 38, 50, 85, 86, 87, 89, 98, 99, 101, 107, 109, 110, 111, 116, 126, 129, 140, 142, 176, 183, 184, 187, 189, 193, 194, 195, 201, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 212, 217, 219, 220, 222, 224, 229, 240, 241, 342

L

largura 293

learning activists 52

legislação 198, 206, 211, 212, 220, 265, 268, 278, 342

LGBTQ+ 25, 45, 46

livros 43, 46, 91, 154, 163, 176, 215, 304, 312, 316, 320

M

marginalização 43, 110

mediação cultural 16, 245

memória 12, 14, 15, 16, 37, 45, 52, 79, 85, 89, 92, 93, 94, 100, 101, 102, 112, 113, 116, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 139, 140, 150, 152, 155, 158, 168, 175, 177, 182, 185, 190, 193, 194, 201, 203, 224, 228, 234, 239, 240, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 259, 261, 262, 264, 265, 268, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 281, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 297, 298, 299, 307, 308, 310, 320, 327, 328, 329, 333, 334, 348, 349

memória coletiva 93, 112, 119, 228, 281, 283, 284, 286, 288, 297

memória social 15, 150, 285

mentoria 57

mobilização social 50, 52

movimentos sociais 15, 16, 38, 46, 52, 58, 87, 125, 136, 156, 157, 168, 176, 204, 233, 237, 241, 349

Multiverso Arquivístico 44

N

narrativas históricas 40, 50, 195, 245

narrativas oficiais 52

O

organização do conhecimento 320

P

participação comunitária 107, 183

patrimônio cultural 39, 46, 57, 157, 161, 198, 228, 297, 298

pertencimento 14, 15, 16, 45, 52, 58, 141, 144, 159, 178, 233, 247
pesquisa histórica 51, 302
pluralidade 15, 125, 136, 330
políticas públicas 198, 210, 269, 322, 324, 334, 348
preservação 12, 15, 16, 41, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 87, 88, 94, 95, 107, 109, 110, 117, 119, 123, 125, 128, 136, 140, 144, 152, 154, 155, 161, 162, 164, 171, 177, 180, 181, 194, 195, 198, 200, 201, 218, 219, 233, 237, 242, 243, 245, 246, 248, 252, 253, 254, 257, 265, 270, 272, 273, 277, 278, 281, 283, 284, 288, 289, 297, 298, 307, 308, 316, 333, 334, 340, 341, 343, 349
privacidade 55, 118, 277
processo participativo 56
propriedade comunitária 41
proteção de dados pessoais 55, 277

R

redes de colaboração 48
representação arquivística 107, 111, 294
responsabilização 53

S

solidariedade 52, 92, 99, 111, 233
sustentabilidade 53, 54, 55, 137, 195

T

teoria crítica 86, 189, 192, 193, 194, 203, 204
terminologia 39, 42, 48, 118, 213, 221, 289, 331, 335, 336
trabalho voluntário 55
transformação social 16, 53
transparência pública 12, 205, 206, 209, 212, 219, 220

U

uso comunitário 55

V

visibilidade 45, 53, 123, 145, 152, 169, 176, 177, 201, 210, 271



www.PIMENTACULTURAL.com

IDENTIFICAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E RECONHECIMENTO

volume 1 ARQUIVO, CULTURA E JUSTIÇA SOCIAL

CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

pimenta cultural